

Lídia Alvarenga

A Institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil

Estudo bibliométrico dos artigos publicados na
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos -1944-74.

Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

BELO HORIZONTE
1996

BANCA EXAMINADORA:

Glaura Vasques de Miranda (UFMG)
(Orientadora)

Gilda Maria Braga (UFRJ)

Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero (UFRJ)

Carlos Roberto Jamyl Cury (UFMG)

Magda Becker Soares (UFMG)

Data: 9 de Agosto de 1996

"De que é feito um texto? Fragmentos originais, montagens singulares, referências, acidentes, reminiscências, empréstimos voluntários. De que é feita uma pessoa? Migalhas de identificação, imagens incorporadas, traços de caráter assimilados, tudo [...] formando uma ficção que se chama eu" [...] "A incerteza quanto à paternidade dos livros se conjuga com a fragilidade, quanto à permanência e à identidade do eu" [...]. "

SCHNEIDER (1990, p.15)

SUMÁRIO

	<u>Pg.</u>
AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	ii
ABSTRACT	iii
SIGLAS E ABREVIATURAS	iv
QUADROS	v
<u>INTRODUÇÃO</u>	1
<u>CAPÍTULO 1</u> A PESQUISA EDUCACIONAL	6
1.1	Os conceitos de pesquisa, Pesquisa Educacional e Ciência da Educação 6
1.2	O campo da Pesquisa Educacional: uma perspectiva histórica 13
1.2.1	A Reforma Universitária e suas implicações sobre a institucionalização da pesquisa e da Pesquisa Educacional no Brasil 18
1.2.2	A pesquisa na Universidade 21
1.2.3	A Pesquisa Educacional no período posterior à Pós-Graduação 26
1.2.4	Os fundamentos do processo de institucionalização da Pesquisa Educacional 29
<u>CAPÍTULO 2</u> FUNDAMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS E OUTROS CONCEITOS 37	
2.1	O uso da teoria nesta pesquisa 37
2.2	O pensamento de Michel Foucault e suas relações com os estudos bibliométricos 45
2.3	A Ciência da Informação 55
2.3.1	O processo de comunicação científica 60
2.3.2	O periódico 64
2.3.3	A comunicação da pesquisa e o periódico na área da Educação 68

2.4	Os estudos bibliométricos	72
2.5	As citações e os conceitos de pragmática, intertextualidade e polifonia	75
2.5.1	As citações na Ciência da Informação e em outros contextos	81
<u>CAPITULO 3</u> PRESSUPOSTOS DE TRABALHO, CATEGORIAS DE ANÁLISE, MATERIAL		88
3.1	Pressupostos	88
3.2	A fonte: <i>Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos</i>	91
3.3	Referencial temático como parâmetro de seleção	96
3.4	O corpus documental e sua seleção	102
3.5	Categorias de análise	106
3.6	Periodização cronológica	112
<u>CAPITULO 4</u> RESULTADOS - ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EDUCACIONAL NO BRASIL, SEGUNDO O DISCURSO PUBLICADO NA RBEP		119
4.1	Originalidade e ineditismo	119
4.2	Produtividade de artigos e temáticas privilegiadas	125
4.2.1	O Estado Novo	131
4.2.2	Governo Dutra	135
4.2.3	Governo Vargas	139
4.2.4	Anos JK	141
4.2.5	Governo Quadros-Goulart	143
4.2.6	Governos Militares	144
4.3	Os autores dos artigos	146
4.4	As citações	151
4.5.	Autores relevantes citados	155
4.5.1	Anísio Spinola Teixeira	160
4.5.2	Manoel Bergstrom Lourenço Filho	167
4.5.3	Newton Lins Buarque Sucupira	169
4.5.4	Jayme Abreu	170
4.6	Os trabalhos mais citados nos artigos pertinentes à institucionalização da Pesquisa Educacional publicados na RBEP	171
4.7	Temáticas das citações	176

4.8	Línguas das citações	177
4.9	Anos de publicação dos trabalhos citados	178
4.10	Sistema de exclusão	180
4.11	Dispersão do conhecimento	196

CAPITULO 5 **CONSIDERAÇÕES FINAIS, LIMITAÇÕES DA PESQUISA E PROPOSTAS PARA NOVOS ESTUDOS** 198

5.1	Considerações finais	198
5.2	Limitações e sugestões para avanços nesta linha de pesquisa	208

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA 221

ANEXOS*

<u>ANEXO 1</u>	Artigos pertinentes à institucionalização da Pesquisa Educacional no período anterior à implantação dos cursos de pós-graduação no Brasil	229
<u>ANEXO 2</u>	Referencial Temático utilizado na seleção e análise dos artigos	241

* Não foram incluídos neste trabalho dois outros Anexos, decorrentes da análise dos dados: a) Classificação temática dos artigos pertinentes à institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil, no período anterior à implantação dos Cursos de Pós-Graduação em Educação; b) Trabalhos citados e classificados segundo os temas do Grupo A do Referencial Temático.

AGRADECIMENTOS

Incontáveis são os colaboradores diretos e indiretos que possibilitaram a concretização desta tese: *Glaura Vasques de Miranda*, orientadora, amiga, exemplo de sabedoria, disciplina e trabalho, em todos os momentos deste Doutorado;

Gilda Maria Braga, a quem devo o irromper da fagulha do amor à pesquisa;

Vera Amália Amarante Macedo, professora, amiga, colega e incentivadora no processo de opção pela carreira docente;

Edmundo, querido companheiro, meu mestre em Informática;

Mariana, minha querida filha, pelo estímulo, sabedoria, alegria e amor;

Irmãos, Cunhadas, Sobrinhos, Parentes;

Amigos e Colegas de todos os tempos, especialmente os *Colegas do INEP;*

Secretárias Domésticas, jovens mulheres que garantiram as rotinas do lar;

Professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais:

Magda Becker Soares, Carlos Roberto Jamyl Cury, Ana Maria Casassanta, Leila Mafra, Miguel Arroyo, Edil de Vasconcelos Paiva, pelo que recebi de cada um, dádivas materializadas em demonstrações de inteligência, dedicação, entusiasmo e devotamento à causa educacional;

Estimados *Colegas, Professores e Servidores Técnico-Administrativos do Departamento de Ciência da Informação e Documentação e Pessoal do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação, da Universidade de Brasília -UnB*, a quem devo as condições necessárias à realização do meu trabalho de aperfeiçoamento acadêmico;

Pessoal da CAPES;

Professores e Colegas da Escola de Biblioteconomia da UFMG;

Professores do Mestrado do IBICT/UFRJ;

Congregação das *Irmãs Clarissas Franciscanas* de Corinto - MG, minha terra natal e Congregação das *Irmãs Marcelinas* de Belo Horizonte - MG, pelos sólidos ensinamentos, da infância à juventude.

Outros eminentes colaboradores:

Maria de Lourdes Fávero (UFRJ), Hugo Zimelmann (Colegio del Mexico), Etelvina Lima, Antônio de C. Lisboa Miranda, Antônio A. Briquet de Lemos, Odilon Pereira da Silva, Tarcísio Zandonade, Murilo B. da Cunha, Laudienne Coutinho Vieira,

Janette Marquerite Kremer; João Evangelista de Andrade Filho.

Pessoal da Biblioteca da FAE, especialmente a bibliotecária Mary Dantas;

Pessoal Técnico-Administrativo da FAE;

Todos os *Autores citados* nesta tese;

Antepassados, “gigantes” de cujos ombros me projetei:

Cícero Octaviano de Alvarenga e Abília de Oliveira Alvarenga, meus pais;

Tia Izalda;

Autores citados nesta tese, já falecidos, mas que legaram à posteridade seus pensamentos;

Mestres ascencionados e seres que moram na imensidão do universo supostamente incognoscível.

Aos Colaboradores devo o melhor desta tese.

RESUMO

ALVARENGA, Lídia. **A Institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil**; estudo bibliométrico dos artigos publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos; 1944-74. Belo Horizonte : Universidade Federal de Minas Gerais/ Faculdade de Educação, 1996. 231p. [Tese de Doutorado orientada por *Glaura Vasques de Miranda*].

Esta tese é constituída de um estudo bibliométrico de artigos pertinentes ao processo de institucionalização da Pesquisa Educacional, publicados na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, INEP, de 1944 a 1974. Apresenta-se uma reflexão, a partir da literatura, sobre a Pesquisa Educacional, numa perspectiva histórica e conceitos de Ciência, Saber, Ciência da Educação, Pesquisa Educacional, pesquisa, Ciência da Informação, Bibliometria, citações e do periódico especializado na comunicação formal de conhecimento, destacando-se peculiaridades da área da Educação. Os objetivos da pesquisa se caracterizam fundamentalmente pela sua vinculação à Ciência da Informação e à área da Pesquisa Educacional: desenvolver uma análise bibliométrica dos artigos da RBEP; usar conceitos e princípios da *Arqueologia do Saber* de Michel Foucault, como suporte a estudos de artigos de periódicos e citações pertinentes a um campo específico de conhecimento; conhecer o comportamento de uma publicação periódica, segundo análise dos artigos nela publicados e seus padrões de citações; levantar elementos para a descrição do processo de institucionalização da Pesquisa Educacional, via literatura periódica. Partiu-se do pressuposto de que o periódico é fonte privilegiada para o conhecimento do objeto desta pesquisa, e propõe-se que um estudo bibliométrico, seja um instrumento válido para a complementação de um trabalho arqueológico. Outra pressuposição se refere às características polifônicas, intertextuais, pragmáticas e elitistas do conhecimento pertinente a um campo de saber, vislumbrando-se a existência de sistemas de exclusão e dispersividade, no processo de comunicação dos conhecimentos que formam a Pesquisa Educacional. Categorias empíricas e gnosiológicas constituíram-se em ângulos de visão para a análise dos dados, organizados em dois estratos complementares: os *artigos* e as *citações* neles ocorridas. Os resultados da pesquisa podem vir a contribuir com informações para a descrição do conhecimento formador do processo de institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil, principalmente sobre a posição da RBEP, ao mesmo tempo como fonte importante para o registro da produção de conhecimento na área, e como instrumento de ocultação de manifestações relevantes que fazem parte dessa realidade, tendo em vista a ocorrência de tendências político-ideológicas que subjazem ao processo de publicação de seus artigos.

PALAVRAS-CHAVES: Pesquisa Educacional - Bibliometria - Ciência da Informação - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - Citações - Comunicação Científica - Periódico Especializado - Anísio Teixeira - Michel Foucault

ABSTRACT

ALVARENGA, Lídia. The Institutional Development Process of Educational Research in Brazil; a bibliometric analysis of the *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, RBEP*; 1944-1974. Belo Horizonte, Brazil : Minas Gerais Federal University. Education. Faculty, 1996. [Doctorate thesis].

This is a bibliometric study of journal articles which report the institutional development of Educational Research in Brazil, published in the *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP), from the Brazilian National Institute for Educational Studies and Research (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, INEP), from 1944 to 1974. A literature review of Educational Research in historical perspective is presented. The concepts of Science, Knowledge, Education Science, Educational Research, Research, Information Science, Bibliometrics, Citation and the specialized journal in the communication of knowledge are discussed, with special emphasis on the educational area. Additional concepts along with theoretical and methodological principles originating from several disciplines are also discussed. The objectives of this dissertation are essentially connected to the areas of Information Science and Educational Research: to develop a bibliometric analysis of the articles from RBEP; using the concepts and principles of Knowledge Archaeology, as described by Michel Foucault, to study journal articles and citation in a specific knowledge area; to study the behavior of a specialized journal through an investigation of its articles and citation patterns; to establish, through the journal literature, elements for the description of Educational Research institutional development. It is assumed that the specialized journal is a privileged source for the communication of knowledge in a subject area, and that a bibliometric study, built on the paradigms offered by Information Science, is an effective tool for the accomplishment of an archaeological work. An additional assumption is related to the polyphonic, intertextual, pragmatical and elitist patterns in a specific knowledge area, calling for the existence of exclusion and scattering systems in the knowledge communication process of Educational Research. Empiricist and gnosiological/epistemological categories build up the prospective view for the analysis of data, organized into two complementary strata: the journal articles and their citations. The results may contribute with new information for the description of the kind of knowledge that developed the institutional process of Educational Research in Brazil, mainly the role of RBEP, at the same time may be a source for the study of the record of knowledge production in the area, as well as of a concealing tool of important expressions on the subject, which due to political and ideological trends of the time remain dormant underneath the publication process.

KEY-WORDS: Educational research - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Brazil) - Bibliometry - Citation analysis - Anísio Teixeira - Michel Foucault - Scientific Communication - Information Science - Specialized journals.

SIGLAS E ABREVIATURAS

ABE - Associação Brasileira de Educação
ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
BBE - Bibliografia Brasileira de Educação
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CBPE - Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CCT - Conselho Científico do CNPq
CEDES - Centro de Estudos Educação e Sociedade
CFE - Conselho Federal de Educação
CILEME - Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CRPE - Centro Regional de Pesquisas Educacionais
CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo
EUA - Estados Unidos da América
FAE/UFMG - Faculdade de Educação
FCC - Fundação Carlos Chagas
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FUNTEC - Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISI - Institute of Scientific Information
LEC - Liga Eleitoral Católica
MCT - Ministério de Ciência e Tecnologia
MEB - Movimento de Educação de Base
MEC - Ministério da Educação e Cultura
n. - número, fascículo
NSF - National Science Foundation
p. - página
PADCT - Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PED - Programa Estratégico de Desenvolvimento
PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação
PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SCT - Secretaria de Ciência e Tecnologia
SNDCT - Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB - Universidade de Brasília
UNICAMP - Universidade de Campinas, SP

USP - Universidade de São Paulo
v. - volume

QUADROS

	<u>Pag.</u>
<u>QUADRO 1</u> DISTRIBUIÇÃO POR TIPO E NACIONALIDADE DOS ARTIGOS PERTINENTES À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EDUCACIONAL NA RBEP/INEP; 1944-74	120
<u>QUADRO 2</u> PERIÓDICOS NACIONAIS COMO SUPERFÍCIES PRIMEIRAS DE EMERGÊNCIA DO DISCURSO	123
<u>QUADRO 3</u> PRODUTIVIDADE DE ARTIGOS DA RBEP PERTINENTES À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EDUCACIONAL, POR FASES DE GOVERNOS	126
<u>QUADRO 4</u> PERCENTUAIS DE COBERTURA TEMÁTICA REFERENTES AOS ARTIGOS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO E FORA DA ÁREA POR FASES DE GOVERNOS	127
<u>QUADRO 5</u> ÍNDICES TEMÁTICOS DOS ARTIGOS PERTINENTES À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EDUCACIONAL PUBLICADOS NA RBEP, NAS FASES DE GOVERNO	129
<u>QUADRO 6</u> DISTRIBUIÇÃO DE AUTORES POR ARTIGOS PERTINENTES À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EDUCACIONAL	147
<u>QUADRO 7</u> AUTORES PRODUTORES DE DOIS OU MAIS ARTIGOS PERTINENTES À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EDUCACIONAL NAS FASES DE GOVERNO	149
<u>QUADRO 8</u> DISTRIBUIÇÃO DE CITAÇÕES NOS ARTIGOS PERTINENTES À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EDUCACIONAL PUBLICADOS NA RBEP/INEP	152
<u>QUADRO 9</u> DISTRIBUIÇÃO POR CITAÇÕES OCORRIDAS NOS ARTIGOS SOBRE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EDUCACIONAL PUBLICADOS NA RBEP	153
<u>QUADRO 10</u> INCIDÊNCIA DE CITAÇÕES POR GRUPOS DE TRABALHOS CITADOS NOS ARTIGOS PERTINENTES À INSTITUCIONA- LIZAÇÃO DA PESQUISA EDUCACIONAL PUBLICADOS	154
<u>QUADRO 11</u> DISTRIBUIÇÃO DE AUTORES POR CITAÇÕES RECEBIDAS NOS ARTIGOS DA REBEP	156

<u>QUADRO 12</u>	AUTORES MAIS CITADOS NOS ARTIGOS PERTINENTES À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EDUCACIONAL NO BRASIL PUBLICADOS NA RBEP	157
<u>QUADRO 13</u>	AUTORES MAIS PRODUTIVOS E MAIS CITADOS NOS ARTIGOS DA RBEP	158
<u>QUADRO 14</u>	TRABALHOS CITADOS POR TIPOS DE DOCUMENTOS NOS ARTIGOS DA RBEP	171
<u>QUADRO 15</u>	DISTRIBUIÇÃO DOS PERIÓDICOS E EVENTOS CITADOS	172
<u>QUADRO 16</u>	RELAÇÃO DE PERIÓDICOS E EVENTOS MAIS CITADOS NOS ARTIGOS PERTINENTES À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EDUCACIONAL PUBLICADOS NA RBEP	173
<u>QUADRO 17</u>	OCORRÊNCIA DE CITAÇÕES COMPLETAS NOS ARTIGOS PERTINENTES À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EDUCACIONAL PUBLICADOS NA RBEP	174
<u>QUADRO 18</u>	TEMÁTICAS/ASSUNTOS DOS TRABALHOS CITADOS	176
<u>QUADRO 19</u>	LÍNGUAS DAS CITAÇÕES	178
<u>QUADRO 20</u>	ANOS DE PUBLICAÇÃO DOS TRABALHOS CITADOS	179

INTRODUÇÃO

Do exercício do magistério no Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília - UnB e do desempenho da função administrativa de titular da Coordenadoria de Documentação e Informação no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inep, surgiram os questionamentos que motivaram o desenvolvimento desta pesquisa cujos resultados, ora apresentados, pretendem contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre um campo específico do saber, a Pesquisa Educacional, no período anterior à implantação dos Cursos de Pós-Graduação em Educação no Brasil.

Vislumbrando-se a possibilidade de se empreender tal estudo, tendo como fonte o *periódico especializado*, foram formuladas originalmente as seguintes questões, encadeadas entre si:

1. Quais seriam os princípios fundantes e métodos de trabalho a serem observados para o levantamento de uma bibliografia que servisse de material para um estudo bibliométrico que caracterizasse o processo de institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil?

2. Os elementos e princípios constantes da “*Arqueologia do Saber*” de Michel Foucault (1969) e da Bibliometria, campo de pesquisa que se insere no âmbito da Ciência da Informação, prestar-se-iam como parâmetros para definições básicas de abordagem ao problema, tal como à primeira vista parecia ocorrer?

3. Quais seriam as temáticas/ objetos mais relevantes passíveis de descrever o processo de institucionalização da Pesquisa Educacional, no período de interesse desta pesquisa?

4. Aceitando-se o periódico especializado como fonte formal privilegiada, para o estudo da evolução de uma área de conhecimento, quais seriam as características dos

artigos e do processo de publicação passíveis de refletir a trajetória histórica desse campo do saber?

5. Qual seria o periódico nacional da área da Educação, cujo discurso fosse representativo do conhecimento pertinente à institucionalização da Pesquisa Educacional no País, e tenha tido uma produção regular e contínua, no período anterior à implantação dos Cursos de Pós-Graduação em Educação?

Essas questões básicas, serviram para nortear os processos de reflexão, problematização e construção metodológica desta tese, que pretende evidenciar enunciados novos para a descrição da realidade em foco, enriquecer ou ratificar aqueles eventualmente já conhecidos.

Se vistos em relação às áreas de conhecimento envolvidas, os objetivos deste trabalho podem se classificar em dois grupos distintos que visam: a) contribuir para o avanço do contexto teórico-epistemológico da Ciência da Informação; b) possibilitar uma descrição do processo de institucionalização da Pesquisa que dá suporte à Ciência da Educação - a Pesquisa Educacional - no período anterior à implantação dos Cursos de Pós-Graduação em Educação no Brasil

Os objetivos voltados aos interesses da Ciência da Informação se restringem a: levantar um campo de possibilidades de utilização de princípios e conceitos da “*Arqueologia do Saber*”, como suporte a estudos que tenham como fonte uma publicação especializada; verificar os padrões de citações ocorridos nessa fonte; conhecer o comportamento de uma publicação periódica, segundo a análise dos artigos publicados.

Os objetivos que se relacionam diretamente aos interesses da Ciência da Educação prendem-se fundamentalmente a levantar alguns traços descritivos do processo de institucionalização da Pesquisa Educacional, através do discurso veiculado por periódico reconhecidamente importante da área, tendo como base análises bibliométricas.

O Capítulo 1 desta tese inclui: a conceituação de *pesquisa*, *Pesquisa Educacional*, *Ciência da Educação*, *ciência e saber*; revisão de literatura, constando

pesquisas que tivessem por objeto a Pesquisa Educacional, referentes aos períodos que antecede e que sucede à implantação da pós-graduação em Educação; e a enumeração de alguns fatos e nomes que balizaram fases importantes do processo evolutivo da Pesquisa Educacional, como campo autônomo de saber no Brasil e no Exterior.

O conhecimento que forma o primeiro capítulo, em parte incorporado anteriormente à intenção de se desenvolver a presente pesquisa, e em parte adquirido intencionalmente, com a finalidade de subsidiá-la, tem por objetivo apresentar conceitos e informações contextualizados, pertinentes ao objeto, tal como requer a fase da problematização integrante do processo de observação e análise de uma realidade.

A revisão de literatura sobre o tema permitiu a constatação de que os registros documentais publicados, com os quais se estabeleceu contato, parecem não ter ainda esgotado as possibilidades de caracterização do processo de institucionalização da Pesquisa Educacional, como campo autônomo do saber, fato que veio referendar o intento de se focalizar, uma vez mais, a Pesquisa Educacional, no período que antecede à implantação dos Cursos de Pós-Graduação em Educação no Brasil.

Os demais capítulos informam sobre: Capítulo 2 - discussões sobre conceitos e usos de teorias nos trabalhos de pesquisa e sobre fundamentos teórico-metodológicos utilizados na construção das estratégias de abordagem ao problema/ objeto da tese e nos diálogos com os dados empíricos. Capítulo 3 - material, pressupostos norteadores do trabalho, categorias de análise e os parâmetros observados na metodologia; Capítulo 4 - resultados da pesquisa, constituindo-se do relato da leitura dos dados, bem como de algumas discussões e interpretações pertinentes;. Capítulo 5 - considerações finais, limitações da tese e sugestões de possíveis avanços nessa linha de pesquisa; Capítulo 6 - bibliografia consultada.

Os dois Anexos à tese têm por finalidade identificar os documentos utilizados e a classificação temática construída, evocada em vários momentos da pesquisa. Todo o material empírico, assim como outras séries de documentos citantes e citados, acham-

se arquivados em memória de computador e encontram-se disponíveis para pesquisadores que deles necessitarem, com a finalidade de realizarem pesquisas acadêmicas.

A experiência como Professora do Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília - responsável em vários momentos pela disciplina "*Formação e Desenvolvimento de Coleções*" que inclui, dentre os métodos utilizados para análises de coleções de documentos, a chamada *Bibliometria*, inserida em um campo de pesquisa denominado pelos norte-americanos de "*Scientometrics*" - despertou a autora desta tese para a possibilidade de uso desses métodos, com a função precípua de análise de facetas do processo de formação de uma área específica do saber.

Por outro lado, os estudos das fontes de informações na disciplina "*Bibliografia Especializada III - Educação*"¹ evidenciaram o desejo de aplicação desse instrumental, na área específica da Educação, dando continuidade aos estudos com periódicos da área da Educação, desenvolvidos como dissertação do Mestrado em Ciência da Informação, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, concluído em 1984. Daí a escolha do Programa de Doutorado em Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade onde a autora se graduou como Bacharel em Biblioteconomia.

A escolha do tema de pesquisa e o Doutorado em outra área, diferente da graduação e mestrado, justifica-se também como uma tentativa de suprir o próprio modelo de formação do Bibliotecário e do Cientista da Informação, no Brasil, modelo que se constituiu de forma diferente de outros países onde os profissionais, para atuarem com serviços de informações documentais, técnicas e científicas, são formados em nível de Pós-Graduação, após a formação específica em um dos ramos científicos ou profissionais de sua escolha, tais como, a

¹Essa disciplina tem como ementa o estudo das fontes bibliográficas para os estudos e pesquisas das áreas das Ciências Sociais e Humanas, com a possibilidade de destaque para uma sub-área específica dessa vertente, procurando-se conciliar um possível interesse social vigente com os conhecimentos específicos de alguma área do conhecimento por parte do professor designado para a disciplina. No caso específico da autora, quando assumiu essa disciplina, algumas vezes foi dado destaque á área da Educação, por motivo de sua familiaridade com essa área, em decorrência da pesquisa sobre periódicos em Educação, no Mestrado, e de sua experiência como coordenadora do Sistema de Informações Bibliográficas em Educação - SIBE, rede de bibliotecas e banco de dados, naquele momento planejados, implantados e dirigidos pela autora, como parte dos programas de trabalho do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP (período 1980-84).

Educação, Psicologia, Medicina, Química, Física, Ciências Sociais, Direito, Administração, Economia, etc.

O modelo universitário brasileiro, nesse particular, obviamente se encontra em consonância com a imprevisibilidade do mercado de trabalho do País e a baixa valorização da informação pelos setores científicos, administrativos, produtivos e educacionais da sociedade. Uma formação generalista é facultada aos futuros profissionais que, somente quando inseridos no sistema produtivo, apropriar-se-ão, às vezes de forma autodidata, pela própria prática de trabalho, dos conhecimentos mais profundos requeridos por um especialista que pretenda atuar ou pesquisar, tendo como objeto documentos e informações de uma área específica do conhecimento.

Como contribuição para os estudos das áreas de Ciência da Informação e da Educação, e quiçás da Arqueologia do Saber, esta pesquisa tentará trabalhar com a análise de artigos de periódicos e citações, aproveitando-se de elementos teórico-metodológicos disponíveis nessas áreas e em outros campos fronteiriços, caracterizando-se fundamentalmente como um estudo documental, com abordagem histórica, para o qual os referenciais teórico-metodológicos envolvidos são passíveis de concorrer.

Com a consciência de inúmeras limitações, a partir do mapeamento de elementos constitutivos dos artigos de periódicos, pretende-se mostrar a possibilidade de se chegar a uma descrição que extrapole à mera enumeração de fatos, precursores, tendências e métodos e que permita evidenciar algumas características do processo discursivo que subjaz à institucionalização da Pesquisa Educacional no País.

Espera-se que esta tese possa contribuir, de alguma forma, para o enriquecimento do discurso desse domínio de saber que, como muitos outros no Brasil, é carente de conhecimentos sobre si mesmo.

CAPÍTULO 1

A PESQUISA EDUCACIONAL

1.1 Os conceitos de pesquisa, Pesquisa Educacional e Ciência da Educação

Embora o desenvolvimento da presente tese possa vir a atender a sugestões de pesquisadores, no sentido de um maior aprofundamento no estudo das questões epistemológicas da Pesquisa Educacional, os documentos que constituem seu universo empírico, conforme será visto adiante, não foram escolhidos por se constituírem exclusivamente de resultados de pesquisas *científicas* sobre esse campo de conhecimento. Daí a necessidade de se fazer algumas reflexões sobre os conceitos definidores da realidade que se propõe estudar.

Procurando-se uma maior compreensão dos conceitos de *Pesquisa e Pesquisa Educacional*, presentes na literatura, constata-se sua vinculação com os conceitos de *saber* e de *ciência*.

Segundo Hilton Japiassu o *saber*, seria:

"todo um conjunto de conhecimentos metodicamente adquiridos, mais ou menos sistematicamente organizados e susceptíveis de serem transmitidos, por um processo pedagógico de ensino" (JAPIASSU, [s.d.], p.15).

Nesse sentido, o *saber* incluiria, tanto aos saberes de ordem prática - o *saber fazer*, o saber técnico - como os de ordem intelectual e teórica. O *saber*, em geral, compreenderia uma série de disciplinas, de diversas naturezas, que vão desde as Ciências - Matemáticas, Empíricas e Positivas - aos saberes chamados de especulativos, não considerados *ciência* e que se dividiriam em saberes racionais, no qual se inclui a Filosofia, os saberes crentes ou religiosos e a Teologia.

Todo *saber* humano relaciona-se a um *pré-saber* que pode ser constituído de:

a) caracterizações pejorativas, tais como, a opinião, o senso comum e o conhecimento comum ou vulgar; b) caracterizações positivas - empiria, experiência, por vezes arte, opinião válida; e

outros tipos de caracterizações como, por exemplo, o conceito de *episteme*, presente no pensamento de Michel Foucault (JAPIASSU, [s.d.], p.18).

Segundo FOUCAULT, saber seria:

“um conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e que são indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar[...]. Um saber é aquele de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que adquirirão ou não um estatuto científico[...]; um saber é também o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso [...]; um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, são aplicados e se transformam [...]; finalmente um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso [...]. Há saberes que são independentes das ciências (que não são nem seu esboço histórico, nem o avesso vivido) mas há saber sem uma prática discursiva definida e toda prática discursiva pode-se definir pelo saber que ela forma” (1969, p.220).

O termo *saber* incorpora um sentido mais amplo que o termo *ciência*. O *pré-saber* seria uma realidade cultural relativa ao *saber* ou à *ciência*. É relativamente ao *saber* que há um *pré-saber*, que comporta aquilo que o saber não deveria aprovar, como os preconceitos, os erros, e também a parte indispensável ao *saber*.

Antes do surgimento de um saber ou de uma disciplina científica, há sempre uma primeira aquisição de estados mentais, já formados de modo mais ou menos natural, ou espontâneo, ainda não científicos. A relação do *saber* com o *pré-saber* é que define, na epistemologia atual, as categorias epistemológicas significativas mais correntes, tais como: *obstáculos epistemológicos*; *corte epistemológico*; *vigilância epistemológica*; *recorrência epistemológica*² (JAPIASSU, [s.d.]).

O *saber*, afirma Roberto Machado:

“[...] constitui uma positividade mais fundamental do que a ciência, possuindo critérios internos de ordenação independentes dos dela e a ela anteriores, e funciona mesmo como sua condição de possibilidade,

² Para maior aprofundamento desses conceitos Japiassu remete a Gaston Bachellard: *“La formation de l’esprit scientifique”* e *“Rationalisme appliqué”*, cap.IV.

a ponto de se poder afirmar que não há ciência sem saber, enquanto que o saber, enquanto saber, tem uma existência independente de sua possível transformação em saber científico" (MACHADO, 1992, p.84).

Já o filósofo Álvaro Vieira Pinto distingue três grandes etapas, no processo de conhecimento: a) a fase dos *reflexos primordiais*; b) a do *saber*; c) a da *Ciência*.

A fase dos *reflexos primordiais* seria:

“a fase em que o conhecimento se faz com a ausência da consciência e por isso abarca a quase totalidade do tempo de evolução das espécies. A consciência aparece no período inicial, nos primórdios biológicos e cronologicamente imprecisos do processo de hominização, quando o animal humano começa a trabalhar sobre a natureza, em um ato de conjugação social de esforços” (PINTO, 1979, p.21).

Ao galgar mais uma etapa no processo de seu desenvolvimento como ser humano, pelo domínio da natureza, o homem alcançaria o *saber*, conhecimento reflexivo, que seria:

“ uma fase humana de alto progresso e abrange formas culturais e civilizatórias grandemente avançadas, onde se encontram portentosas realizações materiais e criações culturais que permanecem, como marcos distintivos de momentos superiores, no processo histórico de hominização” (PINTO, 1979, p.27, 28).

Compreender-se-ia este o *saber* que se transmite não por herança, como no mundo animal, mas pela educação, numa transmissão de caráter eminentemente social. O *saber*, ainda segundo Vieira Pinto, seria caracterizado pela fase de conhecimento em que o homem apenas sabe que sabe, mas não sabe, ainda, como chegou a saber, aspecto este que caracteriza a ciência:

“Em toda sociedade, o momento do saber precede logicamente o do conhecimento científico, mas se entrelaça com ele, de modo que, mesmo nas condições sociais cultas atuais, os dois se interpenetram, embora pelas suas características se distingam, como duas etapas do processo gnosiológico. No nível do saber, o homem organiza o conhecimento em formas preliminares surgidas para atender a necessidades práticas imediatas, porém, não alcança o plano da organização metódica.” O que distinguiria o saber da ciência é que na primeira dessas etapas falta a intenção de organizar metodicamente o conhecimento, de proceder à descoberta da verdade, de acordo com o projeto e critérios metódicos...” (PINTO, 1979, p 28, 29).

A ciência seria, nesse sentido, o *saber* metódico, segundo o pensamento de Vieira Pinto:

“[...] Ao se tornar metódico, mudou de qualidade a natureza do conhecimento. O aspecto principal desta mudança consiste em que o saber é intencionalmente concebido para servir à transformação da realidade e por isso os cientistas adquirem a consciência da necessidade de representar racionalmente, isto é, metodicamente, as articulações objetivas existentes entre as coisas, para efeito de dominar e utilizar os fenômenos que têm lugar no mundo material”.[...] “A ciência é a investigação metódica e organizada da realidade, para descobrir a essência dos seres e dos fenômenos e as leis que os regem, com o fim de aproveitar as propriedades das coisas e dos processos culturais em benefício do homem. Sendo reflexo da realidade no pensamento do homem - reflexo que se tornou consciente dessa qualidade - a ciência não é apenas auto-reflexiva, no sentido de ser a captação do dado eventual de que se ocupa mas, compreende que o modo de proceder, o interesse que a determina e passos da investigação de um objeto a outro, lhe é imposto pelas ligações causais e pelas relações interiores entre as coisas [...]” (PINTO, 1979, p.29 e 30).

O conceito de *ciência*, desde sua institucionalização, com a organização da Royal Society, na Inglaterra, no Século XVI, até nossos dias, vem sendo objeto de discussão e divergência entre os membros das comunidades científicas das diversas áreas. Com o desenvolvimento das Ciências Físicas e Naturais, a partir do Século XVII, popularizou-se o método experimental de pesquisa científica e fez com que as formas de conhecimento filosófico, religioso e artístico se vissem empobrecidas e relegadas a um plano secundário.

O iluminismo representa um período fecundo para as Ciências Naturais, começando com Newton e Galileu e, sob essa influência, nasceram no Século XIX as Ciências Sociais que se propunham adotar uma metodologia científica baseada "*nas verdades eternas da natureza humana, purgada dos preconceitos histórico-culturais e seguir o método nomológico-dedutivo das ciências naturais com vistas a formular leis científicas sobre os seres humanos*" (HEKMAN, 1986, p. 20).

Nesses princípios, pautava-se o *positivismo* contra o qual se posicionaram criticamente os adeptos da Sociologia do Conhecimento que argumentavam em favor da adoção,

pelas Ciências Sociais, de uma metodologia distinta das Ciências Naturais, por serem seus objetivos radicalmente diferentes.

As correntes do *existencialismo*, *fenomenologia*, do *humanismo* e do método *dialético* reforçam essa crítica, embora tenha sido realmente marcante no Brasil a influência da ideologia *positivista* na prática educacional e, particularmente, na Pesquisa Educacional.

Os conceitos de *saber* e suas relações com a *ciência* são aqui evocados, não somente no intuito de se esclarecer o conceito de Ciência da Educação e Pesquisa Educacional, mas, também, para a caracterização da natureza dos discursos tomados como material nesta pesquisa, como se verá com maior nitidez, em outras partes do texto da presente tese, especialmente no que diz respeito à adoção da “*arqueologia do saber*”, como fundamento para se estudar os discursos materializados em artigos de periódicos.

Ainda à guisa de esclarecimentos sobre o objeto de pesquisa desta tese, prosseguir-se-ão esforços para a elucidação das condições em que se desenvolveu o processo de institucionalização da Pesquisa Educacional, desta feita fazendo-se uma reflexão sobre a gênese, estrutura e métodos da Ciência da Educação, como área específica de conhecimento.

GOERGEN (1986, p.2), polemiza, levantando a questão:

“Não seria o fato de a ciência da educação ainda não ter conseguido demarcar bem os seus limites e suas especificidades em termos de método e conteúdo, movimentando-se em terreno movediço, amparada ora numa ora noutra ciência vizinha, a razão pela qual as ciências estabelecidas insistem em lhe negar reconhecimento?”.

O autor afirma ainda existir um certo desprestígio da Ciência da Educação, no contexto acadêmico, em relação às ciências cujos estatutos epistemológicos se acham mais cientificamente ancorados.

Há quem diga ser a Educação uma arte, assim como por exemplo, a Medicina. Na realidade, trata-se de um campo interdisciplinar que se desenvolveu pelo concurso de diferentes disciplinas.

Em seu dicionário pedagógico, LUZURIAGA (1960) afirma possuir a Ciência da Educação objetivos e métodos próprios, embora guardando relação com outras ciências: as ciências da vida física do homem (Antropologia, Biologia, Fisiologia); as ciências da vida psíquica (Psicologia e a Psicanálise); as ciências da vida social (a Sociologia, a Economia e o Direito; as ciências da vida espiritual (a Filosofia, a Metafísica). Entretanto, para o referido autor, algumas dessas ciências são mais fundamentais para a Ciência da Educação, tais como a Filosofia, a Psicologia e a Sociologia.

MELLO (1983) atribui ao processo de adoção de modelos emprestados à Psicologia, à Sociologia, à Economia, à Ciência Política, etc., modelos esses, muitas vezes produzidos em outras culturas, a inexistência e carência de esquemas teórico-interpretativos consistentes aplicáveis aos objetos de estudo da Ciência da Educação.

Uma discussão sobre os vários conceitos de *pesquisa* e *Pesquisa Educacional*, preconizados por autores diversos, poderia levar à compreensão de duas vertentes de concepções: uma mais restritiva, calcada na *Ciência*, e que poderia denominar-se *epistemológica*, e outra mais ampla, fundamentada no *saber* e que poderia ser chamada de vertente *arqueológica*.

HYLLA, citado por ABREU (1956) representando o pensamento da corrente germânica, identifica dois tipos de pesquisas educacionais: a) as pesquisas estritamente experimentais ou científicas, com o uso de experiências, de raciocínios indutivos, de verificação, por meio de novas experiências, dos resultados obtidos em cada fase de trabalho, envolvendo medidas, métodos, estatísticas e observações tão objetivas quanto possíveis; b) pesquisas filosóficas, como as empreendidas no campo da Educação Comparada, da História da Educação, da Administração Escolar, etc., jogando-se basicamente com raciocínios especulativos e dedutivos sobre valores.

Assim, na primeira vertente, estaria incluída a Pesquisa Educacional que poderia ser chamada *científica* e na segunda estariam incluídos os outros tipos de pesquisas educacionais, que obedecem a outras ordens ou pertencem a naturezas diversas.

Para CORNELL, também citado por (ABREU 1956), a pesquisa seria “*latu sensu*” a atividade de coleta de informações, ou observação da realidade, de modo ordenado e sistemático, de maneira a chegar a normas sistemáticas de ação racional. Uma amplitude de concepção, bem mais clássica quanto ao campo e menos rígida metodologicamente do que a proposta de Hylla.

A posição inglesa, como define Ben MORRIS, advoga que:

"a pesquisa é apenas uma forma de reflexão crítica sobre a experiência, incluindo a busca (e respectiva interpretação) do que é móvel na experiência; a pesquisa educacional é mais considerada como a aplicação desse ângulo crítico ao estudo profissional da educação" (ABREU, 1956).

O sentido amplo, atribuído ao termo *Pesquisa Educacional* por Jayme Abreu, é que foi adotado nesta tese e que se acha sintetizado na seguinte afirmação:

"Pesquisa Educacional [constituir-se-ia como] um termo amplo que abriga não só experiências destinadas a descobrir novos fatos ou as relações entre os fatos, mas incluindo também as atividades escolásticas, históricas ou filosóficas que, embora possam conduzir à descoberta de novos fatos ou a redescoberta de fatos velhos se aplicam frequentemente à reinterpretação de fatos já bem conhecidos" (ABREU, 1969).

Objetivando estudar a produção de pesquisas educacionais no Brasil e tendo em vista que o conceito de *produção científica* pressuporia o conhecimento obtido pelo rigor do método científico, FREITAS (1990) discute o âmbito de abrangência da produção, na área da Educação e, nessa discussão, retoma o pensamento de outros autores. A autora cita Jacques Velloso que assim se expressa sobre o tema:

"Uma definição mais ampla de produção científica incluiria também trabalhos não de pesquisa propriamente dita mas que possuíssem rigor científico no tratamento dos temas. Esse rigor pressupõe o emprego de conceitos de modo não ambíguo e a discussão de seu significado, das limitações e implicações destes conceitos e dos esquemas conceituais empregados, além de coerência lógica no desenvolvimento das idéias" (VELLOSO, 1978, p. 68 *apud* FREITAS, 1990).

O conceito expresso por VELLOSO, continua Elizabeth de Freitas, embora adequado ao campo da ciência, seria restritivo em relação ao campo da Educação que é vista também como arte - arte de ensinar; daí a sugestão do mesmo autor, para que se o amplie, ainda

mais, com a inclusão de outros trabalhos, além dos de pesquisa, como por exemplo os textos didáticos de materiais de ensino, versando sobre didática, bem como os ensaios e outros trabalhos decorrentes da elaboração de projetos educacionais.

Continua Velloso (*apud* FREITAS, 1990):

“[...] a meio caminho da produção, nesses dois extremos o da educação científica e o da educação/arte [...] estariam outros trabalhos cuja [...] sucessão de categorias poderia ser vista como um continuum que vai desde o trabalho de natureza basicamente indagativa até o trabalho essencialmente normativo. Pelas características que lhe são próprias, no trabalho de pesquisa indagativo está presente um maior rigor científico. Este diminui nos ensaios e nos projetos educacionais, podendo dissipar-se quase que completamente em produtos de natureza basicamente artística”.

Ao se considerar como *saber*, nesta tese, os possíveis discursos pertinentes ao processo de institucionalização da Pesquisa Educacional, extrapolam-se de certa forma os questionamentos sobre a natureza dos documentos que se constituem na produção da área da Educação, questionamentos esses que, entretanto, são de fundamental importância no processo de amadurecimento desse campo de conhecimento, como área de pesquisa.

1.2 O campo da Pesquisa Educacional: uma perspectiva histórica

Como consequência natural do instinto de sobrevivência, manifestado pelo desejo de dominar e possuir, e pelos anseios do homem de conhecimento de sua própria essência, das coisas e dos fenômenos, originam-se os diversos campos do saber, constituídos pelas categorias específicas de objetos focalizados.

O desenvolvimento de cada ramo de conhecimento, a partir de sua expansão como um campo autônomo, faz emergir a necessidade de sua institucionalização no sistema geral de organização dos saberes, processo este que inclui a definição de seu objeto, a caracterização de sua estrutura, teorias, métodos e limites, a criação e o desenvolvimento de instituições voltadas para a pesquisa, a produção e a divulgação do conhecimento.

Estudos tendo por objeto o conhecimento humano vêm sendo empreendidos, desde a mais remota antiguidade, e novos tipos de disciplinas, tais como a Teoria do Conhecimento, a Sociologia do Conhecimento, a Epistemologia, a História das Idéias ou da Ciência, têm-se apresentado ao longo dos séculos como formas de se pensar o conhecimento, seja em sua totalidade ou fragmento.

Segundo literatura da área das Ciências da Educação, consultada com a finalidade de subsidiar o desenvolvimento deste trabalho, há coincidência entre o pensamento de muitos pesquisadores quanto ao fato de considerarem que a pesquisa que dá suporte a esse campo específico do saber - a Pesquisa Educacional - teve maior impulso, no Brasil, a partir dos anos 50, estendendo-se esse surto de crescimento por toda a década de 60, e culminando com a implantação da Pós-Graduação em Educação, no final dessa mesma década.

Os períodos precedentes á pós-graduação são vistos como detentores de baixa produtividade de conhecimento derivado de pesquisas genuinamente educacionais e nacionais, conhecimento que se supõe tenha sido: ou importado de outros países, através de livros e artigos de periódicos, em seus originais ou traduções; ou trazido por professores que voltavam ao País, após participarem de programas oferecidos por universidades, governos estrangeiros ou organismos internacionais; ou produzido, de forma mais freqüente e sistemática, pelos Centros de Pesquisas do INEP criados em 1955.

Como parte da produção desse período, também costuma ser lembrada a pesquisa desenvolvida nas Escolas Normais em funcionamento no País e trabalhos esporádicos de intelectuais e políticos preocupados em subsidiar o planejamento e o processo educacionais, com estudos que fossem expressão da realidade nacional.

A declaração de pesquisadores de que a Pesquisa Educacional, no Brasil, tenha se tornado mais intensa e sistematizada, a partir da implantação dos Cursos de Pós-Graduação, não quer obviamente dizer que não houve pesquisa no período anterior, sobre o qual muitos autores nacionais e estrangeiros se referem como detentor de uma produção típica, conforme as experiências e constatações a seguir registradas:

Já se tornaram clássicos, no Brasil, os estudos de GOUVEIA (1971), CUNHA (1979), GATTI (1982), e MELLO (1983) sobre a Pesquisa Educacional, incluindo o período anterior à implantação da Pós-Graduação e cujos resultados contribuíram para uma melhor compreensão do conhecimento produzido até então. Ao caracterizarem e sistematizarem a produção do período, os resultados dessas pesquisas - que ora destacam temáticas privilegiadas, ora superfícies de emergência do conhecimento, ou outras tendências ancoradas na adoção de referenciais teórico-metodológicos - proporcionam aos estudiosos da área análises circunstanciadas dos momentos sucessivos pelos quais passou a Pesquisa Educacional no País.

Enfocando, especialmente, grupos e instituições produtoras, GATTI (1982) caracteriza o desenvolvimento da Pesquisa Educacional no Brasil em diferentes períodos: a década de 30, que contribuiu para a consolidação de algumas Escolas Normais de alto nível, fontes de recursos humanos em Educação e que presenciou o aparecimento dos Cursos de Pedagogia nas Faculdades de Filosofia Ciências e Letras e as primeiras tentativas de publicação sistemática de trabalhos especializados na área; a década de 60, quando emergiram alguns grupos de pesquisas nas universidades; o período 1971-72, com a criação de 10 Cursos de Pós-Graduação em Educação, strictu sensu; o marco de 1975, quando dezesseis desses cursos já se encontravam instalados.

Como reflexo das temáticas predominantes e referenciais teórico-metodológicos utilizados pelas pesquisas desenvolvidas na área, GOUVEIA (1987) detecta três ciclos históricos que refletem tendências: a) a tendência de estudos de natureza psicopedagógica, do desenvolvimento psicológico e instrumentos de medida de aprendizagem, na década de 40 e grande parte da década de 50; b) a tendência da promoção de pesquisas das condições culturais e escolares regionais e da sociedade brasileira como um todo, para efeito de elaboração gradual de uma política educacional para o País; c) do período que vai de meados de 60 até 1971 que privilegia os estudos de natureza econômica, especialmente relacionados aos recursos humanos.

CUNHA (1979) reconhece, ainda, uma quarta fase que referindo-se, não a temáticas ou teorias mas, à institucionalização da área, corresponde ao período de 1971 em

diante, com destaque do papel preponderante desempenhado pelos Programas de Pós-Graduação em Educação.

HUIDOBRO (1988), pesquisador argentino, convidado especial do INEP para um seminário sobre pesquisas educacionais, em 1988, concorda com o pensamento de pesquisadores brasileiros ao afirmar que "*a investigação educacional como preocupação e como prática se intensifica e se institucionaliza ao fim dos anos cinquenta e começo dos anos sessenta, na América Latina*", fato que não significa, entretanto, a não existência, nos períodos anteriores, de pesquisadores educacionais no cenário regional [América Latina], onde havia equipes interdisciplinares, formadas de professores de Sociologia, Política, Economia e Filosofia, que tinham a Educação como objeto de pesquisa.

A partir desse momento, instituições diretamente voltadas para a Educação como área específica, passaram a ocupar-se desse problema. Tanto no Brasil como em outros países, como a Argentina e o Chile, houve uma investigação "*psicopedagógica*" muito importante e anterior aos anos 50 e que é deixada de lado, precisamente no momento em que a educação fica claramente dependente de políticas.

O estudo de MELLO (1985, p.26-7) vem enriquecer a caracterização da trajetória da Pesquisa Educacional no Brasil, com a introdução de uma categoria de caráter político-ideológico, ao detectar a instituição de um novo marco, o ano de 1964, quando se introduz, no contexto da Pesquisa Educacional, um elemento novo - a segurança nacional - conceito que vem ocasionar uma ruptura que divide o campo de pesquisas em duas tendências distintas: a *oficial*, preconizada pelos Governos Militares, para suporte ao trinômio *educação-desenvolvimento-segurança*; e a tendência *crítica* e de denúncia ao entrelaçamento educação - desenvolvimento, para garantia da ordem e da estabilidade das instituições tradicionais. Do lado oficial, a abordagem da educação ligada à *teoria do capital humano* e do lado crítico, a abordagem que denuncia o caráter seletivo, excludente, reprodutor, autoritário e dominador das ações educacionais.

SOBRAL (1992) afirma haver ocorrido uma mudança de enfoque da Pesquisa Educacional do ponto de vista sociológico para o econômico, justificada pela mudança, no

Brasil, de uma democracia liberal de cunho populista, em que a relação entre educação e sociedade é vista através da perspectiva da educação como instrumento de mobilidade social, para uma ditadura militar, para a qual o que mais importa não é a democracia mas, o crescimento econômico.

A partir dos questionamentos desencadeados pela crise do "*milagre econômico*", vivenciado pelo País, em meados da década de 70, também fruto da ideologia militar, é identificada uma nova linha de pensamento na Pesquisa Educacional, com o deslocamento do foco das pesquisas, dos contextos macro para os microsociológicos, quando são privilegiados os estudos relacionados à apreensão de problemas relacionados ao funcionamento interno da Escola e do Sistema de Ensino.

Segundo estudiosos, as referidas tendências temáticas e ideológicas refletem as orientações políticas vigentes nos diversos momentos e que, de certa forma, influenciaram a Pesquisa Educacional.

Há também unanimidade em reconhecer que as medidas e atos jurídicos que antecederam e culminaram com a implantação da Reforma Universitária, em 1968, constituíram-se em uma crise para a Pesquisa Educacional no Brasil, desencadeando a fragmentação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e a criação das Faculdades de Educação, distanciando os educadores do convívio com os colegas das Ciências Sociais.

FAVERO (1996) esclarece que, o cumprimento do *Decreto-Lei 53 de 18/11/66* - que fixava princípios para a reestruturação das universidades federais e já antevia, em seu artigo segundo, que as Faculdades de Filosofia Ciências e Letras sofreriam transformações - e do *Decreto-Lei 252 de 28/02/67* - que, apoiando-se no princípio da racionalização de meios, também em seu artigo segundo, dispunha que "*compete à unidade própria do ensino profissional e de pesquisa aplicada a formação de professores e de especialistas em educação*" - foi promulgada a *Lei 5540 de 28/11/68* que desmembra as Faculdades de Filosofia.

“Como centros de produção e veiculação de pensamento crítico e inovador e de contestação política ao regime militar, implantado em 1964, essas faculdades, entre todas as unidades universitárias, foram as mais retalhadas, dando origem a uma dezena de novas unidades acadêmicas[...]” (FAVERO, 1996, p.29).

No bojo dessas medidas arbitrárias de controle ideológico que caracterizaram o momento histórico vivido pelo País, é também apontada, por SOBRAL (1992), a demolição pelo Governo Militar das instituições que produziam Sociologia da Educação.

Nesse sentido, a Reforma Universitária pode ser vista como um momento de ruptura, desencadeador de uma série de reorientações do Ensino Superior, incluindo dentre estas a organização da pós-graduação, justificada especialmente pelo provimento da universidade brasileira de instituições e pessoal que permitissem fazê-la cumprir sua função de pesquisa, até então incipiente ou inexistente.

1.2.1 A Reforma Universitária e suas implicações sobre a institucionalização da pesquisa e da Pesquisa Educacional no Brasil

Considerando-se que, embora a implantação da Reforma Universitária tenha contribuído para o desencadear dos trabalhos de planejamento que culminaram na implantação da Pós-Graduação, no Brasil, merecem ser discutidos, ainda que sucintamente, alguns fatos a ela relacionados.

Ao se constatar que o processo de implantação das reformas do ensino superior tenha se concretizado, sem a participação ampla da comunidade estudantil e acadêmica, ressalta-se a necessidade de se compreender os antecedentes, o momento de efetivação e o real alcance dessas reformas empreendidas pelos Governos Militares e das políticas a elas subsequentes, envolvendo Ciência, Tecnologia e Pós-Graduação.

Segundo Herbert de Souza (*apud* VEIGA, 1985), os debates ocorridos, durante o longo período de gestação da *Lei de Diretrizes e Bases - LDB (Lei 4024 de 20/12/61)* e até mesmo antes, tiveram como consequência importante, para a intelectualidade e para o movimento estudantil, a generalização de discussões sobre a educação brasileira.

Essas discussões geraram propostas para enfrentar os problemas diagnosticados na Universidade brasileira, muitas das quais culminaram em realizações concretas, tais como a criação da Universidade de Brasília -UnB (*Lei 3 998 de 15/12/61*), que instituiu um novo modelo de universidade para o Brasil.

Segundo VEIGA (1985), o fato de não ter sido a LBD uma lei rígida, mas portadora de alguma parcela de autonomia universitária, essa legislação permitiu que algumas universidades, no interregno entre a sua promulgação e os atos de Reforma Universitária, no momento de adaptação de seus estatutos internos, iniciassem um processo de modificações estruturais mais imediatas, julgadas necessárias. Cita-se a UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais, como exemplo de instituição, onde ocorreu esse tipo de procedimento.

O projeto da UnB, também concretizado antes da reforma, é citado por haver se constituído em modelo para outras universidades, mesmo em sua fase inicial de implantação, e também por se prestar à inspiração da Reforma Universitária *apressada*, realizada pelo governo do General Arthur da Costa e Silva, no período de 1966 e 1968. Entretanto, como subsídio para a Reforma Universitária, o modelo UnB de universidade apresentou-se despido das pretensões democráticas e do nível de autonomia, tal como incorporados na proposta inicial de reforma de autoria do Professor Darcy Ribeiro.

Paralelamente à proposta de Darcy Ribeiro, discutia-se outra proposta de reforma, mais profunda e radical, na qual a universidade se tornaria uma frente sensível à luta pelas reformas de base, metas do governo João Goulart. Esta proposta, fundamentada pelo filósofo Álvaro Vieira Pinto, tinha como gestora principal a UNE - União Nacional dos Estudantes, e pretendia “*transformar a Universidade em uma instância capaz de agir em favor de grupos socialmente dominados, de servir a seus desígnios e estar aberta a suas necessidades*” (VEIGA, 1985, p.92).

Ao se iniciar a fase dos Governo Militares, no Brasil, duas diretrizes podem ser detectadas, da parte da ação desse governo, em relação à comunidade universitária e científica do País e que tiveram reflexo direto na Reforma Universitária: a da *coerção*, na tentativa de reprimir os movimentos reivindicatórios, organizados por estudantes, professores

e cientistas; e da *cooptação modernizadora*, com o objetivo “*de transformar as instituições de ensino superior em instrumentos mais dóceis à formação de profissionais demandados pelo sistema produtivo e a reduzir a crítica social nas atividades de ensino e pesquisa*” (VEIGA, 1985).

Nesse contexto, a Reforma Universitária foi empreendida, pelo Governo Militar, pressionado pelo clima de descontentamento reinante entre estudantes, cientistas e autoridades universitárias. As questões que pautavam as discussões estudantis, naquele momento, centravam-se na questão dos excedentes, nas demandas pela reestruturação do ensino superior, acompanhadas por manifestações contrárias ao pagamento de taxas nas universidades públicas, e especialmente, à ingerência norte-americana, nos assuntos da educação do País³. A passeata “*Marcha pela Liberdade e Contra a Repressão*”, realizada em 26-06-68, no Rio de Janeiro, foi a maior manifestação de rua, ocorrida pós-64, com a participação de estudantes e seus familiares, professores, intelectuais, artistas, políticos e membros da Igreja.

O Ministro da Educação do Governo Costa e Silva, Tarso Dutra, procurando conter os movimentos reivindicatórios, nomeia o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, em 2/07/68, grupo este que produz, com extrema rapidez, os textos das leis que foram editadas em novembro do mesmo ano. Assim, foi definida, pela tecnocracia burocrática do Governo Militar, com o apoio de técnicos americanos, uma solução *técnica* para as demandas da comunidade universitária, que eram caracterizadas por uma *crise universitária*.

Para melhor compreensão do ambiente em que foi concretizada a Reforma Universitária, no Brasil, cumpre-se ainda salientar que, no mês seguinte à promulgação da *Lei 5 540 de 11/11/1968*, ou seja, em Dezembro de 1968 o Congresso Nacional foi fechado e foi promulgado um dos instrumentos de maior repressão, já vigente no País - *o Ato Institucional no. 5 - AI-5* e, em Fevereiro de 1969, o *Decreto 477*, institucionalizando instrumentos de

³ O acordo MEC-USAID, assinado entre o Governo Militar e os Estados Unidos, em 1965, foi o responsável pela apresentação, em 1967, do Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento de Ensino Superior, da autoria de uma equipe composta de membros da CAPES e técnicos americanos. Esse trabalho, juntamente com Relatório Meira Matos e a proposta do modelo da Universidade de Brasília - UnB, constituíram-se nas fontes de inspiração da Reforma Universitária empreendida pelo Governo Militar. Maiores aprofundamentos deverão ser feitos, para melhor conhecimento desta questão.

repressão ostensiva ao segmento da comunidade acadêmica do País que não se afinasse com as decisões autoritárias, então implementadas (VEIGA, 1985).

Diante desse quadro, torna-se evidente que a implantação da Reforma Universitária, que pode, às vezes, parecer ter inaugurado um momento novo para a universidade brasileira e desencadeado, logo depois, os planos para a Pós-Graduação e para a Ciência e Tecnologia, não foi decorrente de um processo pautado pelo consenso, coesão e pacificidade entre as forças atuantes, no contexto da universidade brasileira.

Embora realizada, sim, com subsídios aproveitados do trabalho de reflexão da comunidade universitária e científica, dos períodos de governos anteriores, a reforma introduzida pelos Militares se respaldava em princípios ideológicos peculiares, contrários aos ideais democráticos, gestados até então. Também, tal como afirma PEIXOTO (1994), não ocorreu qualquer abertura concreta, por parte do governo militar, para a participação da comunidade científica e universitária, no Plano Nacional de Pós-Graduação, registrando a autora o fato de ter sido a proposta do plano simplesmente apresentada, por dois técnicos do Ministério da Educação e Cultura - MEC, na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência SBPC, em Belo Horizonte, em 1974.

1.2.2 A pesquisa na Universidade

A política de Pós-Graduação no Brasil foi concebida como uma solução para um dos mais importantes itens detectados pelas discussões sobre as carências do ensino superior no País - a necessidade da efetiva introdução da pesquisa na universidade.

As discussões, no País, sobre a importância da pesquisa na Universidade remontam ao final do Século XIX e começo do Século XX, quando emigrantes estrangeiros vieram para a América Latina trabalhar em instituições públicas, afastadas do sistema universitário: os Observatórios Astronômicos, os Institutos de Geografia e Geologia, os

Jardins Botânicos, os Museus de História Natural, as instituições de Saúde Pública e Controle Sanitário.

Como consequência da organização de grupos de pesquisadores formados no exterior, iniciou-se um processo de questionamento da universidade, da ciência e da pesquisa, no Brasil. O movimento antipositivista, em efervescência nos meios acadêmicos e culturais do País, nos dois decênios iniciais do Século XX, propiciou a criação da Academia Brasileira de Ciências, de onde partiram reivindicações por uma nova universidade. Outro fato marcante foi a criação da Associação Brasileira de Educação - ABE (1924) e a realização da I Conferência Nacional de Educação (1927), em Curitiba, na qual o cientista Amoroso Costa, antigo adversário do positivismo, Diretor da ABE, apresentou trabalho - intitulado *As Universidades e a Pesquisa Científica* - no qual o autor afirma, segundo PAIM (1982), não haver universidade digna desse nome, sem que seja aí desenvolvido o gosto pela pesquisa original.

A criação da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, prende-se ao desenvolvimento da Ciência pura, considerando-se que o ensino profissional já se julgava estar implantado no País.

Os anseios de se transformar a universidade em um instrumento hábil, para impulsionar a investigação científica, reacenderam-se com vigor no Movimento da Escola Nova (1932-3). Entretanto, o movimento mobilizador da intelectualidade e que defendia o ideal de universidade como instituição onde se praticasse a pesquisa científica, ao lado da formação profissional, não obteve ressonância, a nível federal, no Governo Vargas. Seus reflexos manifestaram-se, em âmbito estadual, com a criação da Faculdade de Ciências da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro (universidade posteriormente extinta) e da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Além dos já citados movimentos, realizados por segmentos das comunidades científica e acadêmica em prol da Reforma Universitária, merecem destaque os movimentos estudantis na América Latina, desencadeados a partir do exemplo do marcante movimento da Universidade de Córdoba, na Argentina, ocorrido em 1916, e de outros registrados, nos anos

subsequentes, em vários países da região, todos colaborando para a queda do modelo de universidade implantado na América Latina, e constituindo-se em posicionamentos críticos sobre o papel da universidade, como instituição social peculiar.

Na origem do processo de institucionalização do sistema universitário brasileiro, podem ser identificados alguns entraves, considerados pelos estudiosos como bastante significativos: a forte influência positivista na cultura e no governo, nos períodos que antecedem à universidade e em seus primórdios, e o fato de não haver sido adotado no País, há mais tempo, o modelo de universidade que articula o ensino à pesquisa.

O princípio da pesquisa científica aliada ao ensino profissional, originou-se, na Alemanha do Século XIX, tendo como referência o modelo de universidade criado por Humboldt, seguido com algumas modificações pelos Estados Unidos. Embora, no começo do século, já se falasse no País da importação do modelo alemão, somente com a Reforma Universitária, nos moldes em que foi concretizada, foram adotadas para a universidade brasileira algumas de suas características.

A principal causa detectada pelos estudiosos, para explicar o atraso da introdução da pesquisa no Ensino Superior do País, foi atribuída ao fato de haver sido a universidade brasileira fundada, com base no modelo francês denominado *napoleônico*, caracterizado especialmente pela dissociação entre o ensino e a pesquisa, ficando esta sob a responsabilidade de outras instituições não-universitárias. São também características do modelo francês de universidade o ensino profissionalizante, a autoridade estatal sobre o ensino e a atribuição à universidade da dupla tarefa de formar quadros administrativos e de supervisionar a educação, nos níveis escolares inferiores (BRUNNER, 1991).

A indissolubilidade entre ensino e pesquisa foi, portanto, herança da universidade alemã, via Estados Unidos, embora discussões, ocorridas no Brasil, anteriormente à Reforma Universitária, tentassem imprimir à universidade brasileira um cunho nacionalista que permitisse sua constituição como um agente dos desejados objetivos de independência e desenvolvimento autônomos. Educadores e governantes reconheciam a necessidade de um ensino inovador, voltado para a realidade nacional e regional, em

contraposição à manutenção do ensino convencional repetitivo e pouco vinculado à pesquisa, típico das escolas profissionais.

Surgida num contexto sócio-institucional em que a maior preocupação do Governo Militar consistia, na verdade, na sustentação dos pressupostos doutrinário-ideológicos que respaldavam sua ação, fundamentados no impulso ao crescimento econômico, e indiretamente na manutenção dos militares no poder, a Reforma Universitária se constituiu em mais um produto do planejamento governamental de então, obviamente implementada, devido às condições excepcionais de um governo autoritário, totalmente livre para planejar arbitrariamente e cumprir suas metas. O ideal de pesquisa científica na universidade foi tomado como elemento de propulsão desse suposto desenvolvimentismo e colocado em posição de destaque nos planos e nos orçamentos do governo.

As instituições já se modificavam pressionadas pelas discussões sobre as necessidades da realidade do País e, paralelamente, começou a ser insistentemente requerido um novo *locus* gerador de conhecimento que refletisse essa realidade, em sua especificidade, e que se apresentasse dentro dos padrões universais aceitáveis de qualidade.

HUIDOBRO (1988) reconhece características básicas da "*agenda educacional*", na década em que foi implantada a Pós-Graduação: 1) a expansão da cobertura da educação; 2) a rentabilidade da educação; 3) o planejamento de recursos humanos que se vincula ao planejamento da economia, na ilusão de um crescimento econômico sustentado e tecnicamente programado; 4) a formação de quadros para as universidades, para o funcionamento dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação.

As principais razões que teriam levado ao estabelecimento de uma política específica de Pós-Graduação, segundo NUNES (*apud* PEIXOTO, 1994), seriam devidas às críticas que foram feitas à insuficiência da graduação, frente às necessidades supostamente requeridas, pelo modelo econômico.⁴ O Estado, nesse sentido, mostrava-se preocupado com a necessidade de sistematizar a Pós-Graduação, para atender ao contexto sócio-econômico do

⁴ Para maiores esclarecimentos sobre esses pontos, PEIXOTO (1994) faz referência aos documentos: Parecer 977/65 do CFE que estabelece os parâmetros da estruturação da Pós-Graduação no País, e o Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária.

País, e com a necessidade de disciplinar o crescimento desse nível de ensino, para evitar que ele viesse a se massificar, tal como se supunha haver ocorrido com a graduação.

Como se vê, os motivos principais da institucionalização da Pós-Graduação, pelos militares, não decorrem essencialmente da implementação e desenvolvimento da pesquisa em si, no País, mas, subjacentes a todos os atos nesse sentido, encontra-se a finalidade de atendimento a supostos interesses ideológicos do Estado, de sustentação da bandeira do desenvolvimento econômico.

Mesmo desviada dos seus objetivos originais, segundo PEIXOTO (1994), a institucionalização da Pós-Graduação teria tido como consequência a democratização de oportunidades de formação do pesquisador, ao propiciar oportunidades para que indivíduos, provenientes de Cursos de Graduação onde não houvesse uma estrutura de pesquisa, vinculassem-se a instituições, nas quais pudessem ser treinados e orientados para a pesquisa.

Qualquer que seja a leitura e interpretação que se faça, de todo o processo de sua institucionalização, a expansão dos Cursos de Pós-Graduação no País foi muito intensa. Após a implementação da legislação governamental em 1969, existiam 88 cursos regulares; em 1979, esses somavam 571. Até 1975 foram titulados cerca de 2000 mestres e pouco menos de 150 doutores (PEIXOTO, 1994, p.87)⁵.

A formação em Pós-Graduação foi intensificada, em meados da década de 70, ao se consolidar o planejamento em Ciência e Tecnologia, por meio de planos específicos⁶ que se destinavam a atingir diretamente a formação de pessoal qualificado de alto nível.

O Relatório da Secretaria de Ciência e Tecnologia, assim se refere ao início da expansão da pós-graduação no Brasil:

⁵ Um panorama do desenvolvimento institucional da pesquisa e da pós-graduação, nas diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais, pode ser encontrado no trabalho de PEIXOTO (1994), às páginas 133-140. Quanto a outros campos de conhecimento, p.129-132.

⁶ PEIXOTO (1994) destaca o Plano Nacional de Pós-Graduação, o Plano Nacional de Desenvolvimento e o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do período de Governo do General Emílio Garrastazu Medici (1969-74).

“O Sistema Nacional de Pós-Graduação, por sua vez, vem, desde a década de 70, ampliando-se de modo sustentado, quer seja no número de cursos como na diversidade das especializações. Tomando-se como referência o I PNPG de 1975, o número de cursos de mestrado passou de 490, neste ano para 955 cursos em 1990, e os de doutorado de 173 para 413 cursos, no mesmo período. Analogamente a sua produção acadêmica cresceu exponencialmente e a análise da sua produtividade revela uma redução dos tempos médios de titulação. Tudo isso motivado, em grande parte, pela crescente oferta de bolsas”. (A POLÍTICA..., 1991, p. 22).

Ratificando afirmação anterior, cumpre ressaltar que os governos militares utilizaram, com ênfase, o planejamento, como forma de controle social, e que, segundo Octavio Ianni (*apud* PEIXOTO, 1994), esse importante instrumento administrativo destinou-se, nesse contexto, à transformação ou consolidação de uma dada estrutura econômico-social, implicando na transformação ou consolidação de uma dada estrutura de poder.

1.2.3 A Pesquisa Educacional no período posterior à Pós-Graduação

O processo de institucionalização da Pesquisa Educacional também foi bastante incrementado pela introdução dos mecanismos de intensificação da pesquisa na universidade, presenciando-se no País o aumento abrupto do número de Cursos de Pós-Graduação em Educação, da produção científica, e do interesse por estudos cujos objetos se circunscrevessem no âmbito desta produção.

Resultados de pesquisas empreendidos, após a implantação da Pós-Graduação em Educação, analisando a produção docente e discente, são encontrados com frequência, tendo sido também tomada como fonte, a produção de centros independentes de pesquisas. Muitos desses trabalhos, utilizam-se das periodizações propostas pelos clássicos estudos, já citados. A tendência atual é focar a produção recente dos Cursos de Pós-Graduação ou os artigos publicados nos inúmeros periódicos surgidos no País a partir de 1970.

Destaca-se, dentre esses trabalhos, o estudo censitário desenvolvido por WARDE (1994), por demanda da ANPEd, e que teve por objetivos: descrever a produção discente (dissertações e teses) dos Programas de Pós-Graduação em Educação, no período 1982-1991; caracterizar e avaliar esta produção; e indicar tendências e perspectivas.

Embora, no período, as teses e dissertações portassem sinais de uma produção significativa de pesquisas educacionais de origem discente - o referido estudo censitário envolveu um total de 3 281 trabalhos - Míriam Warde aponta, como característica marcante o fato de se constituírem de “*uma miríade de formatos e tendências*”, apresentando uma grande dispersão “*quanto à consistência e à relevância*” (WARDE, 1994, p. 69).

Uma classificação da produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação em Educação é apresentada por CUNHA (1979) que agrupa as pesquisas em 3 tipos: a) pesquisas incorporadas às teses e dissertações dos alunos dos Programas, como requisito para obtenção de graus de mestre e doutor; b) pesquisas desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação, mediante encomenda do Governo, pelo fato de os órgãos passarem a deter maiores recursos para a rubrica educacional mas, em contrapartida, não possuem recursos humanos capacitados para realizar pesquisas. A procura à Universidade, segundo o autor, significava, para o Governo, maiores facilidades, como a dispensa ou simplificação de rituais burocráticos (Exemplo, a concorrência pública para execução de serviços), no processo de transferência dos fartos recursos governamentais de então; c) pesquisas resultantes de iniciativas dos próprios professores/pesquisadores, sendo algumas delas voltadas para as necessidades do ensino (Exemplo: Teses de Livre Docência).

Fora do âmbito da universidade, a Pesquisa Educacional, no período posterior à implantação dos Cursos de Pós-Graduação na área, seguiu uma trajetória inversa em relação ao notável crescimento da produção, registrado no âmbito das universidades.

Segundo VELLOSO (1992), a produtividade de pesquisas educacionais em Agências Governamentais, na América Latina, teve seu apogeu nos anos 60 e parte dos anos 70, como uma decorrência do ímpeto do planejamento educacional, manifestando visível decréscimo nessa produção, a partir desse período, quando se presenciou o incremento de

pesquisas, nos Programas de Pós-Graduação e Centros Independentes de Pesquisas. As causas dessa situação, segundo Velloso, devem-se ao fato de as Agências Governamentais de pesquisa haverem se tornado incapazes de pagar salários competitivos para pessoal qualificado, passando a depender de consultores, ou a atuar em conjunto com as universidades.

A proliferação de pesquisas nas universidades seguiu um curso bastante diferente, sendo essas instituições responsáveis por uma importante fração da Pesquisa Educacional, principalmente nos países onde os cursos de pós-graduação alcançaram desenvolvimento considerável (VELOSO, 1992, p.13).

Dentre os Centros Independentes, produtores de pesquisas educacionais, na América Latina, destaca-se a Fundação Carlos Chagas, entidade não-governamental, sem fins lucrativos e que mantém fluxo regular de pesquisas interdisciplinares. O financiamento dessas entidades é oriundo de Agências Estrangeiras, Fundações e Organismos Internacionais.

Pesquisas tendo por objeto a própria Pesquisa Educacional, já se constituem em um subcampo específico de reflexão que GAMBOA (1987, p.48) denomina de "*pesquisa sobre a pesquisa educacional*", novo tipo de estudo que surge ante a necessidade de se analisar a proliferação de pesquisas e centros de pesquisas, na área da Ciência da Educação, no Brasil.

Ao desenvolver um estudo epistemológico da produção científica discente dos Cursos de Pós-Graduação em Educação do Estado de São Paulo, GAMBOA (1987) toma a definição de Vielle, para caracterizar o trabalho de "*pesquisa da pesquisa*", assim se expressando:

"A Pesquisa da Pesquisa é uma atitude deliberada e sistemática de busca que leva à conceptualização (sic), expressão, concepção e produção de novas formas de pesquisa e que indaga o tipo de pesquisa que se está realizando, sua qualidade, sua utilização, onde é realizada, em que condições, o tipo de conteúdo que desenvolve, temas escolhidos, sua relação com as exigências e necessidades regionais e nacionais, sua constituição para a construção de novas teorias e para o desenvolvimento de novas pesquisas, como são utilizados seus resultados, etc." (VIELLE, apud GAMBOA, 1987, p. 48).

Ao ser institucionalizado e ao tornar-se mais intensamente produtivo, um campo disciplinar, naturalmente, tende a intensificar seu processo de auto-conhecimento. Orientados por abordagens variadas, pesquisadores oriundos também de outros campos do saber - epistemólogos, historiadores, sociólogos e filósofos - voltam-se, tanto para os aspectos empíricos que refletem o pensamento da área, como um todo ou em parte, e também para os aspectos gnosiológicos, ou seja, para o comportamento dos processos de produção do conhecimento, fundamentando-se nas mais diversas categorias de análise.

Também merece destaque, no cenário da institucionalização da área, a realização de inúmeros eventos (Congressos, Encontros, Seminários), com o intuito, dentre outros, de "*analisar as orientações convergentes e divergentes inerentes às variações das abordagens metodológicas*" (FELDENS, *apud* GAMBOA, 1987, p.52).

Como exemplo privilegiado desse tipo de evento, ressalta-se o Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisadores da Educação - ANPEd, que inclui, dentre seus grupos de estudos e reuniões plenárias, atividades que têm por finalidade estudar a produção da Pesquisa Educacional, e cujos resultados possuem a dupla finalidade de conhecimento da área, pelos próprios pesquisadores, e de atendimento às exigências de avaliação, por parte dos órgãos coordenadores da pesquisa no País, como o CNPq e a CAPES.

1.2.4 Os fundamentos do processo de institucionalização da Pesquisa Educacional

Como parte dessa introdução geral, em que são ressaltados trabalhos e temas que concorrem para a caracterização do problema tratado nesta tese e de seu objeto de estudo, serão sumariamente apresentados, neste subitem, os fundamentos do processo de institucionalização da Pesquisa Educacional no mundo ocidental, enfocando primeiramente as raízes da área como campo do saber, no exterior e, posteriormente, no Brasil.

Serão destacados os principais marcos que configuraram a estrutura e o desenvolvimento da área, numa tentativa de dar continuidade ao processo de esclarecimento sobre o período que antecede ao momento estudado por esta tese.

As fundações para o surgimento da Pesquisa Educacional, no Século XIX, podem ser encontradas, na experiência educacional dos séculos precedentes e no pensamento filosófico, e foi inspirada na explosão das Ciências Naturais, durante o mesmo século. A moderna Pesquisa Educacional, como investigação com base disciplinar, foi conhecida nos primórdios do Século XX, como "*pedagogia experimental*", termo análogo à "*psicologia experimental*", expressão cunhada por Wundt, em Leipzig, em 1880.

Costuma-se relacionar a origem desse campo de pesquisas, não nas emergentes Ciências Sociais, mas nas Ciências Naturais e costuma-se citar BINET (França) e Wundt (Alemanha), dentre os pioneiros da "*Pedagogia Experimental*". Os testes de inteligência tinham destaque e eram considerados instrumentos válidos, tanto na Psicologia, como na Educação

Em 1912, Claparède, aluno de Wundt, criou o Instituto Jean Jacques Rousseau, instituição sediada em Genebra e que, nos 50 anos seguintes, dedicou-se aos estudos da criança e da educação, através dos trabalhos de Jean Piaget. Destaque também é dado a John Dewey e Thorndike, nos Estados Unidos, onde a remodelação da educação foi considerada em bases científicas⁷.

Antes de 1900, a idéia de uma escola experimental em Educação está presente em Kant, Herbart e Pestalozzi, embora em suas obras esses autores se refiram, apenas, a um campo de experiência e não à experimentação propriamente dita

Durkeim institui, juntamente com as bases epistemológicas da Sociologia, os fundamentos de uma teoria de educação geral, que serviu de suporte ao estabelecimento dos Sistemas Nacionais de Educação, no Século XIX, influenciando os teóricos da educação

⁷ "*History of educational research*" - "*Information for educational research*" - 2 verbetes da ENCYCLOPEDIA of Educational Research. 7th. ed. N.York : McMillan, 1969.

que o sucederam. Para esse autor, a Ciência da Educação constituía-se em um ramo do conhecimento, separado da Pedagogia.

O período de guerra (1914-18) arrefece a Pesquisa Educacional, na Europa continuando entretanto a ser desenvolvida, nos Estados Unidos, Austrália e Suécia. No período de 1940-50, houve forte interesse pelos estudos sociológicos. O período de 1960-70, manifesta um grande impulso dessa área de pesquisa, nos Estados Unidos e Rússia e se iniciaram, na Europa e nos Estados Unidos amplos debates relacionados aos enfoques qualitativos e quantitativos na Pesquisa Educacional, mostrando-se que os enfoques nomológicos e históricos não eram mutuamente exclusivos mas, complementares. A "American Psychological Association" organizou um evento para reagir contra a ênfase positivista nos métodos quantitativos, e ressaltar a importância crítica dos métodos alternativos de investigação. Esses movimentos segundo a "*International Encyclopedia of Education*", tiveram a participação de personalidades atuantes na área, como Piaget, Cronbach e Campbell.

A partir do final da década de 60, os "*surveys*" tornaram-se viáveis, devido ao uso do computador, mas, na verdade, os desenvolvimentos científicos, no campo da Pesquisa Educacional, não foram somente estimulados pelo acesso a fundos e pelo uso de potentes tecnologias de processamento de dados mas, também, pela explosão do conhecimento nas Ciências Sociais, especialmente na Psicologia, na Linguística, na Economia e na Sociologia.

Tomando-se como embasamento artigos de periódicos e outros documentos, consultados no decorrer deste trabalho, pode-se relacionar muitas iniciativas, ocorridas no País e que contribuíram para a produção de autênticos saberes pertinentes ao processo de institucionalização da Pesquisa Educacional.

Estadistas do Império sugeriram, com certa insistência, a criação de órgãos nacionais encarregados da Pesquisa Educacional. A Assembléia Constituinte de 1823 cogita

da criação de um instituto encarregado da verificação dos resultados do ensino em todo o País, intento que foi, de certa forma, desacelerado em função do arrefecimento do controle da educação a nível federal e a conseqüente delegação dos serviços de educação às Províncias.

Em 1846, criou-se o Conselho Geral do Instituto Público e, na década de 1870, não tiveram andamento projetos de criação de um Conselho Superior de Instrução Pública e de um órgão específico de estudos pedagógicos - o Museu Pedagógico - que se incumbiria de "*expor demonstrativamente a história, estatística e a situação atual do ensino em todo os seus graus, no País e no Estrangeiro*" (LOURENÇO FILHO, 1961).

A década de 1870 é vista por HERCHMANN & PEREIRA (1994) como um importante marco no processo de institucionalização da Ciência e de afirmação social do cientista como intelectual (especialmente os médicos, educadores e engenheiros), respaldado por modelos teóricos em voga na Europa, tais como o darwinismo social, o evolucionismo de Spencer e o positivismo Comtiano e que permitiram aos "*escritores-cientistas-literatos-intelectuais-especialistas*" brasileiros construir modelos explicativos e utopias que vigoraram, com intensidade, até o período posterior (décadas de 1920 e 1930), quando começaram a ser criticados.

Nesse mesmo sentido, os *Pareceres* de Rui Barbosa, emitidos nos anos 1882-3, são considerados, pelos autores referidos anteriormente, dentre os primeiros grandes estudos pedagógicos produzidos no País, embora o contexto geral não estivesse ainda preparado para recebê-los.

A Proclamação da República, em 15/11/1889, criou o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, confiado a Benjamin Constant e que foi suprimido, no ano seguinte, quando se criou também o Pedagogium - centro de estudos para servir de órgão coordenador e impulsionador da educação nacional (LOURENÇO FILHO, 1961).

Mais para o final do Século XIX e início do Século XX, os debates entre os clássicos e positivistas disputavam o monopólio da verdade sobre a natureza humana e o

direito de intervenção na sociedade, esboçando-se uma mudança de paradigma que se configuraria com clareza nas décadas de 1920 e 1930.

A construção da utopia do Brasil moderno foi um projeto liderado pela geração de 20, moldada por uma amálgama intelectual em que se mesclam escritores, poetas, artistas do movimento modernista, mas também, profissionais das áreas da medicina, educação, direito e engenharia que, ao longo da década e seguinte, estiveram sintonizados com esse projeto; além de conseguirem desencadear mudanças sociais concretas, produziram um discurso-conhecimento formador de um saber nacional em seus campos específicos, independentemente de seu caráter muitas vezes imputado autoritário e excludente, por analistas e historiadores.

ANDRADE (1994, p. 66-7) afirma:

"Se na década de 1920 esses intelectuais e cientistas elaboram e lançam os seus manifestos e projetos de modificação e de reestruturação da realidade nacional, na década de 1930, empreenderam mais objetivamente uma intervenção junto à sociedade brasileira, por meio de estratégias tecnopedagógicas de cunho bastante autoritário. Uma aliança bastante particular destes intelectuais e cientistas com o estado irá possibilitar a efetivação deste projeto. A revolução de 30 criará as condições políticas para esta aliança que será ratificada em 1937, com o Estado Novo. [...] Assim esses profissionais darão as mãos ao Estado com o objetivo de adequar este projeto de modernidade a um quadro institucional que o viabilize".

Como consequência das transformações sociais, avanços tecnológicos e tendências políticas é desencadeada a marcha do pensamento pedagógico quando, a partir dos anos 20, presencia-se no País a multiplicação dos estudos pedagógicos em diferentes direções.

O campo pedagógico participa e muitas vezes lidera o movimento da intelectualidade brasileira, influenciando e recebendo influência de outros campos da Ciência, quer sejam a ele fronteiros ou não. A leitura atual e atenta dos trabalhos, dessa época, evidencia o quanto idéias, ali claramente trabalhadas, ainda são passíveis de nortear vários aspectos do discurso contemporâneo da Pesquisa Educacional, embora essa mesma leitura possa imputar-lhes a acusação de reacionarismo e moralismo autoritário, como ressonância da

afirmação geral do autoritarismo, respaldado pelo modelo praticado pelos próprios governos da Revolução de 30 e do Estado Novo.

Os protagonistas desse discurso pedagógico, segundo alguns autores, advogavam para si a missão de renovar a educação nacional, crivada pelo pensamento por eles denominado de *tradicional*, ou seja, baseado no conceito de que a mera erudição se constituía no objetivo primordial da escola que tinha por ideal *instruir* - à qual se contrapunham os escolanovistas defendendo o conceito de que *educar* a criança seria atentar para sua complexidade físico-psicológica, adequando o ensino aos imperativos do desenvolvimento infantil.

Esse movimento de contraposição ao tradicional, movimento que alguns autores denominam de *moderno*, verificável nos anos 20 e 30 no Brasil, insere-se na tentativa de ocupação de um lugar prestigiado no debate científico e artístico, empreendida por cientistas-literatos-especialistas que passaram, de certa forma, a se constituir em responsáveis pela organização social do País.

A constituição da Academia Brasileira de Ciências e da Associação Brasileira de Educação desencadeou, então, um movimento vigoroso pela modernização do Sistema Educacional Brasileiro, em todos os níveis, incluindo o universitário, sendo as décadas de 1920 e 1930, consideradas cruciais para a reconstrução do campo pedagógico do País.

Primitivo Moacir se refere, no volume primeiro, número três da RBEP, ao Congresso de Instrução Superior e Secundária, ocorrido em 1922 e que recomenda a pertinência e a necessidade de se enviar ao estrangeiro, às expensas do Estado "*um certo número de jovens professores, escolhidos com critério pedagógico, destinados a trabalhar durante tempo suficiente nas mais avançadas instituições de ensino norte-americanas e européias*" (RBEP, v.1, n.3, p.406), demonstrando as preocupações com a formação do educador brasileiro.

Os textos dizem que, depois de 1930, os estudos educacionais se tornam mais especializados e aprofundados, em decorrência da própria evolução de campos especializados do saber e a utilização das aplicações de conhecimentos de outras áreas ao campo educacional, constituindo-se a Biologia Educacional, a Psicologia Educacional, bem como os primeiros ensaios de História e Filosofia Educacionais.

Nos albores da década de 1930, as principais obras de Lourenço Filho, Everard Backheuser e Fernando de Azevedo já haviam sido traduzidas para o castelhano, com sucessivas edições nessa língua e, assim, na opinião de LOURENÇO FILHO *"o pensamento pedagógico brasileiro começou a influir em outros países da América Latina"*.

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo *Decreto 19 402 de 14/11/1930*, ressurgiu a velha idéia de criação de um órgão de estudos pedagógicos e o *Decreto 22 439 de 31/06/34* transforma a Diretoria Geral de Educação (antes Departamento Nacional de Educação e Conselho Nacional de Educação - Decreto 19 850 de 11/04/31) em Diretoria Nacional de Educação, à qual competia *"o estudo e o preparo dos processos e dos atos oficiais relativos ao ensino em todos os seus ramos, bem como com as investigações de natureza pedagógica necessárias à coordenação das atividades e das iniciativas da administração pública em todos os assuntos educacionais e culturais"*. Sabe-se, entretanto, que por acumular funções administrativas e de investigação e pesquisa, a Diretoria não alcançou os resultados esperados

Para além da criação de inúmeras instituições destinadas à Pesquisa Educacional, ou mesmo em decorrência desse fato, o decênio 1926-1935 é caracterizado, por AZEVEDO (1964), como *"um dos períodos mais agitados e fecundos da história da Educação e Cultura do País"*, presenciando-se, então, o estreitamento das relações entre a Educação e as Ciências Sociais. Nesse momento, sob a inspiração de educadores, criaram-se no País as primeiras cadeiras de Sociologia na Universidade de Recife, no Distrito Federal, Rio de Janeiro, e nas Escolas Normais de São Paulo, e nas Universidades de São Paulo e do Distrito Federal.

O argumento de se utilizar os resultados de pesquisa, como um instrumento para a tomada de decisões e o planejamento racional dos órgãos governamentais, foi utilizado pelos círculos renovadores contra as forças de rotina, inércia e tradição, no trato das questões educacionais. Eram criticadas as reformas até então empreendidas, chamadas "*reformas de gabinete*" e de "*salas fechadas*", ocorridas "*numa surda conspiração de interesses*".

Em 1936, o Ministro da Educação Gustavo Capanema propunha que fosse restabelecido o Departamento Nacional de Educação e criado o Instituto Nacional de Pedagogia. A *Lei 378 de 13/01/37* reorganiza o Ministério, criando em seu artigo 39, o referido instituto, destinado a realizar pesquisas sobre os problemas do ensino nos seus diferentes aspectos. Essa instituição seria a nível federal uma réplica do Instituto de Pesquisas Educacionais do DF, que teve como diretor Anísio Teixeira, no período de 1931-35, em substituição a Fernando de Azevedo (AZEVEDO, 1964).

Em 1938, com o intuito de gerar subsídios para a administração do País, foi reconhecida a importância da Pesquisa Educacional e criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o INEP, hoje Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, como órgão do Ministério da Educação e Cultura, MEC, destinado a "*realizar pesquisas sobre os problemas do ensino, nos diferentes aspectos*" (*Decreto 38 460 de 28/12/55*).

CAPÍTULO 2

FUNDAMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS E OUTROS CONCEITOS

2.1 O uso da teoria nesta pesquisa

Os conceitos de racionalidade e teoria, tais como foram considerados nesta tese, decorrem das reflexões empreendidas por autores cujos pensamentos se inserem na corrente crítica da Epistemologia, dentre os quais destacam-se Gaston Bachellard, Edgard Morin, Michel Foucault e Mário Bunge. Com exceção de Foucault e algumas incursões diretas ao pensamento de Morin, as contribuições desses autores, para a da Epistemologia Crítica foram contatadas indiretamente, via trabalhos do professor Hugo Zemelman⁹, autor que contribuiu com a maior parcela dos conhecimentos que permitiram as reflexões constantes da introdução a este Capítulo.

No mundo físico e social, os fenômenos se acham relacionados, articulados, constituindo parte específica de uma totalidade. Nesse sentido, o conceito de razão é bastante amplo e não se esgota simplesmente nas funções estritamente cognitivas, pois, dimensões como cultura e historicidade exigem uma razão mais complexa que compreenda um sujeito ativo, reativo, não-conformista, disposto a se colocar ante o desconhecido, o indeterminado, o novo, o insólito. O caráter oculto, passível de ser encontrado, além dos fatos e dados, deve ser incorporado na construção do conhecimento.

A postura do pesquisador aqui discutida, consiste no ato de se situar ante a realidade, ao invés de simplesmente explicá-la, considerando-se que, para a sua explícitação racional, são necessárias distintas lógicas que incluem as não-explicativas que tendem a extrapolar a causalidade.

⁹ Professor e pesquisador da renomada instituição, Colegio de Mexico, sediada na *Ciudad de Mexico*. Conferencista na Reunião da ANPEd de 1973, realizada em Caxambu, MG e responsável, no Programa de Pós-Graduação da FAE/UFMG, pelo Seminário *Fundamentos Epistemológicos das Pesquisas em Ciências Sociais e Humanas*, realizado em 1994, quando o autor teve a oportunidade de externar seu pensamento no campo da Epistemologia Crítica, procurando relacioná-lo com os problemas de pesquisas dos alunos da Pós-Graduação.

O que se tentará, nos primeiros parágrafos deste capítulo, é fazer uma sucinta comparação entre a estrutura dogmática da razão e a postura denominada por Hugo Zemelman de *razão dinâmica*, e que, por seus princípios, insere-se na corrente da Epistemologia Crítica.

Por estrutura dogmática da razão entendem-se aqui as formas de racionalidade dedutiva, através das quais é produzido um conhecimento científico, tais como a corrente do *empiricismo lógico* que tem, como ponto de partida para a pesquisa, uma teoria já consagrada, pela comunidade científica, e que se baseia na prova do comportamento dos dados em relação aos enunciados dessa mesma teoria.

Enquanto a corrente do *empiricismo lógico* e as que de certa forma lhe seguem, com algumas nuances e especificidades, reflete uma determinação do real, sem incorporar seu devenir, a razão dinâmica compreenderia um ato imaginativo e de invenção, incluindo uma relação gnosiológica, a partir do indeterminado.¹⁰

Essa forma de pensar transcenderia os limites das funções cognitivas, característica que se expressa pelas implicações do ato de apreensão da realidade e no processo, posterior, de conceituação do conhecimento, quando nele se incluem elementos que são subjetivos, próprios da vontade, da intuição, da ação do pesquisador. O conceito de realidade é transformado: ao invés de ser esta objeto de consciência cognitiva se converte em objeto de consciência gnosiológica, que pode reconhecer realidades não necessariamente teorizáveis (v.2, p.78).

Advogando um tipo de racionalidade orientada a contrapor a tendência a reificação, Zemelman considera factível a recuperação da função crítica da dialética, de maneira que se possa estimular formas de raciocinar que traspassem os limites do estabelecido e aceito, e que estejam além do dado e de qualquer verdade, valor ou dogma (v.2, p. 87).

¹⁰ Nessa parte do Capítulo, em que se segue fundamentalmente o pensamento do Professor Hugo Zemelman, publicado em seus dois livros, citados na Bibliografia desta tese, utilizar-se-ão apenas as indicações das páginas, entre parênteses, de onde foram extraídos excertos ou idéias originais, tendo-se omitido, por ficarem repetitivos e desnecessários no texto, os demais elementos das referências às mesmas obras do autor (nome e data de publicação), quando se tratar de referências expressas em uma mesma página.

O conceito de teoria é polissêmico, devido às diversas concepções do que seja uma teoria; quer entendida como sistema hipotético-dedutivo (com capacidade de explicação e previsão), ou como a apropriação racional da realidade, com a inclusão de mecanismos anteriores à função de explicação da teoria.

Partindo-se dessas duas concepções, as pesquisas teriam como objetivo, ou provar uma teoria preexistente ou se fundamentar em uma lógica da invenção ou do descobrimento, esta definida por uma estrutura peculiar de racionalidade que se basearia em uma abertura para o real, sem interferência "*a priori*" de qualquer teoria pré-determinada. A essência, na compreensão das duas possibilidades de procedimento, seria não confundir a relação com a realidade com a estrutura explicativa.

O conceito de teoria científica vem sendo trabalhado, diferentemente, por muitos autores. Há segmentos da comunidade científica, como os seguidores da linha *popperiana*, que vêem a teoria científica como um sistema hipotético-dedutivo, com capacidade de explicação e predição. Nesse sentido, qualquer estudo deveria partir de uma teoria já existente, desenvolvida com o intuito de explicar e teorizar sobre uma faceta da realidade. Em primeiro lugar, viria a teoria, depois os fatos seriam levantados e interpretados, através do crivo dessa teoria.

Nessa linha de pensamento, HEGENBERG (1969) afirma serem as teorias constituídas de um conjunto de leis empíricas, apresentadas sob a forma de generalizações universais, passíveis de serem acrescidas de enunciados e termos teóricos não-observacionais. Fazer Ciência a partir de teorias implicaria na aceitação do método da dedução que, originando-se numa conjectura e baseando-se em um modelo de explicação, constituir-se-iam hipóteses, para serem submetidas ao processo de prova científica.

Entretanto, a corrente da Espistemologia Crítica, ao analisar o papel das considerações teórico-formais nas Ciências Sociais, chega à conclusão de que, nesse domínio, as teorias ortodoxas pouco ou nada interfeririam; é constatada uma pobreza de teorização nessa área de conhecimento, em virtude da própria natureza do objeto que releva o predomínio do agregado de proposições particulares e não teóricas. Poder-se-ia nesse sentido

afirmar que os cientistas sociais são propensos a confiarem mais em sua própria intuição que nos prejuízos lógicos e filosóficos de uma teoria.

Para Hugo Zemelman, o pré-requisito mais importante no processo de racionalidade seria a conceituação da realidade. Se a realidade é sujeita a mudanças constantes, uma categoria abrangente deveria subjazer ao trabalho de pesquisa - a *potencialidade do real* - devido à riqueza e à multiplicidade de facetas passíveis de serem apresentadas por essa mesma realidade. Em todo o processo de observação da realidade há sempre uma necessidade de se transcender seu conteúdo/objeto - a noção de *realidade inacabada*.

Outra questão fundamental residiria na fase da *problematização*, que se constitui na crítica ao problema originário, a fim de transformá-lo em um campo aberto de objetos, a partir do qual se possa relacionar a estrutura teórica coerente capaz de refletir a riqueza que implica essa fase. Busca-se uma problematização que recupere a historicidade do conhecimento, a partir de sua construção e segundo um uso crítico da acumulação. Que a problematização não seja o questionamento do dado, a partir de teorias ou disciplinas mas, a partir da exigência epistemológica definida por uma reconstrução articulada da realidade que permita definir as opções teóricas possíveis. Outra postura desejável seria a de se duvidar do dado, enquanto conformador de um conteúdo teorizável .

A crítica que se processa na fase da problematização resume-se em um questionamento das formas teóricas fechadas, já cristalizadas, adotadas tanto pelo discurso científico tradicional, como pela necessidade de verdades para a produção econômica e para o poder político, verdades essas veiculadas pelos mecanismos de circulação do conhecimento, dentre os quais se destacam os aparatos da educação e dos sistemas institucionalizados de informações.

Na problematização, “*os universos de observação devem consistir primeiramente de uma reconstrução articulada do real para, em seguida, poder converter-se em pontos de partida de uma racionalidade explicativa*”. Antes de conhecer, deve-se construir a relação com a realidade, com a apreensão de todas as suas nuances. O ponto de

partida seria o desenvolvimento da função gnosiológica da intuição, aplicada ao problema, ao objeto a ser estudado, e não o reflexo estrito de uma projeção teórica (v.2, p. 147).

A unidade conceitual e a homogeneidade semântica requeridas pelo sistema hipotético-dedutivo do *racionalismo empírico* e de outras correntes de pensamento epistemológico, não poderiam dar conta da potencialidade da realidade, cujos dados já nascem marcados pelo signo da subjetividade. A apropriação racional da realidade inclui mecanismos anteriores à função de explicação da teoria, havendo todo um processo de captação da realidade que se abre a uma quase ilimitada possibilidade de entendimento ou conceituação.

Outro ponto importante para a aplicação dos conceitos teóricos, tais como estão sendo discutidos neste Capítulo, seria o que se refere à *objetividade científica*. Do ponto de vista da Epistemologia Crítica, os problemas manifestam sua objetividade, em diferentes planos (cognitivos/empiricistas e gnosiológicos) e se transformam em objetos, quando a articulação desses planos se processa.

Segundo VITA, (1965, p. 91), o vocábulo *gnosilogia*, cujo sinônimo perfeito é *teoria do conhecimento*, é aplicado para “*definir aquela parte importante da filosofia que trata da teoria do conhecimento, isto é, da origem, da natureza, do valor e dos limites de nossa faculdade de conhecer*”.

Nas culturas anglo-saxônicas, segundo o mesmo autor, os termos *gnosilogia* e *epistemologia* são utilizados como sinônimos, devido ao fato de se encontrar o primeiro em desuso¹¹. Nos círculos filosóficos latinos, a diferenciação entre ambos os termos pode ser caracterizada pelo seguinte: a *gnosilogia* seria o nome genérico para todas as investigações filosóficas relativas ao conhecimento, constituindo-se no campo da teoria do conhecimento e a *epistemologia* se referiria ao estudo dos saberes científicos particulares, ou seja dos campos específicos de conhecimento.

¹¹ A edição consultada do livro de Washington Vita é datada de 1965. Também não se encontrou em dicionário geral da língua inglesa o termo *gnosilogia* (MICHAELIS, 19.ed. 1976). É possível que o desuso do termo se tenha dado pela exclusão da Filosofia do plano dos questionamentos ditos científicos.

Voltando-se às reflexões sobre o uso da teoria, fundamentando-se basicamente no pensamento de Hugo Zemelman, afirma-se que: constituído o chamado *campo de objetos* a teoria seria utilizada como instrumento racional, ao invés de ser um sistema explicativo. As teorias originais ver-se-iam, desse modo, enriquecidas, ajustadas, modificadas pela nova apreensão da realidade, constituindo-se em função de sua relação com a apropriação do real. Em síntese, as consequências de um problema deveriam ser discutidas à luz de teorias e não deduzidas delas.

Concorda-se com Pierre Bourdieu, quando o autor afirma que o que se propõe é a necessidade de distanciar-se da tradição que se atém à lógica da prova, e, diferentemente, penetrar nos "*arcãos da invenção*". Trata-se de colocar a lógica da descoberta em oposição a lógica da prova (BOURDIEU *apud* ZEMELMAN, 1992 v.2, p. 158).

Sobre a relação sujeito-objeto, que no caso do *empirismo lógico* é definida como o distanciamento entre dados e o sujeito observador, caracterizando um dos postulados desse processo de se fazer ciência, que é o princípio da *objetividade científica*, há uma diferente visão, do ponto de vista do tipo de racionalidade proposto. A *objetividade científica* não deve ser considerada a reprodução fiel da realidade através dos fatos e dados dela extraídos mas, a observância às características dos objetos construídos, a partir da problematização que parte dessa mesma realidade.

Edgard Morin assim se expressa, em relação à *objetividade científica* clássica:

"A *objetividade* é o resultado de um processo crítico, desenvolvido por uma comunidade/sociedade científica que joga um jogo do qual se assume plenamente a regra. Ela é produzida pelo consenso" (MORIN, 1990, p. 41).

Também aceita, esse autor, o fato de que não existe fato puro e a atividade científica consiste em uma operação de seleção de fatos: eliminação daqueles que não são pertinentes, interessantes, quantificáveis, julgados contingentes. "*O dispositivo experimental*",

continua Morin, "*é, ao extremo, a seleção de um certo número de dados*" (MORIN; 1990, p. 41).

Segundo Zemelman, problematizar a relação com a realidade, com vistas a uma possível objetivação, supõe o rompimento com as determinações teóricas, sem importar se estas sejam verdadeiras ou falsas. Citando Pierre Bourdieu, Zemelman afirma que a relação com o objeto "*nunca é de puro conhecimento, pois, os dados se apresentam como configurações vivas, singulares, em uma palavra, demasiadamente humanos, e tendem a impor-se (ao investigador) como estrutura de objetos*".

Afirma ainda Zemelman:

"A realidade constitui um todo no tempo: como todo, inclui o dado e o por dar-se é portanto, um processo que se desenvolve constantemente; alcança sua objetividade na configuração do dado e do por dar-se, isto é, no dando-se. Por isso, o devenir [futuro] da realidade cumpre a esse respeito a função de exigência de objetividade pois, ao abrir o dado a uma virtualidade, conduz gnosiologicamente à pretensão de incluir aquilo que escape aos limites estabelecidos" (v.2, p.100).

O pensar categorial, proposto pelo princípio da *razão dinâmica*, compreenderia a necessidade de complexizar a relação do sujeito com a realidade, ampliando os espaços que fazem possível a racionalidade gnosiológica. Expandir-se-iam, assim, as possibilidades de apreensão da realidade. O conceito de racionalidade aberta partiria da não-fragmentação, supondo uma estrutura lógica de apropriação que subordina a explicação ao campo de possibilidades, cujas dimensões da realidade não se expressam, simplesmente, nas linguagens analítico-formais, tornando-se necessário, nesse sentido, a conjugação das dimensões cognitiva e gnosiológica, na construção do conhecimento.

No contexto das premissas teóricas, a relação de conhecimento com a realidade serve para organizar a abertura de conteúdo, enquanto no contexto da invenção é definido por uma estrutura de racionalidade e não por uma teoria (p.158). "*O problema fundante seria não se limitar a aplicar uma teoria a um problema determinado pela mesma teoria mas, resolver qual teoria é pertinente para o problema, o que obriga a subordinar a elaboração teórica a uma exigência prévia de objetivação*" (v.2, p.160).

Em síntese, segundo o pensamento de Hugo Zimelman, o uso crítico da teoria propõe as seguintes dicotomias na construção de conhecimento: em lugar de uma explicação hipotético-dedutiva o uso do *raciocínio crítico apreensivo*; no lugar da acumulação teórica, a *exigência de especificidade* (reconstrução dos contextos); ao invés da exigência de correspondência com a realidade, ou prova - o *uso da lógica de construção do objeto* (apropriação do real); ao invés de se partir do dado ou o produto cristalizado reconstruível - o *raciocinar diante do potencial* (abertura ao indeterminado, o *dado* acrescido do *dando-se*) (v.2, p.172-3).

Deve-se atentar para o fato de ao invés de se organizar o raciocínio frente a uma realidade que está em constante mudança, a partir de conceitos e teorias já definidas, é mais pertinente organizar o raciocínio em termos de *categorias*, propostas pela *teoria especial de conhecimento* - a “*teoria das categorias*”¹².

É necessário romper com o condicionamento teórico, reconhecer o não-determinado teoricamente, ou seja pensar o inédito, o desconhecido. A afirmação de Gaston Bachellard de que o desafio da ciência “*é por nomes a coisas que não têm nome e não por nomes velhos a coisas novas*” ilustra a necessidade de se superar a prática reducionista da Ciência de se restringir ao conhecido, ao determinado, descartando-se o indeterminado - o que faz o conhecimento se comportar de forma absolutamente circular: reduzir a realidade desconhecida ao que se conhece da realidade.

O pensamento de Zemelman permitiu reflexões sobre alguns princípios que norteiam as reflexões sobre a produção do conhecimento, e que servirão de base para a construção das categorias de análise previstas nesta tese¹³.

A escolha de conceitos e princípios, que nortearam o desenvolvimento da presente tese, pautou-se em reflexões e pesquisas bibliográficas dispersas, sobre o objeto de estudo, reflexões que fizeram emergir pensamentos e teorias, oriundos de variados campos do

¹² Estudo do conceito de categoria na teoria do conhecimento encontra-se em: HESSEN, Johannes. Teoria especial do conhecimento. In: Teoria do conhecimento. Tradução de Dr. Antônio Correia. 7ed. Coimbra, Portugal : Arménio Amado, 1980.

¹³ Item 3.2 do Capítulo 3.

conhecimento, circunscritos ao estudo de problemas semelhantes ou relacionados à problemática/objeto de pesquisa e que pudessem contribuir para a concepção geral do trabalho, a problematização, a construção do objeto, do método de trabalho e a análise dos dados. Foi descartado qualquer objetivo de provar ou refutar enunciados de leis, em função do comportamento do discurso analisado.

Seguir-se-ão discussões sobre temas diretamente relacionados a esta pesquisa, na seguinte ordem; a contribuição de Michel Foucault; citações, polifonia e intertextualidade; a Ciência da Informação e os estudos bibliométricos; a comunicação dos resultados de pesquisa; o periódico e o processo de comunicação; o periódico na área da Educação.

2.2 O pensamento de Michel Foucault e suas relações com os estudos bibliométricos

Por constituir-se em um método para a descrição da evolução de campos de conhecimento e por considerar o discurso, não sob o ponto de vista estrito da Epistemologia, que privilegia os requisitos de cientificidade, mas ao nível mais amplo dos *saberes* que independem do rótulo de *Ciência*, princípios e categorias de análise, constituintes da *Arqueologia*, proposta por Michel Foucault, apresentaram-se como instrumentos privilegiados, no intento de se escolher um referencial teórico-metodológico que concorresse para o desenvolvimento da presente pesquisa.

A caracterização de um conjunto de discurso pertinente a uma vertente específica do saber, como uma “*formação discursiva*”, tal como expressa Foucault, é reconhecida e amplamente aceita, por estudiosos da área da Análise de Discurso, e acha-se exaustivamente trabalhada no livro do autor intitulado “*Arqueologia do Saber*” (1969).

Entretanto, nem todas as teses defendidas, pelo autor, materializadas em conceitos teóricos, ou constantes dos trabalhos nos quais ele afirma ter aplicado o seu método arqueológico, tiveram a mesma aceitação por parte da comunidade de pesquisadores. Muitos são os trabalhos que contestaram, e ainda vêm contestando Foucault¹⁴, embora suas reflexões, quer sejam as de ordem teórico-metodológicas ou as referentes aos conteúdos informativos e interpretativos sobre as realidades que se propôs estudar, à luz de suas teorias, atribuam ao autor grande erudição, profundidade e originalidade. Também ressalta-se da intensa atividade do pensador, uma inesgotável capacidade de se situar, de maneira dinâmica, diante dos fenômenos da realidade em observação.

Sintetizando, pode-se afirmar que a atuação do autor, em seu trabalho de produção de novos conhecimentos, permitiu o enriquecimento de diferentes áreas do saber e a apresentação de propostas de teorias críticas, especialmente nos campos da Epistemologia e da História dos Saberes, campos cujos contornos clássicos foram questionados, pelo referido autor. É inegável que Foucault tenha legado à humanidade verdadeiros paradigmas para os estudos de questões teóricas e práticas pertinentes a inúmeros objetos e recortes disciplinares do saber universal.

Aderindo-se a pensamentos específicos do grupo de historiadores da chamada "École des Annales", surgido como movimento antagônico à historiografia tradicional, no final dos anos 20 e começo dos 30, na França, Michel Foucault, não se considerando filósofo ou historiador, concebe a Arqueologia como uma proposta de trabalho diferente da Epistemologia e da História das Ciências.

¹⁴ Dentre esses trabalhos foram destacados: 1) DOMINGUES, Ivan. O grau zero do conhecimento; o problema da fundamentação das Ciências Humanas. São Paulo : Loyola, 1991. Tese de Doutorado apresentada na Sorbonne, em que o autor contesta Foucault por homogeneizar em seu livro "Les mots et les choses" a fundamentação das *epistemes* das Ciências Humanas, na época clássica - Séculos XVI e XVII. Domingues discute diferentes formas de fundamentação, ou *epistemes*, tais como a essencialista, a fenomenalista e a histórico-dialética, nas mesmas áreas do conhecimento em que trabalhou Foucault. Também contesta Foucault em sua tese antropológica, afirmando que as reflexões sobre o homem estão presentes, desde a antiguidade grega, especialmente com Sócrates, Platão, estendendo-se à Idade Média e Modernidade, embora sendo o homem visto sobre vários ângulos, nas diversos momentos. 2) MERQUIOR, José Guilherme. Michel Foucault: ou o niilismo de cátedra. Tradução de Donaldson M. Gaarschagen. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985; 3) O trabalho incluído na bibliografia desta tese, da autoria de Hubert L. DREYFUS e Paul RABINOW. Importante ressaltar que esses trabalhos não expressam críticas relacionadas ao conceito de formação discursiva, ou aos demais princípios e categorias da arqueologia do saber utilizados nesta tese.

No livro *Arqueologia do Saber*, Foucault tem como objetivo sistematizar as obras anteriores (FOUCAULT, 1978, 1980, 1992)¹⁵, nas quais ele utiliza, com nuances diferentes, o método de análise arqueológica dos discursos da Medicina, da loucura, e das Ciências Humanas (especialmente da Economia, da Biologia e da Linguística). Nessa obra, Foucault busca explicitar um método de análise histórica que considere o discurso como *saber* e não como *Ciência*.

A escolha de categorias e conceitos foucaultianos para integrarem um estudo que tivesse por base análises de literatura publicada em periódico e de citações ocorridas nessa mesma literatura, objetos de pesquisa da Ciência da Informação, poderia ser interpretada como uma tarefa ousada ou até mesmo contraditória, tendo em vista que Foucault questiona, em vários momentos de sua obra, categorias que vêm se constituindo como unidades e pontos básicos de referência dos estudos bibliométricos, tais como o *livro* e a *autoria pessoal*.

O autor propõe que questionemos algumas formas prévias de continuidade que caracterizam uma unidade discursiva e que são aceitas, sem qualquer problematização, não se tratando de recusá-las definitivamente mas, sacudir a quietude com a qual as aceitamos. Assim, por exemplo, ao entender a unidade *livro*¹⁶, como um feixe de relações que "*só se constrói a partir de um campo complexo de discursos*", Foucault chama a atenção para a importância dos relacionamentos dos trabalhos de um autor com os demais trabalhos de outros autores, levantando a própria essência que subjaz à existência de uma citação:"

"[...]*todo o discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito[...] As margens de um livro, jamais são nítidas ou rigorosamente cortadas: além do título, as primeiras linhas e o ponto final, além de sua configuração interna e a forma que o autonomiza está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede...*" (FOUCAULT, 1969, p.34 e 36).

¹⁵ FOUCAULT, Michel *Les mots et les choses: une archeologie des Sciences Humaines*. Paris : Gallimard, 1966. Tradução brasileira de Salma Tannus Muchail, 6ed. São Paulo : Martins Fontes, 1992; ----. *Naissance de la clinique: une archéologie du regard médical*. Paris : P.U.F., 1963. Tradução brasileira de Roberto Machado: O Nascimento da Clínica, 2ed. Rio ; Forense Universitária, 1980; ----. *Folie et Déraison: histoire de la folie à l'âge classique*. Paris : Plon, 1961. 2ed. Gallimard, 1972. Tradução brasileira de José Teixeira Coelho: História da loucura na idade clássica. São Paulo : Ed. Perspectiva, 1978.

¹⁶ Nesse contexto, onde se lê *livro*, deve-se ler, também, *artigo de periódico* (um texto).

Por outro lado, ao colocar em suspenso a aceitação dessas referidas unidades, Foucault levanta questões que podem ser consideradas bastante pertinentes à problemática da análise das citações, o que se supõe venha contribuir para o alcance de algum enriquecimento das reflexões propostas nessa linha de pesquisa, abrindo espaço para uma maior compreensão do comportamento do discurso formador de um campo discursivo do saber.

Outros autores evocam o pensamento de Foucault como pertinente a estudos dos objetos focalizados pela Ciência da Informação.

PIERCE (1992) reflete sobre o corpo teórico com que se definem as tradições intelectuais de um campo de conhecimento, ressaltando nesse sentido a síndrome dos “*dead germans*”¹⁷. Relatando os resultados de uma pesquisa sobre os “*dead germans*” da Ciência da Informação, o autor enumera autores citados pelos respondentes da pesquisa e o livro *Arqueologia do Saber* de Michel Foucault é citado entre outros autores, tais como Solla Price, Jesse Shera, e outros.

RADFORD (1992) ao identificar uma estreita relação entre a orientação positivista e a pesquisa na Biblioteconomia e na Ciência da Informação, num esforço de crítica e de superação dessa tendência, no processo de produção de conhecimento da área, utiliza o pensamento de Michel Foucault, no que se refere aos conceitos de *Ciência, conhecimento científico, verdade e objetividade*.

De acordo com Michel Foucault, (*apud* RADFORD, 1992) o *conhecimento científico* seria primariamente estruturado pelos limites do que é possível dizer em um dado ponto histórico, com respeito a um sistema particular de discurso. *Objetividade e verdade* equiparar-se-iam a *locus* de luta entre sistemas competitivos de discursos.

O conhecimento científico repousaria, enfim, sobre um suporte institucional, sendo reforçado e acompanhado por outros estratos e práticas sociais tais como a pedagogia, o sistema de comunicação do conhecimento produzido, incluindo editoração, livros e bibliotecas.

¹⁷ “*Alemães mortos*”- referindo-se a Karl Marx, Émile Durkeim e Max Weber, autores relevante na teoria básica da Sociologia.

Nesse contexto ainda segundo o autor, a biblioteca seria vista como uma instituição para arranjar textos, estabelecendo-se como um componente da legitimação de uma ordem particular do discurso.

O fato de ser o discurso científico precisamente definido leva ainda Foucault a ressaltar que essa precisão representa um mecanismo de controle, afirmando que: “*em cada sociedade a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída de acordo com certos procedimentos*” (FOUCAULT, *apud* RADFORD, 1992, p.417).

Encontra-se, pois, no pensamento de Foucault, um destaque para as relações entre discursos, caracterizadas pela intertextualidade, comportamento que também se constitui em objeto de estudo da Ciência da Informação, através das citações.

Do pensamento de Michel Foucault, como referencial teórico, esta tese de restringiu, especificamente, aos seguintes pontos constantes da “*Arqueologia do Saber*”, linha de pesquisa do autor: à suspensão da categoria epistemológica de “*cientificidade*” que tradicionalmente se utiliza para estudar os discursos formadores de uma área específica de conhecimento; aos conceitos de intertextualidade e dispersão, como características inerentes às formações discursivas; à constatação da existência de sistemas de exclusão dos quais decorre o poder de que se investem os autores, no processo de produção de conhecimentos; aos elementos envolvidos na “*formação de objetos*” de um campo discursivo.

Caracterizando *saber e ciência*, Foucault define o campo de abrangência da Arqueologia e dos estudos que ele chama de *arqueológicos*, pontos que foram considerados basilares, na concepção geral do trabalho da presente pesquisa e, especialmente, na seleção e classificação de artigos que se constituíram em seu material empírico.

Segundo Foucault, é necessário distinguir os *domínios científicos* e os *territórios arqueológicos*: seu recorte e seus princípios de organização são completamente diferentes. Só pertencem a um domínio de *cientificidade* as proposições que obedecem a certas leis de construção: “

“*Os territórios arqueológicos podem atravessar textos ‘literários’ ou ‘filosóficos’, bem como textos científicos. O saber não está investido*

somente em demonstrações, pode estar também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas [...]. A prática discursiva não coincide com a elaboração científica a que pode dar lugar; o saber que ela forma não é nem o esboço rigoroso nem o subproduto cotidiano de uma ciência constituída. As ciências - pouco importa no momento a diferença entre os discursos que têm uma presunção ou um estatuto de cientificidade e os que não apresentam realmente seus critérios formais - aparecem no elemento de uma formação discursiva e tendo o saber como fundo”(FOUCAULT, 1969, p.222).

A Arqueologia não descreve disciplinas, tomando-se aqui “*disciplina*” como “*conjunto de enunciado que empresta sua organização a modelos científicos que tendem à coerência e à demonstratividade e que são recebidos, institucionalizados, transmitidos e ensinados como ‘ciência’*”. As disciplinas “*podem servir de iscas para a descrição das positivities*”.

No que diz respeito às relações intertextuais, interessa à presente pesquisa saber que autores contribuíram para que essa rede de relações fosse tecida. Nesse sentido, as questões de autoria foram tratadas, não especialmente sob a ótica foucaultiana, mas considerando-se categorias usuais da Ciência da Informação, tais como “*autores*”, “*produtividade de autores*”, “*autores mais citados*” considerando-se “*autoria*” como uma função classificadora, usualmente tida como relevante nos estudos dos discursos provenientes, especialmente, das áreas de pesquisas acadêmicas.

Refletindo-se sobre a problemática do autor, a partir da História do Livro, CHARTIER (1994) afirma que:

“Quer ignore o autor ou o deixe a cargo de outros especialistas, a história do livro tem sido praticada como se suas técnicas e descobertas fossem irrelevantes para a história dos produtores de textos, ou como se esta fosse destituída de qualquer importância para a compreensão das obras. Neste últimos anos, contudo, assistimos à volta do autor (1994, p.34).

Entretanto, o autor “*tal como ele faz a sua reaparição na história e na teoria literária é, ao mesmo tempo, dependente e reprimido*” (p.35); de um lado, por não ser o “*mestre do sentido*”, mas condicionado às regras impostas pela comunidade produtora de conhecimento na qual se insere; e de outro lado, por se integrar ao processo condicionado

pela denominada “*estética da percepção*”, que caracteriza a relação dialógica instituída entre uma obra singular e o “*horizonte de expectativa*” de seus leitores.

Ainda segundo CHARTIER, Foucault teria esboçado “*uma descoberta histórica sobre a emergência e as variações desse regime particular de citações de textos, que os identifica a partir de sua relação a um nome próprio cujo funcionamento é inteiramente específico: o nome do autor*”. Entretanto, em decorrência dos argumentos de Foucault em seu famoso ensaio em que discute a questão do autor¹⁸, Roger Chartier adverte:

“O pensamento de Foucault, portanto, não deve ser reduzido a fórmulas muito simples, decorrentes de leituras apressadas. Ele não postula nenhum elo exclusivo e determinante entre a propriedade literária e a função do autor, entre o ‘sistema de propriedade que caracteriza nossa sociedade’ e um regime de citação de textos, apoiado sobre a categoria assunto. Deslocando para cima a figura do autor¹⁹ e articulando-a com os dispositivos que visam controlar a circulação dos textos ou dar-lhes autoridade, seu ensaio convida a uma investigação retrospectiva, na qual a história das condições de produção, de disseminação e de apropriação dos textos têm uma pertinência particular” (1994, p.38).

No último capítulo da *Arqueologia do saber*, ao responder ao suposto interlocutor, com quem dialoga sobre sua preocupação em se desvincular da corrente estruturalista, assim como sobre as referências à forma de focar o sujeito, Foucault responde que o ponto de vista do sujeito foi “*suspense*”, assim se referindo a essa temática:

“[...] em suma, não quis excluir o problema do sujeito, quis definir as posições, as funções que o sujeito podia ocupar, na diversidade dos discursos” (1969, p.243).

As condições de produção seriam, pois, determinantes no processo de avaliação ou análise de um campo discursivo, embora tal conclusão não invalide o fato de que a identificação da presença de nomes de autores, no discurso, possa contribuir para que sejam traçadas pistas que elucidem o processo de produção, em sua totalidade.

¹⁸ FOUCAULT, Michel. Qu’est ce qu’un auteur. *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, LXIV, jul.- sept., 1969. p.73-104 - Texto republicado, em inglês, em 1977 e 1979, em publicações editadas pela Cornell University Press.

¹⁹ Grifo da autora da tese.

Essas afirmações se tornam pertinentes, no contexto desta tese, considerando-se a presença, em seu referencial teórico, de elementos da Arqueologia do Saber e da Ciência da Informação, vislumbrando-se a possibilidade de se chegar à intercomplementaridade entre o dado e as condições históricas, criando-se as possibilidades de se chegar mais perto da realidade.

Embora o pensamento foucaultiano em geral tenha contribuído para o desenrolar de muitas das etapas da presente tese, pode-se afirmar que o conceito foucaultiano mais amplamente aplicado, teria sido o que define a própria *Arqueologia do Saber* e, mais especificamente, o conceito de *formação discursiva*.

A *Arqueologia do Saber*, é definida como: "*análise das formações discursivas ao nível da positividade que as caracteriza*" (DIAS, 1989), tendo como objetivo pesquisar sobre as regras de formação dos objetos do discurso de uma área específica do conhecimento.

Ao tentar delimitar o âmbito de abrangência de uma positividade, ou seja, um campo discursivo, Foucault parte de quatro hipóteses básicas, relacionadas, respectivamente, aos *objetos*, às *modalidades de enunciação*, aos *conceitos* e às *escolhas temáticas*, chegando à conclusão de que o discurso, um campo discursivo, caracteriza-se, não por objetos, modalidades de enunciação, conceitos ou temáticas privilegiados, mas, pela maneira pela qual se formam seus objetos.

A formação dos objetos de um campo discursivo estaria assegurada: a) pela demarcação das *superfícies primeiras de emergência* onde se encontra a possibilidade de limitar o domínio do campo discursivo, de definir aquilo de que se fala, de dar-lhe estatuto de objeto; b) pela descrição das *instâncias de delimitação*, ou seja os campos institucionais e as várias disciplinas, para os quais o tema é objeto de estudo; c) pela análise das *grades de especificação*, ou seja, conjuntos de relações passíveis de se estabelecerem entre instituições, processos econômicos e sociais: formas de comportamento; sistemas e normas; técnicas; tipos

de classificação; modos de caracterização.; d) pela *análise das relações entre esses vários planos* referidos (MACHADO, 1992 e DIAS, 1989)²⁰.

Foucault afirma ser o discurso de uma área específica de conhecimento caracterizado menos por um espaço de regularidades do que por um espaço de *dispersão*: dispersão de objetos, dispersão de temáticas, teorias, dispersão quanto às superfícies das quais o discurso emerge e de suas instâncias de delimitação.

O que atribuiria uma suposta unidade a um discurso, afirma o referido autor, não seria, a existência de um objeto único, de um estilo único, de temáticas e teorias únicas, nem mesmo da coincidência de conceitos. O que caracterizaria a unidade do discurso seria um jogo enorme de relações entre objetos, estilos, temáticas, teorias e conceitos.

Caberia à análise do discurso descrever essa dispersão, buscando o estabelecimento de regras capazes de reger a formação dos discursos (BRANDÃO, p.28).

Esses mesmos comportamentos relacionados à ocorrência de *dispersão*, na literatura que compõe uma área de conhecimento, são constatados em estudos bibliométricos.

Bradford e seus colaboradores, em 1934, coletaram um grande número de referências nas áreas da Geofísica aplicada e da lubrificação e arranjaram os periódicos, nos quais as referências ocorreram, em ordem de produtividade decrescente. Eles encontraram 1 periódico contendo 93 referências, 1 contendo 86 e 4 contendo 16, 49 contendo 2 e 169 contendo somente 1 referência, estabelecendo-se a *Lei de Bradford* - lei de dispersão da literatura - que se fundamenta no princípio bíblico: “*A quem tem muito, muito será dado*”, também conhecido como *Efeito Mateus* (VICKERY, 1948, p.197).

A base dessa e das demais leis bibliométricas, segundo BRAGA, é o fundamento em dois conjuntos: um *conjunto produtor* (periódicos, termos, autores, etc) e um *conjunto produzido* (artigos publicados, frequência, artigos escritos, etc.).

Embora os conceitos de *dispersão* na Bibliometria e em Foucault tenham, em seus fundamentos básicos, pontos de similaridade, essa categoria na Ciência da Informação é tratada do ponto de vista teleológico, ou seja, da finalidade atribuída aos seus resultados de

²⁰ No item 3.4 - Corpus documental, explica-se como foram consideradas categorias da *Arqueologia do Saber*, para a construção do Referencial Temático, que serviu de base para análises empreendidas nesta tese.

suas pesquisas. A *dispersão* aplicar-se-ia como um princípio de seleção, de escolha, de decisão (seja para a aquisição de periódicos, para a indexação de textos, para a avaliação da produtividade de autores).

Já em Foucault, a *dispersão* tende a sugerir que não se deve pautar um estudo arqueológico de um campo, justificando-o por opções calcadas em qualquer princípio de seleção, que se fundamente em uma escolha de grupos, por qualquer critério (autores mais produtivos, periódicos mais citados, etc.), em detrimento de outros. Haveria que se considerar a totalidade, nada devendo ser excluído, mas integrado.

Com relação às considerações desta tese sobre a *lei de dispersão da literatura* de Bradford, não se levou em consideração as fórmulas matemáticas, as curvas de dispersão, a partir de coordenadas semi-logarítmicas, pontos em que se fundamentam aplicações, discussões e contestações da lei, ao longo dos 60 anos que decorrem de sua formulação. O que suporta o presente processo de reflexão é o princípio que subjaz à lei - a *dispersão* - tomando-se, não a *expressão matemática* de Bradford, mas a *expressão verbal* que, segundo CHONEZ (1974), não são equivalentes.

Como outro ponto de convergência entre princípios comuns a ambas as áreas de estudo da literatura de uma área de conhecimento discutidas neste item, cumpre ainda ressaltar o fato de que as citações serviriam para denotar, entre o conhecimento anterior e o conhecimento recente, o estabelecimento de relações entre autores e trabalhos, que formariam aquilo que FOUCAULT (1969) e PRICE (1966n) caracterizaram em seus trabalhos por uma *rede*, tecida por possíveis relações interdiscursivas, em um dado recorte de conhecimento.

Ao conceituar *formação discursiva* - como um certo número de enunciados caracterizados por um sistema de dispersão, conjunto no qual se pode definir certa regularidade entre seus objetos, tipos de enunciação, conceitos, escolhas temáticas - Foucault questiona o uso de outros conceitos utilizados nos estudo dos saberes.

Nesse sentido, a expressão *formação discursiva* seria utilizada, em contraposição ao uso de palavras, recortes ou grupamentos que se apresentam, segundo o autor, como que carregados de condições e consequências inadequadas para designar a dispersão e a descontinuidade que a realidade evidencia, tais como: *Ciência, ideologia, teoria* ou *domínio de objetividade*, bem como formas ou gêneros que neles intervêm: *literatura*,

filosofia, religião, história, ficção (FOUCAULT, 1969, p.44, 51). Daí a arqueologia ter por objeto os saberes e não os discursos científicos.

Uma *formação discursiva* se definiria - quanto a seus objetos - por um conjunto de relações estabelecidas entre instâncias de emergência de delimitação e de especificação. Os objetos de discurso seriam formados pelas condições históricas que determinaram a possibilidade “*para que se possa dizer qualquer coisa dele e várias pessoas possam dele dizer coisas diferentes*”. O objeto existiria sob as condições de um feixe complexo de relações entre instituições, processos, técnicas, tipos de classificação, modo de caracterização, e essas relações não estariam presentes no objeto. Essas relações é que permitiriam o aparecimento do objeto (FOUCAULT, 1969, p.59-60).

Outra característica presente no conceito de formação discursiva seria a que se relaciona ao discurso como ato ilocutório, objeto de estudo da Pragmática²¹, como consequência direta da ocupação por seu enunciador de uma posição social que lhe confere poder.

Nesse sentido, Haroche, Henry e Pêcheux definem *formação discursiva* como:

"o que pode e deve ser dito - articulado sob a forma de uma alocução, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc , a partir de uma posição dada em uma conjuntura determinada" (MAINGUENEAU, 1993, p. 22).

Essa característica da *formação discursiva* se detém em componentes que serão explorados, nesta tese, e que se referem ao discurso como prática e que nos levam a discussões sobre os requisitos da *ordem do discurso*, revelando as evidências da existência de um *sistema de exclusão*, no processo de produção dos discursos formadores dos saberes.

2.3 A Ciência da Informação

²¹ Ver maiores informações sobre Pragmática, no item 2.5.

Os estudos de análise de citações são muito numerosos, principalmente na literatura norte-americana, nas áreas da Biblioteconomia e da Ciência da Informação e vêm sendo desenvolvidos por cientistas de vários ramos do conhecimento, interessados em conhecer melhor, via literatura publicada, sua área específica de pesquisa, ou mesmo em estudar o fenômeno das citações, na literatura técnico-científica.

A Ciência da Informação é um campo interdisciplinar de pesquisa que tem por objeto a informação e como fundamentação teórica princípios e métodos oriundos da contribuição de outros campos de conhecimento que lhe possibilitam o estudo do fenômeno da informação, sob seus numerosos ângulos. Costuma-se, mais frequentemente, associar à pesquisa na Ciência da Informação, conceitos e métodos oriundos da Biblioteconomia, da Linguística, da Comunicação e da Informática e, como se trata de um campo de conhecimento voltado ao estudo de um fenômeno que envolve indivíduos, grupos e instituições, costuma-se também observar a realidade sob aspectos psicológicos, sociológicos e administrativos, dentre outros.

Pelo fato de importar teoria da Comunicação, da Educação, da Linguística, da Administração, da Psicologia, da Sociologia e de muitas outras disciplinas, e por procurar fundamentos teóricos em outras disciplinas, ao invés de usar um processo de importação seletiva para se enriquecer, a Ciência da Informação é vista por PIERCE (1992, p.641) não como “*interdisciplinar*”, mas como um campo de conhecimento que o autor denomina “*extra-disciplinar*”.

Na verdade, o espectro de influência do fenômeno informacional abrange todas as áreas de conhecimento, ao se considerar que são os conteúdos específicos das disciplinas que se traduzem em conhecimentos e informações. Assim sendo, a Ciência da Informação pode ter como objeto qualquer disciplina, qualquer fatia do conhecimento, saber ou informação embora, na divisão ortodoxa do universo disciplinar, atribui-se a essa ciência, como objeto de estudo, especialmente a informação científico-tecnológica, veiculada por meio dos mais variados suportes.

Fazer Ciência da Informação implica também o domínio dos conhecimentos do campo que se pretende estudar, ou, de outra forma, trabalhar com uma equipe

interdisciplinar; essa característica da disciplina, é comum a outros campos, tais como a Epistemologia, a História das Idéias, dentre outras, que têm por objeto de estudo qualquer campo específico de conhecimento.

A grande maioria dos produtos das pesquisas da Ciência da Informação é constituída de conhecimentos sobre o acervo de informações, sua administração, seu uso e, também, sobre o comportamento da literatura que forma os campos disciplinares, seus padrões de produção, os processos e meios de comunicação entre cientistas e pesquisadores.

Gilda Braga afirma que:

“[...]tendo em vista que estes processos são efetuados através de sistemas, é também do interesse da Ciência da Informação investigar a estrutura, os objetivos, as funções, as propriedades, o comportamento e a capacidade dos sistemas de informação” (BRAGA, 1973).

Citando Wersig e Neveling, BELKIN e ROBERTSON (1976) situam a Ciência da Informação, partindo do desenvolvimento histórico do fenômeno que lhe deu origem - a informação - e que, segundo esses autores, somente agora adquire relevância e responsabilidade social, por se relacionar ao problema da transmissão de conhecimentos àqueles que dele necessitam.

Ao analisar quais seriam as noções que os conceitos de *informação*, em várias disciplinas, teriam em comum, identificam a idéia de *informação* como elemento de modificação de estruturas, originando-se daí a definição de *informação* que seria: *“aquilo que é capaz de transformar estrutura”*. Essas estruturas, segundo Belkin e Robertson, seriam classificadas em *infra cognitivas* - hereditariedade, incerteza e percepção; *a cognitiva individual* que se relaciona á formação individual de conceitos; *comunicação interpessoal*, relacionada aos processos sociais de cognição; e a estrutura *metacognitiva* que se constitui no conhecimento formalizado.

Também partindo da discussão do conceito de informação, Emilia Curras discorre sobre a grande pluralidade dos estudos sobre os fundamentos teóricos da informação, ressaltando, em seu trabalho, as teorias do *‘informacionismo’* mais relevantes, a partir dos anos 1980. Segundo a autora, pode-se deduzir que as visões sobre o que é e como se pode definir a

informação são muito variadas, incluindo “*desde uma concepção puramente materialista, até componente ontológico e quase metafísico*”.

Importante se tornaria estabelecer as diferenças entre dados, documento e outros meios de transmissão de idéias. Na realidade, a informação somente se produziria no receptor que a percebe, analisa e julga, segundo a intencionalidade que dela captura, ressaltando também o fato de ser originada de fenômenos captados consciente ou inconscientemente e de processos decorrentes do uso de documentação que condicionaria “*de maneira consciente as atividades do intelecto humano e que repercute no desenvolvimento da humanidade e seus aspectos científicos e artísticos*” (CURRAS, 1995, p.4).

A Ciência da Informação seria uma disciplina orientada para um propósito específico: facilitar a comunicação da informação entre os seres humanos e seus fenômenos fundamentais constituir-se-iam basicamente do texto, sua informação associada e a relação destes para o produtor e o receptor. (BELKIN & ROBERTSON, 1976).

Fala-se hoje de informação, de sociedade informatizada como fenômeno novo, embora a informação tenha existido sempre, como algo “*consustancial e inerente ao ser humano*”. O aspecto social inerente à informação é evidente, considerando-se que a sociedade não pode se desenvolver nem evoluir prescindindo-se da relação e comunicação humanas. O surto de interesse em relação à informação poderia ser atribuído à grande quantidade de informação que se produz e é circulada, por causa dos descobrimentos e inventos produzidos nos últimos séculos (CURRAS, 1995).

Vista como um sistema aberto, dinâmico e complexo, composto de subsistemas, o sistema da Ciência da Informação consideraria como parâmetros fundamentais: o fundo temático, a recompilação de dados, o método de indexação, o sistema informativo, a forma de recuperação de informação, os tipos de usuários, entre outros, todos subsistemas complexos. Seria esse um sistema de interação dialética, com sua parte teórica e prática, destinada a preparar e proporcionar “*dados informativos*”, “*informação útil*”, onde fosse necessária para o fim a que se proponha e que, em última instância, deveria repercutir em benefício da humanidade e seu devenir histórico sobre o planeta terra (CURRAS, 1995, p.6).

De acordo com Michel Harris, a pesquisa em Ciência da Informação, mais especificamente a pesquisa em Biblioteconomia, tem sido calcada em princípios identificados como “*os postulados do pluralismo e positivismo*”. Em decorrência de pesquisa realizada, Harris constatou que o positivismo se constitui na corrente teórica dominante na pesquisa biblioteconômica americana, área que é caracterizada pelo mesmo autor, através da frase: “*a dream of a physics of librarianship*” (apud BUSHMAN, 1991). A ênfase nos métodos quantitativos denotam essa tendência que, aliás, não é privilégio da área, mas encontrada em todos os ramos das Ciências Sociais e Humanas.

Obviamente, devem existir muitas tentativas e possibilidades de abordagem dos problemas da Biblioteconomia e Ciência da Informação, quando se trata de extrapolar os enfoques quantitativos e positivistas, tal como já foi visto no Capítulo 2 desta tese, pois não se restringem a essas disciplinas as críticas imputadas à produção de conhecimento, em que se evidencia a reificação como característica marcante, ou seja em que se constata o privilégio do dado em si sobre todas as possíveis relações com outros fatores contextuais e históricos, não menos importantes.

Evocando princípios estabelecidos no manual da “American Library Association” e em documentos da instituição “The Council on Library Resources”, Bushman considera a natureza dos sistemas de informações e educação como intrinsecamente relacionados, lembrando o elo fundamental existente entre bibliotecas e escolas, ambas como instituições educativas em nossa cultura. O autor identifica a corrente da *Nova Sociologia da Educação* - NSE - que procura interpretar o complexo da educação, conhecimento, ensino e aprendizado, dentro do contexto de poder, raça, classe e gênero - como uma alternativa para os estudos dos sistemas de informação, no sentido de que possam ser tratados dentro de seus ambientes social, político e econômico (BRUSHMAN, 1991).

O trabalho de Bushman torna-se duplamente importante para as reflexões desta tese: por sinalizar em direção a uma mudança de orientação epistemológica na pesquisa em Ciência da Informação; e por constituir-se em exemplo de relacionamento entre esta e a área da Educação, não apenas sob o ponto de vista de uma ser o objeto de estudo da outra mas,

especialmente pelos relacionamentos e complementaridade entre ambas, pela própria natureza interdisciplinar de seus objetos - a Educação e a Informação.

Em todas as áreas de conhecimento, o trabalho evolutivo, de institucionalização e aperfeiçoamento da área é contínuo, lento e árduo, incluindo gestões que vão desde a organização das instituições à produção, armazenagem e disseminação do conhecimento, até as formas de abordagem dos objetos focalizados nas pesquisas da área.

No caso da Ciência da Informação, para que os sistemas de informação e a produção de conhecimento que lhe corresponde se tornem mais abrangentes, mais reais, mais voltados para as necessidades de todos os segmentos da sociedade, deve ser incluído, em todo o processo de produção, uso e retroalimentação do conhecimento, componentes históricos, subjetivos, posturas e elementos que possibilitem uma “*construção social da realidade*”, ideal a ser perseguido como finalidade última da existência de qualquer disciplina ou campo do saber.

2.3.1 O processo de comunicação científica

Objeto da Ciência da Informação, a comunicação se constitui em parte essencial do processo de desenvolvimento da pesquisa científica e tem por objetivo criar, criticar e contribuir para um consenso racional de idéias, conhecimentos e informações. Assim, os resultados de uma pesquisa somente se tornam completamente científicos quando publicados.

John ZIMAN (1969), em conhecido artigo publicado no periódico “*Nature*”, ao discorrer sobre o processo de comunicação na Ciência, reporta-se às reflexões de Bernal sobre o estado de complexidade e caos que, já na década de 1930, caracterizava o sistema de comunicação científica²². Afirma Ziman ser este processo, quase que inteiramente

²² Devido à explosão da informação e o crescimento exponencial da pesquisa e de seus resultados, publicados em documentos diversos.

dependente da literatura primária, que é portadora de 3 características básicas essenciais: ser fragmentária, derivativa e publicada.

A fragmentação estaria relacionada ao fato de ser o conhecimento produzido em partes que se inter-relacionam na formação de uma área de saber; a derivação compreenderia o relacionamento intrínseco entre esses trabalhos, fato que pode ser evidenciado pelo estudo das citações, constituindo o fenômeno da intertextualidade, da polifonia; a publicação constituir-se-ia no ato de tornar público o conhecimento, no ato de colocá-lo a disposição da comunidade científica, através de um dos suportes de comunicação disponíveis, para que possa ser avaliado e julgado, somente assim tornando possível sua incorporação ao conjunto de saber que se convencionou chamar uma *disciplina, ciência, ou formação discursiva*.

De acordo com a *Encyclopedia of Library and Information Science* (1979, p. 393), a literatura em Ciência e Tecnologia pode ser vista em três níveis hierárquicos de publicações a) as *publicações primárias*, nas quais novos conceitos são registrados e disseminados; b) as *publicações secundárias*, que são derivadas das publicações primárias e constituídas pelos processos de indexação, reempacotamento e condensação; c) *publicações terciárias* que são derivadas de fontes secundárias.

Pode-se melhor entender a estrutura da literatura científica, ao se traçar os caminhos da informação científica de sua geração, como um resultado de pesquisa, até sua publicação em literatura primária, passando por seu aparecimento em serviços secundários e, finalmente chegando à sua eventual integração e compactação em revisões, manuais e enciclopédias.

Constituem-se em *publicações primárias*: os livros; os artigos de periódicos; os trabalhos apresentados em congressos ou outros eventos similares; relatórios de pesquisas, tanto os oriundos do processo de aperfeiçoamento acadêmico (dando origem às teses de mestrado e doutorado, incluindo-se aqui os trabalhos de livre docência, trabalhos para ascensão na carreira de professor universitário); as pesquisas financiadas pela própria universidade, oriundas de núcleos de pesquisas; as pesquisas financiadas pelos órgão de

financiamento, no caso do Brasil as pesquisas com o aporte financeiro do CNPq, da CAPES, FINEP, INEP e outros órgãos de fomento.

Convenciona-se classificar os meios de comunicação científica, basicamente, em formais e informais. A comunicação *formal* seria a que se processa por meio de publicação, tais como os livros e artigos de periódicos. Os *canais informais* se constituem na primeira forma de comunicação, quando os pesquisadores comunicam oralmente entre si, ou através de outros registros como notas informais, cartas, memorandos, incluindo os novos meios como as redes eletrônicas de telecomunicação; também se constitui em fontes de informação informal primária os *livros de notas e diários* de pesquisadores.

Ao atingirem determinado estágio de desenvolvimento em suas pesquisas, os pesquisadores preferem se comunicar através dos *canais formais* que podem se iniciar com as cartas a editores de periódicos especializados, sob a forma das chamadas “*comunicações preliminares*”, que têm como principal função garantir prioridade, especialmente em campo de pesquisa de ponta, quando o conhecimento é passível de se constituir numa nova invenção ou informação original. Quando o direito de propriedade está envolvido em um conhecimento ou descoberta, nenhuma informação sobre a invenção é tornada pública, pelo menos até a invenção ser protegida por meio de uma *patente* que, também, é um tipo de comunicação científica formal e primária.

PRICE (1966) empreendeu estudos bibliométricos, tendo por objeto os canais informais de comunicação (cartas, conversas em cafés, bares, seminários, conferências, congressos, encontros, etc.), declarando que alguns, mas nem todos os cientistas, em uma área particular de pesquisa, mantêm um alto nível de comunicação informal e que a informação recebida, dessa maneira, seria essencial para a conduta da pesquisa.

Os estudos de redes informais de comunicações entre cientistas revelam a existência de comportamentos sociais típicos, citando-se dentre esses as *frentes de*

pesquisas²³, a existência de um tipo de agente da comunicação científica, denominado *gatekeeper*²⁴ e dos *colégios invisíveis*.

PRICE & BEAVER (1966) estudaram a vida social da literatura científica levantando padrões de produtividade referentes a trabalhos em colaboração, tendo como base os *colégios invisíveis*. Esta expressão foi popularizada por Price e se refere a uma elite de cientistas produtivos, que se comportam com um alto grau de interação mútua, dentro de uma área de pesquisa²⁵.

Para melhor compreensão do termo transcreve-se, a seguir, parágrafo do clássico artigo publicado, em 1966, no periódico *American Psychological*:

“Muitos estudos na área da sociologia da ciência moderna e dos padrões de comunicação de cientistas, hoje concordam que uma das características dominantes é a forma de organização que se tornou conhecida pela expressão ‘colégio invisível’ [Invisible College]²⁶. O nome deriva historicamente de um grupo de pessoas, nos meados do século XVII que mais tarde se organizaram formalmente na Real Sociedade de Londres [Royal Society]. Anteriormente o grupo encontrava-se informalmente e de forma distinta de outros grupos centrados no Wadham College and Gresham College, colégios considerados mais visíveis. Eles comunicavam entre si por cartas, com a finalidade de obter audiência apreciativa para seus trabalhos, para assegurar prioridade e para se manterem informados dos trabalhos que estavam sendo desenvolvidos em outras localidades por outros cientistas. No contexto da estrutura organizacional da Grande Ciência [Big Science], o termo não é tão específico e infelizmente a sua definição e a compreensão tem variado consideravelmente de escritor para escritor” (PRICE and BEAVER, 1966, p. 1011).

²³ Em determinadas áreas, dominadas por pequenos núcleos (“cores”) de trabalhadores ativos em relação a uma grande e fraca população transitória de seus colaboradores (PRICE).

²⁴ Líderes na produção e disseminação de conhecimentos, tal como definido por Jeanette Kremer: “Um ‘gatekeeper’ é um membro-chave de uma rede de comunicação informal que, por causa de certas características pessoais como liderança, inteligência e experiência no campo, age como um filtro de informação para e dos outros membros de seu grupo de interesse e pode conectá-los com canais de informação fora da instituição” (KREMER, 1980).

²⁵ Além do clássico artigo de PRICE and BEAVER e do artigo de Diana CRANE, publicado na *American Sociological Review*, em 1969, que teve por objetivo testar a hipótese do colégio invisível, verificando se algo semelhante a uma organização social poderia ser observado numa área de pesquisa. Cita-se também o trabalho de GRIFFITH, Belver C. and MULLINS, Nicholas C., que teve como objeto de estudo fenômenos relacionados a “colégios invisíveis”: *Coherent Social Groups in Scientific Change: ‘invisible colleges may be consistent throughout science*. *Science*, v.177, Sept. 1972. A citação desses trabalhos, nesta nota, não tem a pretensão de esgotar a literatura na área, mas apenas de proporcionar alguma informação preliminar sobre o assunto.

²⁶ Entre colchetes nomes mantidos no original inglês, no momento da tradução do parágrafo para esta citação.

A identificação dos membros de um *colégio invisível* seria importante porque permitiria maior conhecimento do processo de comunicação da literatura científica em determinada área, podendo o nível informal influir no formal, como por exemplo, no caso das citações.

PRICE (*apud* SENGUPTA, 1992) afirma que, embora o principal objetivo da *Cientometria* ou *Bibliometria* seja fazer análise da ciência, científica e matematicamente, dentro de um conceito bem empiricista de pesquisa, a compreensão e os padrões de coerência da produtividade científica necessitam de Historiadores, Sociólogos e Psicólogos da Ciência para que se empreendam outros tipos de análises, não passíveis de expressão em termos métricos.

2.3.2 O periódico

Tendo sido o periódico eleito, nesta tese, como fonte principal para o estudo do processo da institucionalização da Pesquisa Educacional, fundamentando-se na crença de que esse tipo de publicação se constitui em um dos mais reconhecidos meios de comunicação da pesquisa, tornam-se pertinentes algumas informações sobre ele.

A comunicação, via periódico, constitui-se na comunicação formal mais destacada, em quase todos os ramos da Ciência, desde que surgiu, no século XVII, por iniciativa das primeiras sociedades científicas²⁷. Daí ser o periódico científico objeto de estudo para se conhecer os processos de comunicação e mesmo as peculiaridades e evolução dos próprios ramos específicos da Ciência.

O periódico especializado é considerado um meio privilegiado para comunicar informações técnico-científicas e divulgar resultados de pesquisa. Mesmo com a possibilidade de ser superado, em seu suporte atual de publicação, o periódico ocupa posição

²⁷ Registra-se que os primeiros periódicos publicados tenham sido o “*Journal des Sçavants*” e o “*Philosophical Transactions*”.

privilegiada no processo de comunicação dos saberes institucionalizados, e pode ser considerado um sensível indicador de novas fronteiras emergentes da Ciência, seja refletindo padrões de pesquisas das nações ou das diversas áreas da Ciência e da Tecnologia, seja atribuindo prioridade às novas descobertas e idéias originais, referendando a autoridade de pesquisadores veteranos ou introduzindo novos cientistas em determinadas áreas do conhecimento (GUPTA, B. M.; NATHAN, S., 1980).

Há diferentes opiniões sobre o que exatamente constitui um periódico, embora haja certa concordância de que se trate de *uma publicação seriada, com um título contínuo, editado em intervalos regulares, e em alguns casos irregulares, mas sempre inferiores a um ano*²⁸.

A terminologia utilizada para designar esse instrumento de comunicação é muitas vezes imprecisa, mas o termo seriado ("*serial*") é usualmente aceito para designar essa categoria de publicação, por incluir os periódicos e também as publicações editadas anualmente, tais como livros do ano, anuários e outros.

Cordélia Robalinho Cavalcanti (*apud* ROCHA, 1988) conceitua “*publicação seriada*” como:

“Publicação feita em fascículos sucessivos, contendo indicação numérica ou cronológica e, em regra, com a intenção de continuidade indefinida. As revistas especializadas, os jornais, os anuários (relatórios, almanaques, etc) os periódicos gerais, as memórias, atas e relatórios de entidades coletivas são publicações seriadas. As séries monográficas e de editores comerciais podem ser incluídas entre as publicações seriadas” (ROCHA, 1988, p. vii)

Reconhece-se ser a expressão *publicação seriada* mais abrangente do que *periódico*, embora ela venha tendo muito menos uso, até nos meios de profissionais da informação, tal como afirma a introdução do *Guia de Periódicos e Seriados Brasileiros*, v.1, editado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, órgão do CNPq.

²⁸ Tal como definido em Norma específica da *Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT*.

O artigo publicado em um periódico primário especializado é visto como a mais importante peça do processo de comunicação formal, fonte que contém a grande maioria da literatura primária da Ciência, podendo se constituir de comunicações em diferentes estágios: o “*preprint*”, distribuído pelo autor, antes da publicação; o *artigo publicado* em periódico impresso ou disponível em meios magnéticos; ou a *reimpressão de um artigo* anteriormente publicado.

A publicação de artigos se processa sob a responsabilidade de um corpo de “*referees*”, comissão editorial, que tem por atribuição o julgamento dos artigos para publicação, normalmente composta de renomados membros da comunidade científica, constituindo-se em agentes do processo intitulado de *revisão de pares* (“*peer-review*”). Cumpre salientar que esse processo não é pacífico e ausente de problemas, registrando-se inúmeras críticas a ele apontadas, pela comunidade científica.

Os problemas apontados por um clássico estudo sobre a NSF - National Science Foundation - uma importante instituição distribuidora de financiamento para pesquisas científicas, nos Estados Unidos, em que o sistema de “*peer-review*” é praticado para a obtenção de financiamentos, poderia ilustrar as dificuldades que poderiam ser extrapoladas para o plano das reflexões sobre o sistema de revisão de artigos, para publicação em periódicos.

COLE (1977) estudou o sistema de “*peer-review*” da NSF, nos Estados Unidos, e concluiu que os revisores não são fortemente influenciados pelo status profissional de um candidato. Ao avaliarem uma proposta, ao contrário, haveria uma tendência para o julgamento em função das percepções da qualidade das pesquisas propostas.

No que se refere às variáveis correspondentes à correlação entre estratificação social e as dotações de recursos financeiros para as propostas, variáveis essas respaldadas em possíveis influências de “*camaradagem*”, nos julgamentos de pares, poderiam ser identificadas as seguintes situações: a) investigadores com pontos de vistas comuns serão sempre favoráveis a trabalhos apresentados por cientistas com linhas de pensamento similares; b) cientistas amigos entre si, que “*criaram juntos*”, ou frequentaram a mesma

escola, respaldam-se em tendências fraternas nas decisões de julgamentos; c) cientistas em um dado nível de eminência, tendem a favorecer seus pares que se acham em situações similares, na hierarquia da ciência, mesmo se não há nenhum contato pessoal entre eles.

Nesse sentido, críticos do sistema de “*peer-review*” suspeitam de que possa haver certa negligência no julgamento da qualidade das propostas de eminentes cientistas, fato que condicionaria alguma vantagem destes sobre os pesquisadores não-eminentes; nesse caso confirmar-se-ia, nos processos de produção e comunicação científica, a conhecida hipótese do “*rich get richer*”.

As unidades bibliográficas, ou documentos compreendendo a grande massa de literatura primária da Ciência, estão dispersas em uma grande variedade de fontes, publicadas em todo o mundo e em línguas as mais diversas. As tarefas de identificar, selecionar e analisar informações pertinentes da massa da literatura científica são fases importantes do processo total de pesquisa e desenvolvimento científico, tendo como produtos as denominadas *publicações secundárias*. A criação de serviços de alerta, bibliografias, índices, resumos e catálogos facilita a identificação e seleção de documentos pertinentes a um determinado propósito.

Com o avanço da teleinformática os periódicos primários e secundários podem atualmente ser consultados através de meios magnéticos. Muitas dessas fontes se acham disponíveis em bases de dados especializadas, nas mais diversas áreas de conhecimento. O que acontece no Brasil, entretanto, é que o custo do acesso extensivo a bases de dados “*on-line*” internacionais, é bastante alto, principalmente devido ao preço de telecomunicação, com os quais as bibliotecas não podem arcar, por estarem seus orçamentos prioritariamente voltados para o pagamento de salários de seu pessoal (quase sempre escasso e pouco qualificado) e a aquisição de material bibliográfico atualizado.

O acesso fica restrito ao pessoal em nível de pós-graduação e muitos dos usuários potenciais, como por exemplo pesquisadores sem financiamento e estudantes de graduação, ficam privados de seu uso por não poderem pagar pelos serviços bibliográficos “*on-line*”. Assim se expressa KREMER sobre este estado de coisas, no Brasil:

“Muitos usuários potenciais não têm acesso local e imediato de serviços bibliográficos on-line. Considerando-se o fato de que somente esses serviços podem prover informação atualizada, esse problema pode ajudar a aumentar a defasagem científica e tecnológica entre as regiões privilegiadas e as menos desenvolvidas do País. O uso dos serviços referidos é normalmente restrito a algumas universidades, institutos de pesquisas e agências públicas. Outros usuários têm acesso apenas às versões impressas das fontes de informações bibliográfica [...] O advento do CD-ROM é muitas vezes visto, nos países em desenvolvimento, como uma alternativa mais barata de acesso às bases de dados bibliográficas on-line”. (KREMER, 1994, p.121)

Em síntese, a literatura primária, secundária e terciária pode ser produzida (publicada) em um ou mais dos meios físicos a seguir especificados: *meios impressos* (livros, periódicos e outros documentos impressos); *meios quase-impressos* (saídas de computador, cópias mimeografadas ou datilografadas); *meios gráficos* (fotografias, cartas, desenhos, etc.); *microformas* (microfichas, microfilmes, rolos, cartuchos; microcards) e *meios legíveis por máquina* (discos magnéticos, disquetes CD-ROM, etc.).

2.3.3 A comunicação da pesquisa e o periódico na área da Educação

O problema da comunicação dos resultados de pesquisas, na área da Educação, tem sido objeto de debates e estudos por parte de muitos pesquisadores da área no Brasil. FÁVERO acentua que o debate sobre o problema da comunicação dos resultados de pesquisas na área educacional não vêm merecendo maiores atenções na literatura pertinente e na agenda das reuniões científicas (*apud* FREITAS, 1990)²⁹.

GOERGEN (1985, *apud* FREITAS, 1990), ancorado no pressuposto do papel social da Universidade, advoga a necessidade de maior socialização dos resultados da Pesquisa Educacional.

²⁹ FREITAS (1990) cita, dentre outros, autores e trabalhos relacionados ao problema: Inep- Anais do Seminário Latino-Americano de Institutos de Pesquisa em Educação, 1988; ROSEMBERG (*apud* GATTI, 1982); FAVERO., 1987; GANDINI, Raquel C. P. Produtividade e autonomia na pesquisa em Ciências Humanas e em Educação. Educação e sociedade, v.33, p.141-57, Agô, 1989.; CARDOSO, Míriam Limoeiro. Desafios exigências e limitações do trabalho científico; uma perspectiva epistemológica. In: Seminário A Pesquisa Educacional no Brasil e na América Latina: tendências e perspectivas. UnB/Fac. de Educação, 17-21, Nov. 1986. [Relatório 193p. mimeogr.].

Nesse sentido, ressalta-se o problema da divulgação dos resultados de pesquisas, assinalando o caráter social das publicações, enquanto registro escrito do que é produzido cientificamente no campo da Educação, havendo denúncias da ausência da divulgação adequada dos resultados dessas pesquisas, tanto no meio universitário, quanto junto a outros segmentos da comunidade: entre professores e alunos dos diversos níveis de ensino, entre membros da sociedade em geral.

Goergen qualifica de “*inúteis*” as pesquisas cujos resultados não são de alguma forma divulgados. A publicação, continua o autor (*apud* FREITAS, 1990), seria a forma de se prestar contas dos trabalhos de pesquisas e de permitir que possam ser julgados, criticados, corrigidos e usados.

O mesmo autor enumera alguns impedimentos à difusão das pesquisas educacionais, classificando-os em três ordens de fatores intervenientes: a) os de natureza substantiva, inerentes à própria pesquisa, sua qualidade e criatividade; b) os de responsabilidade social do pesquisador a que se associa o descompromisso em colocar tais resultados à disposição dos interessados; c) os relacionados à precariedade dos meios de divulgação, falta de recursos e órgãos de difusão, além das políticas editoriais desse órgãos.

FREITAS (1990), em seus trabalhos de mapeamento da produção científica, no campo educacional, dos quais algumas idéias foram transcritas em parágrafos anteriores desta tese, admite que os estudos, tomando por base as publicações, podem significar um meio adequado de se conhecer a realidade institucional da pesquisa, considerando-se ainda que a publicação de seus resultados permite ao público a aferição da relevância social da tarefa empreendida.

A seguir, algumas informações sobre o periódico e sua importância na comunicação de pesquisas educacionais:

As tentativas de caracterização do que seja um periódico da área de Educação depararam-se com muitas dificuldades, especialmente considerando-se a fluidez do universo da própria Educação como área de conhecimento.³⁰

Como já foi dito, a utilização do periódico como fonte para o estudo de uma área de conhecimento tem sido fundamentada no fato de que, o periódico tem sido veículo privilegiado de comunicação de conhecimentos e informações, embora com os avanços tecnológicos, o formato tradicional do periódico esteja sendo questionado pelas novas formas de suportes eletrônicos disponíveis.

Entretanto, nos países onde o desenvolvimento científico ainda não atingiu níveis mais adiantados, constata-se um dilema entre os pesquisadores, especialmente das áreas de Ciências Humanas, quanto a publicarem seus artigos em periódicos nacionais de seus próprios países ou em periódicos de países mais adiantados; nesse caso constata-se o impasse de que nenhuma das duas soluções garante sucesso em comunicação e transferência de informação.

Se por um lado os periódicos nacionais são irregulares, descontínuos, ausentes de serviços secundários e de difícil acesso, no conjunto das regiões geográficas do País, no caso dos periódicos estrangeiros, o acesso às matérias publicadas pelo público-alvo, seria ainda mais dificultado. Os artigos, eventualmente publicados em fontes estrangeiras, correriam o risco de permanecerem restritos ao conhecimento de uma pequena parcela de pesquisadores, devido às dificuldades de acesso aos mesmos, via serviços secundários, pelas razões já expostas ou por limitação linguística.

Além desse dilema - publicar em fontes nacionais ou estrangeiras há indícios de que, na área da Educação, as preferências por parte dos pesquisadores, quanto a fontes para publicações de seus resultados de pesquisas, costumam tender para a

³⁰ **ver** AMADO, Tina; FÁVERO, Osmar; GARCIA, Walter. *Para uma avaliação dos periódicos brasileiros de educação*. In: *Reunião Anual da ANPEd: Documento para Avaliação e Perspectiva*, 1993. p.201- 215 e NERI, Lídia Alvarenga; ALVARADO, Rubén Urbizagástegui. Lista básica de publicações periódicas brasileiras na área da educação; um estudo bibliométrico para a nova fase da Bibliografia Brasileira de Educação- BBE. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.44, p.81-9, fev., 1983.

transformação em *livros*, seus textos *de* relatórios de pesquisas e teses; neste caso, haveria que se empreender uma pesquisa para se comprovar essa tendência.

Não somente no Brasil, parece haver diversidade, entre os pesquisadores das diversas áreas de conhecimento, quanto às preferências de uso do periódico como veículo de comunicação. No caso nacional especificamente, existem problemas de acesso ao conhecimento veiculado por essa fonte, não somente pela irregularidade na publicação dos fascículos, como pelas dificuldades enfrentadas pelas bibliotecas na manutenção de seus acervos e ainda, especialmente, pelo sistema de distribuição do periódico, não havendo garantia para o pesquisador de que o seu trabalho terá realmente a divulgação no tempo desejado e nem de que possa ficar informado dos novos conhecimentos gerados por seus pares.

Também merece ser lembrado que a comunicação é dependente das diferentes categorias de públicos que compõem as diversas áreas de conhecimento. NERI (1984)³¹, a partir da identificação de alguns segmentos de especialistas da área da Educação, constata diversidade entre as preferências por títulos de periódicos desejados para a atualização pessoal e profissional dos respectivos grupos. Assim as preferências se manifestam diferentemente para os diferentes segmentos de especialistas que compõem a área da Educação: Professores do Primeiro Grau, Professores do segundo Grau; Professores da Universidade; Especialistas em Educação; Administradores da Educação e Pesquisadores.

Estudo desenvolvido, na França, por Emmanuel FRAISSE (1995), sobre hábitos de leitura e uso de bibliotecas por Professores Universitários, aponta para a existência de diferentes padrões de comportamento, por áreas de conhecimento, e para o fato de que, nos primeiros períodos da universidade, os alunos tendem a utilizar com mais frequência os *livros* que os *periódicos*.

Pesquisas poderiam ser empreendidas para se verificar não somente as preferências de fontes pelos usuários, como pelos produtores de conhecimentos na área da

³¹ Dissertação de Mestrado (UFRJ - Escola de Comunicação/IBICT), desenvolvida com o objetivo de se levantar núcleos significativos de periódicos na área de Educação, visando-se a uma possível aplicação nos processos de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação bibliográfica em Educação.

Educação. Há indícios de que os *livros* e as *monografias* apresentadas em congressos, seminários e reuniões de sociedades científicas, (no caso ANPEd) sejam os suportes preferidos para a divulgação de resultados de pesquisas educacionais, no Brasil.

O escasso interesse e hábito de consultar periódicos é atribuído por CHIZZOTI (1993, p. 220) ao tipo de política de distribuição-circulação praticada no País e aos custos das publicações que tendem a distanciar “*uma faixa de leitores das pesquisas e favorecem o hiato entre as pesquisas realizadas e os usuários possíveis [...]*”.

Em um contexto mais amplo, VELLOSO (1992) ressalta o papel das dimensões sócio-políticas e sua interferência na eficácia das redes de informações em educação, não somente no Brasil mas em toda a América Latina. As estratégias de governo oscilando do neoliberalismo ao autoritarismo, ao contrário dos países desenvolvidos, não consideram, como preocupações centrais, setores como o educacional e o documental, situação que gera a inclusão, no rol dos excluídos dos benefícios do desenvolvimento, até mesmo o segmento mais esclarecido das sociedades, ou seja o grupo de pesquisadores dos países economicamente dominados.

Segundo CAMPOS & FÁVERO (1994 p. 13) o processo de disseminação de resultados de pesquisa, no País, atinge apenas um setor restrito de profissionais:

“Isso ocorre não só pelo fato de que nem todos os trabalhos são publicados em livros e periódicos de ampla circulação mas, também, pelo acesso desigual que profissionais de diferentes regiões e setores de atividades conseguem ter ao material produzido”.

Não obstante as referidas restrições, os autores constatarem um aumento do número de títulos, coleções e de editoras novas, nas últimas décadas, e destacam, como espaços importantes na divulgação de informações e intercâmbio, os congressos e reuniões promovidos por instituições da área, tais como a ANPEd.³²; as Conferências Brasileiras de Educação, encontros regionais e seminários temáticos, por iniciativa de organismos diversos, para divulgação de resultados de pesquisas; órgãos de divulgação organizados por outros espaços que se dedicam à área da Pesquisa em Educação, seja de âmbito científico geral,

³² Segundo os referidos autores foram recebidos para a reunião de 93, quase 400 trabalhos, tendo sido selecionados, pela Comissão Científica e Grupos de Trabalho, cerca de 70% desse total.

como a SBPC e de áreas específicas como as Ciências Sociais (ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais).

2.4 Os estudos bibliométricos

Os estudos das citações presentes no discurso que forma um campo científico, constituem-se em um tipo de pesquisa específico de um subcampo da Ciência da Informação, intitulado Bibliometria e que faz parte de um campo mais amplo designado por Informetria (“*informetrics*”).

Edson Nery da Fonseca (1973, p.6) afirma que o termo *Bibliometria* foi cunhado por Paul Otlet, em 1934, em seu trabalho intitulado “*Traité de Documentation*”, embora a prioridade de uso do termo tenha sido reivindicada pelo inglês Allan Pritchard, em 1969.

Registra a literatura que pesquisas caracterizadas como estudos bibliométricos foram empreendidas, antes das referidas datas, com o objetivo de se estudar o comportamento da literatura, mas sob a denominação de “*bibliografia estatística*” (*apud* NERI, 1984, p.3). O trabalho de Campbel, publicado em Londres em 1896, é citado como um exemplo de estudo bibliométrico, sem denominação específica (*apud* SENGUPTA, 1992).

Citando o estudo bibliométrico de Coles e Eales³³, como um dos primeiros no gênero, especialmente voltado para o estudo da história do conhecimento, LAWANI (1981, p.310) afirma que os dados bibliográficos e das citações podem se constituir em fonte de informações históricas.

Para Laura Maia de Figueiredo a Bibliometria seria:

³³ COLE, F. J.; EALES, N.B. The history of comparative anatomy; Part. I: a statistical analysis of the literature. Science Progress, London, v.11, p.578-96, April, 1917.

“o conjunto de leis que muito contribuíram para estabelecer as bases teóricas da Ciência da Informação - designa o tratamento quantitativo das propriedades e do comportamento da informação registrada” (FIGUEIREDO, 1973, p.27).

Ao definir escopo e finalidades dos estudos bibliométricos, Pritchard afirma que o propósito da Bibliometria seria o de *"lançar luzes sobre o processo de comunicação escrita e a natureza e curso de desenvolvimento de um meio descritivo de contar e analisar as várias facetas da comunicação escrita"* (apud SENGUPTA, 1992, p. 77).

Segundo Nicholas e Ritchie, o escopo da Bibliometria compreenderia os meios de se *"prover informação sobre a estrutura do conhecimento e como ele é comunicado"* (apud SENGUPTA, 1992, p. 77). Já para Allan Pritchard, são chamados bibliométricos todos os *"estudos que procuram quantificar os processos de comunicação escrita"* e que compõem a Bibliometria, definida pelo autor como *"a aplicação do método matemático a livros e outros meios de comunicação"* (apud NERI, 1984).

Em 1963, Derek de Solla Price, também interessado em fenômenos de produtividade, na literatura publicada, formulou a *Lei do Elitismo*. Além dessas, muitas outras leis empíricas de comportamento hiperbólico vieram contribuir para os estudos de produtividade e uso da literatura científica. Muitos desses estudos têm sido desenvolvidos, nas últimas décadas, através da análise de variáveis intervenientes no processo de produção, comunicação, disseminação e uso do conhecimento humano.

Segundo BRAGA, a maioria das leis bibliométricas derivam de outras áreas e foram aplicadas, desde o início, ao estudo da literatura. Todas as leis bibliométricas constituem manifestações de um comportamento hiperbólico - seus diferentes nomes são empregados para designar particularidades de uma distribuição e não leis diferentes. (BRAGA, p.248).

NARIN e MOLL (1977), em revisão de literatura sobre estudos bibliométricos relacionaram 132 trabalhos que utilizam essa metodologia para análise da literatura sob os mais variados enfoques.

Os estudos bibliométricos não se restringindo a análises de artigos de periódicos, mas se utilizando também de livros, teses, relatórios de pesquisas etc., inserem-se na

tendência de se utilizar a publicação como medida do fluxo da Ciência que, segundo CASTRO (*apud* FREITAS) adquiriu maior intensidade nas últimas décadas.

Como uma vertente mais envolvente dos estudos bibliométricos, encontram-se os estudos de *comunicação científica*.

Além de serem atribuídas à Bibliometria todas as críticas ao quantitativismo e suas vinculações com possíveis tendências de pesquisas legitimadoras de ideologias dominantes, em se absolutizam meios em detrimento dos fins, ainda são levantados alguns pontos críticos relativos ao seu uso quando aplicada com a finalidade de avaliação da produção científica³⁴.

Como a Bibliometria apreende o nível qualitativo, de modo indireto (normas de qualidade internas dos periódicos; o processo de seleção dos artigos para publicação; as seleções dos sistemas de alerta para divulgação), há sugestões de que se faça uma triagem prévia quanto ao nível de qualidade do material submetido à análise bibliométrica (CASTRO, *apud* FREITAS, 1990).

2.5 As citações e os conceitos de pragmática, intertextualidade e polifonia

Consideram-se intrinsecamente relacionados, nesta tese, os conceitos de pragmática, intertextualidade e polifonia, em suas relações com o fenômeno das citações, formando parte do *corpus* teórico que fundamentará discussões e reflexões, nesta pesquisa, sob a ótica das categorias de análise.

As relações discursivas, assegura Foucault, caracterizam não a língua que utiliza o discurso, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto *prática*. A tarefa do pesquisador de uma área específica como campo de

³⁴ Em relação às possíveis restrições de uso desse tipo de pesquisa, ver o Capítulo 5, desta tese, item *Limitações da pesquisa*.

conhecimento, consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (os elementos significantes que remetem a conteúdos ou representações) mas, como *práticas* que formam sistematicamente os objetos de que falam.

Encontra-se a unidade do discurso, não junto aos próprios objetos, a sua distribuição, ao jogo de suas diferenças, de sua proximidade ou de seu afastamento - em resumo junto ao que é dado, ao sujeito que fala - mas, junto a um relacionamento que caracteriza a própria prática discursiva. Existem regras que são imanentes a uma prática e que a definem em sua especificidade (FOUCAULT, 1969, p.61).

Considerando os discursos, como prática, Foucault adota os princípios da pragmática semântica, campo em que se situam as pesquisas de Oswald Ducrot, e que caracteriza "*aquilo que é feito pela fala*", do que a fala faz, aquilo que condiciona a ação humana, uma ação realizada pela linguagem.

Segundo Ducrot, um enunciado "*é o produto da atividade do sujeito falante, quer dizer, um segmento do discurso*"; um enunciado possui uma força ilocutória que atribui à enunciação um poder jurídico, ou seja, o poder de obrigar a agir (no caso de uma promessa, de uma ordem) o de obrigar a falar (no caso da pergunta) o de tornar lícito o que não o era (o caso da permissão). Os efeitos da enunciação têm em si o poder de incitação do agir (DUCROT, 1987, p. 168):

"...Interpretar uma produção linguística consiste entre outras coisas, em reconhecer nela atos, e que este reconhecimento se faz atribuindo ao enunciado um sentido, que é o conjunto de indicações sobre o enunciado"[...] "o sentido é uma qualificação da enunciação e consiste notadamente em atribuir à enunciação certos poderes ou certas consequências" (DUCROT, 1987, p. 168-9, 173).

Além de considerar o discurso como prática, como ato ilocutório, Ducrot retoma a teoria polifônica do discurso, afirmando, em contraposição à teoria da unicidade do sujeito falante, que várias vozes falam simultaneamente em um texto.

Nesse sentido, é evocada a imagem do teatro, dos papéis, destacando-se o autor, os personagens que ele cria, e os atores, ou seja, os locutores. Como o enunciador não é

responsável pelo material linguístico utilizado, que é atribuído ao locutor, do mesmo modo não se vê atribuída à personagem de teatro a materialidade do texto, escrito pelo autor e lido pelos atores (DUCROT, 1987, p.192). Essa teoria dos papéis é evocada por Michel Foucault, em seus argumentos para a caracterização dos discursos de um campo específico do saber.

O conceito de papéis, que pressupõe o empréstimo de idéias, em um texto, bem como o poder dos discursos como práticas, respalda Foucault em seus conceitos de anonimato, das relações presentes no discurso, do poder conferido por essas relações (sistema de exclusão), da dificuldade de se atribuir autoria aos textos, de concordância, enfim, com um dos sentidos do processo de enunciação, também presente no pensamento de Ducrot, ou seja, o fato de a enunciação ser "*uma atividade psico-fisiológica implicada pela produção do enunciado, acrescentando-lhe eventualmente o jogo de influências sociais que a condiciona*" (DUCROT, 1987, p 168).

No que se refere, ainda, a existência de regras que determinam a ordem do discurso, muitos outros autores, além de Foucault, debruçaram-se sobre a mesma temática. DREYFUS e RABINOW (1984) estudaram, em profundidade, as obras do período arqueológico de Foucault e identificaram similaridade entre o pensamento deste e os trabalhos de Wittgenstein e Thomas Kuhn, embora não tenham encontrado referência explícita destes, na *Arqueologia do Saber*. O ponto comum entre esses autores e Foucault seria a presença de padrões de descontinuidades, na produção de conhecimento de uma área do saber: as revoluções e rupturas radicais.

Segundo os referidos autores:

"as regras derivam dos paradigmas, mas os paradigmas podem guiar a pesquisa mesmo na ausência de regras"(Kuhn). Já para Foucault, uma *"disciplina seria um princípio de controle da produção do discurso; ela fixa seus limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma ritualização permanente de regras"* (DREYFUS et al., 1984, p. 93).

Na linha de pensamento de Thomas Kuhn, verifica-se que o processo de educação científica difunde, entre os cientistas, já durante e após o seu processo de treinamento, a necessidade de uma adesão profunda a uma maneira particular de ver o mundo

e praticar a Ciência. Tal adesão pode ser substituída, de tempos em tempos, mas não pode ser facilmente abandonada. Ela serve para definir, para cada cientista, os problemas a serem analisados e a natureza das soluções aceitáveis.

O mundo dos fenômenos seria, para a comunidade científica, demasiadamente complexo para ser explorado ao acaso, tornando-se mister que existisse algo que dissesse ao cientista onde procurar e porque procurar e, esse algo seria o paradigma que lhe é fornecido pela educação e pela comunicação científica.

Segundo Kuhn, o cientista envolvido na tarefa de investigação seria, como um jogador de xadrez, um solucionador de quebra-cabeças (“*puzzles*”). O paradigma que ele adquiriu, graças a uma preparação prévia, fornecer-lhe-ia as regras do jogo, descreveria as peças com que ele deveria jogar e indicaria o objetivo que ele supostamente pretendia pessoalmente alcançar. A sua tarefa (do cientista) consistiria em manipular as peças do quebra-cabeças, segundo as regras, para que pudesse alcançar o objetivo em vista.

Para que o indivíduo se insira no contexto da Ciência, ou como afirma BOURDIEU (1983, p.122), no "*campo científico*", ele deve obedecer aos imperativos desse campo, sendo-lhe reconhecido um papel, ou posição que lhe permita falar autorizadamente sobre determinado objeto ou tipo de realidade. Dentre esses imperativos MERTON (1974) destaca as citações como elemento relevante.

Procurando testar a característica da descontinuidade do discurso e, partindo de considerações sobre a impossibilidade da linguagem científica ser impessoal e neutra, devido ao peso dos recursos subjetivos e argumentativos nela presentes, CORACINI (1991) afirma, com base em suas pesquisas, utilizando-se de textos franceses e brasileiros, na área das Ciências Biológicas que: a despeito das aparências, o discurso científico é veiculado por uma linguagem altamente subjetiva, constituída de um fazer verdadeiramente persuasivo, também comprometido com intenções de dominação, por parte de seus enunciadores. A suposta opacidade do discurso, nada mais seria que uma série de estratégias para fazer crer que o discurso demonstrativo é neutro e objetivo (PERRET, H. *apud* CORACINI, 1991).

Além de ser argumentativo e de apresentar indícios de elementos de persuasão e intuição, o discurso científico se serve de uma série de convenções partilhadas pela comunidade, ao mesmo tempo produtora e consumidora.

Os preceitos socialmente vigentes de Ciência e cientificidade fundam-se numa prática, que assim poderia ser definida, tal como afirma CORACINI: "[...] *a) todo saber (como parecem crer os cientistas) é prolongamento de certos conhecimentos e abertura para outros; b) é preciso dar a conhecer as fontes do próprio conhecimento*" (1991, p.150).

Aceitando-se a intersubjetividade como componente da atividade da produção e interpretação do discurso, aceitar-se-ia a existência de relações e contratos sociais na própria linguagem, concluindo-se que nenhum texto seria obra de um único indivíduo, mas do entrelaçamento de experiências e ideologias que pressupõem a presença ativa e efetiva do outro.

A intertextualidade é destacada pela autora como uma das normas impostas pela comunidade científica e, dentre os elementos que a caracterizam, encontram-se as *citações* e referências. Segundo Coracini, os dados bibliográficos, presentes no discurso científico, teriam como finalidade básica: "*apoiar os próprios argumentos para [...] dar respaldo, no sentido de dividir as responsabilidades quanto à metodologia*" (1991, p. 63).

Nesse sentido, as citações bibliográficas seriam utilizadas para indicar as leituras necessárias à compreensão do próprio artigo ou como forma econômica de remeter o leitor a outras pesquisas, evitando explicações demoradas sobre métodos, técnicas e teorias (p.64). As citações e referências a outras pesquisas funcionariam também como argumentos a favor da pesquisa em questão (p.126). Os estudos de MacROBERTS (1989) levantam a suposição de que as citações negativas sejam pouco utilizadas, nos trabalhos científicos.

Embora a autora não tenha encontrado, em sua pesquisa, qualquer sinal de que a citação tivesse como finalidade dar prestígio ao artigo, CORACINI (1991) acredita na impossibilidade da existência de um critério neutro para a seleção, nos casos de haver mais

de um trabalho a ser citado, não sendo, nesse caso específico, descartada a hipótese de escolha do trabalho mais conhecido ou mais famoso, com a intenção de se obter, dessa forma, apoio mais significativo aos seus próprios argumentos.

Ao questionar a objetividade científica, posicionando-se a favor da visão argumentativa do discurso científico, Maria José Coracini assume um esquema teórico de estrutura de texto científico, em que as características envolvidas do discurso são destacadas, enumerando a autora pistas de natureza pragmática do discurso, dentre as quais inclui as citações e referências, entre os meios utilizados para persuadir o leitor:

“Convém notar, como as citações e referências a outras pesquisas funcionam, nos exemplos apresentados, como argumento a favor da pesquisa em questão” (CORACINI, 1991, p. 126).

Quanto à polifonia como característica do discurso científico, serão mencionados a seguir alguns trabalhos, com o objetivo de se refletir sobre a vinculação dessa particularidade do discurso com o hábito de citar trabalhos e autores.

O pressuposto segundo o qual cada texto (ou enunciado) teria um único autor - ou um grupo determinado de autores, no caso de trabalhos em colaboração - defendido por Bakhtin e contraposto por vários autores, entre os quais Ducrot e Duchet - vem sendo questionado, tendo como contraponto a teoria polifônica do discurso.

A polifonia no discurso parte do princípio de que não há textos puros e de que todo texto se relaciona com textos anteriores, seja em conformidade ou oposição. Ao seguir os padrões discursivos de se reportar a textos anteriormente escritos, o autor age em consonância com a comunidade científica, fazendo referências explícitas a outros textos. Essa relação é caracterizada pelo hábito de citação que CORACINI (1991) considera uma manifestação da heterogeneidade mostrada, em nível explícito, não somente constituindo-se num mecanismo de adesão a padrões discursivos vigentes numa comunidade científica mas, também, como artifício e estratégia de persuasão.

De acordo com os resultados de sua pesquisa, baseada em entrevistas com 16 pesquisadores da USP da área da Biociências e análise do corpus de 35 artigos escritos

em português e 35 em francês, publicados em revistas francesas e brasileiras, Coracini constata que a heterogeneidade explícita se dá, tanto do ponto de vista do encadeamento das idéias do produtor do texto, como do ponto de vista de sua manifestação formal. Como situações do primeiro grupo a autora destaca: a) a justificação do tema de pesquisa; b) a justificação do método e da técnica utilizados; c) a confirmação das observações, resultados e conclusões do próprio autor; d) a discussão sobre a bibliografia lida e a oposição a ela, justificando tal oposição.

Segundo CORACINI (1991):

“[...] um texto qualquer resulta do entrecruzamento de uma série de outros textos, de outros autores, outros indivíduos, diferentes grupos ideológicos, enfim de diferentes discursos” (p.148).

Partindo das considerações de que o ato de ler é um *“ato de produzir textos”* outros textos se acrescentariam ao texto lido, caracterizando-se o processo pela geração de intertextos³⁵.

Várias vozes podem ser ouvidas, no discurso científico, referentes a variadas instâncias enunciativas, caracterizando o processo que AUTHIER-REVUZ (1982 *apud* CORACINI) denomina de *“heterogeneidade mostrada”* ou intertextualidade que, no discurso científico, poderia se resumir, conforme a afirmação de VIGNER (*apud* CORACINI, 1991):

“O texto atual, aquele que se lê, assume também sua significação com relação ao arquidiscorso que constitui a soma de todos os discursos produzidos sobre um dado problema” (p.150).

Daí a conclusão de que a intertextualidade e a polifonia se constituem em características essenciais do conhecimento científico, embora também passíveis de serem reconhecidas em outros tipos de saberes humanos e de que as citações constituir-se-iam em reflexos dessa prática.

³⁵ Termo usado por Roland Barthes, em 1972, segundo CORACINI, p.148.

2.5.1 As citações na Ciência da Informação e em outros contextos

Como já foi visto até aqui, os registros de pesquisas, como produtos do pensamento e da reflexão de pesquisadores e cientistas, trazem em si marcas de relações a pensamentos e conhecimentos anteriormente registrados, sobre a mesma realidade ou objeto estudado, constatação coincidente, no pensamento de outros filósofos e estudiosos do saber e da ciência, tendo como embasamento, tal como expressa John ZIMAN (1979), o caráter social, derivativo e relacional da ciência.

O discurso é o elemento formador essencial da ciência. Sem discurso, diz KAPLAN (1965) não haveria ciência, ou disciplina, ou qualquer conhecimento. Por outro lado, sendo a Ciência um processo social e histórico³⁶, a citação se constitui em parte desse processo, como um dos procedimentos de comunicação e transferência de informações entre os cientistas.

A citação é, sem dúvida, um instrumento importante na pesquisa sociológica e histórica. Ao mesmo tempo que se constitui em indicador indireto de normas e valores, especialmente do conhecimento científico e dos fundamentos da Ciência, como instituição social, a ocorrência de citações detecta o impacto dos trabalhos junto à comunidade.

Por citação bibliográfica, entende-se:

"o conjunto de uma ou mais referências bibliográficas que, incluídas em um documento, evidenciam relações entre partes dos documentos citados e partes do documento citante" (KESSLER, 1963).

Segundo Gilda Braga, o ato de citar se concretiza pelo:

"conjunto de uma ou mais referências bibliográficas que incluídas em um documento evidenciam relações entre partes do documento citado e partes do texto do documento que as inclui" (BRAGA, 1977).

³⁶ ZIMAN (1969), MERTON (1969 e 1974) BEN-DAVID (1974) CRONIN (1984).

A citação é considerada, por CORACINI (1991), elemento textual diferentemente dos *paratextos*, elementos também analisados neste trabalho e que são definidos, pela autora, como uma margem textual que envolve o texto propriamente dito, constituindo-se em um instrumento de adaptação entre o texto e um público.

Pode-se dizer que a citação e a referência a outros textos seriam relevantes atos do processo de produção científica, em obediência à prática que tende vincular o conhecimento produzido aos conceitos vigentes, numa área específica de conhecimento, atribuindo-lhe chancela de autenticidade, pela obediência aos imperativos institucionais desse campo científico ou do saber. A observância aos paradigmas vigentes, inclui-se dentre os referidos imperativos, conforme explícita a teoria trabalhada por Thomas Kuhn.

A citação seria, pois, um dos mecanismos de que dispõe o autor para se reportar aos fundamentos teórico-metodológicos vigentes em sua área de pesquisa, fato que também ratificaria, o referido princípio de *pragmática* que envolve o processo de construção da Ciência, este calcado em um caráter eminentemente social.

Através de citações, um autor identifica as relações semânticas entre seu artigo e os documentos citados. Além do mais, os novos artigos que citam os mesmos documentos antigos têm em geral relações semânticas entre si.

Permeia o ato de citar, todo um espectro de implicações psicológicas, sociológicas, políticas e históricas, assim como inclui influências de outras dimensões, tais como: o fenômeno de auto-citações (narcisismo); influências entre autores e instituições (presença do "*já-dito*", influência, conhecimento baseado em conhecimentos previamente comunicados; adesão a paradigmas).

Nas práticas discursivas, o hábito de citar ou fazer referência a um trabalho anteriormente escrito, pode ser considerado parte constitutiva do processo de enunciação ocorrida em campos específicos dos saberes.

Dos primórdios do período de florescimento da Ciência Moderna toma-se a afirmação "*estamos sobre ombros de gigantes*", atribuída à Isaac Newton³⁷, querendo significar o fato de estar o conhecimento, de então, baseado em conhecimentos anteriores. Essa afirmação citada por MERTON (*apud* SMITH, 1981) foi retomada, por Bernal, centenas de anos mais tarde.

Remontar aos conceitos anteriormente formulados é uma prática que antecede ao Século XVI, período da constituição da Ciência Moderna, podendo-se reconhecê-la, ainda no Renascimento, quando os pensadores se voltaram para a Grécia antiga, com o intento de retomar conceitos e princípios que pudessem permitir uma maior compreensão de mundo, definindo-se, paralelamente, uma filosofia para a vida que servisse de suporte e modelo para a reflexão e a vivência, então contemporâneas.

As exegeses, comentários e referências se constituíram em parte substancial do processo de produção da ciência e do saber medievais, estendendo-se pelo período moderno, quando a derivação a conhecimentos anteriores foi institucionalizada, não somente pelo hábito de citar mas, através do próprio princípio de reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos na mesma área de conhecimento, ou seja pela norma que preconiza a utilização das teorias consensualmente aceitas, como suporte paradigmático de uma área específica de conhecimento.

Consultada-se a literatura sobre citações em textos literários, encontrou-se que, a citação é um extrato em empréstimo, a frase, a passagem, o texto emprestado a um autor que o reproduz textualmente para ilustrar, apoiar o que ele quer dizer.

No livro *Ladrão de Palavras*, SCHNEIDER (1990) trata, em profundidade, do fenômeno do plágio em literatura e destaca as diferenças entre o plágio e a citação. Tomando a definição de plágio de Nodier - "*tirar de um autor o fundo de uma obra de uma invenção, o desenvolvimento de uma noção nova ou ainda mal conhecida, o jeito de um ou mais pensamentos*" - Michel Schneider afirma que:

³⁷ O livro de Robert K. Merton, *On the shoulders of giant*; a shandean postscript. New York: Free Press, 1965 - atribui a Newton a frase: "*If I have seen farther, it is by standing on the shoulders of giants*".

"tomar um objeto sem fazê-lo passar por seu [...] não é plágio, é uma citação. Dado um outro texto, pertencente a um autor designado, eu o faço meu graças à citação, ou me faço dele pela dívida reconhecida" (p.63).

Com relação à influência entre autores, Schneider afirma que, há duas posições específicas que corroboram a noção de que *“o grau zero da escritura não existe e talvez jamais tenha existido. A literatura é sempre de segundo grau”*:

A primeira, atribuída a La Bruyère, que insiste na necessária imitação, na inevitável herança:

“[...] A mais marcada pela ousadia e pela originalidade das invenções nada mais é que um feixe de imitações escolhidas. O homem não compõe nada de nada. O escritor forma uma nova individualidade a partir de uma multidão de elementos esparsos; ele procura, ele compara, ele monta, ele põe em relação” (SCHNEIDER, 1990, p.62).

A segunda posição, evocando Nodier, baseia-se na concepção moderna de *“texto como tecido, tela de reminiscência, uma vez que um texto nunca dá acesso à coisa escrita pela primeira vez. Como lembrança sobre tela, o texto é lembrança de uma tela. Texto que se lembra de um texto anterior”* (p.63). A tarefa do escritor consistiria em continuar a dizer, ainda que tudo já tenha sido dito.

Nesse sentido, SCHNEIDER (1990) evoca a *Biblioteca de Babel*, texto de BORGES (1989), que propõe a existência do livro único que contem todos os livros. Em um país fictício, denominado *"Tlon Ugbar Orbis Tertius"*, criado por Jorge Luis Borges, país onde nada pertence a ninguém, assim é descrito o processo de criação literária:

”Nos hábitos literários é também todo-poderosa a idéia de um sujeito único. É raro que os livros estejam assinados. Não existe conceito de plágio; estabeleceu-se que todas as obras são a obra de um único autor que é intemporal e anônimo” (BORGES, 1989 p.13).

Sintetizando, SCHNEIDER (1990) retoma NODIER para afirmar que *“o escritor se produz no texto. Assim sendo ele não tem mais nada a dizer, nada dele pelo menos, nada além do dizer interminável da própria literatura”*.

O autor traça um paralelo entre as questões de identidade e da influência, tanto na escrita, nos textos, como na própria vida:

"De que é feito um texto? Fragmentos originais, montagens singulares, referências, acidentes, reminiscências, empréstimos voluntários. De que é feita uma pessoa? Migalhas de identificação, imagens incorporadas, traços de caráter assimilados, tudo [...] formando uma ficção que se chama eu" [...] " (SCHNEIDER (1990, p.15).

A incerteza quanto à paternidade dos livros se conjugaria com a fragilidade, quanto à permanência e à identidade do eu.

Ao atribuir à palavra *plágio* uma extensão que vai bem além de seu sentido estrito, Schneider atribui-lhe a designação das influências, da partilha de pensamentos e da intertextualidade das formas escritas, incluindo entre a tipologia plagiária a *citação*, como "*o plágio civilizado*".

O uso das citações, inserido no contexto da produção do discurso científico, parece se apresentar como um comportamento intertextual, polifônico, pragmático e imperativo, com claras evidências quanto às intenções, por parte dos enunciadores de agir imperativamente sobre outrem. As citações e referências a outros pesquisadores, enunciadores, no dizer de DUCROT (1984), evidenciariam no discurso científico a heterogeneidade em seu sentido estrito, caracterizando a intertextualidade implícita ou polifonia, componentes importantes no processo de construção do conhecimento científico (DUCROT, 1984, p.150).

Dentre o instrumental metodológico da bibliometria encontra-se a análise de citações, uma das formas de se inferir o impacto da produção científica na comunidade. As citações permitem analisar, quem influencia quem e determinar quais são os autores que contribuem, efetivamente, para o curso evolutivo da ciência.

Banay, em 1945, parece ter sido o primeiro autor a usar a análise de citação para determinar o impacto de publicações na comunidade científica. Ele verificou o impacto de 131 artigos publicados, por pesquisadores médicos, pela frequência de referências atribuídas àqueles artigos, em 29 periódicos (YAHN, 1983, apud NERI, 1984).

A criação do Institute of Scientific Information - ISI, localizado na Pensilvânia, Estados Unidos, veio facilitar esse tipo de estudo, através do desenvolvimento de instrumental próprio. Bases de dados específicas³⁸ foram formadas e são mantidas atualizadas, incluindo as citações, constantes especialmente dos artigos dos periódicos. Sabe-se, entretanto, que as bases de dados do ISI não se constituem em fontes exaustivas nem mesmo representativas da produção científica brasileira, assim como dos demais países do terceiro mundo.

No caso brasileiro, tal como afirma CASTRO (*apud* FREITAS, 1990)³⁹, os bancos de dados do ISI não refletem sua produção registrada em literatura periódica, argumentando-se que, em 1982, somente 14% da produção brasileira foi publicada em canais internacionais, e que dos 3 000 periódicos rastreados pelo ISI, apenas quatro teriam sido publicados no Brasil.

Além de restrições linguísticas, o Instituto somente inclui a produção dos países periféricos, quando seus periódicos ou outros documentos se inserem em áreas de estudo sobre as quais possa haver algum interesse, por parte da comunidade científica das nações dominantes.

Um estudo de citações pode ter como resultado um tipo de “*mapa cognitivo*” que, no entender de PAULSTON (1993), traçaria estruturas e caminhos de ver os fenômenos sociais e educacionais, embutidos nos textos e práticas; permitiriam um mapeamento multidimensional de textos e, embora não se adentrassem em seus conteúdos, em seus enunciados, gerariam padrões de relações entre temáticas, autores e trabalhos.

PAULSTON (1993) apresenta sua experiência de mapeamento da literatura da área da Educação Comparada, através do uso da teoria de mapas cognitivos que podem traçar estruturas e caminhos nos quais os fenômenos sociais e educacionais se refletem. Os

³⁸ O ISI mantém, principalmente, as bases de dados intituladas Science Citation Index e Social Science Citation Index, a primeira nas áreas de Ciências Físicas e Biológicas e a última nas áreas das Ciências Sociais e Humanas.

³⁹ FREITAS ao se referir às idéias de CASTRO, cita os trabalhos: CASTRO, Cláudio de Moura. Há produção científica no Brasil?. Brasília, CNBH/IPEA. 1985. [Documento de Trabalho 18, jan. 1985; mimeogr.] e Ciência e Universidade. Rio : Zahar, 1985, do mesmo autor.

textos se interagem continuamente, em um campo aberto o qual eles produzem e pelo qual eles são produzidos e no qual eles podem ser identificados e mapeados. Segundo o autor, as análises de citações estariam incluídas dentre a tipologia de mapas cognitivos, permitindo um mapeamento multidimensional de trabalhos.

Enquanto Cawkell (*apud* MacRoberts, 1989) afirma que “*os problemas das citações têm pequeno efeito - que eles seriam como ruídos aleatórios, na presença de fortes sinais repetitivos*”, MacRoberts and MacRoberts afirmam, precisamente, a conclusão oposta:

“Quando somente uma fração das influências é citada, quando o que é citado é uma amostra tendenciosa do que é usado, quando influências do nível informal da comunicação científica são excluídas, quando as citações não são todas do mesmo tipo, etc., o sinal pode ser repetitivo mas ele é também fraco, distorcido, fragmentado, filtrado e ruidoso” (MacROBERTS, 1989, p.347).

CAPÍTULO 3

PRESSUPOSTOS DE TRABALHO, MATERIAL

E CATEGORIAS DE ANÁLISE

3.1 Pressupostos

Este trabalho utilizará elementos constantes de artigos de periódicos, na tentativa de viabilizar o desenvolvimento de um estudo bibliométrico, tendo como fundamento conceitos e princípios da *Arqueologia do Saber*. Nesse sentido, ao se pretender estudar o processo de institucionalização da Pesquisa Educacional, optou-se por fazê-lo tendo por base fonte supostamente privilegiada de discursos - os artigos de periódicos da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* do INEP.

Tal como preconizam os princípios que fundamentam a forma dinâmica de racionalidade⁴⁰ e à luz do contexto em que se insere o objeto de estudo e de teorias e instrumentos metodológicos pertinentes, à fase de questionamentos e problematização da realidade, segue-se o levantamento dos *pressupostos* norteadores do trabalho de observação e análise dessa mesma realidade.

Como se pôde verificar, a partir das exposições feitas até aqui, muitas teorias elucidam conceitos e princípios que contribuem para as reflexões pertinentes ao comportamento do conhecimento formador de um campo específico do saber. Similaridade e complementaridade de pensamentos sobre os mesmos objetos - um campo de conhecimento - foram características constatadas nos discursos dos autores citados, evidenciando um consenso que embasa o primeiro *pressuposto* sobre o qual se fundamenta esta tese e que compreende:

⁴⁰ Expostos no Capítulo 2 desta Tese, estabelecendo que *pressupostos* ou *hipóteses* sejam formulados “*a posteriori*”, dependentes de um exaustivo processo de problematização da realidade/objeto de estudo e reflexões sobre seu relacionamento com os princípios teórico-metodológicos conhecidos.

a) a aceitação de que a literatura que forma uma área de conhecimento é polifônica, dispersa, descontínua, intertextual e calcada em objetivos persuasivos e pragmáticos, estreitamente vinculada às posições de poder ocupadas pelos seus produtores e veiculada por canais de comunicação, dentre os quais se destaca o periódico especializado.

Decorrente do primeiro, identificam-se outros *pressupostos*, tais como:

b) - o periódico especializado se constitui numa fonte privilegiada para o estudo de uma área de conhecimento, justificando-se a opção pela escolha da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - RBEP* como fonte para a descrição do processo de institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil;

c) - os estudos bibliométricos, com base na literatura periódica, desenvolvidos nos modelos propostos pela Ciência da Informação, podem se constituir em instrumentos válidos para o desenvolvimento de algumas vertentes de trabalhos arqueológicos.

Os estudos bibliométricos, caracterizando-se especialmente por sua base empírica, são passíveis de fornecer subsídios concretos e sistematizados para estudos arqueológicos, evidenciando entre ambos uma relação de complementaridade, no processo de conhecimento de uma mesma realidade.

Nessa linha de raciocínio, não se pode relegar o fato de que, embora estejam sendo ressaltadas semelhanças e complementaridade, na abordagem de um mesmo objeto - um campo do saber - existem flagrantes diferenças entre os dois métodos de estudo que aqui se propõe articular: de um lado a Bibliometria, uma prática com instrumental empírico definido e, de outro lado a Arqueologia, discussões contundentes, partidas de análises de conteúdos de textos e práticas não-discursivas, e que se apresentam, especialmente, como um rompimento com as *regularidades* tradicionais, através das quais um campo de saber é estudado, tais como: a idéia de progresso do conhecimento, o privilegiamento do papel dos

autores (sujeitos) como produtores do conhecimento, temas contra os quais se debateu Foucault, em vários momentos de sua polêmica obra⁴¹.

Nesse mesmo sentido, princípios da *Arqueologia do Saber* e a abertura que esta enseja para o estudo das condições de produção dos discursos formadores de um campo discursivo, poderiam se constituir em ângulo de visão complementar, estabelecendo-se a relação fundamental do dado com o seu respectivo contexto.

As análises de discursos (artigos de periódico), em que se privilegiam os princípios da intertextualidade, da polifonia e a identificação de componentes pragmáticos no processo de enunciação, subjacentes às teorias foucautianas, poderiam ter como base empírica os estudos bibliométricos, incluindo análises de elementos constantes de artigos de periódicos.

d) - a possibilidade de existência de um *sistema de exclusão*, na produção dos artigos que refletem o processo de institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil.

As análises de elementos que compõem os artigos, incluindo as citações poderiam ser utilizados com o intuito de se explicitar a rede de relações entre os textos de uma formação discursiva ou evidenciar, com o auxílio de estudos do contexto em que os discursos foram produzidos, o poder conferido aos autores desses textos, ressaltando-se, nas práticas discursivas, a existência de possíveis sistemas de exclusão, em que somente falam os enunciadores "*autorizados*" a falar.

A intertextualidade, caracterizada pelas relações entre os artigos, e a interpretação de princípios calcados na pragmática, decorrente do próprio papel exercido pelo autor enunciativo do discurso, levam a pressupor que os autores não se constituiriam em agentes pessoais autônomos, no processo de produção de conhecimentos, mas atuariam comprometidos com interesses ideológicos e de poder, condição que condicionaria a extrapolação de suas individualidades pessoais.

⁴¹ Ver item 2.2 , em que se discute outros elementos que definem a intercomplementação entre as duas teorias, tal como proposto, nesta tese.

e) - a possibilidade de verificação, a partir do *corpus* de artigos e citações tomados por essa pesquisa, da *dispersão* do saber de que fala Foucault e que se constitui parte integrante de enunciado da *Lei Bibliométrica da Dispersão da Literatura*, componente do referencial teórico da Ciência da Informação.

3.2 A fonte - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - RBEP

O periódico escolhido para o levantamento do discurso objeto desta tese foi a RBEP, cujo primeiro número foi editado, em Julho de 1944, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, antes denominado Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP e que se destaca como um dos mais representativos periódicos brasileiros da área da Educação, especialmente no período cronológico estabelecido como recorte nesta pesquisa.

Fernando Azevedo assim se refere à RBEP:

"...ela [a revista] contribuiu de modo notável para a análise e o debate dos problemas da educação no Brasil trazendo a todos - administradores, reformadores e professores em geral - teorias e dados concretos para fazerem uma idéia tão clara quanto possível da situação do ensino de todos os tipos e graus, dos problemas mais graves que teriam que enfrentar e de suas soluções mais adequadas" (AZEVEDO, 1964, p.24).

Esse periódico nasceu, por sugestão do Ministro da Educação do Estado Novo, Gustavo Capanema, com a finalidade de ser o órgão oficial dos estudos e pesquisas pedagógicas do Ministério da Educação, sendo que o objetivo do Inep, entidade encarregada das pesquisas educacionais, era o de se constituir em um centro nacional de observações e pesquisas, no campo educacional.

O primeiro número da RBEP foi apresentado pelo próprio Ministro CAPANEMA (RBEP, 1944, p.5), como um instrumento de indagação e divulgação científica, como órgão de publicidade dos estudos originais brasileiros de Biologia, Psicologia e

Sociologia Educacionais e também das conclusões da experiência pedagógica. Nas palavras do Senhor Ministro, a RBEP surgiu com a finalidade de:

"[suprir] a falta de um periódico de cultura pedagógica para livre debate⁴² das grandes questões da educação nacional, esclarecimento oportuno da condições de seu desenvolvimento e registro de suas progressivas conquistas" (RBEP, 1944, p. 5).

Os planos iniciais para edição do periódico foram elaborados pelo Professor Lourenço Filho, primeiro Diretor do INEP, tendo sua apresentação gráfica sido inspirada no *Boletim do Bureau Internacional do Trabalho* e seu primeiro número editado pela *Imprensa Nacional*. Podem ser detectadas na RBEP muitas das características de um periódico anteriormente produzido pelo *Departamento de Instrução Pública*, da *Prefeitura do Distrito Federal*, o *Boletim de Educação Pública*, criado por Anísio Teixeira. O periódico do INEP manteve, segundo LOURENÇO FILHO (1964), durante dois anos, tiragem mensal absolutamente pontual, tornando-se depois trimestral, mantendo o mesmo nível dos primeiros números.

As diretrizes traçadas por Capanema para o programa de trabalho da revista, ancoravam-se nos seguintes objetivos, conforme expressão do eminente Ministro da Educação e Saúde:

"Observar, no âmago da vida escolar brasileira as nossas direções e práticas, recolher cuidadosamente os resultados de nossa própria experiência e tentar fixar-se [...] à luz dos princípios gerais da filosofia e da ciência da educação, tendo em vista os conceitos e normas especiais de mais expressiva significação dos outros países, os conceitos e normas especiais que devem reger o nosso trabalho nos vários domínios da educação" (CAPANEMA apud BRITO, 1984, p. 239).

Ainda segundo seu criador, a revista deveria ainda, além de servir de instrumento de indagação e divulgação científica e como órgão de publicidade de estudos originais brasileiros, também divulgar *"as conclusões da experiência pedagógica dos que*

⁴² Para maiores esclarecimentos sobre o contexto em que foi criada a RBEP, FAVERO (1996) sugere a leitura do discurso do Ministro Capanema, por ocasião do Centenário do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. *"Como falar em debate sobre as grandes questões da educação nacional, em plena ditadura?"*, interroga Maria de Lourdes Fávero.

lutam pelo aperfeiçoamento da vida escolar do nosso País" (CAPANEMA apud BRITO, 1984, p.239).

Às vésperas da queda do Estado Novo e da retomada do processo de democratização, a RBEP tornou-se um veículo de comunicação para as vozes liberais, com destaque para o grupo dos pioneiros da Escola Nova, movimento que, para alguns historiadores, caracterizou-se por uma orientação modernizadora no campo da educação, constituindo-se numa manifestação vigorosa da cultura brasileira, então em florescência, podendo esta ser considerada como eco dos ideais ventilados a partir da Semana de Arte Moderna de 1922 (RBEP, v.44, n.100).

O fato de haver sido o periódico do INEP escolhido, como fonte constitutiva do corpus documental na presente pesquisa, não quer dizer que ele esgote a potencialidade total do discurso brasileiro sobre a institucionalização da Pesquisa Educacional no período, pois, outros tipos de arquivos poderiam ser tomados, ou como fontes privilegiadas ou como complemento para um estudo dessa natureza.

O próprio INEP poderia hoje fornecer outros tipos de fontes, como seu arquivo localizado em Brasília, ou outros periódicos publicados sob seus auspícios como a *Revista de Ciências Sociais*, do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo e a *Bibliografia Brasileira de Educação*.

Também poderia ser utilizada uma seleção de periódicos brasileiros, publicados regularmente no período, incluindo alguns que, embora produtores de artigos no âmbito de interesse da Pesquisa Educacional, não estivessem especificamente devotados a ela. Dentre os periódicos também passíveis de refletirem o processo de institucionalização da Pesquisa Educacional, no período anterior aos cursos de Pós-Graduação em Educação no Brasil, poder-se-ia incluir o periódico já citado e que, pelas suas características, parece ter servido de modelo para a RBEP, o *Boletim de Educação Pública*, criado em 1931 e publicado até 1958 com o título de *Revista de Educação Pública*, editados sob a responsabilidade da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal (Rio de Janeiro) que, em 1932, passou a se

denominar Diretoria Geral do Departamento de Educação do Distrito Federal (VIDAL & CAMARGO, 1992).

Tendo como finalidade subsidiar o projeto de Avaliação & Perspectiva da área da Educação, para o CNPq, CHIZZOTTI (1993) estuda a trajetória das pesquisas educacionais, através dos artigos publicados em periódicos nacionais mais relevantes. Dentre os periódicos escolhidos para tal estudo, o pesquisador inclui a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, “*pela sua antiguidade, pelo âmbito nacional de circulação, pela sua vinculação oficial ao Estado e pelo seu objetivo manifesto de garantir uma representatividade nacional na área educacional; além disso, publica, em cada número, um conjunto de pesquisas realizadas no Brasil, com diversificação ampla de temas e autores [...]*”.

O estudo de CHIZZOTTI (1993) teve como limites de abrangência os anos 1987 e 1992, tendo sido selecionados também os periódicos: *Cadernos de Pesquisa*, da Fundação Carlos Chagas e *Educação e Realidade* da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O periódico *Cadernos de Pesquisa*, editado desde 1971 pela Fundação Carlos Chagas, constitui-se, sem dúvida, no periódico mais diretamente devotado à divulgação de temas relativos à Pesquisa Educacional, podendo servir como exemplo de um verdadeiro periódico especializado que, segundo ZIMAN tem como características principais atrair mais artigos na área a que se propõe cobrir, tornando-se capaz de se situar em um alto padrão de confiabilidade e prestígio, por parte da comunidade científica. GATTI (1992) faz um balanço da produção de artigos e constata que, nos 78 fascículos publicados até então, 42 voltam-se especialmente para temáticas pertinentes à Pesquisa Educacional.

CHIZZOTTI assim se refere a *Cadernos de Pesquisa*:

“Os Cadernos de Pesquisa firmaram-se como um periódico obrigatório para pesquisadores, pelo volume, pela regularidade e pela frequência de publicações de pesquisas educacionais. Embora predominem ali relatórios e pesquisas resultantes das atividades científicas da Fundação Carlos Chagas, à qual está vinculado, tem publicado trabalhos realizados em colaboração estreita com pesquisadores de universidades que a ela se associam e editado também resultados de pesquisas de outras origens, aceito pelo seu corpo editorial. Foi

incluído neste trabalho [de] pesquisa, por ter se tornado um periódico de necessária referência, no campo da investigação educacional produzido fora das estruturas acadêmicas universitárias” (CHIZZOTTI,1993, p.218).

Entretanto, para uma análise do processo de institucionalização dessa área do saber, no período anterior à implantação da Pós-Graduação em Educação, o periódico *Cadernos de Pesquisa*, certamente, não contribuiria com um universo significativo de discursos, devido à data recente de seu surgimento.

A falta de regularidade de edição da RBEP foi manifestada por CHIZZOTTI, como “*descontinuidade*”, referindo-se o autor ao fato de que “*os números referentes a 1991 a 1992 terem sido editados em Fevereiro de 1993*”⁴³.

Na realidade, no período circunscrito por esta tese, o periódico do INEP pode ser considerado como tendo um comportamento bastante satisfatório, em relação à regularidade e continuidade de edição, mormente se for comparado com outros periódicos nacionais que nasceram mais ou menos no mesmo período e que não subsistiram às oscilações políticas, à recessiva atividade produtiva de matérias (em momentos críticos da organização mantenedora), e aos efeitos dos diversificados e descontínuos planos econômicos ocorridos no País e que, na maioria das vezes, redundaram em cortes de recursos para a área de comunicação e informação em Ciência e Tecnologia.

Estudos enfocando ramos do conhecimento e outras temáticas através do estudo dos artigos da RBEP, vem sendo empreendidos no País, tais como: o trabalho de GANDINI cujo objetivo foi “*procurar entender os pressupostos políticos de alguns intelectuais brasileiros que se dedicaram ao estudo de questões e problemas relativos à educação brasileira tais como são apresentados pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, no período de julho de 1944 a junho de 1952* (GANDINI, 1995, p.237); o trabalho de CASTRO (1984) sobre o subcampo da “*Didática*”, referindo-se ao periódico como um órgão poderoso de comunicação e captação de mensagens pedagógicas cujos destaques expressos em suas páginas podem ser considerados bastante significativos em

⁴³ Sabe-se que a RBEP deixou de ser publicada, no intervalo de 1980 a 1983.

relação ao pensamento nacional; o trabalho de SAVIANI (1984) sobre a Filosofia como tema nos artigos da RBEP⁴⁴

FÁVERO (1996, p.1) corrobora a escolha da RBEP, como fonte para o presente estudo, ao fazer referência a um projeto de pesquisa, infelizmente não realizado, em que Durmeval Trigueiro Mendes pretendia estudar o Inep e sua produção intelectual, através da RBEP, ressaltando o autor do projeto que o referido periódico “*revela aspectos da identidade da educação brasileira através da vigência histórica e cultural no passado e no presente[...] A Revista mostra tendências e correntes, umas presas pela experiências relativamente autóctones, e outras, importadas de diferentes culturas estrangeiras*”, procurando integrar as duas experiências, “*no sentido de integrá-las, ou justapô-las, com a preocupação de clarear horizontes.[...]*”.

3.3 Referencial Temático como parâmetro de seleção de artigos

Os artigos publicados na RBEP, no período estudado, foram selecionados a partir de sua correspondência a temáticas que foram determinadas pautando-se na reflexão sobre a coerência entre elas e o discurso pertinente à institucionalização da Pesquisa Educacional, considerando-se: a) elementos do conceito de “*formação discursiva*” e categorias arqueológicas, conforme explicitado por FOUCAULT em *Arqueologia do Saber (1969)*; b) enunciados de pesquisadores sobre Pesquisa, Pesquisa Educacional, ciência e Ciência da Educação, e que se acham sintetizados, no Capítulo 1 desta tese.

Na construção do referencial temático, foram considerados elementos do conceito de *formação dos objetos do discurso*⁴⁵, da seguinte forma: *as superfícies de*

⁴⁴ Registram-se aqui as referências completas desses trabalhos, excetuando-se as considerações de FÁVERO e o trabalho de GANDINI que integram a Bibliografia desta tese: SAVIANI, Dumerval. A Filosofia da Educação no Brasil e sua veiculação pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rev. Bras. de Est. Pedagógicos, Brasília, v.65, n.150, Maio/Agô, 1984. p.273-29. ; CASTRO, Amélia Domingues. A Didática na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos; um percurso de quatro décadas. Rev. Bras. Est. Pedagógicos, Brasília, v.65, n.150, Maio/Agô, 1984. p.291-300.

⁴⁵ ver item 2.2: maiores detalhes sobre a contribuição do pensamento de Michel Foucault, nesta tese.

emergência do discurso - as instituições envolvidas na produção da pesquisa educacional como campo de saber: o periódico do INEP, o próprio Instituto, a Universidade, e outras instituições do governo, constantes dos artigos de periódicos, tais como as Faculdades de Filosofia, as Faculdades de Educação; *as instâncias de delimitação discursiva*, ou seja, as esferas produtoras de conhecimento das sociedades contemporâneas (instâncias políticas, jurídicas, científicas), os processos e as áreas de conhecimento tradicionalmente consideradas como formadoras da Pesquisa Educacional, tais como a ciência em geral no País, Ciência da Educação, a pesquisa em geral, dentro e fora da universidade, a própria Pesquisa Educacional, os tipos de teorias, estratégias e temáticas possivelmente vinculadas a este campo; *as relações possíveis entre todos os elementos envolvidos*.

O arcabouço temático, denominado neste trabalho de *Referencial Temático* (Anexo 1), prestou-se, inicialmente, à seleção do elenco de artigos representativos para se estudar o discurso sobre a institucionalização da Pesquisa Educacional, no Brasil, e posteriormente às análises e discussões, no momento da leitura/análise dos dados empíricos que serviram de suporte para este trabalho.

Na construção desse instrumento, partiu-se do pressuposto de que os conhecimentos pertinentes à institucionalização da Pesquisa Educacional, no Brasil, não se acham restritos ao âmbito do campo da Ciência da Educação *strictu sensu* mas, são originários dos produtos da atividade de instituições de naturezas diversas e de trabalhos de pesquisadores e cientistas vinculados a outras áreas de conhecimento.

O início do período estudado pode ser caracterizado, *a priori*, como o momento em que a Ciência, no Brasil, começou a ser objeto de preocupação do Estado, mormente pela pressão de grupos de cientistas, formados no exterior, e por ideologias que consideravam a Educação, a Ciência e a Tecnologia suportes indispensáveis para o desenvolvimento econômico. A sedimentação da Universidade Brasileira e a necessidade de formação de pessoal tornaram comuns as preocupações dos cientistas de todas as áreas do conhecimento.

Na construção desse Referencial (Anexo 1), foram ainda observados os seguintes parâmetros e justificativas, relacionados às Classes Principais de Assuntos, nas quais ele se acha subdividido:

Temática 1 - Ciência

As discussões sobre *ciência e cientistas* foram incluídas, no *Referencial Temático*, em função de se constituírem em assuntos do interesse de qualquer área do conhecimento que tenha pretensão de se inserir no campo científico, podendo essas temáticas ser tomadas, por esse motivo, como marco inicial, para qualquer trabalho de reflexão sobre a institucionalização da pesquisa de uma área de conhecimento.

Foram excluídos, desse segmento temático: os artigos sobre a ciência ou determinadas vertentes da ciência, em outros países; ensino de ciências nos diversos graus escolares; reflexões sobre qualquer outra ciência específica que não seja Ciência da Educação, tais como por exemplo, as Ciências Exatas e Econômicas, as Ciências Jurídicas, etc.

Obviamente, os artigos sobre Ciência da Educação foram selecionados para comporem este grupo, não tendo sido considerados os artigos sobre setores específicos dessa vertente do conhecimento como : Currículos, Educação Comparada, Orientação Educacional, Avaliação, Didática, Administração Escolar, Planejamento Educacional, Educação de Adultos, Educação Especial, entre outros. Restringiu-se o levantamento dos artigos à seleção dos que versassem sobre a Ciência da Educação como um todo, como formação discursiva específica, não tendo sido objeto de estudo os temas que se referem a vertentes específicas, constitutivas dessa ciência.

Em decorrência do fato de se trabalhar com a institucionalização de uma área de conhecimento, interessou-se nesta pesquisa pelos discursos cujos conteúdos se prendessem à pesquisa que dá suporte à Ciência da Educação - a Pesquisa Educacional como objeto - não sendo incluído em seu arcabouço os discursos ou temáticas dos inumeráveis objetos pertinentes a esse campo de pesquisa.

Temática 2 - Pesquisa

Já o termo *Pesquisa*, embora não se restrinja à instância do que se convencionou chamar *ciência*, acha-se a ela intrinsecamente relacionado. Os artigos sobre pesquisa, em geral, foram considerados, como formadores do discurso a ela pertinente. Foram excluídos: os artigos sobre a pesquisa ou procedimentos de pesquisa, em outras áreas do conhecimento que não sejam contribuintes diretos da área da Educação. Foram incluídos os artigos sobre metodologia da pesquisa, em geral, e formação de pesquisadores.

Temática 3 - Pesquisas Educacionais

Todos os artigos sobre a Pesquisa Educacional foram selecionados, inclusive os que tratam dela, no exterior, considerando-se o detalhamento das subclasses correspondentes constantes do Referencial Temático. Foram consideradas as diversas denominações da Pesquisa Educacional, no decorrer do período cronológico estudado: *Investigação Pedagógica, Investigação Educacional; Estudos Pedagógicos*.

Como já foi explicitado quanto à Temática 1, não foram considerados, para fins desta pesquisa, os artigos que se constituíssem de textos destinados à comunicação de resultados de pesquisas educacionais específicas, restringindo-se, apenas, como está determinado, pelo próprio escopo deste trabalho, aos discursos relativos ao conhecimento pertinente à institucionalização da Pesquisa Educacional e temáticas a ela diretamente relacionadas.

Temática 4 - Disciplinas e correntes do pensamento Científico-Filosófico que contribuem para a formação da Pesquisa Educacional

Essencialmente interdisciplinar e como um ramo das Ciências Sociais e Humanas, a Ciência da Educação é formada de disciplinas que lhe garantem bases teórico-metodológico-científicas. Foram excluídos, pelo processo de seleção adotado nesta tese, os artigos que se constituíssem de estudo das disciplinas isoladamente, fora de sua relação com o campo educacional, bem como os artigos sobre ensino-aprendizagem de qualquer disciplina.

Apenas foram selecionados, para comporem o universo empírico desta pesquisa, os trabalhos que tratassem de disciplina ou corrente de pensamento, tomadas em caráter geral, em sua relação direta com a Ciência da Educação, tratada como unidade de saber, não se considerando entre ambas qualquer relação do tipo "*todo-parte*" ou vice-versa.

Temática 5 - Instituições relacionadas à pesquisa e à Pesquisa Educacional

Como superfícies de emergência privilegiadas do discurso, as instituições de pesquisa como temas de artigos, foram naturalmente destacadas, por desempenharem um papel essencial, no processo de implantação e desenvolvimento da pesquisa no País, por se constituírem em temas pertinentes ao processo de institucionalização da pesquisa e da Pesquisa Educacional e por se referirem a todo um aparato institucional, sem o qual o desenvolvimento do campo do saber não seria possível.

Dentre as instituições, atenção privilegiada foi dada aos temas referentes à Universidade, especificamente no que se refere à pesquisa, à Reforma Universitária, às Faculdades de Educação e Filosofia Ciências e Letras e a todas as temáticas relacionadas à Pós-Graduação e à pesquisa na universidade. Obviamente, os processos de implantação, desenvolvimento e reforma da universidade brasileira geraram quantidade significativa de trabalhos que tinham relação direta com a institucionalização da pesquisa.

Ao se defrontarem, especialmente, com o problema da formação do pesquisador, no período que antecede à implantação da Pós-Graduação no Brasil, os cientistas brasileiros, incluíram, em suas discussões e publicações, temas relacionados à Universidade, às necessidades de pesquisa, à instauração dos Regimes de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva nas Universidades Brasileiras, à formação de pesquisadores em Programas de Pós-Graduação desenvolvidos no Exterior.

Desde os primórdios do presente século, estendendo-se por todo o período que antecede a implantação pelos Governos Militares, da Reforma Universitária e do Plano Nacional de Pós-Graduação, já se fazia sentir, no discurso de todas as áreas do conhecimento, o anseio por uma pesquisa nacional, motivada pelos ideais desenvolvimentistas do pós-guerra

e a convicção de que o ensino deveria deixar de ser baseado na transferência de informações, para ser mais voltado para a reflexão sobre as situações da realidade concreta.

Todos os campos disciplinares compartilhavam as mesmas preocupações, relacionadas à necessidade de formação do espírito científico brasileiro e, após um período de atuação de entidades de pesquisa fora da Universidade, esta foi eleita para se constituir no *locus* privilegiado onde, aliada ao ensino, deveria se localizar uma pesquisa que produzisse conhecimentos novos, referentes especialmente à realidade nacional.

A Pesquisa Educacional, tal como ocorreu em outros campos do conhecimento, não se iniciou na Universidade mas, em um Instituto criado pelo governo especialmente para esse fim - o INEP. Entretanto, ocorreram manifestações, em defesa do aperfeiçoamento dos Departamentos de Educação das Universidades, com a finalidade de adequá-los à nova necessidade, que se apresentava, e que significava o desenvolvimento, no País, de uma Pesquisa Educacional autóctone, produzida por pesquisadores devidamente formados. Daí justificar-se a presença de artigos sobre as Faculdades de Filosofia Ciências e Letras e de Educação, por serem estas da maior relevância, nas discussões sobre o processo de implantação do "*locus*" universitário, para a Pesquisa Educacional, no País.

Cumprido ressaltar, entretanto, que o critério de seleção dessa vertente de artigos não incluiu os que tratassem de planos, relatórios de instituições, quando estes não portassem, em seus títulos, referência explícita a conteúdos à *ciência* ou *pesquisa*. Assim, por exemplo, os planos e relatórios gerais do Inep, não foram selecionados, porque as atividades do órgão não se restringiam à área da pesquisa, mas se estendiam em um amplo espectro de interesses e objetos da realidade educacional, muitos dos quais não se enquadram no foco da presente pesquisa. Também foram excluídos, deste grupo temático, os artigos que tratassem de instituições similares, mas localizadas em contextos de países estrangeiros.

Segundo os princípios expostos, foi estabelecido o *Referencial Temático* que se compõe de 7 Classes, subdividido em dois grandes grupos de temas: O Grupo A, constitui o núcleo temático proposto por esta tese e que inclui 5 Classes de assuntos (Numeradas de 1 a 5), subdivididas em Subclasses (Numeradas com subdivisões decimais dos números das

classes). Esse Grupo, por sua vez, se subdivide em dois Subgrupos formados por Classes e Subclasses específicas dele constantes.

O *Subgrupo A1*, que, incluindo Classes e Subclasses do Grupo A pertinentes à área da Educação e diretamente voltadas à Pesquisa Educacional é composto de: Subclasse 1.4; Classe 3 (todas as suas Subclasses de 3.1 a 3.5); Classe 4 (todas as Subclasses de 4.1 a 4.3.8) Subclasses 5.1; 5.2.4 a 5.2.7. O *Subgrupo A2*, excetuando as Classes e Subclasses, acima citadas, inclui as demais classes do Grupo A, que se referem a temas não diretamente voltados à Pesquisa Educacional, mas que têm com ela estreitos relacionamentos.

O Grupo B se constitui no segundo grande conjunto de temas do *Referencial Temático*, compreendendo as temáticas ou assuntos, não incluídos no Grupo A, ou seja, constando temáticas não diretamente devotadas ao processo de institucionalização da Pesquisa Educacional, nos moldes aqui propostos.

Esse Grupo foi composto a partir das análises temáticas das citações ocorridas nos artigos, objetos de estudo desta tese, e não contempla subgrupos específicos mas, apenas, Classes numeradas em continuidade às Classes do Grupo A (de 1 a 5).

Subdivide-se em duas Classes de assuntos: A Classe 6, contendo assuntos da área da Educação, porém, fora do escopo da pesquisa e a Classe 7 - assuntos de outras áreas do conhecimento em que foram classificados os trabalhos citados pelos artigos.

3.4 O corpus documental e sua seleção

As unidades do universo empírico desta tese são constituídas dos artigos da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - RBEP*, publicação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, INEP.

Esses artigos foram selecionados, através do índice acumulado do periódico, publicação que indexa toda a produção da revista, do ano de 1944 a 1984.

Elaborado em comemoração ao ano em que o periódico completou seus 40 anos de existência e concretizado a partir de um trabalho que se prolongou por duas gestões diretoras do INEP, com a participação de uma equipe interdisciplinar constituída de Técnicos em Educação, Bibliotecários e Estagiários, o índice em questão é formado de duas seções: uma correspondente às entradas pelos sobrenomes de autores, ou títulos, em caso de artigos sem autoria pessoal, denominada *Seção de Autores e Títulos*; e de outra seção composta de entradas de assuntos. Esta parte foi formada pela rotação dos termos significativos dos títulos dos artigos e da atribuição de descritores temáticos pertinentes, de acordo com os termos do *Tesouro Brasileiro de Educação*, escolhidos para a indexação, por assuntos, dos conteúdos dos artigos, quando os termos já incluídos, extraídos dos títulos, não foram suficientes para especificá-los. Essa seção é designada *Seção de Assuntos*.

A seleção dos artigos foi feita a partir da primeira parte do índice da RBEP, ou seja, da *Seção de Autores e Títulos*. A priorização dessa seção, no processo de levantamento dos artigos, teve por objetivo minimizar a subjetividade a que está sujeito qualquer processo de elaboração de índices temáticos, tarefa que, dependente do trabalho de vários profissionais, como foi o caso do índice em questão, tende a apresentar menor homogeneidade no processo decisório de escolhas de palavras-chaves, para designar os conteúdos significativos dos textos.

Dentre as matérias publicadas no periódico, foram do interesse desta pesquisa os seguintes tipos de artigos, encontrados na referida Seção do índice: Editoriais, Resenhas, Artigos Originais e aqueles constituídos de matéria já publicada anteriormente, em periódicos ou outras fontes nacionais ou estrangeiras. Não foram considerados os levantamentos bibliográficos, nem mesmo quando especializados em assuntos constantes do *Referencial Temático* construído para o levantamento e análise de dados, nesta tese.

Tendo como parâmetro de seleção o *Referencial Temático*, percorreu-se, item a item, a *Seção de Autores e Títulos* do Índice da RBEP, a partir dos títulos dos artigos, verificando-se, em cada um, sua correspondência aos temas do Grupo A .

Dos 2224 artigos publicados, no período 1944-74, foram selecionados 206 artigos, significando este um total correspondente a 9,3% de todos os artigos publicados, no periódico.

No processo de seleção dos artigos, foram encontrados, ainda, 38 artigos sobre as temáticas *desenvolvimento e democracia*, relacionadas diretamente com a Educação e que não foram selecionados, conforme os parâmetros, já expostos, utilizados nesta pesquisa. Entretanto, pela presença marcante dessas temáticas, em artigos publicados no período e, como o desenvolvimentismo é utilizado, por alguns autores para caracterizar um período da História do Brasil, optou-se por se empreender uma análise sucinta da presença desses assuntos, nos artigos da RBEP, nas fases de Governos do País, nas quais foi dividido o período considerado neste estudo e cujas constatações serão expressas, em momento oportuno, no Capítulo seguinte.

O princípio que subjaz a esse processo de seleção é o de que o pensamento sobre a institucionalização da Pesquisa Educacional não se restringe a discursos que obedeçam a padrões de cientificidade e nem se limitam à instância de delimitação da Ciência da Educação. Dessa forma, a composição do universo empírico, da presente tese, incluiu trabalhos que tratam de assuntos constantes do Grupo A do *Referencial Temático*, artigos esses não só oriundos de resultado de pesquisas, desenvolvidas dentro dos cânones metodológicos da Ciência mas, também, aqueles que podem ser definidos como *saber*, e que resultaram de pronunciamentos políticos, de reflexões filosóficas, históricas e mesmo trabalhos administrativos.

Os elementos e informações extraídos dos artigos se constituem de: *enunciados, citações* e alguns *paratextos*.

Dos próprios textos, foram extraídos: enunciados dos autores dos artigos; citações e referências encontradas, nos textos principais dos artigos, em notas de rodapés e bibliografias consultadas, estas contendo elementos esclarecedores do discurso (autores, títulos, editoras, colaboradores, tradutores, datas de publicação, etc.)

Por *paratexto* entende-se uma *margem textual* que envolve o texto propriamente dito e que se constitui em um instrumento de adaptação entre um texto e um público. Considera-se ter o *paratexto*, as funções de motivar, balizar, orientar e garantir a pertinência da leitura.

Foram considerados *paratextos*, nesta tese, elementos constantes: a) dos títulos dos artigos; b) das notas sobre o autor (cargos, entidades a que se filiam, formação básica); c) das notas sobre a origem do artigo, quando não se tratasse de uma matéria publicada pela primeira vez, na RBEP.

As notas, referidas na letra c), constituem-se de informações sobre superfícies de emergência anteriores do discurso, tais como periódicos onde os artigos foram publicados originalmente - periódico nacional ou estrangeiro, conferência, aula, tese, resenha, etc., incluídas no rodapé da primeira página - bem como informações implícitas ou explícitas sobre a natureza dos discursos publicados (editoriais, resenha, artigos, etc.), estas algumas vezes deduzidas da própria seção onde se encontrava localizado o artigo no fascículo consultado.

A construção do esquema categorial (item seguinte) a partir da problematização do objeto de pesquisa, pressupôs, no processo de sua estruturação, a correspondência de cada *Categoria* ou *Subcategoria* a *Estratos*, ou conjuntos específicos de artigos, que aqui foram denominados *Estratos Arqueológicos*, identificados como séries de dados, construídas, com a finalidade de evidenciar *camadas ou substratos* a serem analisadas.

Alguns estratos foram privilegiadamente analisados, em detrimento de outros, pelo levantamento sucessivo de conjuntos mais passíveis de evidenciar aspectos

relevantes, tendo em vista a contribuir com informações para a descrição do discurso em questão.

Os Estratos Arqueológicos foram constituídos pelos seguintes tipos de documentos: 1) Todos os artigos-objeto da pesquisa; 2) Todas as citações e alusões ocorridas nos artigos ; 3) Todas as citações e alusões, incluindo nomes de autores ; 4) Autores citados duas ou mais vezes; 5) Citações completas; 6) Os trabalhos citados duas ou mais vezes.

3.5 Categorias de análise

Dando continuidade ao estudo iniciado com o levantamento das questões propostas no Capítulo 1, seguido do estabelecimento dos pressupostos expressos no item 3.1, procedeu-se à decomposição do tema, em dimensões passíveis de darem conta de uma possível descrição da realidade a ser desvelada.

Concluiu-se que o universo empírico, construído nesta tese, seria observado sob a ótica de categorias de análise de duas naturezas diversas: as *Categorias Empíricas*, ou seja, as que se referissem diretamente aos elementos constituintes do discurso objeto de estudo; e as *Categorias Gnosiológicas* que são aquelas que requeressem um esforço de interpretação dos dados, constantes desse mesmo universo.

As *Categorias Empíricas* permitiriam ângulos *de* observação do objeto de estudo, segundo a visão restrita da cognição empírico-racional, de acordo com as bases do conhecimento dito “*científico*”, tal como é tratado pela Epistemologia tradicional. As *Categorias Gnosiológicas*, vinculando-se também ao processo cognitivo, de forma não restrita ao racionalismo empiricista, relacionar-se-iam aos tipos de apreensão da realidade que extrapolam os limites dos dados e da razão empírica, tendendo a se identificar com a cognição proposta pela corrente da Epistemologia Crítica, na qual se insere o pensamento faucaultiano.

As *Categorias Empíricas* se constituem dos reflexos diretos dos dados, daquilo que eles evidenciam, a partir de sua simples existência objetiva, não requerendo qualquer trabalho interpretativo, enquanto as *Categorias Gnosiológicas* procuram fazer emergir dos dados empíricos, algumas de suas faces, à primeira vista indeterminadas, tais como, o *não-dado*, o lado menos visível da realidade, o que parece estar além das evidentes aparências.

Como já foi dito, a presente tese caracteriza-se por ser uma análise de artigos da RBEP/Inep pertinentes à institucionalização da Pesquisa Educacional, restrita à análise de alguns elementos do processo de enunciação e, as Categorias e Subcategorias, a seguir relacionadas, constituir-se-ão em ângulos de visão que possibilitarão o desvelamento de conhecimentos sobre as características e condições históricas de possibilidades do discurso/objeto de estudo.

A partir da observação e análise do comportamento de elementos textuais e paratextuais, pretende-se proferir enunciados novos, oriundos de constatações e inferências reveladoras do processo sobre o qual o discurso em questão se refere.

São duas as *Categorias de Análise Gnosiológicas* (Grupo A): *Dispersão do conhecimento* (A1); *Sistema de Exclusão no Processo de Produção do Conhecimento* (A2).

Como *Categorias Empíricas de Análise* (Grupo B), foram tomadas três: *Originalidade e ineditismo*(B1); *Produtividade de conhecimento* (B2); *Influência ou Impacto de Conhecimentos na Comunidade Produtora* (B3);

A cada Categoria do Grupo B correspondem subcategorias que têm por objetivo garantir um maior detalhamento e especificidade de análise.

A Categoria Empírica de Análise - *Originalidade e ineditismo* (B1) - procurará desvelar condições e características do processo de geração do segmento documental específico de conhecimento que se apresenta como uma condição de materialidade da área do saber pertinente à institucionalização da Pesquisa Educacional, no

Brasil - o artigo de periódico da RBEP. Subdivide-se em Subcategorias: *Tipos de Superfícies de Emergência do Discurso* (B1.1); - *Nacionalidade de Origem do Discurso* (B1.2).

A Categoria *Produtividade de conhecimento* - (B2), subdivide-se em Subcategorias: *Por períodos de Governo* (B2.1); *Por temáticas privilegiadas* (B2.2).; *Autores dos artigos* (B2.3).

A Subcategoria - *Originalidade e Ineditismo* (B1.1), é verificada através da observação dos tipos de artigos que compõem o universo, caracterização que, por sua própria natureza, já torna evidentes alguns esclarecimentos sobre a produção de conhecimento.

O grau de ineditismo dos artigos publicados em um periódico, tomado como superfície de emergência de determinada área do saber, pode ser aferido em termos da natureza das matérias publicadas pelo periódico. Enquanto para um grande grupo de leitores, o fato de um artigo ser original ou não, pouca importância tem quanto ao caráter informativo do periódico, para leitores mais exigentes e que têm acesso a um maior número de fontes especializadas, ressaltando-se em alguns casos as fontes originárias de comunidades consideradas mais adiantadas, a existência de "*filtros de qualidade*" fidedignos, que preservem a seletividade e o ineditismo, é requisito importante para os pesquisadores. Este último segmento de leitores almejava que, ao consultar determinado periódico, estivesse reservando a si a garantia de não estar tendo contato, pela segunda vez, com uma mesma informação.

Entretanto, o que muitas vezes ocorre, na prática, pode levar à afirmação de que, dependendo do público-alvo de periódicos especializados, políticas editoriais específicas podem privilegiar formas de uma maior abertura, em relação ao processo de republicação de matérias, principalmente quando um periódico é voltado para áreas emergentes, pouco especializadas, ou se constitui em uma das poucas opções de fontes de informações, na especialidade.

Nesse sentido, como os periódicos especializados têm por função divulgar trabalhos mais recentes e fragmentados em relação ao universo de uma disciplina, cabe

lembrar que, até mesmo os periódicos científicos, voltados para as ciências mais maduras e sedimentadas, trazem notícias sobre pesquisas em andamento, resenhas de livros, manuais técnicos, teses e dissertações, ou incluem até mesmo republicações ou traduções, com a finalidade de suplementar por meio de informações, os especialistas da área, informando-os sobre a existência de trabalhos de naturezas diversas daqueles que, nos periódicos, trazem como característica marcante a divulgação de trabalhos inéditos das "*frentes de pesquisa*" que lideram um campo específico do saber.

Reforçar a veiculação de um trabalho, através de sua republicação, pode significar: o zelo de informar os leitores, suprimindo uma possível dificuldade de acesso àquele tipo de documento; a falta de matéria para o próprio periódico; a facilidade de compreensão e interpretação de um tema em destaque, em determinado momento (caso de publicação de textos legais); ou uma mera obediência aos preceitos da tradição de periódicos científicos de, através do rastreamento de notícias e artigos pertinentes à área de interesse do público-alvo, servirem de núcleos centralizadores referenciais e divulgadores de informações pertinentes.

A Subcategoria *Tipos de superfícies de emergência do discurso (B1.1)* informa sobre as superfícies de emergência do discurso, evidenciadas por características específicas dos artigos, compreendendo: a) *os artigos originais*, ou seja, os publicados em primeira instância, na RBEP, e que se subdividem em: *os editoriais*, para apresentação de fascículos específicos do periódico; *os artigos propriamente ditos*, em sua maioria assinados e localizados, nas seções principais do periódico; *as resenhas* ou artigos de revisão, classificadas por línguas dos trabalhos resenhados; b) *os artigos não-originais*, que se subdividem em: *trabalhos publicados ou apresentados em eventos* diversos, anteriormente à publicação na RBEP; *originados de periódicos* nacionais; periódicos estrangeiros; *eventos nacionais*; *eventos estrangeiros*; e os que tratam de *trabalhos elaborados para fins administrativos*.

A Subcategoria *Nacionalidade de Origem do Discurso (B1.2)*, corresponde aos contextos de onde se originaram os trabalhos, se nacional ou estrangeiro, ressaltando as línguas em que foram escritos os trabalhos.

A Categoria *Produtividade do Conhecimento (B2)* tem por objetivo aferir o comportamento da RBEP como órgão produtor de artigos, nos vários períodos de governos, nas diversas temáticas pertinentes, quanto aos autores dos artigos.

A Subcategoria - *Produtividade por Período (B2.1)* tem por objetivo verificar, por período de governo, o número de artigos publicados, estabelecendo-se, para aferição dessa subcategoria, um índice de produtividade, calculado pela relação artigo/mês - número de artigos, por número de meses. Esse tipo de análise permitirá a verificação dos momentos em que a subárea da institucionalização da Pesquisa Educacional tenha tido maior avanço, tentando-se relacionar os possíveis avanços ou retardos, com as características político-ideológicas dos governos vigentes.

A Subcategoria "*Temáticas Privilegiadas*" (B2.2) constituir-se-á da análise que tem por objetivo evidenciar, tanto ao nível dos artigos, quanto ao nível das citações, as preocupações e opções temáticas dos discursos analisados, e permitir o levantamento de objetos que compõem a área do saber que se pretende conhecer. O *Referencial Temático* constante do Anexo 1 se constitui no esquema de classificação utilizado, para todas as análises temáticas.

A Subcategoria *Produtividade de Autores (B2.3)* preocupa-se em verificar a distribuição dos artigos por autores produtores.

A Categoria *Influência ou impacto (B3)* permitirá revelar algumas características relacionadas à polifonia, intertextualidade, ao empréstimo de idéias, passíveis de serem detectadas no discurso publicado no periódico, observadas a partir, especialmente, das citações.

Relacionadas a esse subconjunto, serão trabalhadas as seguintes Subcategorias:

Ocorrência de Citações (B3.1) - permitindo verificar o hábito de uso das citações e elucidação de facetas do comportamento do conhecimento veiculado e dos autores

produtores de artigos na RBEP, quanto à adoção e explicitação de fontes de idéias, para a produção de conhecimentos;

Tipos de Citações (B2.2) - diz respeito à tipologia das citações, quanto aos elementos que incluem: *Completas*, contendo todos os elementos identificadores do trabalho que foi tomado como fundamento, no processo de enunciação; *Alusões*, reportando-se apenas do nome de autores, ou suas idéias em geral, não havendo maiores identificações ou especificações do trabalho aludido; *Citações Anônimas*, que não incluem nomes de pessoas como autores; *Normas Jurídicas ou Legislativas* que correspondem a Leis, Decretos e outros atos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário que, como instâncias de delimitação do discurso, contribuem para sua produção; *Alusões a coleções de periódicos*, como um todo, como fonte ampla de pesquisa.

Autores mais Citados (B2.3) - permite a focalização de superfícies personalizadas de emergências, para esclarecimentos quanto à origem (pessoal) do conhecimento;

Temáticas dos Trabalhos Citados (B2.4) - verificar se há concordância entre as temáticas tomadas para a composição do universo empírico e as temáticas dos trabalhos utilizados como fontes de informações/conhecimentos, para a produção de artigos.

Línguas de Publicação (B2.5) - o contexto do qual se origina o conhecimento que constitui o artigo de periódico permite inferências quanto à origem geográfica ou influências, quer seja o país de origem, no caso o Brasil - quer sejam contextos externos ao País. Essas inferências permitem reflexões sobre a existência, a preeminência ou não-existência de um conhecimento endógeno nacional, produzido a partir da realidade das instituições científicas, ou com pretensões de serem científicas, existentes no País, à época em que foi produzido, ou um conhecimento baseado em influências que tenham se materializado, por meio de leituras ou importações de informações, pensamentos, idéias ou textos.

Ano de Publicação (B2.6) dos trabalhos citados. - com pretensões de se verificar a obsolescência do conhecimento que serviu de base para os artigos objeto de estudo.

Seguem-se alguns comentários suplementares sobre as *Categorias Gnosiológicas: Dispersão do conhecimento (A1) - Sistemas de Exclusão (A2)*

Os registros das pesquisas e os produtos do pensamento e da reflexão dos pesquisadores e cientistas trazem em si a marca de sucessivas *relações* a pensamentos e conhecimentos sobre a mesma realidade ou objeto estudado, o que leva filósofos e estudiosos do saber e da ciência a constatar o caráter social e derivativo desse conhecimento (ZIMAN, BOURDIEU, BERNAL, MERTON).

Embora o consenso entre discursos seja inerente às regras exigidas na própria produção do conhecimento, os conhecimentos que formam uma área específica de saber tendem a apresentar aspectos dispersivos, quanto a segmentos específicos formadores de sua estrutura: temáticas/objetos, autores, estratégias e outros elementos.

Considerando-se o poder inerente à produção do conhecimento, há indícios de que as condições de produção e comunicação dos discursos achem-se relacionadas a *Sistemas de Exclusão* que teriam, como pontos de partida, neste estudo, as características do grupo de autores de artigos, os relacionamentos desses mesmos autores, entre si, com a direção do INEP e com o Estado, e as ausências e presenças desses pensadores como autores de artigos na RBEP.

3.6 Periodização cronológica

Uma maior concentração de pesquisas educacionais e de estudos sobre a Pesquisa Educacional, no período posterior à implantação dos Cursos de Pós-Graduação, pode ser justificada pela ocorrência de situações que, de certa forma, caracterizam um processo de institucionalização, já em fase de desenvolvimento: o aumento da produção de pesquisas, decorrentes da maior organização da área da Educação como campo específico de

pesquisa; o conseqüente crescimento da comunidade produtora e interessada nesse tipo de estudo; a necessidade de se criar indicadores e padrões, para a avaliação dessa produção.

Nesse sentido, não há dúvidas de que o surgimento dos Cursos de Pós-Graduação iniciam um novo período, em que o conhecimento produzido passa a ter a chancela da orientação e avaliação dos Programas de Pós-Graduação de universidades brasileiras, em sua tarefa de atribuição de títulos de Mestre ou Doutor e passa a ser, também, submetido à uma mais sistemática avaliação, por parte dos próprios pesquisadores, através de sistemas de revisão de pares ("*peer-review*"), estes constituídos pelos Comitês Editoriais dos periódicos que se multiplicaram no País, após o referido marco.

Merecem ser destacados os sistemas de avaliação de órgãos financiadores de pesquisas, tais como as consultorias "*ad-hoc*" do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e a avaliação dos cursos pelo sistema da CAPES

O recorte cronológico do presente trabalho circunscreve-se a partir da criação do periódico do INEP, Julho de 1944, até Dezembro de 1974, limite este arbitrado em função de algumas reflexões e informações encontradas na literatura.

Os primeiros Cursos de Pós-Graduação *strictu sensu*, na área da educação, foram criados na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1965. Em 1969, a Pontifícia Universidade Católica da São Paulo (PUC-SP) criou também o setor de Pós-Graduação; no período de 1971-72, foram criados 10 Cursos de Pós-Graduação em Educação, *strictu-sensu* e, em 1975, dezesseis desses cursos já se encontravam instalados; em 1981 e 1984, já existiam respectivamente 27 e 29 Programas. (CUNHA, 1979, GAMBOA, 1987; GATTI, 1982).

Como já foi visto anteriormente, a implantação da Pós-Graduação pode ser considerada uma ruptura no processo de institucionalização da Pesquisa Educacional no País, ocorrida em função de premência de necessidades detectadas, nos períodos que a antecedem, tais como: necessidade urgente de titulação de Docentes para a Universidade; necessidade de atualização e melhor capacitação desses Docentes; resposta às pressões e exigências do

Estatuto do Magistério Superior (1968) que condicionava a permanência nos cargos dos Professores que fossem portadores de títulos acadêmicos.

GRZYBOWSKI (1987) afirma ser a Pesquisa Educacional um subproduto da Pós-Graduação e que o aumento da produção na área da educação é predominantemente devido aos trabalhos dos alunos e não dos professores dos Programas.

Nesse sentido, GAMBOA (1987) afirma que:

"a produção discente dos Cursos de Pós-Graduação em Educação, no Estado de São Paulo, foi aumentando na medida em que foram surgindo novos cursos e novas áreas de concentração e os programas já existentes foram se consolidando e aumentando a capacidade de absorção da crescente demanda".

Embora muitas mudanças estivessem ocorrendo, em todo o País, com o desenvolvimento gradativo de Cursos e Instituições, julgou-se ainda não ter havido tempo suficiente, para maiores reflexos dessas mudanças, na produção de conhecimento da área. Segundo GAMBOA, até 1974, apenas 12 teses haviam sido defendidas, nos Cursos de Pós-Graduação em Educação do Estado de São Paulo⁴⁷

Se as teses só começaram a ser defendidas, em maior número, a partir de 1974, e estando a RBEP em fase de instabilidade, como reflexo do posicionamento do próprio INEP no novo quadro de Pesquisa Educacional do País⁴⁸, pressupõe-se ter ocorrido, nesse momento, uma ruptura no processo de adaptação geral aos novos padrões de comunicação, havendo respaldo para se justificar o recorte cronológico adotado nesta tese.

Considerações, sobre esse momento histórico do Inep, são expressas pela professora Maria de Lourdes Fávero, fundamentadas na importância da relação entre “*fatos, dados, artigos, etc.* e as *estruturas socioculturais, políticas e econômicas*”:

“[...] o início dos anos 70 é marcado por forte autoritarismo e repressão política. Vivemos não só sob a égide do AI-5 e do Decreto-lei no. 477, de 26.02.69, mas também de Portarias Ministeriais que aprofundam ainda mais

⁴⁷ Quanto à prioridade da defesa da primeira tese, na área da Educação, foram encontradas informações divergentes, no que se refere às universidades de onde se originaram as teses: a Universidade Federal de Santa Maria, defendida em novembro de 1970 (GAMBOA, 1987); e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (FAVERO, 1996)

⁴⁸ Deslocamento da Pesquisa Educacional para as instituições de pós-graduação, recém implantadas; mudança do Inep para Brasília.

o processo de paralisia das instituições. E o INEP era e é uma instituição do MEC [...]. Posto isso, considero importante lembrar dois fatos em relação à RBEP [...]. São eles: o recolhimento das RBEP, números 134 (abr.-jun./74) e 136 (out.-dez./74), por ordem do Secretário-Geral do MEC, Euro Brandão; na época, o Ministro era o Cel. Ney Braga. O Cel. Ayrton de Carvalho Mattos, Diretor do INEP, foi demitido...” (1996, p.3)⁴⁹

Quanto à produtividade de artigos pertinentes à Pesquisa Educacional, nota-se uma evidente desproporção entre o número de artigos publicados na RBEP, na última década (não incluída nesta pesquisa) e o número, muito mais expressivo, de trabalhos da mesma natureza, publicados no período circunscrito neste estudo.

Talvez esse fato se explique pela proliferação de periódicos no País, na área da educação, após o maior surto de desenvolvimento da Pesquisa Educacional, o que ocasionou a perda de *status* da RBEP, como órgão disponível para a divulgação do pensamento educacional brasileiro e, também, o desprestígio do Inep, decorrente da criação da Pós-Graduação, coincidindo esta fase com a extinção do CBPE, no Rio de Janeiro e a mudança do que restou do importante órgão para Brasília, inclusive de parte de sua biblioteca cujo acervo, formado durante tantos anos, constituía-se em um dos mais valiosos do País⁵⁰. Esse processo de descontinuidade institucional fez com que a publicação da RBEP fosse afetada.

Com o objetivo de se obter maiores insumos para o estudo das condições históricas de possibilidade relacionadas à produção dos artigos, o período cronológico desta pesquisa - 1944 a 1974 - foi dividido, em fases correspondentes aos períodos de gestões do

⁴⁹ Segundo FAVERO (1996, p.3), os recolhimentos dos fascículos foram justificados, pelos militares, devido à publicação dos seguintes artigos, dois dentre eles (a e b), constantes do universo analisado nesta tese: a) TRIGUEIRO MENDES, Durmeval. Fenomenologia do processo educativo. *RBEP*, v.60, n.134, abr.-jun. 1974. p.140-172. - Texto no qual o autor faz sérias críticas à legislação de ensino de primeiro e segundo grau; b) CAPALDO, Creusa. A dimensão dialética do pensamento educacional. *RBEP*, v.60, n.134, p.218-26, abr.-jun. 1974. Segundo FAVERO, dialética, no entender do Secretário do MEC era “*coisa de comunista, de subversivo*”; c) DUARTE, Sérgio Guerra /Resenha/ LAZARFELD, Paul. La sociologie. In: Tendences principales de la recherche dans les sciences sociales et humaines. *RBEP*, v.60, n.136, p.624-7, out.-dez. 1974. “*Na resenha, Sérgio Duarte destaca, entre outras, as tendências dos sociólogos marxistas e a pesquisa sociológica; fala da teoria crítica e dialética. Para o poder instituído, a Revista não podia divulgar textos, resenhas que apresentassem idéias em desacordo com o regime. Logo: a ordem era recolher a edição*” (FAVERO, 1996, p.3).

⁵⁰ Parte desse acervo permaneceu no Rio de Janeiro, sob a responsabilidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, onde até hoje se encontra. Os resultados da desagregação arbitrária desse acervo, obviamente, representam também o descaso pela preservação da memória cultural do País, comportamento não só característico dos tempos dos Governos Militares, mas presenciados, talvez com intensidade ainda maior, nos tempos de Nova República, quando antigos acervos especializados, foram literalmente sucateados, em Brasília, com a extinção de Órgãos Públicos, como por exemplo os Ministérios dos Transportes e do Interior, no início da década de 90.

Governo Federal do País (IGLÉSIAS, 1993), mesmo sendo variável o número de anos/meses abrangidos em cada um deles:

Fase 1- correspondente ao Estado Novo e Primeiro Governo Vargas, que inclui o período que se estende de julho de 1944 (criação da RBEP) a 29/10/45, perfazendo um total de um ano e quatro meses (16 meses);

Fase 2- de 30/10/45 a 30/01/51, período que se inicia imediatamente após a data do golpe que depôs o Presidente Vargas, estendendo-se por todo o período de exercício do Presidente Dutra, compreendendo este um interstício de 5 anos e três meses (63 meses);

Fase 3, composta de 5 anos (60 meses), de 31/01/51 a 30/01/56, período em que governou como presidente eleito Getúlio Vargas e os governos de transição, incluindo Café Filho, após a morte do referido Presidente;

Fase-4 - (60 meses) corresponde aos anos Kubitschek que se estendem de 31/01/56 a 30/01/61;

Fase 5, perfazendo um total de 3 anos e 2 meses (38 meses), circunscreve-se ao período dos governos Jânio Quadros, Ranieri Mazzilli e João Goulart e estende-se de 31/01/61 a 30/03/64, véspera do golpe que instituiu o período de Ditadura Militar no Brasil;

Fase 6, período entre 1/04/64 a 31/12/74 (recorte arbitrário tomado por esta pesquisa) compreendendo um total de 10 anos e 9 meses (129 meses), relativos a uma parte dos períodos presididos pelos Governos Militares (IGLÉSIAS, 1993) .

CARVALHO realizou uma análise histórica do discurso proferido por entidades e individualidades da comunidade acadêmico-científica, bem como do discurso oficial manifesto nos pronunciamentos governamentais, sobre a política de produção e socialização do conhecimento, no processo de formação do professor e do pesquisador no Brasil, no período de 1945-64.

Respalhando-se em IANNI, a referida autora afirma que, podem ser detectadas as tendências políticas, a seguir especificadas, de acordo com as características dos

governos ocorridos no País, em parte do período total focalizado por esta tese: o Governo Dutra, manifestando características de *”Estado Liberal, no contexto do pós-guerra”*; o Governo Vargas, com nítidos traços de um *“Capitalismo nacionalista”*; os anos Kubitschek, tempo de *”novos rumos de ação estatal para aceleração da industrialização, com dependência externa crescente”*; e o período Quadros-Goulart, visto como uma *“crise da democracia e agudização do Estado Populista”* (CARVALHO, 1992).

Numa visão política mais ampla e abrangente do período estudado, reportou-se ao clássico trabalho de Octávio IANNI (1975), verificando-se que a história da política econômica brasileira, desde 1930, oscilou entre duas tendências principais: a estratégia do *“desenvolvimento nacionalista”* (períodos 1930-45, 1951-54 e 1961-64) e a estratégia de *“desenvolvimento associado”* ao capital externo (1946-50, 1955-60 e 1964 em diante).

À guisa de insumo para interpretações dos resultados deste estudo, tendo como fundo o contexto político, cita-se ainda um relatório-síntese da política brasileira de Ciência e Tecnologia, publicado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República, que, no Capítulo em que descreve como as políticas de C& T foram sendo incorporadas, com o aprofundamento da intervenção do Estado, na sociedade, aponta quatro grandes períodos (A POLÍTICA, 1991 p. 2-4):

O período de 1951-64, inaugura-se com a criação do Conselho Nacional de Pesquisas - CNPq e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Superior - CAPES, quando os esforços, na área científica e tecnológica, estiveram predominantemente voltados para a formação de pesquisadores, criação e fortalecimento de grupos científicos. A intervenção do Estado, nesse momento, caracterizava-se por um conjunto de iniciativas circunstanciais e descontínuas, constatando-se, ainda, a carência de referenciais normativos.

Com produção incipiente de conhecimento científico e as dificuldades de formação de pesquisadores, já se ensaiava a montagem de uma estrutura de suporte ao desenvolvimento em C& T no País, através da implantação de instrumentos simples de fomento: as bolsas de estudo e auxílios à pesquisa.

O segundo período, circunscrito de 1964 a 1974, constituiu-se, segundo aquele documento, numa tentativa de atrelar o desenvolvimento científico e tecnológico ao relativo amadurecimento da indústria , tendo sido então criado o FUNTEC - Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico, vinculado ao BNDES, instituído o PED - Programa Estratégico de Desenvolvimento, 1968-70; a FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, em 1969, esta com funções de fomento complementares ao CNPq, e também criado o FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, em 1971.

O CNPq passou a ter a atribuição de formular a política nacional de Ciência e Tecnologia, a partir de 1964. Nesse quadro, ampliou-se o Sistema de Pós-Graduação, bem como cresceu e diversificou-se a estrutura institucional em C&T, para a qual foi desenhado um modelo de funcionamento sistêmico, o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - SNDCT, embora, segundo o relatório, a integração das políticas e instituições de Ciência e Tecnologia, em um sistema , não tenha se concretizado.

O período de 1974 a 1984 é caracterizado por um intenso planejamento para os setores da Pós-Graduação e da pesquisa e pela preocupação com a atividade tecnológica. Foi criado o Conselho Científico do CNPq - CCT, para acompanhar a execução do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PADCT, tendo sido o próprio CCT que formula o III PADCT.

O período de 1984-90 destaca como fatos marcantes a criação da *Lei de Reserva de Mercado para a Informática* (84) e a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia, em 1985, com a Nova República, sendo essa uma reivindicação da comunidade científica.

O presente trabalho pretende se reportar a essas caracterizações e tendências, com o objetivo de identificar macro-ideologias vigentes na condução política do País, no período circunscrito, e de verificar a partir das análises de artigos da RBEP, possíveis reflexos desse contexto, no conhecimento pertinente ao processo de institucionalização da pesquisa Educacional no Brasil.

CAPITULO 4

RESULTADOS

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EDUCACIONAL NO BRASIL, SEGUNDO O DISCURSO PUBLICADO NA RBEP

Este Capítulo é constituído: de quadros demonstrativos, numerados sequencialmente e compostos a partir de análises do universo empírico de dados procedidas sob os ângulos das categorias previstas; de enunciados decorrentes da leitura desses quadros; de informações extraídas dos próprios artigos e de literatura diversa relacionada ao tema estudado. Tem como finalidade descrever o comportamento de elementos e informações presentes no grupo de artigos, publicados na RBEP, e que foram considerados pertinentes à institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil.

Subdivide-se em partes diversas correspondentes às categorias ou subcategorias específicas, fases de governos, ou nomes de autores que tiveram influência privilegiada no discurso em questão.

Como primeiro estrato arqueológico, trabalhou-se com os 206 artigos de periódicos, como um todo, e, por analogia com a arqueologia, esse grupo compreenderia o estrato mais exterior do discurso. Os artigos foram analisados sob a ótica da Categoria Empírica: *Originalidade e ineditismo* (B1), subdividida em duas Subcategorias: *Tipos de superfícies de emergência do discurso* (B1.1) e *Nacionalidade de origem do discurso* (B1.2).

4.1 Originalidade e ineditismo

O Quadro 1 sintetiza os elementos intervenientes nesta Categoria que informa sobre as condições de comunicação dos artigos publicados na RBEP, bem como os dados encontrados.

Na Subcategoria *tipos* de discursos, dentre os 206 artigos publicados, os artigos *originais*, escritos para publicação, em primeira instância na RBEP, restringem-se a 91; destes 46 se referem a *artigos propriamente ditos*, 14 se constituem de *editoriais* e 28 são *resenhas* publicadas, que tratam de textos novos sobre trabalhos já publicados em outras fontes, possuindo, como características, autoria secundária e a função intrínseca a esse tipo de trabalho, ou seja de se constituir de reflexões analíticas e críticas. Totalizam 115 (a maioria), os artigos *não originais*.

QUADRO 1

DISTRIBUIÇÃO POR TIPO E NACIONALIDADE DOS ARTIGOS PERTINENTES À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EDUCACIONAL, NA RBEP/INEP 1944-74

<u>Tipos</u>	<u>Nacionais</u>	<u>Estrangeiras</u>	<u>Total</u>
<u>Artigos originais</u>			
Editoriais	14	-	14
Artigos	46	3	49
Resenhas por línguas dos trabalhos resenhados			
Português	12	-	12
Inglês	-	13	13
Francês	-	2	2
Espanhol	-	1	1
Subtotal	12	16	28
Total artigos originais	72	19	91
<u>Artigos não-originais</u>			
Periódicos nacionais	43	-	43
Periódicos estrangeiros	-	12	12
Eventos nacionais	31	-	31
Eventos estrangeiros	-	7	7
Relatórios administrativos	18	4	22
Total artigos não-originais	92	23	115
Total	164	42	206

As superfícies de emergência de artigos *não-originais*, publicados na RBEP, ou seja os publicados ou apresentados anteriormente em outras fontes, apresentaram-se, na seguinte ordem decrescente do número de ocorrências: os *periódicos nacionais* (43); os *eventos nacionais* - os trabalhos apresentados em congressos, seminários, aulas inaugurais, cursos, dentre outros (31); os *relatórios administrativos* (18); os *periódicos estrangeiros* (12); *os eventos estrangeiros* (07); *os relatórios administrativos estrangeiros* (4).

Quanto à *nacionalidade ou filiação cultural*⁵¹ dos 206 artigos, 164 tem sua origem no próprio País, evidenciando um percentual de 79,61% do total de artigos de origem nacional.

Dentre os *trabalhos nacionais*, os classificados na categoria *não-originais*, perfazem um total de 92 artigos (56,09 %), todos constituídos de republicações em outras fontes. Os artigos *originais* escritos no país (60), somados às resenhas (12), também considerados artigos originais, totalizam 72 unidades (43,90 %).

Encontraram-se, como resultados, que: os trabalhos *nacionais*, apresentados em eventos como congressos, seminários, aulas inaugurais e outros, e em periódicos nacionais (92), são mais numerosos, como superfícies de emergência do discurso, do que os artigos originais (72). Esse grupo é também mais numeroso que os artigos da mesma classe, provenientes de contextos estrangeiros (23) que, entretanto, se responsabilizam pela contribuição significativa de 28,87%.

A maior contribuição de *trabalhos estrangeiros*, corresponde aos artigos *não-originais* (23), com destaque para trabalhos publicados anteriormente em periódicos estrangeiros (12), seguidos de eventos estrangeiros (7) e trabalhos administrativos (4).

Na categoria *artigos originais*, destacam-se as *resenhas* de trabalhos escritos originalmente, em línguas estrangeiras (16), apresentando-se, em ordem decrescente, os trabalhos em: Inglês (13), Francês (2), Espanhol (1). Como *artigos originais*, escritos em

⁵¹ Termo utilizado pela Professora Magda Becker Soares para designar o fenômeno que subjaz à categoria em questão.

Língua estrangeira e traduzidos para o português, citam-se 3 trabalhos, perfazendo então o total de 19 *artigos originais*, produzidos em contextos estrangeiros e publicados na RBEP (artigos e resenhas).

A maior presença de trabalhos em inglês pode ser interpretada, tal como sugere SOARES (1996) ao fato de que a influência francesa sobre a educação brasileira, predominante no século XIX e início do século XX (livros didáticos em francês), é substituída a partir dos anos 20 pela influência americana.

A constatação de que *artigos não-originais* se constituem na maioria dos artigos publicados, pode refletir diretriz da política editorial do periódico, ou ainda ser interpretado segundo as hipóteses que se seguem: reduzido número de pessoas “*autorizadas*” a falar sobre o tema, no País; privilégio ou intenção de publicar trabalhos anteriormente apresentados ou publicados, ocorrido, especialmente, em função das facilidades do INEP em coletar publicações significativas da produção nacional e estrangeira, nas áreas de seu interesse ⁵².

Ao se referir às republicações muito constantes na RBEP, GANDINI (1995) afirma:

“Pode-se afirmar também que ‘seleção’ talvez não seja o melhor termo. Em documento datado de 1952, Milton de Andrade Silva - Chefe da Revista desde 1947 - refere-se à dificuldade de obtenção de artigos escritos especialmente para a Revista, em relatório apresentado ao Diretor do Inep. Essa escassez levava à reprodução de artigos publicados em revistas estrangeiras, aulas, conferências e cursos realizados no Brasil” (p.27).

Ainda em relação à Categoria *originalidade e ineditismo* cumpre ressaltar que ao incorporar pensamentos de outras superfícies de emergência constata-se a existência de procedimentos heterogêneos, por parte das políticas editoriais do periódico, vigentes ao longo dos períodos estudados, pois, a republicação de artigos provenientes de outros

⁵² Desde os primórdios de sua instituição, o Inep se preocupou com o levantamento da produção nacional de publicações, na área da Educação, quer fosse coletando os documentos primários, para inclusão nos acervos do próprio órgão, ou levantando referências sobre essa mesma produção, para a manutenção de bibliografias e arquivos que mais tarde originaram um serviço específico do Inep - a publicação regular do periódico secundário - a Bibliografia Brasileira de Educação - BBE. Neste caso, o referido trabalho de coleta de informações dependeria do levantamento exaustivo de artigos de outros periódicos e demais trabalhos produzidos em âmbito nacional e até internacional, nas áreas de interesse das políticas vigentes no Inep.

contextos não se restringiu às matérias localizadas na seção do periódico, intitulada *Através de Livros Jornais e Revistas*, criada especialmente para apresentar, às vezes resumidamente, esse tipo de artigo. Em alguns casos, as republicações constituíram-se de matérias mais extensas, publicadas em outras seções da RBEP, mas, em nenhum dos casos, foram omitidos os dados sobre a fonte de publicação anterior, localizados abaixo do título, em notas de rodapé ou no final da matéria.

QUADRO 2

PERIÓDICOS NACIONAIS COMO SUPERFÍCIES PRIMEIRAS DE EMERGÊNCIA DO DISCURSO

<u>No.</u>	<u>periódicos nacionais</u>	<u>Classes dos periódicos</u>	<u>Local de edição</u>	<u>Ocorrência</u>
1	Correio da Manhã	1	Rio de Janeiro	7
2	A Manhã	1	Rio de Janeiro	2
3	Diário de Minas	1	Belo Horizonte	2
4	Diário de Notícias	1	Rio de Janeiro	3
5	Diário de São Paulo	1	São Paulo	1
6	Folha da Manhã	1	Recife	1
7	Folha de São Paulo	1	São Paulo	1
8	Jornal do Brasil	1	Rio de Janeiro	1
9	Jornal do Comércio	1	Rio de Janeiro	2
10	A Manchete	1	Rio de Janeiro	1
11	O Cruzeiro	1	Rio de Janeiro	1
12	Estado de São Paulo	1	São Paulo	4
13	O Globo	1	Rio de Janeiro	3
14	O Jornal	1	Rio de Janeiro	2
15	Última Hora	1	Rio de Janeiro	1
16	Anhembi	2	São Paulo	1
17	Atualidades Pedagógicas	2	São Paulo	1
18	Boletim CBAI	2	Rio de Janeiro	1
19	Cadernos Brasileiros	3	Rio de Janeiro	1
20	Ciência e Cultura	3	São Paulo	2
21	Documenta	2	Rio de Janeiro	1
22	Educação	2	Rio de Janeiro	2
23	Kriterion	2	Belo Horizonte	1
24	Leitura	2	Rio de Janeiro	1
25	Revista Brasiliense	3	São Paulo	2
26	Tempo Brasileiro	3	Rio de Janeiro	1
Total				43

Focalizando os periódicos dos quais foram tomados discursos para republicação na RBEP, verifica-se que houve predominância da reprodução de discursos originados de *periódicos brasileiros* (43), encontrando-se também 12 artigos originados de periódicos estrangeiros (Quadro 1).

O Quadro 2 relaciona os periódicos nacionais que forneceram matérias para a RBEP, especificando o local de publicação, e os respectivos números de ocorrência de matérias convertidas em artigos.

A coluna *classes de periódicos* informa sobre a natureza dos periódicos dos quais foram republicados matérias, como artigos da RBEP: Periódicos informativos gerais, diários ou semanais (1); Periódicos em Educação (2); Periódicos especializados interdisciplinares (3).

Conforme o Quadro 2, as 43 ocorrências de artigos publicados em periódicos nacionais, anteriormente à publicação na RBEP, correspondem a 26 títulos de periódicos, assim distribuídos: *periódicos diários ou semanais*, perfazem um total de 15 títulos; os *periódicos em Educação*, 7 títulos e os *periódicos interdisciplinares*, um total de 4 títulos. Os jornais diários foram, portanto, privilegiados como fontes de matérias para publicação na RBEP.

Se classificadas, por locais de publicação, as superfícies de emergência constituídas de periódicos dos quais se republicaram matérias na RBEP, que totalizam 26 títulos, verifica-se que a grande maioria das republicações teve como matéria textos publicados em periódicos editados no Rio de Janeiro (15), em São Paulo (07), em Belo Horizonte (02) e em Recife (01). Essa informação revela uma acentuada concentração, na RBEP, de discursos originários dos grandes centros culturais do País.

As citações de periódicos estrangeiros, não incluídos no Quadro 2, perfazem um total de 12, e correspondem a 10 títulos que são: “*Esprit*”; “*Revista de la Universidad de Buenos Aires*” (2 vezes), “*Tiers Monde*” (Paris) (2 vezes), “*Educational Review*” (EUA), “*Éducation et Culture*” (Strasbourg), “*Harvard Education Review*”, “*Revista*

de Pedagogia” (Caracas, Venezuela), “*Revue de l’Enseignement Supérieure*” (França), “*International Review of Education*” (Hamburg), “*The Educational Forum*” (EUA).

As línguas em que foram escritos os periódicos estrangeiros, cujos artigos foram tomados para republicação, dividem-se em: Francês (quatro periódicos); Espanhol (dois periódicos); Inglês (quatro periódicos), evidenciando, também, características da *filiação cultural* dos discursos pertinentes ao processo de institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil.

Constata-se, portanto, não serem os artigos publicados na RBEP trabalhos inéditos mas, constituídos de republicações de matérias de outros periódicos nacionais e estrangeiros, de trabalhos apresentados em eventos no País e no Exterior ou de relatórios e planos administrativos, de naturezas diversas que, por sua pertinência aos temas de interesse do periódico, foram ali republicados, com a finalidade de serem mais amplamente divulgados.

Por outro lado, há também indícios de que o funcionamento das regras de seleção de matérias a serem publicadas, tanto dos artigos originais como das republicações, tenham sido decorrentes dos interesses e relacionamentos do grupo dirigente do Instituto, do corpo editorial da RBEP e de seus aliados.

4.2 A produtividade de artigos e temáticas privilegiadas

A Subcategoria *Produtividade de Artigos*, associada aos diversos períodos de governo, permite avaliar o desenvolvimento do conhecimento, no período em que se circunscreve, nesta tese, a trajetória da institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil.

Os dados empíricos que serviram de embasamento a esse segmento de análise, estão apresentados no Quadro 3, formado do universo de artigos publicados, distribuídos por períodos de governos. O “*índice de produtividade*”, formulado a partir da

relação "número de artigos por meses de governo", tornou possível a homogeneização da medida de produção e, conseqüentemente, a comparação da produção de artigos, nos vários períodos de governo.

Conforme o Quadro 3, pode-se verificar que, se tomarmos como parâmetro todos os artigos publicados na RBEP, selecionados para esta tese, foi no período de governo, compreendido pelas gestões dos Presidentes Jânio Quadros e João Goulart, que houve maior intensidade na produção de discurso pertinente à institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil, período este seguido, em ordem decrescente de índices de produtividade, pelos Governos Militares, pelos anos Kubitschek, pelo Estado Novo⁵³, pelo Governo Dutra e, finalmente, pelo período em que Vargas ocupou a Presidência, escolhido por eleições diretas.

QUADRO 3

PRODUTIVIDADE DE ARTIGOS DA RBEP PERTINENTES À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EDUCACIONAL, POR FASES DE GOVERNOS

<u>Fases</u>	<u>Artigos</u>	<u>Índices de Produtividade</u>	<u>Meses</u>
1 Estado Novo	8	0,50	16
2 Dutra	9	0,30	63
3 Vargas eleito	12	0,20	60
4 Kubitschek	33	0,55	60
5 Quadros-Goulart	38	1,00	38
6 Gov. Militares	96	0,74	129
<u>Total</u>	206	-	-

Entretanto, quando o conjunto de artigos publicados em cada Fase é classificado pelos dois subgrupos de temáticas do Grupo A do Referencial Temático, ou seja

⁵³ Período no qual foi criada a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*.

pelos Subgrupos A1 e A2, verifica-se um comportamento diferente quanto à maior produtividade de artigos.

O subgrupo A1 inclui as temáticas diretamente relacionadas à Ciência da Educação, Pesquisa Educacional e instituições específicas e o subgrupo A2 se refere às demais temáticas do Referencial (*ver ANEXO 2 e Item 3.5.1*).

Esse tipo de análise evidencia o seguinte resultado, em ordem decrescente de percentuais referentes ao subgrupo A1, por fase de governo: Estado Novo; Anos JK; Vargas; Dutra; Governos Militares; Quadros-Goulart.

O objetivo desse tipo de leitura seria a verificação do nível de especialização da RBEP, e a obediência aos objetivos a que se propôs o periódico, no momento de sua criação, ou seja, a declaração de se constituir como um órgão de divulgação do pensamento educacional, contribuindo para divulgar estudos objetivos voltados para o aperfeiçoamento do sistema de ensino do País.

QUADRO 4

PERCENTUAIS DE COBERTURA TEMÁTICA REFERENTES AOS ARTIGOS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO E FORA DA ÁREA POR FASES DE GOVERNOS

<u>Fases</u>	<u>Educação</u>	<u>%</u>	<u>Fora da área</u>	<u>%</u>	<u>Totais</u>
Estado Novo	7	87,5	1	12,5	8
Dutra	14	73,6	5	26,4	19
Vargas Eleito	9	75	3	25	12
Anos JK	26	78,8	7	21,2	33
Jânio-Goulart	16	42,1	22	57,9	38
Militares	65	67,7	31	32,3	96
TOTAIS	137	66,5%	69	33,5%	206

Nesse sentido, verifica-se que, com exceção do período Quadros-Goulart, fase com maior índice de produtividade, em termos gerais, mas que em termos de especialização apresenta-se como a mais distanciada dos objetivos iniciais propostos pela linha editorial do periódico, os demais períodos se permaneceram fiéis à especialidade da RBEP: tiveram a maioria dos artigos voltados diretamente para a área da Educação.

Na fase Quadros-Goulart há um destaque maior para os artigos sobre ciência, pesquisa, pós-graduação, instituições de pesquisa, todos considerados de um modo geral e não atrelados à área específica da Educação.

Considerando-se, como um conjunto, o segmento específico de artigos do Grupo A1, compreende um total de 137 artigos, perfazendo esses um percentual de 66,5% do total do universo empírico, complementado pela outra vertente (A2), num total de 69, correspondentes a 35,5% do total de artigos.

Esses percentuais querem dizer que, embora a RBEP tenha incluído, dentre as temáticas de seus artigos, textos sobre a Ciência, Pesquisa, e Instituições em Geral, voltadas para a institucionalização da Ciência no Brasil e que, como já foi dito, não se pode considerar como temáticas não pertinentes ao processo da institucionalização da Pesquisa Educacional como campo específico de conhecimento, o periódico do INEP, pelos resultados das análises aqui empreendidas, não deixou de dar destaque maior às temáticas do campo do saber específico que se constitui na especialidade proposta pelo periódico - A Educação.

Quanto às temáticas consideradas, nesta tese, como pertinentes a uma formação discursiva sobre a institucionalização da Pesquisa Educacional, de acordo com o Referencial Temático⁵⁴ construído com essa finalidade, os artigos selecionados foram classificados segundo índices de produtividade por temáticas (números de artigos sobre as classe temáticas principais por números de meses de cada período de governo), chegando-se aos resultados apresentados no Quadro 5.

⁵⁴ ver ANEXO 2, p. 241

O Quadro 5 apresenta: as classes temáticas principais, extraídas do Referencial Temático; os *índices* por períodos de governos, encontrados a partir da relação número de artigos/meses de governo; os *números de artigos* por temáticas, encontram-se entre parênteses. Esses índices permitem verificar os destaques temáticos, em cada fase de governo, isoladamente, e permitem também uma comparação entre os índices das diversas fases, entre si⁵⁵.

QUADRO 5

ÍNDICES TEMÁTICOS DOS ARTIGOS PERTINENTES À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EDUCACIONAL PUBLICADOS NA RBEP, NAS FASES DE GOVERNO

<u>Temáticas</u>	<u>Fases de Governo*</u>						Artigos
	1	2	3	4	5	6	
<u>Ciência</u> 33		-----	6(4)	3(2)	8(5)	28(11)	7(10)
<u>Pesquisa</u>	-----	4(3)	1(1)	3(2)	15(6)	6 (8)	23
<u>Pesq. Educ.</u>	25(4)	1(1)	1(1)	10(6)	7(3)	18(24)	39
<u>Disciplinas</u>	18(3)	14(9)	10(6)	23(14)	23(9)	20(26)	67
<u>Instituições</u>	6(1)	3(2)	3(2)	10(6)	23(9)	21(28)	45
<u>Totais artigos</u>	(8)	(19)	(12)	(33)(38)	(96)		206
<u>Meses</u>	16	63	60	60	38	129	366

* Entre parênteses, número de artigos

Sobre a temática *Ciência*, foram selecionados 33 artigos; sobre a temática *Pesquisa*, registram-se 23 artigos; sobre a *Pesquisa Educacional* os artigos selecionados somam 39 unidades; sobre *Disciplinas, Correntes do pensamento, filósofos e pensadores, que contribuem para a formação do discurso sobre a Pesquisa Educacional*, encontraram-se 67

⁵⁵ Para efeito de melhor visualização e comparação, a divisão de número de artigo por número de meses de governo foi multiplicada por 100 para resultar em número inteiro.

artigos; os trabalhos sobre *Instituições de Interesse ou Relacionadas à Pesquisa Educacional* perfazem um total de 45 artigos selecionados para estudo.

O destaque temático no conjunto dos 206 artigos pertinentes à institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil, analisados nesta tese é, pois, para o segmento “*Disciplinas e correntes do pensamento que contribuem para a Pesquisa Educacional*”.

Mesmo não tendo sido incluídos, no universo de artigos desta pesquisa, serão apresentadas algumas reflexões a respeito da produção de 38 artigos sobre desenvolvimento e *democracia*, nas diversas fases de governo, por refletirem esses um comportamento relevante da literatura, no momento histórico em questão.

As discussões dos pesquisadores/educadores versavam, com destaque, sobre a temática da *democracia*, nos primórdios da RBEP, no período do Estado Novo, decrescendo em intensidade, no período Dutra e tornando-se ausente, no segundo período de Vargas e dos Governos Substitutos.

No Governo Kubitschek, a temática é retomada, como no início da revista, aumentando ainda mais a sua presença, no período Quadros-Goulart, mas desaparecendo totalmente como temática de artigos, no período dos Governos Militares.

Os artigos sobre *desenvolvimento* concentram-se na RBEP, nos últimos anos do período Kubitschek, alcançando seu apogeu, no período Quadros-Goulart. No tempo dos governos dos Militares continuaram a ser produzidos, em quantidades um pouco menores que nos períodos anteriores. Esteve totalmente ausente nos períodos 1, 2 e 3, períodos de guerra (1) e decênio seguinte (2 e 3), tempo em que o conceito de desenvolvimentismo já começara a ser discutido, mormente em decorrência da reconstrução do mundo, após as catastróficas destruições mas, não apresentara seus reflexos diretamente na literatura do campo da Educação, no Brasil, ou pelo menos não se tornara ainda objeto dos artigos publicados na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*.

A seguir serão apresentadas algumas peculiaridades do processo de institucionalização da Pesquisa Educacional, nas diversas fases de governo, partindo-se da leitura dos Quadros 3, 4 e 5. Os enunciados referentes aos conteúdos dos artigos, eventualmente citados nesta seção, correspondem a pensamentos expressos nos artigos da RBEP e em outras fontes citadas.⁵⁶.

4.2.1 O Estado Novo

Corroborando a própria finalidade explícita, no ato de criação da RBEP, os artigos publicados, no período do Estado Novo, destacam a Pesquisa Educacional como temática privilegiada, quer seja tratando de ressaltar esse campo de pesquisa, para o desenvolvimento da Educação Nacional, seja elencando as tentativas de estudos teóricos, empreendidos até então, ou enfocando fundamentos teórico-metodológicos de suporte à Ciência da Educação, originários de outros campos do saber.

O pensamento do período do Estado Novo posiciona-se em quarto lugar, dentre os períodos de governo, quanto ao índice relativo à produtividade de artigos pertinentes à institucionalização da Pesquisa Educacional (Quadro 3). Contempla, em destaque, os fundamentos epistemológicos da Ciência, da Ciência da Educação e da Pesquisa Educacional, passando pelas discussões sobre a Ciência e as disciplinas que, pelo relacionamento com a realidade educacional e do educando, contribuem como aporte teórico metodológico para a Pesquisa Educacional.

⁵⁶ Estava prevista para esta tese uma descrição mais detalhada de cada fase de governo, a partir dos enunciados dos próprios artigos da RBEP, descrição essa que seria feita obedecendo-se aos destaques hierárquicos das temáticas de cada fase; tal intento não foi concretizado, no prazo previsto para a entrega desta tese, embora o material tenha sido inteiramente levantado, devendo ser utilizado em trabalhos posteriores. As fases 1 e 2, um pouco mais detalhadas, de acordo com o programado para esta pesquisa, vislumbram a potencialidade para descrições mais completas.

Considerando-se os artigos como um todo, publicados durante o período do Estado Novo, houve predominância dos artigos diretamente relacionados à área da Educação - Grupo A1 - (87,5%), em relação aos artigos pertinentes à área circunscrita pelas temáticas identificadas com do Grupo A2 (12,5%), de acordo com o Referencial Temático (Anexo 2).

Dentre as temáticas privilegiadas nos artigos, o destaque é para o grupo de disciplinas que contribuem para a Ciência da Educação: Estatística, História da Educação e Biologia (1 artigo cada uma).

Dos oito artigos publicados no Estado Novo, a metade não possui autoria explícita e se trata de editoriais, que destacam a importância da Ciência para a evolução do pensamento pedagógico brasileiro. Dos quatro artigos assinados, dois foram escritos por autores de origem nacional e dois por autores estrangeiros⁵⁷.

Nesta fase, que compreende os primórdios da RBEP, não consta a existência de nenhum artigo que se constitua de matéria já publicada anteriormente em outro meio de comunicação. Todos os artigos, quer sejam assinados ou não, são originais.

Em termos de contexto político-social da fase de governo em discussão são retomadas para reflexão as constatações de CARVALHO, que ao analisar as funções da Educação e da Ciência, no projeto político-pedagógico do Estado Novo, afirma ser impossível *“demarcar fronteiras entre o discurso do governo e da comunidade acadêmico-científica isto porque, de modo geral os personagens que influíram e participavam nas comissões de especialistas, nomeados pelo governo, para definir diretrizes da política educacional e científica, eram os mesmos que se organizavam em entidades de cunho pedagógico-científico-político-cultural e se posicionavam, enquanto entidade ou individualidade no âmbito da sociedade civil”* (1992, p.68).

Em Editorial, constante de fascículo publicado no primeiro ano de publicação da RBEP, portanto, ainda no período do Estado Novo, é levantado o problema do divórcio entre o pensamento dos órgãos responsáveis pela política da educação nacional e as

⁵⁷ Carleton Washburne (1944), com um artigo sobre a Pesquisa Educacional e Bernardo Hussay (1945), com um trabalho sobre a pesquisa na universidade.

realizações efetivamente concretizadas, no período que se estende da Independência à Proclamação da República do País. A evolução do pensamento pedagógico, até então, configuraria uma trajetória marcada por conflitos entre pensamento (planejamento) e realizações e pelo divórcio entre projetos e realidade nacional. As tentativas de organização da Educação Nacional, por parte dos governos do Império e da Primeira República, já se mostravam estigmatizadas pelos traços da descontinuidade, pela irrupção de iniciativas que se sucediam, antes de qualquer concretização efetiva.

As discussões, no período, frequentemente, se voltaram para a necessidade de uma readaptação de processos culturais à realidade nacional e, com essa finalidade, era ressaltada a necessidade de uma Pesquisa Educacional autóctone, voltada para o contexto e interesses nacionais.

A Pesquisa Educacional, nesse período, foi freqüentemente designada pelos termos "*estudos objetivos de educação*", "*investigação pedagógica*", "*investigação científica*" e "*pesquisa na educação*" e já ressaltava, como realidade-objeto, o binômio indivíduo-sociedade.

O destaque temático foi para as disciplinas que proporcionam as bases teórico-metodológicas para a Ciência da Educação, incluindo-se dentre essas as correntes do pensamento filosófico.

Um artigo de pesquisador norte-americano (WASHBURN, 1944) destaca a necessidade de ser superado o estágio em que a Educação se baseia na "*tradição*" e na "*adivinhação*", para se atingir um patamar em que a ação, no campo educacional, seja respaldada em resultados de observações objetivas, embora não devendo tais estudos prescindir das reflexões proporcionadas pela Filosofia, considerando-se que os fins e valores, visados pela educação, encontram-se presentes em todo o processo educacional. As escolas experimentais, escolas onde a investigação se processa continuamente, foram citadas pelo autor, como modelos a serem seguidos pelos sistemas educacionais democráticos.

Advogando o uso de teorias e métodos, oriundos dos campos da Estatística, da Biologia, da Psicologia e das Ciências Sociais, o discurso do Estado Novo exorta a realização de pesquisas educacionais, como produção de subsídio para o estabelecimento de uma pedagogia em bases menos arbitrárias, calcada no conhecimento da sociedade, da criança e do adolescente, embora sem se descuidar dos fins da educação, obviamente preservando ao Estado autoritário, daquela época, o direito de utilizar a educação como veículo de transmissão de suas ideologias.

As disciplinas que concorrem teórico-metodologicamente para a Pesquisa Educacional foram o destaque deste período, como descrito nos próximos parágrafos:

A Estatística, como subsídio aos estudos educacionais, era então pensada em termos dos levantamentos censitários realizados no País, desde o início do século⁵⁸, material este aperfeiçoado e tornado mais regularmente disponível, com a criação do Convênio Estatístico do Ministério da Educação, assinado em 1930.

Já a interferência dos estudos biológicos, na educação, foi argumentada por pesquisador da área da Biologia, destacando a face da Educação mais voltada para a adaptação do indivíduo biológico ao meio físico, proporcionando, desse modo, o aperfeiçoamento do grupo social.

Como insumo para as Pesquisas Educacionais, também data desse período, o exaustivo levantamento de VENÂNCIO FILHO (1945), sobre fontes para a História da Educação, no qual são relacionados trabalhos anteriores a 1945, não se limitando o autor a obras voltadas para as temáticas da Educação - mas também para trabalhos de outras áreas, obras literárias, jornais da época - sintetizando o autor que a História da Educação se confunde com a própria História do Brasil e que, a legislação existente no País, seria a documentação mais volumosa desse campo, embora se constituísse de material nem tanto confiável, em termos de reflexo de ações objetivas, devido às deformações da não-aplicabilidade, desde então, da grande maioria dos atos jurídicos e legislativos vigentes no País.

⁵⁸ O Editorial refere-se a um levantamento estatístico geral do ensino no País, ocorrido em 1907.

A temática *pesquisa* não esteve representada como temática principal de artigo publicado na fase, embora tenha sido encontrado, na RBEP, um artigo sobre a importância e necessidade da pesquisa na Universidade, discurso esse de autoria de um professor da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Buenos Aires, expressando-se nos seguintes termos:

"[...] uma escola universitária que não investiga, a única coisa que pode fazer é repetir passivamente os conhecimentos trazidos pelas escolas que investigam [...]" (HUSSAY, 1945, p.300)

Como ato distintivo da própria natureza humana, na qualidade de reino racional, o cultivo da Ciência pelo homem e a prática da pesquisa em geral obedeceria a impulsos humanos fundamentais, não sendo o espírito de investigação restrito ao homem letrado mas, também, ao homem comum cujas manifestações mais simples e diretas poderiam nos revelar os artífices, os operários e camponeses.

As idéias veiculadas pelo Prof. Hussay se estendem em todas as direções do processo de pesquisa, desde a parte ética da escolha adequada de temas originais, como objetos de pesquisa, à lucidez que deve permear todo o trabalho científico, resvalando-se para critérios de avaliação do trabalho científico, para a indicação de *locus* para a pesquisa e para a prática desejável da colaboração em grupos de pesquisas, argumentos e ideais, ainda pertinentes e válidos para os dias atuais, embora ainda não devidamente alcançados.

Manifestam-se, desse modo, nessa fase, os prenúncios de uma posterior acentuada ocorrência de temáticas relacionadas à criação de instituições para sediarem a pesquisa, especialmente nos discursos dos últimos períodos estudados nesta tese.

4.2.2 Governo Dutra

No Governo Dutra, foi mantida a predominância de artigos voltados diretamente à área da educação, com destaque tal como no Estado Novo para as disciplinas,

dentre as quais, além da Biologia e da Estatística, foram introduzidas a Filosofia Educacional (5 artigos) e a Psicologia Educacional (1 artigo).

No que se refere a instituições de suporte à Pesquisa Educacional, encontraram-se dois artigos sobre as Faculdades de Filosofia Ciências e Letras.

Os artigos sem autoria explícita se restringem a quatro, dentre os 19, e quanto à nacionalidade dos autores verificou-se que dentre os quinze artigos assinados, doze têm autores brasileiros, ou estrangeiros supostamente radicados no Brasil, por tratarem de temas sobre instituições nacionais; 3 artigos são de autoria de estrangeiros⁵⁹.

Quanto à originalidade de publicação, há um comportamento novo em relação ao período anterior: uma notável incidência de republicações de matérias de periódicos nacionais (8) e argentino (1), percentual bastante elevado (42,10%) em relação ao total de artigos.

De acordo com o Quadro 3 e Quadro 4, encontrou-se, na análise dos artigos publicados no período do Governo Dutra, um destaque temático para as correntes de pensamento e disciplinas que concorrem para a Ciência da Educação.

Os demais artigos (05) referem-se à Ciência, à Pesquisa em geral e às Faculdades de Filosofia, embora, de forma secundária, incluam também informações diretamente voltadas à Pesquisa Educacional e à Ciência da Educação.

O governo Dutra já apresenta reflexos da evolução de que fala CARVALHO (citando CANDAU), iniciada nos anos 20, com o amadurecimento gradativo do campo pedagógico no País, com a expansão das Faculdades de Filosofia Ciências e Letras que, ao final do governo, já somavam 22 unidades, localizadas nos grandes centros urbanos (1992, p.55).

⁵⁹ Juan Mantovani (1947), sobre a Ciência Pedagógica; Benno Daniel Silberschmidt (1946) sobre Filosofia da Educação; Adrian Rondileau (1946), artigo sobre Pragmatismo e suas relações com a Educação.

A evolução dos níveis Superior e Médio de ensino, entretanto, materializava-se através de ações governamentais que se concentravam mais na construção de prédios (pedagogia arquitetônica) do que em um projeto pedagógico-científico.

CARVALHO (1992, p.76) constata em sua pesquisa que, ao final do governo DUTRA, não havia algo que pudesse ser consistentemente denominado de projeto político-pedagógico para o Estado, quer em nível jurídico-legal, quer em nível de planificação.

Uma característica marcante das matérias publicadas, nesse período, é o fato de se constituírem de textos publicados anteriormente em outros periódicos, estes constituídos todos, aliás, de jornais publicados no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco⁶⁰. Essas republicações - totalmente ausentes na fase do Estado Novo, cujos artigos pertinentes à Pesquisa Educacional publicados se constituíram todos de matérias inéditas e originais - perfazem um total de 9 artigos dentre os 19 publicados no período.

Há indícios de que a política editorial do periódico tenha sido totalmente reformulada, com a mudança de Governo do País do período do Estado Novo para o Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra.

O Conselho Editorial da RBEP foi buscar no Jornal "A Manhã" uma matéria para republicação na RBEP, sobre Ciência e a Educação de autoria de Teobaldo Miranda Santos, na qual - respaldado em afirmações de Weber e Einstein⁶¹, e no pensamento de autores tais como Poincaré, Eddington, Gaston Bachellard e Jacques Maritain - o autor lembra que as teorias filosóficas retomam os problemas metafísicos, no trato das questões científicas.

SANTOS (1947) enumera as várias concepções sobre a natureza da Ciência Pedagógica, associando-a a aspectos específicos da vida: a concepção *naturalista* - que considera a Ciência da Educação como Ciência Natural; a *pragmatista* - em que se subordina

⁶⁰ Jornais onde os artigos foram primeiramente publicados: A Manhã, Rio de Janeiro; Diário de Minas, Belo Horizonte; Correio da Manhã, Rio; Diário de São Paulo, São Paulo; Folha da Manhã, Recife; O jornal, Rio.

⁶¹ "A ciência é em si mesma metafísica" (Albert Einstein) ; "A Filosofia sem a ciência é uma alma sem corpo, assim como a ciência sem a Filosofia é um conglomerado sem unidade, um corpo sem alma" (Max Weber) *apud* SANTOS (1946 p.388).

a especulação à prática; a *sociologista* - identificando a Pedagogia com a Sociologia Educacional, considerando a Educação com o fenômeno puramente social; a *idealista* que considera a Pedagogia como ramo da Filosofia, considerando-a como campo puramente normativo; e finalmente a *culturalista* que procura conciliar a pedagogia empírico-experimental dos naturalistas com a pedagogia normativa dos idealistas.

Partindo dessas considerações, o autor define a Pedagogia ou "*Ciência da Educação do Homem*", comparando-a à ética, como uma "*ciência normativa, embora se aproveite em larga escala dos dados das ciências experimentais*", devendo, por isso, ser considerada, não como um setor das Ciências Naturais mas, como um ramo das Ciências do Espírito. O autor remonta o pensamento de Max Scheler⁶² para sustentar a tese do necessário relacionamento da Educação com a Filosofia:

"Visando ao estudo de todos os fatos relacionados com a formação e o aperfeiçoamento do homem, a pedagogia possui com a filosofia relações íntimas e vitais e a sua dependência de reflexão filosófica é muito mais ampla e profunda do que a das outras ciências particulares".[...] "Pois é a filosofia que vai colher os elementos indispensáveis para a solução de seu problema fundamental que é o dos valores e ideais de educação" (SANTOS, 1946, p. 389).

No que se refere ao contexto político da época, CARVALHO (1992) afirma ter havido continuidade da política de educação e ensino do Estado Novo para o Governo Dutra. A autora chama atenção para o fato de estarem nos postos-chaves, ao mesmo tempo, funcionários mais dedicados da era Vargas, como Gustavo Capanema, eleito Senador e portanto constituinte, e liberais, afastados do poder no Estado Novo, como Anísio Teixeira. Foi constituída assim uma dualidade de opiniões e interesses que, possivelmente, tenha prejudicado a organização de um novo sistema educacional no Brasil.

Os movimentos pela Educação e pela Ciência se intensificam, nesse período, com a atuação da Associação Brasileira de Educação, e a fundação Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência SBPC.

⁶² "A educação, diz Max Scheler, é a estruturação do ser dirigido no sentido de determinados valores[...]" (apud SANTOS, 1946 : 389).

Eram os mesmos personagens influentes na política educacional desde a década passada, que se destacaram na 1a. Conferência Nacional de Educação, realizada em Junho de 1945, cujo objetivo principal era definir princípios e objetivos de uma “*educação democrática*”: Anísio Teixeira, Antônio de Almeida Júnior, Afonso Arinos, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Graciliano Ramos, André Dreyfus.

O Governo Dutra se destaca pela internacionalização da economia e a adoção do modelo paradigmático político e cultural norte-americano (121). CARVALHO afirma que embora o entrelaçamento de correntes no poder tenha impedido a definição de um projeto político pedagógico “*a perspectiva dominante em nível de discurso era a liberal*” que adotava o modelo de desenvolvimento da educação e da Ciência, vigente nos Estados Unidos” (1992, p.121).

CARVALHO (1992) considera como excluídos no governo Dutra os intelectuais ligados ao setor conservador católico, citando, como exemplo, Alceu Amoroso Lima (p.71).

4.2.3 Governo Vargas

Aplicado o critério de *índice de produtividade*, a segunda fase de Governo do Presidente Vargas é a que apresenta a menor contribuição de artigos pertinentes à institucionalização da Pesquisa Educacional (12 artigos em 60 meses - índice 0,20 artigos/mês)

Nesse período, dentre os 12 artigos publicados, continua a tendência observada nos dois períodos antecedentes - a predominância de temáticas voltadas às disciplinas concorrentes para a Ciência da Educação (50% - 6 artigos). Considerando as duas divisões básicas que determinam a predominância de temáticas diretamente ou não diretamente pertinentes área da educação (Grupos A1 e A2 do Referencial Temático),

verificou-se que continua sendo para o primeiro grupo o destaque do conjunto de artigos da RBEP, nesta fase de governo, assim como nas duas fases anteriores.

O destaque temático foi para as disciplinas concorrentes para a Ciência da Educação, incluindo artigos sobre Filosofia da Educação (9) Antropologia (9), Sociologia Educacional (1) e Psicotécnica (1).

Quanto à autoria, dois são artigos anônimos, oito tem autores nacionais e dois foram produzidos por autores estrangeiros⁶³.

Conforme CARVALHO (1992, p.203), o segundo período de governo de VARGAS (1951-54) foi marcado pelo fortalecimento do processo de urbanização/industrialização e por uma política de conciliação entre interesses divergentes, ou seja, pela busca de desenvolvimento de um capitalismo nacionalista e aceitação das regras tradicionais do Sistema Econômico Internacional.

Detecta CARVALHO, no discurso da época, um acentuado elogio do pesquisador e da ciência no Ensino Superior, em universidades formadas por aglomerados de escolas isoladas, onde, salvo raras exceções, a pesquisa era atividade pouco frequente e isolada, sintetizando a autora que : “[...] o período 1951-54,[seria o] período de elogio das ciências e do pesquisador, como ‘solução’ para os problemas de desenvolvimento econômico-social do Brasil de então” (1992, p.210).

O fato, entretanto, de não ter sido constatada, por essa pesquisa, uma grande produtividade de artigos devotados à institucionalização da Pesquisa Educacional, nesse período, na RBEP, pode ser explicado pela institucionalização de outros centros de divulgação de trabalhos como os encontros da SBPC, a divulgação de seu periódico *Ciência e Cultura*, não sendo possível entretanto afirmar com as informações levantadas, quais teriam sido as demais fontes privilegiadas para a veiculação dos pensamentos sobre a Pesquisa e a Ciência no Brasil.

⁶³ William Heard Kilpatrick (1953), sobre Dewey; A.V. Hill (1953) sobre as descobertas científicas.

CARVALHO identifica ainda a existência de duas vertentes diferenciadas do ensino superior, face ao sistema produtivo: desenvolvimento de pesquisa e/ou ciência e da formação técnico-profissional de nível superior. A comunidade acadêmico-científica estaria também dividida entre “*educadores*” e “*cientistas*”. Os primeiros mais engajados no discurso e atividades da educação, de um modo geral, e os segundos mais voltados para o incremento da atividade científica, dentro e fora do Ensino Superior. Esta poderia ser uma pista para a explicação da baixa produtividade de artigos no período: os cientistas que antes publicavam muito na RBEP estavam criando seus próprios espaços para a veiculação de conhecimentos.

Os artigos sobre as disciplinas foram, como nas duas fases anteriormente descritas, os mais numerosos. A produção de artigos em geral se manifesta mais baixa do que em todos os demais períodos de governo, o que leva a pressupor que a RBEP não tenha, nesse período, sido o periódico privilegiado na divulgação dos discursos relativos à pesquisa e à ciência, no Brasil.

Sabe-se que, apesar das contradições, a fase Vargas manifesta pujança de iniciativas de institucionalização da pesquisa no Brasil. Foi criada a CAPES em Julho de 1951 e intensificou-se o trabalho do CNPq, criado no Governo Dutra, em prol da pesquisa no Brasil.:

“A criação da CAPES e do CNPq representava a busca de um projeto científico e de expansão do Ensino Superior, orientado por prioridades de desenvolvimento nacional. Eram, entretanto, projetos desvinculados entre si e, por sua vez, de um projeto global” (CARVALHO, 1992, p.206).

4.2.4 Anos JK

Em relação à produtividade de artigos em geral, os anos JK tiveram uma produtividade média, ou seja, posicionando-se em terceiro lugar, dentre as seis fases, quanto à relação artigo publicado/ mês (índice de 0,55 - Quadro 3). Considerando-se ainda os artigos

como um todo, houve predominância daqueles cujas temáticas se relacionam diretamente á educação (Grupo A1).

O destaque temático foi, como nos governos anteriores, para as disciplinas que garantem as bases epistemológicas da Ciência da Educação (14, dentre os 33 artigos). Os artigos sobre Filosofia da Educação são predominantes (7) e dentre esses a filosofia de John Dewey foi o destaque com 5 artigos publicados, seguindo-se as Ciências Sociais (4), a História da Educação (1) Economia (1) e Psicologia (1). Em relação aos períodos de governo anteriores, registra-se maior presença de artigos sobre instituições de Pesquisa Educacional (4) e de pesquisa na universidade (2)

Quanto à autoria, verificou-se a existência de seis artigos anônimos, três de autores estrangeiros e 24 artigos de autoria de autores nacionais. Os autores estrangeiros⁶⁴ concentram-se na temática específica da Pesquisa Educacional, certamente convidados ou selecionados para publicarem na RBEP, devido à carência de especialistas brasileiros na área; é provável que esses autores tenham sido convidados de Teixeira para trazerem sua contribuição para a teorização da Pesquisa Educacional, ainda incipiente no País. Jayme Abreu, Diretor de Pesquisa do Inep, no período da gestão de Anísio Teixeira., cita esses autores em seus trabalhos sobre a Pesquisa Educacional, trabalhos esses que tiveram grande influência no pensamento da área no País.

Foram criados os Centros de Pesquisa do INEP (1955) e esses órgãos intensificaram o trabalho em favor da Pesquisa Educacional no Brasil, partindo do princípio de que a superação do espontaneísmo no campo do planejamento educacional deveria passar necessariamente pelo uso de resultados de pesquisas sobre a realidade educacional, para que os problemas a ela inerentes pudessem ser equacionados convenientemente.

O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - CBPE, do Inep, foi criado com um programa especialmente devotado aos estudos demográficos, econômicos e políticos da educação e os trabalhos de investigação sobre programas e procedimentos de ensino

⁶⁴ Francis Cornell (1956); Erich Hylla e Ben Morris - todos produtores de artigos em 1956.

passam a ser desenvolvidos a partir de então, não somente sob o critério da eficiência didática mas sob uma visão social e política (LOURENÇO FILHO, 1961)⁶⁵.

O governo Kubitschek, em termos de discurso publicado pela RBEP, foi a segunda fase mais intensa de publicação de textos pertinentes ao subgrupo A1, significando essa fato que a política editorial da RBEP conferiu prioridade aos artigos cujas temáticas fossem relativas à sua especialidade. Poder-se-ia também cogitar da possibilidade de existir no País uma maior movimentação da comunidade educacional propriamente dita, liderada por Anísio Teixeira que ocupava o cargo de Diretor do Inep. Também podem concorrer para um maior esclarecimento do fenômeno a criação do Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional e dos Centros Regionais de Pesquisa Educacional, em Belo Horizonte, São Paulo, Recife e Porto Alegre. Houve a maior predominância de artigos sobre a Educação (78,7%), em relação aos artigos sobre Ciência, Pesquisa, etc.(21,31 %).

4.2.5 Governo Quadros-Goulart

Embora a fase Quadros-Goulart se caracterize por apresentar o maior índice de produtividade de artigos - (Índice 1 artigo/ mês), é o período que se diferencia dos demais por priorizar, não os artigos pertinentes diretamente à Pesquisa Educacional (percentual de 42,10%) mas as temáticas voltadas à Ciência, à pesquisa e à pós-graduação como um todo (percentual de 57,89%).

Quanto aos autores, houve predominância de autores nacionais, mas presença significativa de estrangeiros (5 nomes)⁶⁶. Muitos desses autores nacionais foram produtores de resenhas de trabalhos estrangeiros da autoria de pensadores, tais como, Jean Laloup, Roger Gal, Benjamin Farrington, Irwin Edman, John Vaizey, Karl Manheim.

⁶⁵ Para maiores conhecimentos sobre o CBPE consultar o artigo: CUNHA, Marcus Vinicius da. A educação no período Kubitschek; os Centros de Pesquisas do Inep. Rev. Bras. Est. Pedagógicos, v.72, n.171, p.175-95, 1991.

⁶⁶ J. A. Lawerys; Bert F. Hoselitz.; John Vaizey; Henri Wallon.; J. R. Oppenheimer.

Assim, essa contribuição do pensamento estrangeiro ficaria ainda mais evidente, com um total de 12 artigos, representando um percentual de 31,57% dos artigos do período. O período caracteriza-se, então, por uma contribuição significativa de conhecimento produzido em contexto estrangeiro.

Quanto aos subcampos do referencial temático, houve uma maior presença de artigos sobre as instituições de pesquisa, obtendo a fase um índice de produtividade de 0,23 (9 artigos) - o maior obtido entre todas as fases consideradas (ver Quadro 5). Quanto às disciplinas, foi mantido o interesse presente em todos os demais períodos.

Resumindo, pode-se dizer que o período Goulart-Quadros foi, comparativamente aos demais períodos, o que manifestou maior produção de artigos, nas áreas da teoria e importância da Ciência (Temática 1), da pesquisa em geral (Temática 2) e das instituições como *locus* de pesquisa (Temática 5). Entretanto, na área da Pesquisa Educacional (Temática 3) como área específica registrou-se produção relativamente inferior (índice 7) que as fases: Estado Novo (índice 25), Anos JK (índice 10) e Governos Militares (índice 18).

Quanto às disciplinas concorrentes para a Ciência da Educação o período detém, junto com o período JK o índice de produtividade de 23, seguido dos governos militares, com índice de 21 referente à produtividade de artigos nessa temática.

A fase Quadros-Goulart é marcada por uma intensa movimentação cultural social e política, como reflexo da maior participação da sociedade no processo de condução do País. Surgem nessa época os Centro Populares de Cultura no Rio de Janeiro, no Nordeste, em outros grandes centros urbanos e até no campo, na busca de uma cultura nacional popular e democrática.

Segundo IGLÉSIAS (1993, p.293):

“há uma larga produção de textos na ânsia de tradução de tudo; [...] a palavra de aproximação com o povo leva às campanhas alfabetizadoras na prática do método Paulo Freire, realidade da época; [...] o Brasil parecia rico de vitalidade, empenhado dono de seu destino”.

4.2.6 Governos Militares

Constitui-se na fase que detém o segundo maior índice de produtividade de artigos (0,74) pertinentes à institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil, sendo caracterizada, de acordo com os resultados desta pesquisa, como uma retomada da produtividade de artigos na RBEP pertinentes à sua especialidade original - A Educação e a Pesquisa Educacional.

Esse fato pode ser explicado talvez pela proliferação e/ou desenvolvimento de periódicos de pesquisa, nas demais áreas de conhecimento das Ciências Sociais e Humanas, e de veículos de divulgação de pesquisas e notícias com enfoques interdisciplinares, mais voltados para a Ciência e Pesquisa, de uma maneira geral.

Curiosamente, no período dos Governos Militares, constata-se, na RBEP, um deslocamento da temática sobre a Ciência e a Pesquisa em geral (ênfaticamente na fase Quadros-Goulart) para a temática Pesquisa Educacional, cuja produção subiu do índice de 5, no período Goulart, para o de 18, no período dos Governos Militares e ainda tendo sido mantido, no mesmo nível, o debate anterior sobre correntes de pensamento e disciplinas contribuintes para a Ciência da Educação.

Embora o período Quadros-Goulart seja o período em que, em termos relativos, foi o responsável pela institucionalização da Ciência como um todo, no País, no momento em que a análise dos artigos se limita à observação das temáticas diretamente relacionadas à Educação, verifica-se que os Governos Militares se detiveram mais nas discussões das questões estritamente educacionais, dando continuidade e respaldo governamental, (não estando aqui, em discussão, as bases ideológicas dessa continuidade),

aos projetos de concretização da Pós-Graduação e do desenvolvimento da Ciência e da Ciência da Educação no País.

Quanto à vinculação dos temas principais dos artigos à área da Educação, a fase destaca matérias sobre as questões educacionais (67,7%).

Constata-se também a ausência, nesta fase, de artigos que tivessem como tema a *democracia*, mantendo-se a presença do tema *desenvolvimento*, ainda que a quantidade de artigos tenha se apresentado um pouco menor do que nos períodos anteriores.

4.3 Os Autores dos Artigos

O Quadro 6 informa sobre os autores produtores de artigos pertinentes à institucionalização da Pesquisa Educacional, publicados na RBEP, no período. Este Quadro apresenta uma distribuição hiperbólica, em que estão relacionados números de autores produtores (Coluna A); número de artigos publicados (Coluna B); os autores multiplicados pelos artigos (A x B); os números acumulados de autores; os números acumulados de artigos. Tem por finalidade facilitar a visão do comportamento dos artigos, quanto à autoria, para verificar a produtividade de artigos por autores.

Os artigos em que a autoria não está explícita, e que serão chamados de *artigos anônimos*, somam 33. Quanto aos autores produtores de artigos, verificou-se que um total de 111 autores contribuiu para formar o pensamento sobre a institucionalização da Pesquisa Educacional e responsabilizou-se pela produção de 173 artigos; dentre esses, nota-se uma concentração de 50,28% dos artigos (87) sob a responsabilidade de 25 autores, detentores de uma produção de dois ou mais artigos cada um. Os autores com 1 artigo cada um, representam um percentual de 49,71%, totalizando 86 artigos.

No universo compreendido pelos 206 artigos, supostamente pertinentes à institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil, os autores mais produtivos encontrados foram: Anísio Teixeira, (10 artigos); Newton Sucupira, (7); Carlos Chagas Filho, (6); Michel John McCarthy, (6), Lourenço Filho e Jayme Abreu (5).

Com 4 artigos contribuíram, Florestan Fernandes, José Leite Lopes e João Roberto Moreira. Com a contribuição de 3 artigos aparecem: Maria Aparecida Campos Pourchet, Faria Gois Sobrinho, Eduardo Sucupira Filho e Dumerval Trigueiro Mendes.; com 2 artigos contribuíram: Aparecida Jolly Gouveia, Amaro Xisto Queiroz, Gilberto Freyre, J. A. Lawerys, Leônidas Hegenberg, Luiz Pereira, Maurício Rocha e Silva, Paulo de Gois, Pierre Weill, Teobaldo Miranda Santos, Terezinha C. Granato, Valnir Chagas.

Os 25 autores mais produtivos possuem características peculiares, tais como: ou são diretores ou altos funcionários do INEP, possivelmente membros do corpo editorial do periódico, ou são pesquisadores e cientistas eminentes da área educacional ou de outros campos de conhecimento.

Aos artigos dos 25 autores, com mais de um artigo, detentores da produção de 50,79%, somam-se os 33 artigos anônimos que, por se tratar de editoriais e outras matérias sobre os programas e prioridades do INEP, em vários momentos de sua trajetória, refletem, com destaque, uma das finalidades claramente detectável, na política editorial do periódico estudado, ou seja, o objetivo de divulgar os programas, realizações e pensamentos do INEP. É bem provável que muitos desses trabalhos, sem autoria explícita, tenham sido produzidos pelos próprios diretores do INEP ou seus auxiliares diretos, muitos dos quais se incluem dentre os autores mais produtivos encontrados na pesquisa ora relatada.

Somando-se a produção dos 25 autores que produziram dois ou mais artigos e os artigos sem autoria, editoriais ou textos sobre o INEP, encontra-se um total de 120 artigos que representam 58,25% dos artigos publicados.

QUADRO 6

DISTRIBUIÇÃO DE AUTORES POR ARTIGOS PUBLICADOS
PERTINENTES À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EDUCACIONAL

<u>Número de autores</u> A	<u>Artigos publicados</u> B	A x B	<u>Autores acumulados</u>	<u>Artigos acumulados</u>
1	10	10	1	10
1	7	7	2	17
2	6	12	4	29
2	5	10	6	39
3	4	12	9	51
4	3	12	13	63
12	2	24	25	87
86	1	86	111	173
<u>Artigos Anônimos</u>				33
<u>Total geral de artigos</u>				206

Apesar de grande dispersão, quanto à autoria pessoal (86 autores publicaram apenas 1 artigo), constatou-se uma concentração de artigos nas mãos do grupo do INEP e de seus aliados e simpatizantes⁶⁷. Mesmo entre os autores que contribuíram com apenas um artigo (86 autores com a produção de 41,74% dos artigos) encontram-se, ainda, muitos funcionários do INEP, convidados nacionais e estrangeiros da diretoria do Instituto, amigos de outras áreas da Ciência e figuras relevantes no processo de institucionalização da ciência da pesquisa e da pós-graduação no País.

Por não se restringir a divulgar conhecimentos exclusivos da área da Ciência da Educação, a política editorial do periódico parece ter tido, dentre seus objetivos, registrar pensamentos, práticas, eventos e iniciativas de certos grupos de pessoas que, não importando a sua filiação a áreas específicas do conhecimento, tinham como distintivo comum o fato de estarem interessados em promover o desenvolvimento e a institucionalização da pesquisa e da ciência no Brasil.

Muito se tem escrito, no Brasil, sobre o grupo interdisciplinar de cientistas que militava em prol da institucionalização e de melhores condições para o desenvolvimento da pesquisa e da Ciência no País e os Educadores se constituem como membros de tal grupo

⁶⁷ ver Quadro 7, para conhecimento dos autores produtores de dois ou mais artigos.

privilegiado que, por suas posições sociais e culturais usufruíam de um maior acesso a cursos, publicações e informações do Exterior e se revezavam, nos cargos estratégicos dos governos.

Respaldados em sua autoridade, pela cumplicidade de seus pares, esses autores formavam um "colégio invisível"⁶⁸, talvez mais potente que as Sociedades, Academias Científicas ou Literárias e Associações das diversas especialidades existentes no País, durante todo o período em que se circunscrevem as presentes análises.

Importante localizar esses autores mais produtivos, nas várias fases de governo, na tentativa de se identificar algum indício, alguma pista que pudesse fazer emergir possíveis mudanças de tendências ocasionadas pelas mudanças de governo, não pretendendo, entretanto, com tal afirmação, advogar que a simples produtividade de autores fosse suficientemente capaz de fazê-lo.

O Quadro 7 relaciona os autores que produziram dois ou mais artigos, com sua produção por fase de governo. A coluna final informa o número de fases nas quais os autores produziram artigos. O que se pretende verificar com esse quadro seria a sequência de contribuições, constatando padrões de continuidade de destaque do pensamento de cada autor.

QUADRO 7

AUTORES PRODUTORES DE DOIS OU MAIS ARTIGOS PERTINENTES À
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EDUCACIONAL
NAS FASES DE GOVERNO

<u>AUTORES</u>	<u>F A S E S D E G O V E R N O</u>						<u>Contribuições em várias fases</u>
	1	2	3	4	5	6	
TEIXEIRA, A.	0	0	0	6	1	3	<u>3</u>
SUCUPIRA, N.	0	0	0	2	2	3	<u>3</u>
McCARTHY, J. M.	0	0	0	0	0	6	1
CHAGAS FILHO, C	0	0	0	1	4	1	<u>3</u>
LOURENÇO FILHO	0	1	0	0	4	0	<u>2</u>
ABREU, J.	0	0	2	0	3	2	3
MOREIRA, J. R.	0	0	1	2	1	0	<u>3</u>
LOPES, J. L.	0	0	0	0	2	2	2

⁶⁸ Na acepção preconizada por PRICE, D. S. and BEAVER. B., no clássico artigo: *Collaboration in an invisible college*. American Psychologist, 21, nov. 1966 p. 1011-1013, referendada por CRANE, Diana. *Social structure in a group of scientists: a test of the "invisible college" hypothesis*. American Sociological Review p.335- 352, artigo citado na Bibliografia desta tese.

FERNANDES, F.	0	0	0	2	2	0	2
TRIGUEIRO, D.	0	0	0	0	0	3	1
SUCUPIRA FILHO	0	0	0	0	2	1	2
GOIS SOBRINHO, F	1	1	0	0	0	1	<u>3</u>
CAMPOS, M.A.	0	0	0	0	0	3	2
WEIL, P. G.	0	0	1	1	0	0	2
SILVA, M. R.	0	0	0	1	0	1	2
SANTOS, T. M.	0	2	0	0	0	0	1
QUEIRÓS, A. X.	0	1	0	1	0	0	2
PEREIRA, L.	0	0	0	0	2	0	1
LAWERYS, J. A.	0	0	0	0	1	1	2
HEGENBERG, L.	0	0	0	0	0	2	1
GRANATO, T. C.	0	0	0	0	0	2	1
GOIS, P.	0	0	0	0	1	1	2
GOUVEIA, A.J.	0	0	0	0	0	2	1
FREYRE, G.	0	0	0	2	0	0	1
CHAGAS, V.	0	0	0	0	1	1	2

Dentre os autores mais produtivos, encontram-se apenas 3 mulheres que colaboraram com artigos, concentrados apenas na fase dos Governos Militares: Maria Aparecida P. Campos (3); Aparecida Jolly Gouveia (2) e Terezinha C. Granato (2). Em todas as demais fases, a totalidade dos autores mais produtivos foram do sexo masculino. Aliás, verificando-se os autores dos 206 artigos, a produção feminina totaliza apenas 20 artigos, menos de 10% do total, apesar de ser a área de Educação, normalmente constituída de mulheres.

Nota-se que, dos 25 autores-produtores de dois ou mais artigos, 15 escreveram artigos em mais de uma das seis fases correspondentes aos governos, em que se dividiu o período circunscrito para esta pesquisa, destacando-se, dentre esses, 5 nomes que marcaram com um maior intensidade e constância sua presença, no pensamento sobre a institucionalização da Pesquisa Educacional, como produtores de artigos em 3 etapas sucessivas de governos: Anísio Teixeira, Newton Sucupira, Carlos Chagas Filho, José Roberto Moreira, Gois Sobrinho, conforme Quadro 7.

4.4. As citações

Outro estrato do universo empírico, compreende o total de 2382 citações e será suporte para análises relativas à Categoria Empírica *Influência ou impacto (B2)* e as subcategorias: *Ocorrência de citações (B2.1)*; *Tipos de citações (B2.2)*; *Autores mais citados (B2.3)*; *Temáticas dos trabalhos citados (B2.4)*; *Línguas dos trabalhos citados (B2.5)*; *Anos de publicação dos trabalhos citados (B3.6)*.

Com a análise da Categoria *Influência ou Impacto (B2)*, iniciar-se-á esse segmento do trabalho, verificando os padrões gerais de citações obedecidos pelo discurso pertinente à institucionalização da Pesquisa Educacional.

O Quadro 8 apresenta a distribuição dos artigos, segundo a produtividade de citações, com a finalidade de se detectar o comportamento dos autores quanto à exteriorização explícita dos pensamentos que os influenciaram.

Trata-se de uma distribuição hiperbólica em que estão enumerados na *coluna A*, os artigos citantes; na *coluna B*, as citações correspondentes ocorridas; na *coluna A x B*, o produto de artigo (s) por citações recebidas; a *coluna Artigos acumulados*, especificando o número crescente de artigos constantes da distribuição e a *coluna Citações acumuladas*, totalizando as citações ocorridas, ou seja o somatório das citações.

De acordo com a *ocorrência de citações* nos artigos - Subcategoria (B2.1), pode-se afirmar que o hábito de citar autores e trabalhos é largamente utilizado, no discurso sobre a institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil, publicado na RBEP, no período de 1944-1974.

QUADRO 8

DISTRIBUIÇÃO DE CITAÇÕES NOS ARTIGOS PERTINENTES
À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EDUCACIONAL PUBLICADOS
NA RBEP/INEP

<u>Citações Artigos</u> B	A.	A x B	<u>Artigos</u> <u>Acumulados</u>	<u>Citações</u> <u>Acumuladas</u>
83	1	83	1	83
82	1	82	2	165
64	1	64	3	229
63	2	126	5	355
59	1	59	6	414
57	1	57	7	471
52	2	104	9	575
50	1	50	10	625
46	2	92	12	717
44	1	44	13	761
41	1	41	14	802
38	1	38	15	840
37	2	74	17	914
33	1	33	18	947
32	1	32	19	979
31	3	93	22	1072
30	2	60	24	1132
29	2	58	26	1190
28	2	56	28	1246
27	1	27	29	1273
24	3	72	32	1345
23	1	23	33	1368
22	1	22	34	1390
20	3	60	37	1450
19	4	76	41	1526
18	2	36	43	1562
17	5	89	48	1651
16	1	16	49	1667
15	4	60	53	1727
14	3	42	56	1769
13	1	13	57	1782
12	5	60	62	1842
11	4	44	66	1886
10	5	50	71	1936
9	3	27	74	1963
8	7	56	81	2019
7	12	84	93	2103
6	8	48	101	2151
5	14	70	115	2221
4	15	60	130	2281
3	15	45	145	2326
2	16	32	161	2358
1	24	24	185	2382
0	21	00	206	2382

As ocorrências de citações, nos artigos, podem também ser observadas no Quadro 9. Foram encontradas nos artigos objeto desta pesquisa um total de 2382 citações. A média é de onze citações por artigo Tomando-se como um limite a média, encontramos na

distribuição de ocorrência de citações, acima da média, os seguintes resultados: tiveram 11 ou

mais citações, um total de 66 artigos (32,03 % dos artigos) que são responsáveis por 1886 citações (79,17% das citações). De uma a dez citações, abaixo da média, encontrou-se um total de 119 artigos (57,76% dos artigos) que citaram 496 trabalhos (20,82% do total de citações); os 21 artigos não citantes equivalem a um percentual de 10,19% dos artigos, e obviamente, perfazem 0% das citações.

QUADRO 9
DISTRIBUIÇÃO POR CITAÇÕES OCORRIDAS NOS ARTIGOS SOBRE
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EDUCACIONAL
PUBLICADOS NA RBEP

<u>Classe de Artigos</u>	<u>Artigos</u>		<u>Citações</u>	
	Número	%	Número	%
Zero citações	21	10,19%	-	-
De 1 a 10 Citações	119	57,76%	496	20,82%
De 11 a 83 Citações	66	32,03 %	1886	79,17%
<u>Totais</u>	206	99,98%	2382	99,99%

Tendo sido excluídas as citações ou alusões de um mesmo trabalho ou autor, presentes em um mesmo artigo, o total de 2382 citações fica reduzido a 2354 citações de publicações, legislação e nomes de autores que, foram classificadas quanto à natureza dos trabalhos que as constituem, tendo sido encontrados os resultados expostos no Quadro 10.

Este quadro - “*Incidência de Citações por Grupos de Trabalhos*” - apresenta os trabalhos citados, cuja origem de seus dados correspondem à subcategoria *Tipos de Citações*, tais como foram encontradas nos artigos: 1) *citações completas*, ou seja, aquelas que apresentaram todos os elementos identificadores, segundo padrões de apresentação de citações, que por sua vez se subdividem em: 1.1) citações de *trabalhos com autoria explícita*, citações por autores; 1.2) *trabalhos anônimos*, ou que foram citados por seus títulos; 1.3) as

citações que se referem a atos e normas jurídicas e legislativas, que constituem as leis, decretos, etc. e que estão especificadas neste trabalho como "*publicações oficiais*". 2) *Alusões* - ou seja, citações a nomes de pessoas, sem a devida caracterização de algum trabalho específico; 3) Títulos de periódicos sem explicitação de fascículo ou artigo.

QUADRO 10

INCIDÊNCIA DE CITAÇÕES POR GRUPOS DE TRABALHOS CITADOS NOS ARTIGOS PERTINENTES À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EDUCACIONAL PUBLICADOS

<u>Grupos de trabalhos citados</u>	<u>Números de Citações</u>
1 Citações completas	
1.1 Por autores*	1007
1.2 Por títulos	093
Subtotal	1100
1.3 Publicações Oficiais	123
Subtotal	1223
2. Outras citações	
2.1 Alusões	1093
2.2 Citações a Periódicos como todo	038
Total Geral	<u>2354</u>

De acordo com os resultados do Quadro 10, dentre as citações ocorridas, 2100 incluem nomes de autores pessoais, grupo composto dos itens 1.1 - *citações completas com nomes de autores* (1007 citações) e 2.1 - *Alusões a nomes de autores* (1093).

Noventa e três citações (093) se referem a *trabalhos citados por seus títulos*, não incluindo nomes de autores, ou com autoria não expressa ; 123 referências são constituídas de *publicações oficiais*, atos legislativos e normas jurídicas nacionais, a maioria do poder executivo central, algumas de alguns Estados do País e uma de país estrangeiro; e 038 citações se reportam a *periódicos como um todo*, ou seja a títulos de periódicos.

4.5 Autores relevantes citados

Num segundo momento, no processo de análise dos artigos quanto à categoria *Influência ou Impacto*, foi tomado o estrato, composto por 2100 citações nominais (autores pessoais e alusões), tendo sido analisada a Subcategoria *Autores Citados* (B2.3), com o intuito de se verificar o grau de influência e impacto do pensamento de autores pessoais, no discurso pertinente à institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil.

Foram tomadas as citações completas por autores (1007) e as alusões (1093), trabalhando-se com um total de 2100 citações.

Não estão ainda sendo consideradas as influências em termos de trabalhos específicos, mas aquelas possíveis de serem detectadas do processo de simples referência a nomes de autores, presentes em literatura periódica, quer estivessem esses nomes vinculados ou não a trabalhos específicos. Foram excluídos dessa análise, por serem isentas de autoria nominal, as seguintes categorias de trabalhos citados: as *Publicações oficiais* (123), os *Trabalhos citados por seus títulos* (093), e as citações a *Periódicos como um todo* (títulos de periódicos) (038).

O Quadro 11 constitui-se numa distribuição hiperbólica de autores, no modelo das distribuições anteriormente apresentadas, por citações recebidas, para aferir o comportamento das citações, com relação aos autores citados. Verifica-se que 1186 autores receberam de 1 a 4 citações totalizando 1509 citações, estabelecendo-se a seguinte relação: 95,65% dos autores receberam 72,95 citações. A média de citações, por autores, foi da ordem de 1,2 citações. Com apenas uma citação, encontrou-se um grupo de 956 nomes.

Os autores com 5 ou mais citações foram 53 (4,28% dos autores), responsáveis por 568 citações (27,04% das citações). A média de citações desse grupo foi de 10,71 citações recebidas por autor. Verifica-se, portanto, uma grande dispersão, no que se refere aos trabalhos

citados, embora tenham sido destacados como um grupo, nesta tese, autores mais citados, como se verá adiante.

QUADRO 11

DISTRIBUIÇÃO DE AUTORES POR CITAÇÕES RECEBIDAS NOS ARTIGOS DA RBEP ANALISADOS

<u>Citações</u> (B)	<u>Autores</u> (A)	<u>Acumulado</u> <u>de autores</u>	A. x <u>B.</u>	Acumulado de citações
62	1	1	62	62
48	1	2	48	110
40	1	3	40	150
23	1	4	23	173
19	2	6	38	211
18	1	7	18	229
17	1	8	17	246
13	2	10	26	272
12	2	12	24	296
11	1	13	11	307
10	1	14	10	317
9	5	19	45	362
8	3	22	24	386
7	11	33	77	463
6	5	38	30	493
5	15	<u>53</u>	75	<u>568</u>
4	24	77	96	664
3	62	139	186	850
2	147	286	294	1144
1	956	1242	956	2100

O Quadro 12 informa sobre os autores. Em sua composição, várias citações de um nome de autor, ocorridas em um mesmo artigo foram contadas apenas uma vez, assim como os casos de autocitações que foram considerados como auto-influência, não tendo sido computados. O quadro especifica os autores que obtiveram cinco ou mais citações:

Dos 53 autores que anteriormente apresentaram, em números absolutos 5 ou mais citações, um grupo de 20 autores citados foi excluído da seleção de autores, por terem sua influência minorizada em função das autocitações e citações de um mesmo trabalho concentradas em um mesmo artigo, sendo excluídos do limite de 5 ou mais citações. O grupo de

autores com cinco ou mais citações recebidas, constituído de acordo com os critérios já referidos, compreende os 33 autores mais citados, conforme o quadro abaixo:

QUADRO 12

AUTORES MAIS CITADOS NOS ARTIGOS PERTINENTES À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EDUCACIONAL NO BRASIL PUBLICADOS NA RBEP

<u>Autores</u>	<u>Números.</u> <u>Absolutos</u>	<u>Citações</u>		<u>Autocit.</u>	<u>Citações.</u> <u>em 1 artigo.</u>
		<u>Números</u> <u>Relativos</u>	<u>Artigos</u>		
DEWEY, J.	62	30	-	-	32
TEIXEIRA, A.	40	30	10	-	10
AZEVEDO, F.	23	18	1	1	4
LOURENÇO F.	19	16	5	3	-
ROUSSEAU, J. J.	18	10	-	-	8
PLATÃO	18	15	-	-	3
KANT	16	12	-	-	4
ARISTOTELES	13	11	-	-	2
ORTEGA Y GAS.	12	12	-	-	-
PIAGET	12	7	-	-	5
MANHEIM, K.	11	7	-	-	4
PESTALLOZZI	10	10	-	-	-
FREYRE, G.	8	6	2	-	2
SUCUPIRA, N.	9	9	7	-	-
WHITEHEAD	9	9	-	-	-
JAMES, W.	9	9	-	-	-
KILPATRICK, W.	8	8	1	-	-
OLIVEIRA, A. S.	8	8	-	-	-
ABREU, Jayme	7	6	5	1	-
ALMEIDA Jr.	7	5	-	-	2
DARWIN, C.	6	6	-	-	-
FROEBEL	7	7	-	-	-
HERBART	7	7	-	-	-
THORNDIKE, E. L.	7	6	-	-	1
BRUNCHWICG	5	5	-	-	-
MONTESSORI	6	6	-	-	-
PEIRCE, Ch.	6	6	-	-	-
RIBEIRO, D.	6	6	-	-	-
BACON, F.	5	5	-	-	-
CHAGAS, Valnir	6	5	2	1	-
DURKEIM, E	5	5	-	-	-
MARX	5	5	-	-	-
RUSSEL, B.	5	5	-	-	-

Esse grupo dos 33 autores mais citados inclui: 10 brasileiros, contemporâneos ao período de produção dos artigos estudados e todos eles produtores de artigos da RBEP, com exceção de Armando Salles de Oliveira.

São eles: Anísio Teixeira (30 artigos), Fernando Azevedo (18), Lourenço Filho (16), Newton Sucupira (09), Armando Salles de Oliveira (08), Gilberto Freyre (06), Jayme Abreu (06), Darcy Ribeiro (06), Almeida Júnior (05) e Valnir Chagas (05); e 23 estrangeiros que formam um subgrupo constituído de: autores clássicos da área da Filosofia e Ciência em geral, incluindo nomes tais como Aristóteles, Platão, Bacon, Ortega Y Gasset, Darwin, Marx, William James, Bertrand Russel, Charles Peirce, Manheim; e de autores com contribuições marcantes na Ciência da Educação, tais como Dewey, Herbart, Rousseau, Froebel, Kilpatrick, Kant, Durkeim, Pestalozzi, Montessori, Piaget, Thorndike, Whitehead, Brunchwicg.

Na tentativa de se identificar os autores mais influentes, no discurso pertinente à institucionalização da Pesquisa Educacional, selecionou-se os autores ao mesmo tempo produtores de mais de cinco artigos e citados cinco ou mais vezes, tendo-se encontrado os autores:

QUADRO 13

AUTORES MAIS PRODUTIVOS E MAIS CITADOS NOS ARTIGOS DA RBEP

<u>Nomes</u>	<u>Citações recebidas</u>	<u>Artigos Produzidos</u>
Anísio Teixeira	30	10
Lourenço Filho	16	05
Newton Sucupira	09	07
Jayme Abreu	06	05

Contextualizando a produção desses autores, nas diversas fases de governo constata-se que os autores mais influentes, ou seja os mais produtivos e ao mesmo tempo mais citados, no processo de institucionalização da Pesquisa Educacional são: Anísio Teixeira, produtor de artigos pertinentes, no períodos Kubitschek (6) , Quadros-Goulart (1) e Militares (3); Lourenço Filho produtor nos governos Dutra (1) e Quadros e Goulart (4); Newton Sucupira, nos períodos Kubitschek (2), Quadros-Goulart (2) e Militares (3); Jayme Abreu, nos períodos Kubitschek (2) e Governos Militares pós - 1964 (3).

Por constituírem um grupo de autores produtores de cinco ou mais artigos e ao mesmo tempo citados cinco ou mais vezes, os autores, acima referidos, poderiam ser vistos como membros mais efetivos, ou mesmo como líderes do grupo produtor de conhecimento, merecendo um aprofundamento em suas biografias, com a finalidade de situá-los, como produtores de conhecimentos pertinentes ao processo de institucionalização da Pesquisa Educacional.

Esses autores, como um grupo de produtores de artigos, caracterizam-se por marcarem presença, em diversas fases de governo (Quadro 7), verificando-se pela análise de suas biografias que, mesmo nos períodos em que não publicaram, estiveram de certa forma voltados para os interesses da institucionalização da Pesquisa Educacional.

Além de diretores do INEP (Lourenço Filho e Anísio Teixeira) os dois outros autores também ocuparam cargos no governo, diretamente junto a Teixeira (como é o caso de Jayme Abreu), ou se destacaram como integrantes atuantes em outros órgãos nacionais importantes para a pesquisa e a pós-graduação no País, como é o caso de Newton Sucupira que também se destacou como relator de pareceres do Conselho Federal de Educação.

Outro traço comum marcante é o fato de todos os autores referidos haverem escrito artigos sobre John Dewey.

Em relação a John Dewey, autor mais citado nos artigos analisados nesta pesquisa, cumpre ressaltar que, além dos artigos dos quatro autores selecionados como líderes na produção de conhecimentos pertinentes à institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil, cinco outros artigos versam sobre o pensamento do filósofo americano: um editorial da RBEP, quando era diretor do Inep Anísio Teixeira (1959); uma resenha de um trabalho sobre o pensador, da autoria de Irvin Edman (1962), feita por um autor identificado pelas iniciais FMM; e outra resenha de Beatriz Osório (1960) de um livro do próprio John Dewey - *Democracia e educação*; um artigo de um autor norte-americano considerado um dos discípulos diretos da filosofia deweyana - William Heard Kilpatrick; um artigo de Gilberto Freyre (1960), republicado de matéria da revista “*O Cruzeiro*”.

Seguem-se alguns dados biográficos sobre os quatro autores, supostamente líderes em influenciar outros autores e em produzir artigos na RBEP pertinentes ao processo de institucionalização da Pesquisa Educacional do País, de acordo com os resultados do estudo presentemente relatado.

4.5.1 Anísio Spinola Teixeira

Anísio Teixeira, além de ser o autor que mais produziu artigos foi o que mais recebeu citações. Numa perspectiva de visão que extrapole o dado visível, verifica-se que, embora o referido autor não tenha contribuído, com artigos pertinentes à institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil, nas três primeiras fases consideradas nesta pesquisa, por razões que serão adiante explicadas, Teixeira participava do grupo de pensadores nacionais que representava a elite intelectual militante do País, antes mesmo da criação do INEP.

Anísio Teixeira foi diretor do INEP por mais de uma década. Foi nomeado a 03/06/52 - em substituição ao Prof. Murilo Braga de Carvalho, falecido em 28/04/52, enquanto exercia a direção do INEP - e exonerado a 27/04/64, poucos dias após a instituição dos governos militares no Brasil. Foi nomeado, portanto, aproximadamente quinze meses após a posse do Presidente Getúlio Vargas (Fase 3), continuando a dirigir o INEP, durante o Governo Kubitschek (Fase 4) e os Governos Quadros Goulart (Fase 5).

No período Vargas, quando nomeado, Teixeira não produziu qualquer artigo pertinente à institucionalização da Pesquisa Educacional. Já na Fase 4 (JK), intensifica sua produção, nessa linha temática, tendo publicado 6 artigos pertinentes. Na Fase 5, contribuiu com apenas 1 artigo. No período dos governos militares, destarte Teixeira já estivesse afastado da Direção do INEP, consta, sob sua responsabilidade, uma produção de 3 trabalhos publicados na RBEP: um sobre Ciência da Educação (1966), artigo original; outro sobre

Análise de Sistemas e Educação (1973), também artigo original; e outro, uma republicação de matéria originalmente publicada no jornal “*Última Hora*”, sobre McLuhan (1970).

Para se avaliar a produção de Teixeira pertinente à institucionalização da Pesquisa Educacional, verificou-se sua produção no índice da RBEP, constatando-se que foram publicados na RBEP 76 trabalhos de 1944-84. Destes, somente dois foram publicados em período posterior ao considerado nesta tese. Portanto, os 10 artigos do autor incluídos no universo da presente pesquisa, correspondem a 13,2% da produção total do autor, no período, que totaliza 74 artigos.

Esses dados, entretanto, não querem dizer que os demais artigos escritos por Teixeira não contivessem enunciados pertinentes à institucionalização da Pesquisa Educacional. Sabe-se que Anísio ao defender o uso da *investigação objetiva*, como ponto de partida para a resolução dos problemas educacionais, costumava sempre argumentar tendo como fundamento esse pressuposto, na apresentação de qualquer uma das suas teses. Entretanto, os artigos selecionados pautaram-se em critérios que privilegiaram a tendência mais marcante do artigo e não seus conteúdos secundários, como já foi explicitado anteriormente.

Dada a sua extensa produção de artigos na RBEP e em outras superfícies de emergência, conclui-se que Teixeira tenha influenciado o pensamento veiculado na RBEP, por todo o período analisado - 1944 a 1974. Mesmo nas fases em que se constatou não haver publicado artigos, considerados pertinentes à institucionalização, nos moldes preconizados por esta pesquisa, sabe-se que a influência de Teixeira foi essencial.

Ao fazer parte do grupo de intelectuais militantes, Anísio, estaria indiretamente influenciando, quer seja na criação do periódico, como na condução editorial da RBEP⁶⁹, ou influenciando os produtores do período.

Numa visão mais abrangente, poder-se-ia afirmar que a atuação de Anísio tenha se dado, prioritariamente, pela própria filiação ao grupo dos chamados *Pioneiros da*

⁶⁹ Sabe-se que a RBEP teve como modelo, o Boletim de Instrução Pública, do Departamento de Instrução Pública do DF, publicado enquanto Anísio foi diretor desse órgão

Escola Nova - do qual faziam parte Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, este primeiro Diretor do INEP, indicado por Gustavo Capanema, nos primeiros anos de existência do órgão - e notadamente, pelo seu destaque e liderança, no cenário da institucionalização da Ciência em geral, e da Ciência da Educação no Brasil e do Sistema Nacional de Educação, em níveis nacional e estadual.

Sua militância foi muito intensa e por participar de movimentos para o aperfeiçoamento da Educação, como a Associação Brasileira de Educação e outros e, por ocupar cargos públicos, desde o início de sua carreira (início da década de 30), pôde constituir uma verdadeira escola de pensamento educacional no País.

Embora afastado dos cargos, no período do Estado Novo, por ser considerado elemento não-alinhado às ideologias da época, retomou a sua influência, após o governo Dutra, ao assumir novamente o Presidente Getúlio Vargas, nesse momento defendendo propostas populistas, de cunho menos autoritário e mais democrático.

O *Dicionário Histórico* (1984) informa que, no longo período em que o pensamento democrático esteve sufocado (1932- 52), Anísio Teixeira dedicou-se a atividades empresariais, tornando-se um dos principais exportadores de manganês da Bahia. Ao ser reconduzido aos quadros da Administração Federal Anísio ocupou, juntamente com a direção do Inep, os cargos de Secretário-Geral da Capes e Reitor da Universidade de Brasília.

A contribuição de Teixeira, com artigos especialmente pertinentes ao processo de institucionalização da Pesquisa Educacional, inicia-se a partir de sua nomeação para o cargo de Diretor do INEP, no Governo de Getúlio Vargas, quando este ascendeu ao poder por meio de eleições diretas⁷⁰.

Ao assumir a direção do INEP, com uma atuação voltada para o estudo da educação, como fenômeno pedagógico, numa perspectiva interdisciplinar, Teixeira assinou a

⁷⁰ Essa afirmação não quer dizer que Teixeira não tenha publicado outros artigos na RBEP, versando sobre outras temáticas relacionadas à Educação. De acordo com o índice da RBEP, Anísio publicou um artigo fora do âmbito dessa pesquisa, em período de governo anterior a Vargas, em 1947, intitulado “*Autonomia para a Educação na Bahia*”, publicado na RBEP v.11 n. 29, p.89-104, jul.-ago 1974 - e dois artigos em período posterior a esta pesquisa.

Portaria n.3 de 01/04/53, instituindo a Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar - CILEME.

PILATI (1995, p.6) afirma que:

“Desde a sua posse, Anísio Teixeira manifestara a intenção de levar o INEP a trabalhar no lançamento das bases da Ciência da Educação, utilizando métodos objetivos e experimentais. Um dos meios para isto foi a CILEME”.

Também foi criação de Teixeira, nesse período, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - CBPE e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais, em Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre (*Decreto 38460 de 28/12/1955*). O fato de Anísio ter indicado para dirigir o Centro de Pesquisas Regionais de São Paulo, Fernando Azevedo, amigo a quem havia substituído na Diretoria do Departamento de Instrução Pública do DF (RJ), na década de 1930, denota a tendência de revezamento e indicação dos amigos do suposto “*Colégio Invisível*” para composição do quadro de dirigentes dos postos administrativos do Governo.

Muitos autores procuram entender Anísio Teixeira, em sua época (que se subdivide em momentos diversos) e, como se refere Mirene Santos Teixeira (1981, p.1), procuram “*explicá-lo como um elemento determinado e determinante de seu tempo*”.

Em termos político-ideológicos, sabe-se que Anísio Teixeira encontra-se dentre os nomes mais expressivos do pensamento liberal, tendo exercido papel relevante, na história educacional do Brasil.

O liberalismo brasileiro, à época de Anísio, portava feições diferentes do que ocorria em outras nações, pelo fato de não haver ocorrido, no País, uma revolução burguesa, mas uma passagem para a industrialização, pela denominada “*via prussiana*”, em que as oligarquias, formadas pelos grandes proprietários, transformaram-se em capitalistas e aliaram-se ao Estado.

Segundo FAVERO (1996):

“a hegemonia no país, nos anos 30, era exercida pelos setores conservadores que defendiam o poder da família para decidir sobre a educação. Tal defesa era feita sobretudo pela Igreja Católica. É contra essa situação que se insurgem na ABE, intelectuais e educadores, entre outros, Anísio Teixeira, preocupados em mudar a ordem social, através da escola”.

O período de 30 a 35 é marcado pelo abandono da ideologia liberal pela oligarquia rural, ao ser constituído o denominado *Estado de Compromisso* - expressão que designou uma coligação das diferentes facções da classe dominante, sem que nenhuma delas fosse capaz de impor a sua hegemonia - contra a ameaça do comunismo e a ascensão das camadas populares.

Ao estudar a ausência, nesse momento, da defesa dos princípios liberais, por parte da burguesia industrial, baseando-se em Luiz Werneck Vianna, Raymundo Faoro, Boris Fausto, Francisco Weffort e Evaristo de Moraes Filho, GANDINI chama atenção para o fato de que, a partir de 1934, ao mesmo tempo que se intensifica a sindicalização patronal, fica claro para os empresários a debilidade da dominação liberal, para a contenção das chamadas classes subalternas, assim afirmando a autora:

“[...] é o autoritarismo que marca a evolução industrial e principalmente os períodos de avanço industrial. Ao liberalismo excludente da oligarquia, segue-se o projeto racionalista autoritário do Estado corporativo” (GANDINI, 1980, p.160).

Raquel Gandini se expressa, a seguir, a respeito do liberalismo, na educação, no contexto político do período de participação de TEIXEIRA nos quadros administrativos de governo, nos seguintes termos:

“[...] o liberalismo, na América Latina, já nasce como ideologia conservadora porque é adotado pelas classes dominantes e atende às suas necessidades”[...]“A influência liberal em educação resultou conservadora, na medida em que afastou prematuramente a discussão sobre os problemas sociais e políticos mais amplos nela envolvidos, para fixá-los em aspectos técnicos e burocráticos do processo educacional” [...].“O momento histórico (1930-35) reflete pela via educacional e pelo pensamento liberal e ação de Anísio Teixeira, a entrada do Brasil, na esfera de influência do capitalismo norte-americano. Como dissemos, esta influência passa a se fazer sentir em um dos setores mais

importantes para o estabelecimento da hegemonia: o aparelho escolar”
(GANDINI, 1980, p.55 e.210).

Encontram-se em Dewey, as raízes da ideologia liberal pragmática, adotada por Teixeira⁷¹. Baseando-se no liberalismo moderno de Durkeim e Hegel, Dewey articula sua teoria, como uma solução coletivista para a realização da liberdade individual, apoiando-se no Estado, e em um conceito especial de ação que se aplicava a situações específicas das pequenas cidades americanas, onde a escola pública, fruto da tolerância e autonomia locais, deveria agradar aos diferentes grupos de pressão que sobre ela atuavam (GANDINI 1980).

Talvez daí se possa compreender o fato de ser Dewey o autor mais citado nos artigos analisados nesta pesquisa. Anísio estudou na Universidade de Columbia, Estados Unidos tornando-se discípulo do pensador norte-americano e, como líder no Brasil no estudo e trato das questões educacionais, é possível que o autor tenha influenciado integrantes de seu grupo.

Teixeira, que já havia defendido o ensino particular, como solução para o Brasil, na década de 20, apontando o perigo da decadência do ensino e a tirania do Estado, na substituição dos direitos da família⁷², depois de 1930, adere à democracia liberal e à Escola Única, constante do modelo educacional de Dewey⁷³. Embora declarasse reconhecer a diversidade entre a evolução histórica do Brasil e dos Estados Unidos e os correspondentes tipos de escolas, propunha, para a educação brasileira, a reprodução da escola pública americana, cuja viabilidade se prendia ao fato de existir, naquele País, uma menor desigualdade social e financeira.⁷⁴

Ao ser indicado para continuar o trabalho iniciado antes de 30, por Carneiro Leão e Fernando Azevedo, as idéias de Anísio Teixeira vinham sendo coerentes com o discurso das elites do País, mas, tornaram-se rapidamente desarticuladas da ideologia vigente,

⁷¹ A esse respeito FAVERO sugere que se consulte Clarice Nunes, em seu trabalho *Anísio Teixeira: poesia e ação*. Rio : PUC, 1991.

⁷² Em artigo escrito em 1925 intitulado: “*A Propósito da Escola Única*” (GANDINI, 1980, p. 51.2).

⁷³ FAVERO (1996) ressalta que: “*até 1928, quando foi estudar nos Estados Unidos, Anísio Teixeira estava profundamente vinculado à Igreja Católica e particularmente aos jesuítas, em cujos colégios estudara. Retornando ao Brasil, no final dos anos 20, integra-se no movimento de renovação educacional do país, defendendo os princípios da democratização e universalização da escola pública, princípios defendidos em seus trabalhos como administrador*”.

⁷⁴ GANDINI baseia suas afirmações em Wright Mills, para quem os Estados Unidos não tiveram aristocracia.

devido aos novos rumos tomados pelo Estado Novo, com a reorganização das classes dirigentes, no estabelecimento do *Estado de Compromisso*.

Nesse contexto, para legitimação do Estado Novo, foi procurado também o apoio das classes populares, com as chamadas “*alianças populistas*”. Após 1937, segundo TEIXEIRA (1981, p. vii), Anísio é percebido como “*um intelectual capaz de suscitar mudanças indesejáveis ao sistema de poder*”, sendo portanto demitido e afastado temporariamente dos cargos públicos.

A contradição de Anísio se acentua:

“[...]defendendo os valores que atendem aos anseios não só da burguesia industrial, como abre possibilidades para reivindicação para a pequena burguesia e as classes trabalhadoras, com as quais a pequena burguesia temia se igualar e o governo não queria enfrentar politicamente”. (TEIXEIRA, 1981, p. vii)

Abrangendo o período de 1930-1945, o trabalho de Mirene TEIXEIRA (1981) analisa o discurso pedagógico de Anísio Teixeira, relacionando-o à estrutura social da qual faz parte integrante, como expressão do pensamento de grupo social específico, identificando como “*interlocutor oculto*” do Pensador, a Igreja Católica.

Anísio defendia o caráter leigo da Escola Pública. A autora qualifica o projeto de Anísio como contraditório, por ser caracterizado, ao mesmo tempo, por bases liberais conservadoras e postura igualitarista:

“Em nome da racionalidade científica e da laicidade, opõe-se às posturas confessionais, e em seus escritos, critica as atitudes antiliberais e tradicionais de seu ‘interlocutor oculto’, a Igreja”.(TEIXEIRA, 1981, p. vii).

Mirene TEIXEIRA (1981, p.2) caracteriza o discurso de Anísio Teixeira como portador dos interesses de grupos específicos, e por esse motivo caracteriza-o como um “*intelectual orgânico*”, de acordo com a concepção gramsciana.

Também ao estudar o pensamento do autor, GANDINI (1980) tem como proposta, ultrapassar o nível individual, não considerando Teixeira, como sujeito individual,

mas diferentemente, buscando entendê-lo como expressão do pensamento de um determinado grupo social, ou seja, de um sujeito coletivo, que se exprime através de um autor. CARVALHO (1992, p.197) também reconhece a fala de Teixeira como influenciadora e formadora de opinião, no setor da Educação e no meio científico.

Nesse sentido, já se delineia, a partir da polarização da figura de Anísio Teixeira como um sujeito coletivo, alguns traços da existência de grupos de indivíduos que detinham o poder de falar e agir, quando participantes do poder do Estado, pela apropriação de meios de comunicação elitizados, apontando esse fato para a pertinência do pressuposto desta tese, que se refere à existência de um *sistema de exclusão*, no processo de publicação de artigos na RBEP.

4.5.2 **Manoel Bergstrom Lourenço Filho**

Atribui-se a Lourenço Filho a criação da RBEP, quando de sua presença na condução do Inep, no período de 06/08/1938 a 18/01/46.

Ao apresentar características do pensamento do autor através dos artigos publicados, na RBEP, GANDINI (1995, p.169) visualiza-o como:

“o grande ‘sistematizador’, em sentido amplo, da teoria educacional [...] fornecendo rigorosa elaboração de conceitos e colaborando para a criação e implantação de instituições legais e administrativas que iriam cristalizar posições políticas que já se delineavam, desde antes do Estado Novo, pelas tendências das reformas estaduais”.

Considerando-se a produção total na RBEP, Gandini afirma ter sido Lourenço Filho o autor que mais publicou artigos no periódico, entre 1944-52; um total de 26 artigos; mas, neste trabalho constatou-se que, Lourenço Filho não produziu grande número de

artigos pertinentes ao processo de institucionalização da Pesquisa Educacional, no mesmo período acima referido que, nesta tese, corresponde às fases 1 e 2 - Estado Novo e Governo Dutra: Nessas fases, Lourenço Filho produziu apenas 1 artigo .

Entretanto, o resultado da análise procedida nesta tese aponta Lourenço Filho, logo após Anísio Teixeira, tanto como produtor de artigos (5 artigos) e como autor dentre os mais citados na RBEP.

Em relação à produção nas diferentes fases de governo, consta ter tido o autor concorrido com um artigo, no Estado Novo e com quatro artigos, no governo Quadros-Goulart. Constata-se, também, o fato de Lourenço Filho ter sido citado em 18 dos 206 artigos analisados.

Tal como Anísio Teixeira, considerando-se as práticas não-discursivas, ou não refletidas especialmente na RBEP, considera-se muito mais extensa a participação do autor para o processo de institucionalização da Pesquisa Educacional, especialmente pela sua presença em órgãos que lhe permitiam ações importantes para o desenvolvimento desse processo, citando-se dentre elas a própria criação do Inep e da RBEP, sob a orientação de Gustavo Capanema, Ministro da Educação do Estado Novo.

Os dados biográficos incluídos em Gandini (1995, p.94-181), deixam transparecer a vastíssima obra do autor entre livros, conferências, artigos em diversos *periódicos*, muitos dentre esses itens, diretamente pertinentes ao processo de institucionalização da Pesquisa Educacional

Diferentemente de Anísio, com quem participou das reformas estaduais e do *Manifesto dos Pioneiros*, Lourenço Filho se manteve no poder, a despeito das mudanças ocorridas no Estado brasileiro, supostamente devido à sua postura técnica que, entretanto, pode ser vista, tal como no trabalho de Gandini (1995, p.169-70) como um “*objetivismo tecnocrático*”⁷⁵, que “*além de neutralizar possíveis aspirações inovadoras*”, *poderia*

⁷⁵ Expressão atribuída a João Almino (Gandini 1995, p.169).

significar a possibilidade de servir a diferentes regimes, respaldando-se na “concordância com seus pressupostos, métodos e iniciativas.”

Tentando entender a continuidade de Lourenço Filho no governo, ou melhor a sua promoção para cargo ainda mais alto que o ocupado anteriormente, após a saída de Getúlio Vargas em 1945, Gandini ressalta, nesse contexto de transição, além do “*objetivismo tecnocrático*”, a existência no País de um esforço para a manutenção da estrutura legal do Estado Novo, esforço do qual fazia parte a permanência de Lourenço Filho no poder.

Lourenço Filho não foi então excluído dos quadros administrativos e políticos vinculados ao Estado, tal como ocorreu com Anísio.

Suas relações com Anísio são facilmente identificadas, em inúmeros eventos e atividades, tais como, as Reformas Estaduais, Manifesto dos Pioneiros; Direção do Inep, dentre outras.

4.5.3 Newton Lins Buarque Sucupira

Newton Sucupira escreveu sete, dentre os 206 artigos da RBEP, pertinentes à institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil, enfocando temáticas relacionadas à Filosofia da Educação (1957), à filosofia de John Dewey (1960), à pesquisa na universidade e à pós-graduação (1962, 1963, 1965, 1969 e 1972).

Segundo seu Curriculum Vitae SUCUPIRA diplomou-se Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife (1942) e Bacharel em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (1947); foi bolsista na Universidade de Columbia, Estados Unidos; dedicou-se ao Magistério, desde 1948, na área da Filosofia, especialmente a Filosofia da

Educação; foi membro fundador da Academia Brasileira de Educação e membro da Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos.

Sua produção intelectual é vastíssima e constante, do início de sua carreira acadêmica até a presente década, especialmente na área da Educação, sob a forma de livros, artigos de periódicos, folhetos, capítulos de monografias, anais de eventos diversos, aulas inaugurais e outras.

Desempenhou as funções de membro do Conselho Federal de Educação de 1962 a 1978 e de Presidente da Câmara de Ensino Superior do mesmo Conselho, de 1968 a 1978, destacando-se como um dos responsáveis pela institucionalização da pós-graduação em geral no Brasil, tendo em vista sua atuação como autor de importantes pareceres.

Participou estrategicamente, do processo de desenvolvimento de inúmeras instituições de ensino superior e de pós-graduação do Brasil, país por ele representado em várias nações estrangeiras, atuando também ativamente em fóruns internacionais e nacionais, proferindo palestras, conferências e participando de mesas redondas, painéis e outros.

De sua produção destacam-se, nesta tese, dois Pareceres que estão incluídos dentre trabalhos os mais citados nesta tese: o *Parecer 977 de 3/12/65* e o *Parecer 77 de 10/02/69*, ambos do CFE⁷⁶, tratando da implantação da pós-graduação no país.

Os trabalhos de Sucupira foram citados nove vezes nos 206 artigos analisados nesta tese.

4.5.4 Jayme Abreu

Autor de 5 artigos pertinentes à institucionalização da Pesquisa Educacional, teve seu nome citado por 6 vezes. Trata-se de um pesquisador em educação que trabalhou

⁷⁶ PARECER 977 de 3/12/65. Documenta, Rio de Janeiro (44):67-86, dez. 1965.; PARECER 77 de 11/02/69. Documenta, Rio de Janeiro (98): 128-32, fev. 1969.

com Anísio Teixeira, quando este foi diretor do INEP e que desenvolveu trabalhos nas áreas de Economia da Educação, Pesquisa Educacional e sobre John Dewey.

Destaca-se, dentre seus trabalhos, uma monografia publicada pelo Inep, no ano da implantação dos centros de pesquisa, por Anísio Teixeira, em 1955, que se constitui de um estudo do sistema educacional do Estado do Rio de Janeiro e que, tal como afirma o próprio Anísio na apresentação do trabalho, trata-se de um dos primeiros resultados da CILEME - *Campanha de Inquéritos e Levantamentos de Ensino Médio e Elementar*, que se propunha traçar um mapa das necessidades educacionais do país, de acordo com as diferentes regiões⁷⁷.

4.6 Os trabalhos mais citados nos artigos pertinentes à institucionalização da Pesquisa Educacional publicados na RBEP

As citações encontradas nos 206 artigos foram em número de 2 354 (Quadro 10). Para a análise dos *trabalhos mais citados*, tomou-se primeiramente um conjunto formado de: *citações completas referentes a trabalhos citados por autores e títulos* (1007 + 093); *publicações oficiais* (123); *periódicos citados no todo* (038).

QUADRO 14

TRABALHOS CITADOS POR TIPOS DE DOCUMENTOS NOS ARTIGOS PERTINENTES Á INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EDUCACIONAL PUBLICADOS NA RBEP

<u>Periódicos</u> <u>p/ línguas</u>	<u>Número de</u> <u>Citações</u>	<u>Eventos</u> <u>p/ línguas</u>	<u>Publ.</u> <u>Oficiais</u>	<u>Monografias</u>	<u>Subtotal.</u>	<u>Total</u>
Português	101	05	123	-	106	-
Francês	020	03		-	023	-
Inglês	071	04		-	075	-

⁷⁷ Há referência, nessa apresentação do Diretor do Inep, de um trabalho similar, também decorrente das diretrizes do CILEME, realizado por José Roberto Moreira, também destacado técnico do Inep, sobre o Estado do Rio Grande do Sul.

Alemão	002	-	-	002	-
<u>TOTAL</u>	194	12	123	932	206

Esse conjunto composto de 1261 citações foi classificado quanto à natureza dos trabalhos citados em: monografias; artigos ou títulos de periódicos por línguas; eventos (simpósios, congressos, seminários, etc.), por línguas; publicações oficiais, obtendo-se como resultados o Quadro 14.

Verificou-se como resultado da análise que 194 trabalhos citados são *artigos ou títulos de periódicos*; 12 citações correspondem a *anais ou comunicações de congressos e eventos similares*; 123 são *publicações oficiais* e 932 são *monografias* citadas (livros e outros trabalhos).

O periódico não se constituiu, pois, em fonte privilegiada para a produção dos conhecimentos veiculados nos 206 artigos objeto deste trabalho. Em termos percentuais, pode-se expressar, como se segue, a participação dos tipos de fontes utilizadas pelos autores dos artigos publicados na RBEP objeto desta tese: monografias (73,90%); periódicos e artigos (15,38%); eventos (0,95%); legislação (9,75%).

Tomando-se apenas os periódicos e eventos citados que perfazem juntos, um total de 206 citações, obteve-se a distribuição expressa no Quadro 15.

QUADRO 15
DISTRIBUIÇÃO DE PERIÓDICOS E EVENTOS CITADOS

<u>Trabalhos</u> <u>A</u>	<u>Citações</u> <u>B</u>	<u>A x B</u>	<u>Acumulado</u> <u>de A</u>	<u>Acumulado</u> <u>de A x B</u>
1	35	35	1	35
2	10	20	3	55
1	7	7	4	62
1	6	6	5	68
1	5	5	6	73
3	4	12	9	85
8	3	24	17	109
11	2	22	<u>28</u>	<u>131</u>
75	1	75	103	206

Constituído como uma distribuição hiperbólica referente ao estrato em questão o Quadro 15 demonstra que 28 trabalhos do grupo *periódicos e eventos* foram responsáveis por 131 citações e 75 itens do mesmo grupo foram citados apenas uma vez, referendando, portanto, a grande dispersão quanto à literatura periódica que serviu de base ao discurso pertinente à institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil.

QUADRO 16
RELAÇÃO DE PERIÓDICOS E EVENTOS MAIS CITADOS NOS ARTIGOS
PERTINENTES À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EDUCACIONAL
PUBLICADOS NA RBEP

<u>Citações</u>	<u>Periódicos e Eventos</u>
35	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS
10	BRITISH JOURNAL OF EDUCATION STUDIES
10	EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
07	DOCUMENTA
06	BRITISH JOURNAL OF EDUCATIONAL PSYCHOLOGY
05	REVISTA DE CULTURA VOZES
04	BRITISH JOURNAL OF EDUCATION PSYCHOLOGY
04	CRUZADA ABC. Recife
04	RESEARCH IN EDUCATION
03	AMERICAN PSYCHOLOGIST
03	ESPRIT
03	INTERNATIONAL REVIEW OF EDUCATION
03	JOURNAL OF EDUCATIONAL RESEARCHER
03	JOURNAL OF POLITICAL ECONOMY
03	O ESTADO DE SÃO PAULO
03	O GLOBO
03	PESQUISA E PLANEJAMENTO
02	AMERICAN ECONOMIC REVIEW
02	BRITISH JOURNAL OS PSYCHOLOGY
02	COLÓQUIO DE DIRETORES DE PESQUISA NO CAMPO DA EDUC.
02	CONFERENCIA INTERNACIONAL DE PESQUISA EDUCACIONAL
02	DIGESTO ECONÔMICO
02	PHI-DELTA-KAPPA
02	REUNIÕES ANUAIS DA SBPC
02	REVIEW OF EDUCATION RESEARCH
02	REVISTA DO INSTITUTO HIST. E GEOGRÁFICO BRASILEIRO
02	REVUE INTERNATIONALE DE PSYCHO-PÉDAGOGIE
02	SIMPÓSIO DE POLÍTICA NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO, 1

Os periódicos citados duas vezes ou mais estão especificados no Quadro 16 . O periódico mais citado foi a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, com 35 citações. Dentre os 9 periódicos com 4 ou mais citações, destacam-se mais 4 periódicos nacionais: Educação e Ciências Sociais/ CRP-SP/ INEP; Documenta/ CFE; Revista de Cultura Vozes/ Editora Vozes; Cruzada ABC/ Recife; 3 periódicos da Inglaterra e 1 dos Estados Unidos. Dentre os periódicos listados estariam superfícies de emergência relevantes na formação do discurso pertinente à institucionalização da Pesquisa Educacional.

Embora os periódicos não tenham sido as fontes mais representativas no processo de produção dos conhecimentos que subjazem ao processo de institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil, apresentam-se os seguintes resultados:

As 206 citações referentes a periódicos e eventos, avaliadas quanto à origem (língua) nacional ou estrangeira, denotam equilíbrio entre si: 100 citações referem-se a material estrangeiro e 106 a documentos produzidos no próprio País.

Tal constatação pode ser vista como um indício de que havia um acervo disponível de conhecimento nacional, como fonte de pesquisa documental, ou por outro ângulo de visão, eram encontradas dificuldades pelos autores no acesso a trabalhos estrangeiros.

As análises que se seguem têm como estrato o mesmo conjunto anteriormente descrito, excluindo-se os *títulos de periódicos* citados, perfazendo um total de 1223 citações.

QUADRO 17

OCORRÊNCIA DE CITAÇÕES COMPLETAS NOS ARTIGOS PERTINENTES À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EDUCACIONAL PUBLICADOS NA RBEP

<u>Trabalhos</u>	<u>Ocorrência de Citações</u>	<u>Citações</u>	<u>Percentuais</u>
068	02	136	
011	03	033	
005	04	020	
002	05	010	
002	06	012	
<u>Subtotal</u>			
088	--	211	17,25%

1012	01	1012	82,74%
<hr/>			
<u>Totais</u>			
1100		1223	99,99%
<hr/>			

O Quadro 17 apresenta grupos de trabalhos discriminados por ocorrência de citações, bem como os percentuais em cada grupo de trabalho citado.

Os 206 artigos apresentaram 1223 citações que se referem a 1100 trabalhos, conforme Quadro 17, dentre as quais 1012 foram citados apenas uma vez cada um, representando um percentual de 82,74% do total das citações recebidas. Os demais 88 trabalhos receberam duas ou mais citações e foram responsáveis por 211 citações, equivalendo a um percentual de somente 17,25 % das citações completas ocorridas.

Esses resultados denotam, portanto, uma grande dispersão da literatura que influenciou de alguma forma o discurso pertinente à institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil. Não houve resultado que significasse substancial influência de algum trabalho em especial no conjunto dos artigos.

Os trabalhos citados, nos 206 artigos, não denotam consenso quanto ao uso de fontes consultadas para a produção de artigos, tendo em vista que a grande maioria das citações corresponde a trabalhos referidos apenas 1 vez. Os trabalhos citados 6 vezes, em número de dois e têm o mesmo autor - John Dewey: “*Logic, the theory of inquiry*”. New York, 1938 e “*Democracy and education*”, citados por três artigos diferentes.

Os trabalhos citados cinco vezes, também em número de dois trabalhos foram o *Parecer 977* do Conselho Federal de Educação, de autoria do Conselheiro Newton Sucupira, que conceitua e caracteriza os cursos de pós-graduação no Brasil. e a *Lei 5692 de 11/08/71* -Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

Citados 4 vezes, em número de 4 trabalhos, foram encontrados: Azevedo, Fernando. *A cultura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, em edições diferentes; *Decreto-Lei 53 de 18/11/66*, sobre a estrutura das universidades federais; *Lei 4024 de 20/12/61*, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Ortega y Gasset. *Mision de la universidad*. In: Obras

Completas. 4ed. Tomo IV. Madrid, Revista de Occidente, 1957, edições diferentes; e a *República de Platão*, também citada em quatro artigos diferentes.

Nota-se, dentre os 88 trabalhos citados duas ou mais de uma vez, que dezenove trabalhos (21,59%) correspondem a publicações oficiais brasileiras, (Decretos, Leis, Pareceres do CFE); 41 trabalhos (46,59%) têm autoria nacional; e 28 (31,81%) têm autoria estrangeira.

Somando-se as publicações oficiais brasileiras com os trabalhos de autores nacionais, encontra-se um total de 60 trabalhos nacionais (68,18%) dentre os citados duas ou mais vezes, nos artigos da RBEP.

4.7 Temáticas das Citações

Os trabalhos citados quanto a seus assuntos, tendo como base de análise os seus títulos, encontram-se no Quadro 18 que apresenta um detalhamento das temáticas dos trabalhos, conforme Referencial Temático - Grupos A e B. O Anexo 4 relaciona os trabalhos, devidamente classificados por temáticas.

QUADRO 18

TEMÁTICAS/ASSUNTOS DOS TRABALHOS CITADOS

<u>Classe de Assuntos</u>	<u>Citações</u>	<u>Percentuais</u>
<u>Assuntos em Educação</u>		
Referencial Temático	257	23,36%
Outros Assuntos Educação	461	41,90%
Subtotal	718	65,27%
<u>Assuntos fora da Educação</u>		
	382	35,72%

<u>Total de trabalhos</u>	1100	100%
---------------------------	------	------

A relação de trabalhos citados, circunscritos no *Referencial Temático, produto desta tese (em Anexo)*, poderia também ser utilizada como bibliografia especializada de trabalhos sobre temas de interesse da institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil⁷⁸.

Assim o Quadro 18 especifica os trabalhos citados por temáticas/assuntos, permitindo-se verificar se a literatura consultada pelos autores dos artigos referiu-se ao núcleo temático proposto nesta tese ou, em que medida, ela se refere a trabalhos da área da educação como um todo ou fora dela.

Os trabalhos que influenciaram o discurso sobre a institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil versam, em sua maioria (65,27%) sobre educação, ou assuntos diretamente relacionados aos outros temas do Referencial Temático⁷⁹ construído para a presente pesquisa. Assuntos fora da área da Educação⁸⁰ correspondem ao percentual de 34,43% e se restringem a outras disciplinas e campos do saber que serviram contextualmente de apoio aos enunciados do discurso sobre a institucionalização da Pesquisa Educacional, embora constituindo-se de textos específicos desses campos.

4.8 Línguas das Citações

Quanto às línguas, as citações podem ser classificadas, como no Quadro 19, que as distribui nos grupos linguísticos: Alemão, Espanhol, Francês, Latim Italiano e Português e seus respectivos percentuais, em relação ao universo geral de citações ocorridas.

⁷⁸ Esta relação não está incluída entre os Anexos da tese mas, encontra-se disponível para pesquisadores, bastando comunicação com a autora.

⁷⁹ ANEXO 2

⁸⁰ Classe 7 do *Referencial Temático*.

Há, portanto, predominância da língua estrangeira nos trabalhos citados, equivalendo esse grupo a um percentual de mais da metade 50,27% das citações. Os trabalhos em línguas estrangeiras equivalem a 39,72%.

Se verificarmos, dentre os trabalhos em português, aqueles referentes a traduções de trabalhos estrangeiros, encontramos que: 110 citações de trabalhos em português referem-se a traduções de textos originais, em outras línguas. Nesse sentido, somando-se as traduções de textos para o português, que na realidade são trabalhos estrangeiros, encontrar-se-á um total de 663 trabalhos produzidos em contexto estrangeiro, dentre os trabalhos citados, perfazendo esse grupo um percentual de 60,27% dos trabalhos citados, aumentando ainda essa predominância

QUADRO 19

LÍNGUAS DAS CITAÇÕES

<u>Línguas</u>	<u>Citações</u>	<u>Percentuais</u>
Alemão	16	
Espanhol	41	
Francês	135	
Inglês	350	
Italiano	04	
Latim	07	
Subtotal -Estrangeiras	553	50,27%
Obras traduzidas para o Português	110	10,00%
Português	437	39,72%
Total de Citações	1100	100%

Conclui-se, pois, que o conhecimento que influenciou os produtores de artigos da RBEP é em sua maioria (60,27%) um conhecimento originado no exterior.

4.9 Anos de publicação dos trabalhos citados

Verificando-se os respectivos anos de publicação, o segmento de trabalhos citados foi analisado, com a finalidade de se ter alguma inferência quanto à obsolescência do conhecimento que serviu de base ao discurso considerado pertinente à institucionalização da Pesquisa Educacional, no Brasil.

O Quadro 20 apresenta os resultados dessa análise: dos 1100 trabalhos: 413 não trazem indicação de ano de publicação e, por não ter sido possível proceder-se a uma pesquisa, para a verificação dessas datas, nas bibliotecas e outros catálogos coletivos nacionais, esse grupo será identificado nesta tese como trabalhos com anos de publicação indeterminados, não tendo sido possível, portanto, classificá-los sob esse ponto de vista. Esse grupo perfaz um total de 37,54,22% das citações analisadas.

QUADRO 20

ANOS DE PUBLICAÇÃO DOS TRABALHOS CITADOS

<u>Anos de Publicação</u>	<u>Ocorrência de citações</u>	<u>%</u>
Trabalhos sem data	413	37,54%
1700-1799	06	
1800-1899	22	
1900-1929	45	
1930-1939	77	
<u>Total até 1939</u>	150	13,63%
1940-1949	112	
1950-1959	175	
1960-1969	157	
1970-1974	93	
<u>Total de 1940-74</u>	537	48,81%
<u>Total</u>	1100	100,00%

Publicados no período de 1700 a 1899, foram encontrados 28 trabalhos; no período de 1900-1929, 45 trabalhos citados. Os trabalhos publicados na década de 1930

receberam 77 citações. Portanto, os trabalhos consultados com datas de publicação anteriores à década em que a RBEP foi criada, totalizam 150, correspondendo a um percentual de 13,63%.

Os trabalhos citados, publicados em anos constantes da década de criação da RBEP e posteriores, perfazem um total de 537 (48,81%), assim distribuídos: os publicados na década de 1940, 112 citações; década de 1950, 175; década de 1960, 157; e com datas correspondentes ao intervalo de 1970-74, foram encontrados 93 trabalhos.

Verifica-se que, embora os artigos tenham sido publicados no período de 1944-74, o discurso por eles veiculado citou literatura anterior a 1900, em número de 28 itens, literatura publicada nas três primeiras décadas do século, 150 trabalhos (13,63%); e trabalhos portando datas de 1940 em diante, totalizam 537 (48,81%). Constata-se, portanto, que houve grande aumento de citações de trabalhos mais contemporâneos em relação ao período estudado (1944-74), o que leva a identificar a existência de maior disponibilidade de trabalhos para consultas, e o fato de que a produção de conhecimentos pertinentes à institucionalização da Pesquisa Educacional foi se tornando, gradativamente mais intensa, à medida em que a área foi se tornando mais madura e institucionalizada, como campo específico do saber.

Esses dados permitem uma interpretação de que, no século passado, e nas duas primeiras décadas do século, pouco existia em termos de publicações relevantes disponíveis no País, pertinentes à institucionalização da Pesquisa Educacional. O avanço do século XX trouxe um aumento gradativo de publicações.

4.10 Sistema de Exclusão

Para tratar da categoria *exclusão*, no processo de publicação de artigos na RBEP, esta tese não partiu de análises em que se privilegiassem políticas editoriais, órgãos ou

procedimentos com as mesmas atribuições, responsáveis pela administração do periódico, ao longo do extenso e diversificado período estudado.

A literatura sobre os grupos de intelectuais que disputavam posições de poder e influência, na Administração Central do País, durante as várias fases de governo, ao evidenciar as diferentes posições políticas desses grupos, proporcionou insumos para que se pudesse verificar presenças e ausências de autores, no processo de produção de artigos da RBEP.

O fato de ser a RBEP um órgão do Estado, obviamente já indicava uma possibilidade de tendência nessa direção, ou seja, no sentido de exclusão, como produtores de artigos, de membros de facções que se posicionassem contrariamente aos princípios ideológicos em que se respaldavam os governos, para a manutenção no poder.

As discussões que se seguem são pertinentes ao contexto em que atuavam os grupos que, pela presença ou ausência em cargos do governo, eram “aceitos” como autores da RBEP ou se excluíram ou foram excluídos do seu processo de publicação.

Tomando-se o universo de artigos desta tese, com o intuito de se verificar a existência de um *sistema de exclusão*, na política de publicação adotada pela RBEP, partiu-se para a busca de algum elemento de coesão, entre os intelectuais-burocratas que escreviam no periódico do Inep, coesão que, num primeiro momento, poderia ser caracterizada pela presença na RBEP de um grupo de autores com algumas características comuns.

De acordo com os resultados desta pesquisa, essa nucleação de autores em um grupo portador de características comuns manifestou-se evidente, ao se verificar a autoria dos artigos que formam o universo empírico de dados desta tese, e ao se encontrar, um grupo de autores mais produtivos e mais citados, cujos membros detinham, ainda, as seguintes características: alguma identidade ideológica e vinculação com órgãos públicos, no desempenho de cargos de direção ou de assessoramento direto às diretorias e chefias do Inep.

A identificação desse grupo, entretanto, por produtividade de artigos e número de citações recebidas, mostrou-se insuficiente na evidenciação de peculiaridades do processo de produção do conhecimento da área estudada.

A literatura aponta para o fato de que, embora os autores produtores de conhecimento, no período, formassem um segmento bastante caracterizável, comprometido com um relacionamento que extrapolava as fronteiras profissionais, esses autores não comungavam exatamente os mesmos princípios e práticas, tendo entre si diferenças e especificidades.

WARDE, ao alertar para a não-aceitação de uma postura consensual e homogênea, mesmo ao se considerar grupos facilmente identificáveis, como o formado pelos intelectuais que participaram do movimento da Escola Nova, assim se expressa:

”[...]essa geração de educadores que esteve à testa das reformas estaduais (décadas de 1920 e 1930 particularmente); depois reapresentou-se no Inep, no debate da LDB e em tantas outras cenas nacionais produziu muitos consensos que não devem, entretanto, obscurecer que dela fizeram parte homens de princípios, práticas e teorizações muito diferenciadas[...]” (WARDE, 1995,p. [iii])

A referida autora levanta dúvidas sobre a tendência dos estudos nacionais em reunir, numa mesma geração esses intelectuais, “*a partir dos consensos que eles mesmos produziram*” e sugere explorações mais profundas sobre as divergências e diferenças que marcam as práticas e as teorizações desse grupo. Sugere, também, a autora uma maior compreensão da própria produção dos consensos que se costuma identificar entre os membros desse grupo, “*alguns estratégicos, alguns táticos; uns de longo alcance, outros provisórios*”.

Este trabalho não teve a pretensão de se adentrar em maiores detalhes relacionados a essas diferenças, embora algumas delas possam ser inferidas das discussões nele incluídas.

O que se pretende discutir, nos parágrafos seguintes, são as diferenças entre os grupos antagônicos - *liberais* e *católicos* - suspeitando-se de possíveis relações e reflexos

desse embates, com as presenças ou ausências significativas de artigos de autoria de membros desses grupos, na revista publicada pelo Inep.

No período de 1944-52, que inclui parte do Estado Novo e da República Liberal (Governo Dutra), GANDINI identifica a RBEP como sendo um periódico de tendência conservadora, reflexo óbvio da tendência do próprio Estado Novo, período de governo responsável pela sua criação. Entretanto, a partir do estudo dos *editoriais* e da seção principal do periódico, intitulada “*Idéias e debates*”, compreendendo um total de 45 artigos, todos publicados no período de 1944-52, a mesma autora identifica, no periódico, autores que se alinham, não somente ao *conservadorismo* que caracterizava também a política tecnoburocrática e autoritária dos governos da época, bem como uma outra corrente existente à época - a *liberal*⁸¹.

Dentre os conservadores, um grupo especificamente se destacava, no cenário nacional dos anos 20, 30, 40 - o grupo dos *católicos* - que se contrapunha ao liberalismo, na defesa de seus interesses, que poderiam ser ligeiramente sintetizados nos seguintes pontos: posicionamento do ensino particular confessional, na organização do Sistema Nacional de Educação, e a adoção pelo Estado do princípio da obrigatoriedade da formação religiosa católica, nas escolas públicas.

O que realmente se verificou é que ocorreram oscilações de ideologias e personagens, no cenário em que se desenvolveu o processo de institucionalização do sistema de ensino no Brasil. Nesse sentido, torna-se evidente que possíveis momentos de exclusão tenderiam a se manifestar, no período abrangido pela presente pesquisa, momentos esses obviamente dependentes da vigência de governos mais ou menos tolerantes e permeáveis à discussão de ideologias contrárias, ou decorrentes de interesses e alianças que se manifestavam temporariamente oportunas.

⁸¹ Especificamente a autora trabalhou com a produção de dois autores: Lourenço Filho (conservador) e Almeida Júnior (liberal), e de suas análises dos autores como individualidades e do contexto vigente, podem ser feitas inferências quanto ao pensamento de outros autores conservadores como Gustavo Capanema e Francisco Campos e liberais, com Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo.

Os resultados da pesquisa que fundamenta esta tese apontam Anísio Teixeira como o autor que mais produziu artigos e mais foi citado na RBEP, no período estudado. Teixeira será aqui considerado como o principal representante do pensamento liberal, em um cenário em que estiveram presentes duas correntes do pensamento educacional: a dos *conservadores*, dentre os quais se incluíam os católicos, e a dos *liberais*.

Numa tentativa de maior compreensão dos grupos que disputavam o poder de influir na organização do sistema educacional do país, traçar-se-á um esboço cronológico das situações desses grupos.

Poder-se-ia dizer que a visão de mundo anisiana (dos liberais) coincidia com a ideologia conservadora de educação pública, leiga e gratuita do Estado, nos fins da década de 1920.

Baseando-se no trabalho de Sérgio Micelli e Jorge Nagle, GANDINI afirma que a educação assumiu, no período de questionamento à Velha República, a importância de problema nacional, discutido pelos chamados “*educadores profissionais*” que foram chamados a colaborar com o Estado, devido à sua competência, destacando-se entre eles Lourenço Filho, Francisco Campos, Mário Casassanta, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Carneiro Leão, muitos desses intelectuais responsáveis pelas reformulações do ensino, no Distrito Federal, São Paulo, Ceará, Minas, Bahia e Pernambuco, ao final da década de 20.

As reformas educacionais da década de 1920 são vistas como constituintes do ponto inicial da projeção dos “*educadores profissionais*” e mesmo de ideólogos do pensamento autoritário, como Francisco Campos, e por representarem as primeiras manifestações no sentido de implantação do sistema de educação de orientação nacionalista, calcada eminentemente em pressupostos “*técnicos*” (GANDINI, 1995, p.124, 25).

Nesse sentido, a instalação das reformas administrativas e legais, a nível estadual, antecipou a reforma federal e, por meio da experiência adquirida por seus reformadores, possibilitou a organização das instituições federais de educação.

Segundo Gandini, os reformadores estaduais que foram “*alçados ao poder*” no Estado Novo, foram aqueles que apresentavam, já na década de 1920, preferências mais autoritárias, como por exemplo Francisco Campos⁸² ou mais “*técnicas*” como Lourenço Filho, também alinhado às idéias do governo que se instaurara; conseqüentemente, foram excluídos do poder aqueles que, embora fossem considerados técnicos, como Anísio Teixeira, preocupavam-se também com a efetivação também da liberdade política e não somente com a preparação para o trabalho e a realização das finalidades do Estado⁸³.

GANDINI (1995) afirma:

“[...] estudos sobre esse período mostram que tanto do ponto de vista ideológico quanto do ponto de vista administrativo [...] predominou o chamado “liberalismo excludente”: apesar do discurso sobre a democracia, procurava-se preservá-la - e também ao povo - de seus ‘inimigos’, dos ‘desordeiros’, dos ‘inimigos’ da democracia. O problema principal seria o controle da classe operária e sobre esta é que recaía o ‘liberalismo excludente’ ou o ‘democratismo autoritário’” (p. 170).

Desde os primórdios dos anos 30 configurar-se-ia diferente a ideologia estatal, ocorrendo a adesão da Igreja ao Estado, sob o argumento de se lutar contra o comunismo. Essa articulação do grupo católico com as demais facções que compunham o poder do Estado Novo apresentou-se bastante complicada e difícil de se estabelecer.

Um Decreto de Abril de 1931 permitiu o ensino religioso nas escolas públicas do país e é recebido, pela Igreja, como uma primeira comprovação de que o Governo provisório, e mais precisamente Francisco Campos⁸⁴, se manteria fiel aos “*compromissos assumidos perante a consciência católica[...] Além de reivindicar o direito do ensino*

⁸² Além de ideólogo do Estado Novo, autor da *Constituição de 37*, tal como afirma MARTINS: “A *Constituição de 37* foi ‘redigida por Francisco Campos, com sugestões de Gois Monteiro, sob a supervisão de Getúlio Vargas’ (Alzira Vargas) [...]” (1979, v.7, p.96).

⁸³ Segundo Micelli, apud GANDINI, a respeito da ocupação de cargos no governo depois de 1930, “fazendo-se um retrospecto da principais clivagens ideológicas vigentes nas décadas de 20 e 30, pode-se constatar que elementos de praticamente todos os matizes foram pinçados no processo de expansão do aparelhamento estadual: militantes de organizações de esquerda, quadros da cúpula integralista [...] “Passada a crise dos ‘anos cruciais’ embora nenhum agrupamento ideológico se destaque como beneficiário exclusivo do regime[...] os ganhos posicionais favoreceram os quadros do movimento integralista e da reação católica”.

⁸⁴ Ver Carta de Francisco Campos, Ministro da Educação e Saúde Pública, ao Presidente Getúlio Vargas, datada de 18/04/31, em que o Sr. Ministro expõe ao Presidente a importância do Decreto que ele caracteriza como o “*acto de maior alcance político de seu governo, sem contar os benefícios que da sua aplicação decorrerão para a educação da juventude brasileira*” (Documento constante dos arquivos do PROEDES/UFRJ).

religioso, a Igreja pretendia que o próprio Estado se voltasse contra o ensino neutro e a favor do ensino confessional católico” (SCHWARTZMAN, 1984, p.57).

Segundo Schwartzmann et alli (1984), a presença dos líderes do Movimento da Escola Nova em posições de responsabilidade, no Rio de Janeiro, DF (Anísio Teixeira) e em São Paulo (Fernando Azevedo), quando Francisco Campos já deixara o Ministério da Educação, pareceu ameaçar o projeto de coligação entre a Igreja Católica e o Estado.

Num contexto de intensa mobilização, a Igreja fazia denúncias sistemáticas à “*laicização*” do ensino, da cultura, do Estado, dos sindicatos, como manifestação de um sentimento de exclusão. A revista, *A Ordem*, publicada pelo movimento católico, reservava espaços, cada vez maiores, para a análise do papel da Igreja na educação dos povos. Alceu Amoroso Lima levanta-se contra o *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova* que sugere a concentração do ensino nas mãos do Estado, contribuindo assim, segundo ele, para implantação do regime comunista

Em junho de 1932, a revista *A Ordem* (vol. 12 n. 28) denuncia a orientação dada à educação, a partir de 30 e refere-se a Fernando Azevedo, Anísio Teixeira e Celina Padilha, como precursores do comunismo (VELOSO, *apud* SCHWARTZMAN et alii , 1984, p. 58).

O poder central, entretanto, manifestava suas dificuldades em compatibilizar as demandas dos grupos antagônicos que o apoiavam, situação que causava insegurança nos católicos sobre a sua posição no processo de organização da Educação no País.

Tal como sugere SCHWARTZMAN et al. (1984, p.86), o fato de serem os católicos reconhecidos como parceiros e ocupantes de postos importantes no poder, não impedia ao Ministro da Educação, Gustavo Capanema de preservar outros segmentos ou grupos, mesmo de ideologias diferentes, como possíveis partícipes do governo, desde que fossem úteis na legitimação e apoio do poder vigente.

O líder do movimento católico à época era Alceu Amoroso Lima, opositor ferrenho e constante de Anísio Teixeira, desde a divulgação do Manifesto da Escola Nova, em 1932.

Identifica-se os primórdios da militância de Amoroso Lima com a participação na obra social do Centro Dom Vital, graças à aproximação com Dom Sebastião Leme e Jackson Figueiredo, líderes católicos. Como jornalista se dedicou aos estudos de filosofia católica, através das obras de Jacques Maritain e Gilbert Chesterton, tendo sido responsável por colunas dedicadas à divulgação desse tipo de pensamento, em vários jornais do país. Consta também de sua biografia o fato de haver participado da edição do periódico católico “*A Ordem*” e de ser o maior líder nacional do laicato católico, com reconhecida atuação no País e no exterior, desde a década de 1920, até 1983, quando faleceu.

Segundo o Dicionário do CPDOC/ FGV (1984, p. 1830):

“[...] A divulgação do Manifesto teve grande repercussão porque significou uma cisão entre os educadores opondo os defensores do ensino leigo aos que lutavam pelo ensino religioso obrigatório entre esses últimos Alceu Amoroso Lima”.

A influência de Amoroso Lima se instaurou junto ao Estado a partir de seu trabalho como Secretário-Geral da Liga Eleitoral Católica - LEC - criada em 1932 e que foi responsável pela eleição de representantes do pensamento católico, no legislativo.

Com relação ao seu inquestionável poder, junto ao Estado Novo, a história da educação registra o episódio em que Gustavo Capanema, Ministro da Educação da época, ao procurar se conciliar com seus colegas do Movimento da Escola Nova e ao mesmo tempo servir ao governo, manifesta seu interesse em convidar Fernando de Azevedo, para participar do Governo como Diretor da Diretoria Nacional de Educação.

Por ser Azevedo, “*persona non grata*” para Amoroso Lima, pelas razões já referidas, esta intenção de Capanema provocou repúdio veemente da parte deste que sugere, como alternativas para ocupação do cargo em questão, outros nomes de especialistas, educadores da sua confiança e obviamente da confiança da Igreja, tais como: Isaias Alves (“*ex-diretor de Instrução Pública da Bahia, perseguido no Rio por Anísio por ter se oposto*

aos seus sectarismos”.); Everaldo Backheuser, (Presidente da Confederação Católica Brasileira de Educação); Padre Helder Câmara; Álvaro Vieira Pinto; Almir de Castro; Arthur Gaspar Viana; Euryalo Canabrava; Guilherme de Azevedo Ribeiro; Hamilton Nogueira; José Burle de Figueiredo; José Maria Belo; Leonidio Ribeiro; Murilo Mendes; Raul Leitão da Cunha; Viana J. A. de Souza, Vinícius de Moraes (SCHWARTZMAN, 1984, p. 85).

Além dos nomes anteriormente citados, numa tentativa de se verificar, em uma abordagem bastante incipiente, a ausência de nomes da corrente católica na revista do Inep, foram levantados nomes de representantes desse pensamento, como possíveis líderes e militantes irradiadores de conhecimento, na área da Educação, no País e internacionalmente: Alceu Amoroso Lima ou Tristão de Ataíde (pseudônimo), José Maria Belo, Theillard de Chardin, Gilbert Chesterton, Gustavo Corção, Jackson Figueiredo, Leonel Franca, Dom Sebastião Leme, Jacques Maritain, Dom Vicente Scherer, Dom Vital, Afonso Arinos de Mello Franco, Abgar Renault, Carlos Chagas Filho, Lúcia Marques Pinheiro, Newton Sucupira, Gustavo Corção, José Penteadó Júnior, Padre Josafá Cardonel.

Procedeu-se a verificação da presença desses autores, cujos nomes foram extraídos de consultas à literatura publicada e pesquisadores da área da Educação⁸⁵, nos seguintes arquivos: índice da RBEP, 1944-84, para se verificar se foi publicado na RBEP algum artigo do autor; o mesmo índice mas, restringindo-se ao escopo desta pesquisa, ou seja, aos artigos pertinentes à institucionalização da Pesquisa Educacional, 1944-74; arquivo de citações recebidas, referentes a trabalhos e alusões, constante do material levantado para esta tese.

Constata-se dessa verificação a presença de pensadores e de católicos militantes, supostamente conhecidos como integrantes da cúpula do movimento, como produtores de artigos, ou autores citados na RBEP, tais como, o do próprio líder Alceu Amoroso Lima, que também assinava com o pseudônimo de Tristão de Ataíde, Jackson Figueiredo, Padre Leonel Franca, Euryalo Canabrava, Arthur Gaspar Viana, Murilo Mendes,

⁸⁵ Osmar FAVERO e DICIONÁRIO DA FGV/CPDOC, ambos citados na Bibliografia desta tese. A Professora Maria da Lourdes Fávero, historiadora da área da Educação também contribuiu para a identificação de alguns nomes de autores católicos.

Almir de Castro e Teobaldo Miranda Santos, Afonso Arinos de Melo Franco, Abgar Renault, Carlos Chagas Filho, Lúcia Marques Pinheiro, Newton Sucupira, Gustavo Corção, José Penteado Júnior, Pe. Josafá Cardone⁸⁶.

Cumpram também destacar que, em todos os períodos, manifestações contrárias à participação da Igreja nos projetos ministeriais, também ocorriam. Destaca-se a título de ilustração o pedido de demissão de Carlos Drummond de Andrade, motivado pela impossibilidade, devido as suas convicções, de assistir a uma conferência de Alceu de Amoroso Lima, realizada sob os auspícios do órgão ao qual servia, na qualidade de Chefe de Gabinete do Ministro Gustavo Capanema.

Em alguns períodos entretanto, pôde ser detectada uma certa identidade ideológica entre liberais e católicos, manifestando-se algum nível de consenso, entre as duas facções, ocasionando a participação simultânea de ambas no poder, podendo-se citar o exemplo da crença num possível *desenvolvimento sustentado* no país (anos JK)⁸⁷, e também da identificação de ambos os grupos como adeptos da ideologia comunista (fase do governo Goulart).

Nos períodos Kubitschek e Quadros-Goulart, em que se constata haver a tendência desenvolvimentista se manifestado mais intensamente, foram mantidas as alianças entre o Estado, tanto com Anísio Teixeira como com a Igreja, ambos adeptos, de alguma forma, dessa corrente.

A atitude polêmica dos católicos parecia ter como opositor, não os liberais como um bloco mas, Anísio Teixeira, como representante de um perigo que se caracterizou a partir do já referido *Movimento da Escola Nova*, e que na realidade pode ser visto sem muito fundamento pois, claro estava, naquele manifesto, a impossibilidade do Estado atender a toda

⁸⁶ Esta relação de nomes não pretende ser exaustiva, mesmo porque uma pesquisa sobre as vinculações religiosas dos autores produtores de artigos da RBEP, no período, demandaria maior nível de aprofundamento nas biografias de todos os autores.

⁸⁷ Mais do que uma “*corrente de idéias*”, o desenvolvimentismo, segundo Míriam Limoeiro (*apud* FÁVERO, 1984, p. 72 e 331) “*assumiu o papel de ideologia dominante, tomando sua forma mais precisa e mais global*”.

demanda do segundo grau, com escolas públicas. Sempre esteve resguardado o espaço para as escolas católicas que, até aquela época (1932) ocupavam posição majoritária dentre as instituições encarregadas no País do Ensino Secundário.

Essa animosidade perpassou vários períodos, mesmo quando os oponentes se achavam ambos participantes do mesmo bloco. O Dicionário Histórico da FGV/ CPDOC (1984), registra que, em 1958, no auge dos debates sobre o papel do estado no sistema educacional, o arcebispo metropolitano de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer e os bispos gaúchos, dirigiram um memorial ao presidente Kubitschek, “*denunciando Anísio como paladino da escola pública que iria preparar o povo para reivindicações sociais*”. A RBEP (n.70) publicou esse memorial e Anísio Teixeira esteve quase demitido, por esse motivo.

Outros movimentos, ocorridos nos governos Quadros-Goulart e Militares, também podem ser incluídos dentre as pistas para se pesquisar a existência de um possível *sistema de exclusão* praticado pela RBEP, em decorrência do alinhamento do periódico à ideologia do Estado

Nos albores da década de 1960, com o beneplácito do Estado, surgiu o MEB - Movimento de Educação de Base, liderado pela Igreja Católica, e também impulsionado pela ideologia desenvolvimentista. Fávero em sua tese de doutorado (1984) identifica a referida ideologia, no MEB e afirma que “*pode-se mesmo dizer que havia se popularizado a ideologia do desenvolvimento*”, embora a Igreja não deixasse de questionar a primazia do econômico em detrimento do social.

Entretanto, os movimentos da Igreja, após 64, vão gradativamente imergindo, novamente, em aguda crise, configurando-se discordâncias, cada vez maiores, entre a Igreja e o Estado, crise essa que, segundo Fávero (1984 p. 249) vai se recrudescer, a partir de 1968, “*quando o autoritarismo e a repressão mostram-se por inteiro.*” Isso porque, segundo Padre Vaz (*apud* Fávero), o princípio de conscientização do MEB, apesar de ter

originado em terreno pedagógico, colocou-se gradativamente no terreno do conflito ideológico que por sua vez encaminhou-se para o terreno político.

Antes da ruptura com o Estado, alguns integrantes do MEB já vinham se sintonizando com os grupos que discutiam um projeto alternativo para o desenvolvimento nacional, como por exemplo os intelectuais do ISEB. O movimento que contava com a participação popular, formada de um grande contingente de leigos, foi identificado com o comunismo e se viu ameaçado pelas facções que identificavam em sua teoria e prática, um perigo para o poder estabelecido vigente.

Anísio Teixeira era Diretor do Inep à época do início do MEB e, após 64, ocupando simultaneamente a função de Reitor Interino da Universidade de Brasília - UnB, foi identificado também como comunista e “*caçado*”.

No período que se estende de 1952 a 64 (que inclui quatro dos seis períodos em que se divide o tempo desta tese), supõe-se que Anísio Teixeira, ao desempenhar as funções de diretor do Inep, tenha desempenhado também as funções de “*referee*” da RBEB, tornando viável a ocorrência de comportamentos que tenham culminado na exclusão ou possível auto-exclusão de alguns militantes católicos, mais radicalmente vinculados à cúpula do movimento, do processo de publicação de artigos na RBEP⁸⁸

O que se constatou de todas essas reflexões é que: a RBEP nasceu e se desenvolveu sob os auspícios de um Estado comprometido com várias facções ideológicas. Entretanto, especialmente nos momentos de luta contra o comunismo teria sido instaurada grande intolerância e severa censura, no processo de livre expressão das idéias, intolerância calcada em pressupostos não muito bem fundamentados, assistindo-se a um processo amplo de exclusão do poder de indivíduos e grupos, tais como Anísio Teixeira, católicos e todos os autores que se identificavam com a referida corrente político ideológica.

⁸⁸ FAVERO (1996) afirma, baseando-se no próprio expediente do periódico, que não havia conselho editorial na RBEP, até 1964, quando este foi instituído, na administração de Carlos Pasquale, como Diretor do Inep, em abril desse mesmo ano, imediatamente após a instauração do Governo Militar, no Brasil.

É importante destacar o fato de que, ao ser criada, no exercício de Gustavo Capanema como Ministro da Educação, a RBEP tenha recebido, ainda nos primórdios de sua existência, uma orientação fundamentada em sugestões e orientações de Alceu Amoroso Lima, dirigidas para a necessidade de divulgação de doutrinas antimarxistas. Dentre outras sugestões atribuídas ao referido pensador, juntamente com o destaque a ser dado às áreas de educação e do trabalho, conforme documentos referidos no livro *Tempos de Capanema* (Schwartzman et al., 1984), encontra-se uma orientação específica para a criação da revista que seria:

“[...] *d) publicação de uma grande revista nacional de educação na base desses princípios, com boa colaboração, etc. e rigorosa exclusão do ecletismo pedagógico e muito menos do bolchevismo etc;*” (apud GANDINI, 1995, p. 25).

Esse documento já antecipa a exclusão de alguns representantes do escolanovismo, principalmente Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, como decorrência do pacto do Estado com a Igreja. Nesse pacto, por parte do Estado “*interessava o ‘papel político e instrumental’ que a Igreja poderia representar, posição já assumida por Francisco Campos em 1931. À Igreja interessava que o Estado facultasse o ensino religioso nas escolas públicas, bem como não impedisse o ensino privado e confessional*”.

GANDINI afirma, com base em suas pesquisas, que embora a revista realmente não tenha feito a divulgação de textos marxistas ou bolchevistas, manteve-se perfilada à tendência escolanovista que Amoroso Lima combatia, “*considerando-a naturalista, materialista, imediatista e estatista*” (1995 p.27) e que a tendência expressa pelo periódico não era “*ortodoxa ou monolítica*” mas, formada de correntes de pensamento diversas.

Analisando-se a fase dos governos militares que herdaram o periódico, juntamente com todo o aparato institucional governamental, a partir de 64, é possível que tenha havido pouca chance, tanto para católicos como para liberais expressarem na RBEP seus pensamentos. Constata-se, entretanto, que Anísio publicou, ainda nesse período, três artigos pertinentes ao processo de institucionalização da Pesquisa Educacional.

O que se depreende dessas sequências de fatos é que a RBEP, como órgão do Estado, tinha como política editorial princípios que se aproximavam da ideologia dos governos em exercício e, no “*movimento pendular*” entre liberalismo e autoritarismo (conservadorismo), que caracterizou o governo brasileiro a partir da década de 30, o periódico oscilava em aceitar ou não a participação de diferentes facções, dependendo de sua concordância com a ideologia educacional mestra do Estado do qual se constituía importante canal de comunicação institucional.

Conclui-se, portanto, que há indícios de que tenha havido fidelidade do periódico à ideologia do Estado, tendo seu processo de seleção funcionado a partir da exclusão, da não publicação dos artigos escritos por autores que não se afinassem com o pensamento estatal, mais especificamente, com o Ministério da Educação.

Ainda como consequência da repressão ao comunismo, pelos líderes católicos, aliados do Governo, nos últimos dias de 1935, clima que desencadeou a demissão do prefeito do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto, e de seu colaborador Anísio Teixeira, constata-se a exclusão deste dos quadros de poder, fato que parece haver repercutido, alguns anos depois (1944), considerando-se a inexpressiva manifestação de suas idéias, no periódico criado pelo Estado Novo⁸⁹. A ausência de artigos de TEIXEIRA, entretanto, não foi total pois, como já foi dito, o autor publicou em 1947 um artigo sobre autonomia da Educação na Bahia.

No desenvolvimentismo dos anos Vargas, Kubitschek, Jânio-Goulart, como técnico, ainda engajado às causas das camadas populares, Anísio, até o fim de sua vida, nos Governos Militares, continuou a ser identificado com o comunismo, embora fosse um liberal - um liberal igualitarista.

⁸⁹ Os comentários de FAVERO (1996, p.5) vêm esclarecer a posição de TEIXEIRA, nos conflitos que então se configuravam no cenário do processo de estruturação do sistema de ensino público no País, antes da decretação do Estado Novo:

“Anísio assume a Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, num período conturbado e sofre, como mostra Paschoal Leme (Memórias v.2), ‘todo o impacto dos acontecimentos contraditórios verificados’ na primeira metade dos anos 30. Não podemos esquecer que ele exerceu o cargo de Diretor de Instrução Pública do então Distrito Federal, em um dos momentos em que a cidade do Rio de Janeiro não era apenas a capital cultural do país, mas também sede do poder central, das relações de mando e de tomadas de decisões políticas. As iniciativas de Anísio à frente da Secretaria tiveram, não só um caráter de ampliação e consolidação do legado que recebera, em termos de modernização e ampliação da rede escolar primária, iniciada nas administrações anteriores, mas foram também marcadas por características muito peculiares na consecução dos objetivos visados, o que provocou oposições radicais, mas também apoio de elementos respeitáveis do magistério (ver jornais da época: O Correio da Manhã, Jornal do Brasil, etc.)”.

Já os católicos estiveram excluídos do poder de participar das decisões do Estado, por não se afinarem com os pressupostos do ensino leigo, público e gratuito, no período do final da Primeira República. Nos anos de 20 e 1930, esse grupo consegue ser aceito pelo Estado, sob o argumento de identidade ideológica na luta contra o comunismo. No início dos anos 60, identifica-se com a esquerda, por força de mudanças de tendência decorrentes do próprio amadurecimento da Igreja, em face à política social adotada pelos governos, tendência que extrapolou o contexto nacional, à medida que estimulada pelo teor social de encíclicas papais ⁹⁰, que se posicionaram numa explícita opção pelas camadas mais desassistidas da sociedade.

O processo de aquiescência ou não pelo governo, da interferência ou colaboração de orientações educacionais provenientes de grupos de poder existentes na sociedade leva a reflexões sobre o poder do Estado.

Na linha de observação empreendida por esta pesquisa, detectou-se o reflexo, na literatura, de oscilações do processo de assimilação pelo Estado brasileiro de contribuições e de condução ideológica da organização educacional; essas oscilações manifestaram-se pela alternância, radicalização ou coexistência de poderes, oriundos de várias facções, que se ressaltavam, também, por força de pressão e poder desses próprios grupos.

Identifica-se a existência, no contexto estudado, de características que poderiam refletir a existência, no País, de uma rede de poderes que Foucault chamou de “*Microfísica do Poder*”, caracterizada como:

“poderes periféricos e moleculares que não foram confiscados e absorvidos pelo aparelho do Estado” poderes que se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e neste complexo os micropoderes existem integrados ou não ao Estado”.
(MACHADO, 1993, p. xii).

Grupos pressionam o governo a permitir a sua inserção no aparelho estatal que seria, nesse sentido:

“um instrumento específico de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e

⁹⁰ *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963). Em 1931 o Vaticano já havia divulgado outra encíclica que reformulava de maneira bastante incisiva o posicionamento diante dos problemas sociais : *A Quadragesimum Annum*

complementa...”[...] “nem o controle nem a destruição do aparelho do Estado, como muitas vezes se pensa - embora talvez cada vez menos - é suficiente para fazer desaparecer ou para transformar, em suas características fundamentais, a rede de poderes que impera em uma sociedade”[...] O Estado não seria “o ponto de partida necessário, o foco absoluto que estaria na origem de todo tipo de poder social e do qual também se deveria partir para explicar a constituição dos saberes nas sociedades capitalistas. Foi muitas vezes fora dele que se instituíram as relações de poder, essenciais para situar a genealogia dos saberes modernos que, com tecnologias próprias e relativamente autônomas, foram investidas, anexadas, utilizadas, transformadas por formas mais gerais de dominação concentradas no aparelho de Estado” (MACHADO, 1993, p. xiv).

Os diferentes grupos de poder, ao assumirem o comando do Estado, ou ao serem aceitos para participar desse comando, impõem sua ideologia que se alinha à dominante. A produção de conhecimento, nas diversas áreas do saber, seria reflexo de campos específicos de poderes que seriam identificados na rede de pesquisadores e instituições, por eles próprios criadas.

Os poderes que detêm os diversos grupos preexistiriam ao poder estatal e com ele coexistiriam e, quando algum grupo se acerca do Estado ou assume seu comando adquire o direito de dominar e excluir grupos localizados em outras posições.

Partindo-se do pressuposto de que a RBEP mantinha um *sistema de exclusão*, no processo de aceitação de artigos para publicação, conjecturou-se sobre o comprometimento ideológico do periódico e a consequente tendência deste em atender aos interesses do Estado, seu proprietário.

Nesse intento, tentou-se verificar quais teriam sido os critérios fundantes para a aceitação de artigos para publicação e quais teriam sido as vozes possivelmente silenciadas.

Ao encontrar evidentes indícios de ser político esse critério, constatou-se que, no período do Estado Novo, a exclusão de Anísio Teixeira - líder representante da cúpula dos liberais - dos quadros do Estado, teve como consequência a sua exclusão da RBEP, como produtor de artigo, embora Anísio tenha sido o autor mais citado, em períodos em que fazia parte dos quadros do Estado.

Quanto ao líder dos católicos, Alceu Amoroso Lima, pseudônimo Tristão de Ataíde, ferrenho opositor de Anísio, verifica-se, de acordo com o índice da RBEP, que ele não

publicou artigos no período em que Anísio Teixeira foi diretor do Inep, embora a RBEP tenha resenhado um trabalho de sua autoria, em 1960⁹¹.

Pela análise e peso das referências ao seu nome, no periódico, conclui-se, também, que Amoroso Lima tenha sido excluído ou se auto-excluído da RBEP, devido às divergências ideológicas e políticas com Anísio Teixeira.

É possível, portanto, que a exclusão de autores da RBEP tenha se dado, não em relação a facções ou segmentos antagônicos como grupos, mas que tenha se manifestado em relação à cúpula desses grupos, ou seja, seus líderes.

Há também indícios de que, nos momentos em que o Estado recrudescer sua postura anticomunista, tenha havido uma tendência de exclusão de adeptos da ideologia, dos quadros administrativos do Estado e, conseqüentemente, do veículo de comunicação componente desse mesmo poder.

4.11 Dispersão do conhecimento.

Por sua própria natureza, o conhecimento que subjaz a uma disciplina ou campo de saber é caracterizado por um conjunto de discursos oriundos de práticas discursivas e não-discursivas e que segundo Foucault, não formam uma unidade mas uma *dispersão*.

A dispersão seria, pois, uma característica apriorística de uma formação discursiva relacionada ao processo de institucionalização de um campo específico de saber, comportando séries dispersas de conhecimentos pertinentes a vários objetos que formam esse campo, tal como já expresso neste trabalho.

⁹¹ T.R./Resenha/ LIMA, Alceu, Amoroso. O espírito universitário. **RBEP**, v.34, n.79, jul.-set., 1960. De acordo com o índice da revista, constam as seguintes referências ao autor, no período desta pesquisa: 1) Uma republicação de matéria de sua autoria, já publicada em outra fonte: -ATAÍDE, Tristão de. Educação democrática. O Jornal, Rio de Janeiro. **RBEP**, v.5, n.15, p.448-53, set. 1945. Seção “através de jornais e revistas”; 2) Um artigo: ATAÍDE, Tristão de. Plano cultural interamericano. **RBEP**, v.16, n.44, p.134-56. out.-dez. 1951 (antes de Anísio Teixeira ter sido nomeado Diretor do Inep); 3) Outro artigo, após a saída de Teixeira da direção do Inep, já no Governo Militar: ATAÍDE, Tristão de. Garric: in memoriam. **RBEP**, v.48, n.108, p.336-8, out. dez. 1967.; 4) Outra resenha de trabalho de sua autoria, também em governo de militares: MOREIRA, Fernando Soares / Resenha / LIMA, Alceu Amoroso. Debates pedagógicos. **RBEP**, v.65 n.150 p.489-91, maio- ago. 1984.

No caso desta tese, o Anexo 1, ou seja, a relação dos artigos que compõem seu universo de estudo, já se constitui numa dispersão, assim como o referencial temático que serviu de parâmetro para sua seleção (Anexo 2).

Entretanto, essa dispersão continuou a ser detectada, a partir dos resultados de análises de diversificados estratos formadores desse mesmo discurso (artigos de periódicos), em que foram privilegiados elementos/ características, de acordo com as categorias previstas.

Como resultado desta pesquisa, embora se tenha destacado um recorte arbitrário, construído segundo traços de identidade e regularidade, relacionados a alguns elementos característicos do universo discursivo, acrescidos de peculiaridades do contexto de produção - *grupo de autores mais produtivos e citados* - o que se constatou, na realidade, foi a confirmação de comportamentos *dispersivos*, como característica *do* discurso pertinente ao processo de institucionalização da Pesquisa Educacional, publicado na RBEP:

- do ponto de vista dos *artigos publicados*, poucos autores produziram dois ou mais artigos e uma grande maioria produziu apenas 1 artigo cada um;
- quanto aos *autores citados*, um percentual bastante alto de autores representa os autores citados apenas uma vez; embora tenha sido detectado um núcleo de autores que produziram cinco ou mais artigos e foram cinco ou mais vezes, sabe-se que eles não contribuíram com destaque, para o processo de produção de saber pertinente ao processo de institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil;
- a partir da análise das *temáticas privilegiadas*, tanto nos artigos citantes como nas citações, conclui-se que: parte do conhecimento que reflete o amadurecimento desse campo de conhecimento é de caráter geral ou interdisciplinar, ou seja, não é exclusivo da área da Educação, pois esta se acha inserida em uma campo maior, em que instituições e conceitos são comuns a várias disciplinas. Assim, em vários momentos da trajetória da institucionalização da Pesquisa Educacional, evidenciam-se conhecimentos pertinentes à

Ciência como um todo, bem como às várias disciplinas componentes do sistema mais amplo dos conhecimentos institucionalizados.

Essas constatações se fundamentam nos seguintes resultados:

Dentre os 206 artigos publicados, um grupo de 86 (41,74%) se refere a trabalhos de autores que publicaram apenas um artigo (Quadro 6); dos 2100 autores citados, 952 (45,47%) aparecem apenas com uma citação (Quadro 11); dos trabalhos citados, um percentual de 35,72% trabalhos representa temáticas fora da área da Educação (Quadro 18); dos 206 artigos publicados, um segmento de 33,5% versa sobre temáticas fora da área da Educação (Quadro 4).

Esses números são passíveis de representar *dispersões*, quanto ao pensamento da área, bem como ao conhecimento que possivelmente lhe tenha influenciado

CAPITULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS, LIMITAÇÕES DA PESQUISA E PROPOSTAS PARA NOVOS ESTUDOS

5.1 Considerações finais

As questões levantadas na introdução desta tese, por se respaldarem em aportes teóricos gerais e na construção do universo de pesquisa, foram respondidas nos Capítulos 2 e 3 e correspondem especificamente:

a) ao potencial das publicações periódicas como fontes de dados nas pesquisas bibliométricas e à pertinência da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* como uma fonte válida para um estudo sobre a institucionalização da Pesquisa Educacional, no período que antecede à implantação dos cursos de pós-graduação em Educação no Brasil; b) à construção do *Referencial Temático* que possibilitou a seleção dos artigos para o universo empírico de dados e a análise temática de artigos e citações; c) aos parâmetros para a seleção de artigos; d) às *categorias empíricas e gnosiológicas* de análise; e) aos conceitos e princípios da *Bibliometria* e da *Arqueologia do Saber*.

Os pressupostos apresentados no Capítulo 3, a partir da literatura consultada, nortearam o trabalho de construção metodológica e os resultados da análise dos dados [Capítulo 4], à luz das referidas categorias e confirmando as conjecturas levantadas, tornaram possível a emergência de conhecimentos sobre o processo de institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil⁹²

Ao "*fazer falar esses traços que, por si mesmos, raramente são verbais ou dizem em silêncio coisa diversa do que dizem*" (FOUCAULT, 1969, p.14), pôde-se ainda

⁹² Confirmações de *pressupostos* e respostas a *questões*, acham-se indicadas pelas letras (pressupostos) ou números (questões) correspondentes, logo após o primeiro parágrafo das afirmações, constantes das considerações finais que se seguem.

detectar aspectos relacionados ao periódico do Inep, como parte da estrutura institucional do campo da Pesquisa Educacional.

Considerando-se que os resultados já se acham expressos no capítulo anterior, ressaltam-se, nestas considerações finais, apenas algumas constatações mais abrangentes e comentários pertinentes:

1. A *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* potencializa informações para o conhecimento de especificidades da área de institucionalização da Pesquisa Educacional e a análise de elementos de seus artigos pode contribuir para o desvelamento de características do processo de evolução dessa mesma área [*Questão 5*];

2. Foi constatada a possibilidade descritiva de um *estudo bibliométrico* - tendo como objeto um campo de conhecimento, utilizando-se periódico especializado e incluindo a análise de citações - como instrumental complementar a *estudos arqueológicos*, considerando-se a possibilidade de rastreamento documental e a riqueza de fontes de dados, obtidos através do trabalho bibliométrico, facilitando leituras as mais variadas do conhecimento de um campo de saber. A esse potencial sugere-se acrescer os estudos das *formações não-discursivas*, fundamentadas nas atividades das instituições atuantes na área [*Pressuposto C*];

3. A RBEP, órgão do MEC, embora fornecendo elementos que permitem refletir conhecimentos sobre a área de saber em questão, demonstrou contribuir, também, para o ocultamento de manifestações importantes que fazem parte dessa mesma realidade, tendo em vista as tendências político-ideológicas que subjazem ao processo de publicação de seus artigos [*Pressuposto (d)*];

4. O hábito de citar autores e trabalhos é largamente utilizado no discurso sobre institucionalização da Pesquisa Educacional, publicado na RBEP, no período de 1944-74. Os 206 artigos apresentaram 2354 citações, sendo a maioria destas (1261) correspondem a citações a trabalhos específicos (monografias, periódicos e artigos, e normas jurídico-legislativas); o outro grupo de citações é composto pelas *alusões*, ou seja, meras citações de

nomes de autores, sem maiores referências sobre o trabalho em que o pensamento se insere perfazendo um total de 1093 itens [*Pressuposto (a)*];

Pela análise de citações, constatou-se a intertextualidade nos artigos da RBEP pois, estes citam muitos autores e trabalhos no processo de produção de conhecimento. A média de citações por artigo é 11. Somente 21 dos 206 artigos não citaram outros trabalhos;

5. Por outro lado, considerando-se a natureza da pesquisa que dá suporte a esta tese e a série de documentos constituída como seu universo empírico, verifica-se que princípios da *Arqueologia do Saber* foram tomados como fundamento, em vários momentos do presente estudo bibliométrico, ou seja: na delimitação do âmbito da pesquisa; no recorte do universo discursivo; na fase do levantamento de elementos contidos nesse universo; na análise/leitura dos elementos discursivos [*Questão 2*];

Com relação ao uso do conceito de “*formação discursiva*”, no que diz respeito à definição das regras de formação dos objetos do discurso, cumpre dizer que se constituiu em condição *sine qua non* para que se construísse o objeto de estudo - o campo da Pesquisa Educacional como área específica de conhecimento - através da identificação de artigos que refletissem as correspondentes *superfícies de emergência, instâncias de delimitação do discurso, estratégias e escolhas temáticas* passíveis de contribuir formação desse objeto, bem como as possíveis *relações* entre todos esses planos.

A própria natureza do conhecimento formador da Ciência da Educação e da Pesquisa Educacional, também expressa no Capítulo 1, levou a que se considerasse, desde o início do trabalho, que um estudo “*epistemológico*”, em que se privilegiasse os princípios de cientificidade, não se aplicaria à esta pesquisa, devido às restrições e dificuldades de identificação de conhecimentos genuinamente científicos, nos produtos dessa área de pesquisa. No caso de opção por um estudo de natureza epistemológica, seriam enormes as dificuldades de se discernir conhecimentos *científicos* dos *não-científicos*.

Decorre da peculiaridade expressa no parágrafo anterior, outro ponto de estreita identificação do discurso pertinente à institucionalização da Pesquisa Educacional com

o conceito de “*formação discursiva*” e que se insere nos pressupostos do método arqueológico de Foucault, no qual o *saber*, e não a *ciência*, é privilegiado .

Tendo como fundamento elementos componentes do processo de formação de objetos em um campo de saber, como expressos no pensamento de Michel Foucault, os resultados das análises bibliométricas dos artigos da RBEP, conduzem a que se conclua que a área da Pesquisa Educacional é decorrente de um lento e gradativo processo de institucionalização, obviamente ainda em desenvolvimento, e que porta muitos dos traços de uma “*formação discursiva*”, na qual não se identifica uma “*unidade*”, uma “*ciência*”, um “*domínio de objetividade*” mas, um amplo campo disperso, descontínuo e polifônico de saberes que registram reflexões, pesquisas e atividades voltadas à produção do conhecimento e à criação de instituições que dão suporte à pesquisa da área e fora dela.

Ao se identificar traços de uma “*formação discursiva*”, no discurso que define o processo de institucionalização da Pesquisa Educacional, deve estar claro que esta peculiaridade não é restrita a esse campo de saber mas, extensiva a outros campos, como constata os trabalhos arqueológicos de Foucault.

6. Sem se esquecer de que esta pesquisa, tenha-se limitado à análise dos discursos publicados em um periódico que se sabe ser um órgão oficial do Estado, reconhece-se no discurso componente do processo de institucionalização da Pesquisa Educacional, traços de poder e exclusão, reflexos do pensamento e militância que o efetivaram e das ideologias estatais vigentes Contactou-se, na presente pesquisa, no período em que o autor não participava dos quadros do poder, uma irrelevante produção de artigos de autoria de Anísio Teixeira, o que pode levar à conclusão de que o autor tenha sido excluído ou se excluiu do corpo de colaboradores da RBEP.

Os resultados indicam, também, que o líder da facção católica Amoroso Lima tenha sido excluído, ou excluiu-se da RBEP, no período em que Anísio foi diretor do periódico.

Por outro lado, não se constatou exclusão do grupo católico da revista do Inep. Muitos trabalhos de componentes desse grupo foram publicados na RBEP.

Entretanto, em decorrência de reflexões e dos critérios utilizados nesta tese, é possível que se levante conjecturas sobre a possibilidade de que os católicos conservadores, embora presentes durante todo o período estudado, possam ter apresentado, em algumas épocas, uma representatividade de artigos não compatível com sua produção de conhecimento. Verificações futuras poderiam ser empreendidas, baseando-se em maiores aprofundamentos sobre a filiação religiosa de autores com artigos publicados na RBEP e a produção de conhecimento do grupo católico, em outras fontes, à mesma época. [*Pressuposto* (d)];

7. Quanto aos autores citados, o estudo evidenciou uma grande *dispersão*, constatando que 95,65% dos autores obteve uma média de 1,2 citações. Somente 4,28% dos autores apresentaram uma média de 10,71 citações.

Apesar desse resultado, em que se pese a baixa representatividade desse grupo do contexto geral de produção do saber, focalizou-se um grupo de 33 autores mais citados e um subgrupo de 5 autores, ao mesmo tempo mais produtivos e mais citados. Este pequeno grupo (Quadro 13) foi destacado e, a partir de reflexões sobre os autores que o compõem e o contexto político-social, foi possível chegar a uma tentativa de interpretação do comportamento do processo de produção de artigos, destacando-se o seu caráter exclusivista e elitista.

Anísio Teixeira, um dos componentes desse grupo, foi o mais citado e que produziu o maior número de artigos. Líder de movimentos liberais da Educação no Brasil, e líder do INEP, de 1952 a 64, Anísio é visto como polarizador de influência e poder, no contexto da Educação brasileira, nos anos que antecederam à implantação dos cursos de pós-graduação em Educação no Brasil.

8. Quanto à *produtividade de artigos*, constatou-se que o período *Quadros-Goulart* foi o mais profícuo, mas com destaque maior das temáticas relacionadas à ciência como um todo, seguindo-se a fase dos *Governos Militares* (Quadros 3 e 4), segunda em

produtividade mas, a primeira na produção de artigos voltados especificamente à Pesquisa Educacional;

9. Quanto à *nacionalidade e originalidade* do conhecimento publicado na RBEP, registrou-se que: a maioria dos artigos foi produzida em contexto nacional (79,61% do total de artigos); e que os artigos analisados não são, em sua maioria, artigos originais. A RBEP mantinha o hábito de republicar matérias já divulgadas em outras fontes;

Os artigos originais totalizam 91, enquanto os não-originais 115. A maioria dos artigos não-originais se referem a matérias divulgadas em eventos nacionais (31) estrangeiros (7) e relatórios administrativos, nacionais (18) e estrangeiros (4) - correspondendo esse segmento a um pouco mais da metade dos artigos - 60 artigos. Os demais artigos não-originais se constituem em republicações de periódicos nacionais (43) e estrangeiros (12), totalizando um pouco menos da metade dos artigos não-originais (57 artigos).

Os periódicos nacionais cujos artigos foram republicados primeiramente em outras fontes compreendem os títulos do Quadro 16, que correspondem a 15 periódicos diários ou semanais, 7 títulos de periódicos em Educação e 4 títulos de periódicos interdisciplinares.

Ressalta-se que a imprensa periódica diária se constituía em fonte de matérias para publicação na RBEP, sendo destacadas as contribuições do *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro (que contribuiu com sete artigos) do *Diário de Notícias*, RJ e *O Globo*, RJ com 3 artigos cada e Estado de São Paulo, com quatro artigos.

Verifica-se que a grande maioria das republicações tiveram como matéria textos publicados em periódicos editados no Rio de Janeiro (15), em São Paulo (07), em Belo Horizonte (02) e em Recife (01). Essa informação revela uma acentuada concentração na RBEP de discursos originários dos centros urbanos que dominavam e continuam dominando o panorama cultural do País.

Os documentos mais citados pelos artigos da RBEP não foram *periódicos* ou artigos mas, os trabalhos monográficos especialmente os *livros*, confirmando a tendência do uso do livro, como fonte de pesquisa na área da Educação; considerando-se, entretanto, que

esse fato pode também ser explicado, pela carência de periódicos especializados no País, no período estudado nesta tese.

10. Quanto às temáticas privilegiadas nos artigos constatou-se que: os artigos selecionados versam em sua maioria sobre temáticas relacionadas a *disciplinas e correntes do pensamento filosófico e científico que contribuem para a Pesquisa Educacional* (Quadro 3). Nesse sentido, a maior preocupação refletida nos discursos que compreendem o processo de institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil foi com a contribuição das outras disciplinas na busca de bases teórico-metodológicas para a Ciência da Educação;

Foi quanto às *temáticas dos trabalhos citados* que se encontrou certo consenso. As citações cujos trabalhos têm como temáticas a área da Educação representam 65,27%. A interdisciplinaridade é também representativa, visto que os assuntos fora da área da Educação constituem temática principal de parcela relevante dos trabalhos citados - 34,72%.

Decorrente da análise dessa categoria, esta pesquisa obteve, também como resultado, uma *Bibliografia dos Trabalhos Citados*⁹³, pertinentes às áreas da Educação e da Pesquisa Educacional, composta de publicações do período anterior à implantação da pós-graduação no Brasil (ANEXO 3);

11. No universo compreendido pelos 206 artigos, supostamente pertinentes à institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil, os autores mais produtivos encontrados foram: Anísio Teixeira, (10 artigos); Newton Sucupira, (7); Carlos Chagas Filho, (6); Michel John McCarthy, (6), Lourenço Filho e Jayme Abreu (5).

Além desses mais dezenove autores formam o grupo de autores que contribuíram com dois ou mais artigos (25 autores), dentre esses apenas três são do sexo feminino [*Questão 4*];

⁹³ Por motivo de espaço, essa Bibliografia não foi incluída dentre os anexos a esta tese, mas acha-se à disposição dos interessados, bastando contatar a autora.

12. Com relação à influência ou impacto do pensamento de autores específicos nos artigos analisados, concluiu-se que: 1188 autores receberam de 1 a 4 citações totalizando 1532 citações, estabelecendo-se a seguinte relação: 95,65% dos autores receberam 72,95 citações. A média de citações, por autores, foi da ordem de 1,2 citações. Os autores com 5 ou mais citações foram 53 (4,28% dos autores), responsáveis por 568 citações (27,04% das citações). A média de citações desse grupo foi de 10,71 citações por autor (Quadro 11).

Verifica-se, portanto, uma grande dispersão, no que se refere aos autores citados, embora tenham sido destacados como um grupo, nesta tese, os autores mais citados, como se verá adiante.

Os autores mais citados são, em sua maioria, autores estrangeiros (23), clássicos da área da Filosofia e Ciência em geral, (Quadro 12) e de autores estrangeiros, caracterizados por prestarem contribuições marcantes na área da Ciência da Educação; o grupo de autores nacionais mais citados (10 autores) inclui nomes destacados no cenário da Administração Pública da Educação e da intelectualidade nacional contemporâneas ao período de produção dos artigos analisados - 1944-74.

Caberia aqui uma reflexão sobre o problema da produtividade de autores e o impacto/aceitação de seu pensamento (citações), na comunidade produtora de conhecimento.

Como prática social e força ilocutória, o discurso não estaria apenas condicionado às personalidades inequívocas de seus autores mas, a um jogo de relacionamentos e poderes que lhes precede, autoriza, e que orienta a formação dos objetos de que falam.

Como produto de um papel a ser desempenhado, o discurso traria em si, portanto, as marcas do poder e do empréstimo de idéias, pois, para que haja um falar competente pressupõe-se a cumplicidade, a adesão, o consenso em torno, não da verdade, mas da legitimação de interesses.

O destaque dos autores, nos estudos discursivos, constituir-se-ia numa categoria necessária, pista bastante útil para a configuração de um quadro de como o discurso é produzido e de quais seriam os seus condicionantes. Como um indicador, as categorias produtividade e influência de autores permitiriam o mapeamento de meandros do processo de produção discursiva.

Os resultados de estudos discursivos descontextualizados, que têm por produto a mera *produtividade de autores, ou autores citados*, seriam, portanto, bastante ingênuos, por não conseguirem refletir a realidade⁹⁴.

13. Quanto a características de *dispersão* do discurso informa-se que, a leitura desse elemento essencial, constitutivo do processo de enunciação dos saberes especializados - *as citações* - permitiu a explicitação de relações que evidenciaram marcantes *tendências dispersivas*, no discurso pertinente à institucionalização da Pesquisa Educacional, fazendo emergir, ainda, outras camadas relevantes da constituição arqueológica dos saberes, espaços profícuos para outras pesquisas que se proponham estudar os conteúdos, os enunciados em si, de todos os trabalhos envolvidos na análise de citações, tendo esse tipo de estudos maiores potencialidades para verificação, não somente da heterogeneidade explícita, manifesta, mas a verificação da correspondência, decorrente do acoplamento textos citados e citantes [*Pressuposto (e)*];

A Pesquisa Educacional, considerada como uma *formação discursiva, disciplina, campo científico*, uma *Ciência*, ou seja lá que denominação se queira utilizar para caracterizá-la, pressupõe a existência de uma série diversificada de saberes para que seja reconhecido na estrutura formal do saber.

Para que um campo exista é necessário que ele esteja voltado para uma realidade com seus limites estabelecidos, tenha conteúdo específico, suporte teórico definido, corpo de agentes produtores de conhecimentos e instituições que mantenham vivo esse campo. Foucault reconhece em um campo de saber uma vertente discursiva e uma outra não-discursiva, que incluiria atitudes, comportamentos e ações institucionais.

O amplo espectro de objetos e temáticas de um campo de conhecimento já pressupõe a *dispersão* de objetos, temáticas no discurso sobre a institucionalização desse mesmo campo.

14. Quanto à origem, verificou-se que, dentre os 1112 trabalhos citados nos artigos da RBEP, foram encontrados 663 produzidos em contexto estrangeiro, embora 110

⁹⁴ Ver outras considerações sobre este tema, no item seguinte, especialmente às páginas 217-19.

destes se refiram a traduções para o português. Evidencia-se assim que 59,62% dos trabalhos que influenciaram o discurso veiculado na RBEP, no período de 1944 a 1974 corresponde a trabalhos produzidos originalmente em língua estrangeira. A contribuição de trabalhos nacionais é representativa, da ordem de 49,73% do total de trabalhos citados (Quadro 19).

15. Quanto às temáticas, os trabalhos citados e que supostamente influenciaram o discurso sobre a institucionalização da Pesquisa Educacional versam, em sua maioria (64,57%) sobre Educação, ressaltando-se que, pertinentes ao núcleo temático circunscrito para esta pesquisa, correspondentes diretamente às temáticas dos artigos citantes, foram encontrados apenas 23,11% dos trabalhos citados. Os demais trabalhos versam sobre outras temáticas, fora da área da Educação (35,43 %) - (Quadro 18). Os autores de artigos utilizaram-se de conhecimentos de outras áreas de conhecimento, constatação que também aponta para a ocorrência de contribuições interdisciplinares, no processo de produção de conhecimento da área; [*Questão 4*];

16. Como constatações suplementares decorrente dos resultados desta pesquisa e de leituras dos artigos da RBEP, ressaltam-se:

a) a preocupação constante, no discurso publicado na RBEP, no período anterior à pós-graduação, com a sistematização e organização da informação para a pesquisa. Desde os primórdios do INEP a Biblioteca e serviços bibliográficos e referenciais estiveram presentes na política e nos planos de atuação do Órgão;

b) e que a institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil seguiu uma trajetória de contínua ascendência, com muito poucos sinais de eventuais momentos de decréscimo na produção de conhecimentos específico e na construção de instituições de suporte à área. Do fim do Estado Novo até os Governos Militares, passos decisivos foram dados em direção à criação e desenvolvimento das instituições de pós-graduação que se mantêm produzindo conhecimentos em todo o País, observando-se, como consequência desse amadurecimento, um progressivo aumento de poder da área, junto aos órgãos de fomento e apoio à pesquisa e à pós-graduação, apresentando nítidos traços de um crescente amadurecimento e sedimentação como campo de conhecimento

Uma melhor exploração do trabalho analítico dos dados coletados para esta tese, bem como outras possibilidades de estudos decorrentes dos resultados já expressos, serão relacionados, na parte final do item seguinte.

5.2 Limitações e sugestões para avanços desta pesquisa

As limitações passíveis de serem detectadas, tanto na construção do universo empírico, como em outras fases desta tese, identificam-se como pertinentes a duas ordens distintas: a) limitações de caráter teórico mais amplo e abrangente e que não são restritas às peculiaridades diretamente relacionadas ao presente estudo; b) limitações específicas deste estudo.

Relacionadas ao primeiro grupo evocam-se problemas reencontrados, segundo Foucault, oriundos das reflexões da própria História Nova (campo em cujo substrato teórico se ancoram os estudos arqueológicos), problemas esses que, de certa forma, preexistem a esse campo de conhecimento e que não lhe são particulares, tais como:

" [...] a constituição de corpus coerentes e homogêneos de documentos (corpus abertos ou fechados, acabados ou indefinidos); o estabelecimento de um princípio de escolha (conforme se queira tratar exaustivamente a massa documental, pratique-se uma amostragem segundo métodos de levantamento estatístico ou se tente determinar antecipadamente os elementos mais representativos); a definição do nível de análise e dos elementos que lhe são pertinentes (no material estudado, pode-se salientar as indicações numéricas; as referências - explícitas ou não - a acontecimentos, a instituições, a práticas; as palavras empregadas, com suas regras de uso e os campos semânticos que desenham, ou ainda, a estrutura formal das proposições e os tipos de encadeamentos que as unem); a especificação de um método de análise (tratamento quantitativo dos dados, decomposições segundo um certo número de traços assinaláveis de que se estudam as correlações, decifração interpretativa, análise das frequências e da distribuições); a delimitação dos conjuntos e dos subconjuntos que articulam o material estudado (regiões períodos, processos unitários); a determinação das relações que permitem caracterizar um conjunto (pode-se tratar de relações numéricas ou lógicas; de relações

*funcionais, causais, analógicas; pode-se tratar da relação
significante-significado)...⁹⁵ (FOUCAULT, 1969, p.18).*

Esses problemas poderiam ser imputados à Ciência como um todo, visto que o processo de pesquisa tem como fundamento uma série de procedimentos e recortes não passíveis de uma objetividade absoluta, mesmo baseando-se em princípios e dados tidos como fidedignos, especialmente devido à existência de variáveis indeterminadas e imponderáveis, impregnadas de subjetividade, subjacente a todas as fases do processo de pesquisa.

No caso da presente pesquisa, essas limitações poderiam ser relacionadas a todas as suas etapas: as escolhas feitas para a constituição do universo empírico desta tese, bem como as categorias de análise que subjazem ao processo de isolamento e discussão dos fenômenos ressaltados, acham-se, de certa forma, comprometidos com um processo de seleção que, obviamente, inclui a eleição de alguns ângulos de observação, em detrimento de outros.

O fato de ter sido a seleção dos artigos baseada apenas nos seus títulos, pode significar indícios de imprecisão no presente processo de construção do universo empírico desta pesquisa. Entretanto, não seria possível a leitura prévia dos textos de todos os artigos da revista, considerando-se a exiguidade de tempo destinado a trabalhos da natureza do que está sendo exposto.

Considerando-se que muitos outros artigos da RBEP poderiam ainda ser passíveis de inclusão no universo empírico, pois, mesmo não possuindo em seus títulos os termos identificadores que serviram de parâmetro para a construção do recorte provisório observado no presente estudo, o processo de relativização dessa construção, poderia ser minimizado, quanto à sua abrangência, nos seguintes termos: dos 2224 artigos publicados, no período 1974-74, foram tomados 206 artigos, significando este um total correspondente a 9,3% de todos os artigos publicados no periódico.

Outros artigos poderiam vir a ser incluídos, em outros momentos de pesquisa, em que o processo de seleção fosse decorrente de leituras prévias de todos os artigos publicados

⁹⁵ Grifos da própria autora desta tese.

Do lado dos estudos de citações, são bastante discutidas as limitações dessa prática, no processo de análise da produção do saber, especialmente tendo em vista o caráter subjetivo e social inerente ao ato de citar, com destaque para o fenômeno das autocitações, da maior incidência de citações dos documentos conhecidos ou de maior acesso pelos pesquisadores, do privilegiamento dos trabalhos dos membros do grupo a que pertence o autor, das omissões conscientes ou inconscientes de citações pelos próprios autores, da parcialidade dos estudos desenvolvidos, porquanto não contemplam categorias relacionadas aos conteúdos dos textos, ou seja pelo não empreendimento da correspondência entre as citações e os próprios textos a que se referem.

Cumprе ressaltar aqui as próprias limitações das citações como instrumentos reveladores de influência e impacto da literatura. Embora haja consenso em considerar a que os autores citam trabalhos que os influenciam, as influências na verdade podem ser ou não creditadas.

De acordo com o trabalho de MacRoberts a maioria dos autores não citaram a maioria de suas influências, não tendo nenhum citado exaustivamente todas as influências; na amostra desse trabalho, somente 64% das influências foram citadas.

Como outra lacuna desta tese pode ser destacada a falta de um segmento de análise que verifique possíveis orientações e tendências, segundo as variações das políticas editoriais, nos vários momentos do periódico, no decorrer desta pesquisa, pois tal como afirma Chizzotti os interesses observados nos periódicos variam “*conforme os anos e a direção e o conselho editorial*” (CHIZZOTTI, 1993, p.218).

Nesse sentido, embora tenham sido consideradas algumas especificidades do discurso nas diversas fases de governo, não houve uma intenção mais direta em investigar as possíveis políticas explícitas e outras pistas referentes ao processo de edição do periódico, passíveis de serem localizadas em arquivos do Inep.

EDGE (apud MacROBERTS, 1989) discute o fato de que a análise de citações lida apenas com o nível formal da comunicação científica, isto é com as publicações.

Em adição ao produto final altamente formalizado do trabalho científico está o conhecimento tácito dos cientistas, as inumeráveis tentativas e erros que não são publicadas mas, são conhecidas nos grupos de cientistas e técnicos sobre dados, métodos e equipamentos. O autor sugere que as influências informais sejam consideradas ou pelo menos discutidas as omissões.

Retornando-se à ordem de limitações relacionadas ao contexto mais abrangente, subjacente à própria crítica do conhecimento denominado “*científico*”, ou academicamente aceito como tal, da maneira como proposto no primeiro parágrafo deste item, apresentam-se conjecturas a respeito da gênese e estrutura desse conhecimento tendo, por um lado, a própria dificuldade de se definir o que realmente seja a Ciência, ou as ciências e, por outro lado, na existência de todo um sistema de normas e dogmas que se constituem no chamado “*cientificismo*”- a ideologia que se identifica como a entidade fundamentadora dessa modalidade de conhecimento.

As advertências explícitas nos parágrafos que se seguem não se relacionam ao presente estudo em si, que tomou como universo não uma literatura contemporaneamente publicada mas, artigos de periódicos refletindo um momento histórico relativamente remoto.

O que se deseja alertar é a respeito das implicações de uma possível utilização de estudos de citações, com finalidade, não somente de se chegar a um conhecimento de uma disciplina ou grupo de produtores de conhecimentos mas, com intuídos de avaliação e valorização da produção científica de autores, finalidades a que podem se prestar os estudos de citações.

Partindo-se da crítica à Ciência, levanta-se uma série de considerações sobre as implicações advindas do uso acrítico de estudos como os bibliométricos.

Muitos pensadores comungam entre si a idéia de que a Ciência pode ser considerada uma instituição, com suas academias, seus grupos de pressão e seu ritual próprio. A “*epistemologia crítica pretende mostrar que a verdadeira significação da Ciência não reside mais no saber enquanto tal mas, no poder que ele efetivamente confere*”.(JAPIASSU, [s.d.], p.146).

Pretendem os pensadores que se debruçam sobre esse tipo de estudo, desvendar os mitos que recobrem a verdade oculta sob a proteção dos dogmas do cientificismo.

Michel FOUCAULT afirma:

"Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política em geral de verdade: os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade" (apud ZEMELMAN, 1991, p.148).

Considerado esse caráter essencialmente social e político da Ciência, e especialmente a existência de conotações relacionadas a poder e interesse, subjacentes à maior parte dos empreendimentos humanos, incluindo os científicos, qualquer pesquisa que se desenvolvesse não deveria prescindir de uma leitura mais atenta do contexto político-histórico, vigente na sociedade. Nos dias atuais esse contexto costuma ser caracterizado, por estudiosos, como decorrente de uma nova ordem mundial preconizada pela política econômica imposta pelas nações hegemônicas - a política neo-liberal.

Segundo Zimelman (1992), a referida política estaria levando a sociedade dos Países Latino-Americanos a uma crise de marginalização, empobrecimento financeiro e mental, ocasionados pela escassez de recursos e pela sujeição a um processo de comunicação de massa limitante e tendenciosamente montado para a defesa dos interesses do capital dominante.

No campo da reflexão acadêmica, de um modo geral, presencia-se a uma restrição da capacidade de produção de conhecimentos válidos, sendo frequentemente estes limitados a produtos decorrentes do mero manejo de informações sobre a realidade, constantes de livros, dados estatísticos e de discursos ideologicamente inquestionáveis, mas que não chegam a lidar com expressões efetivas da realidade.

Ao mesmo tempo em que o contexto reforça o hábito de não se desenvolver qualquer atitude reflexiva, de se partir de ideologias para a produção de conhecimentos, o

projeto neo-liberal estimula, de todas as formas, as lógicas de construção de conhecimento oriundas do discurso oficial, que preservam o respeito aos parâmetros do poder hegemonicamente constituído.

ZEMELMAN (1992) propõe a superação desse estado de coisas, através de uma construção intelectual que rompa com os parâmetros do poder, com a debilidade reflexiva e a paralisia da racionalidade dissidente que, mantém como norma a manutenção das aparências e a cegueira que não permite nenhuma penetração na realidade oculta dos fenômenos que se deseja conhecer.

A proposta seria que se reconhecesse, *a priori*, os parâmetros a partir dos quais se está pesquisando pois, a ausência desse procedimento poderia levar a um desconhecimento do risco de se estar pesquisando a serviço, ou sob o jugo, dos princípios neo-liberais que se apropriaram do direito de se constituírem em verdades únicas. Um dos problemas mais fundamentais, nesse sentido, seria desenvolver a capacidade de pensar que não seja simplesmente processamento e acumulação de informações.

Nesse sentido, considerando-se a escassez de recursos, em países carentes como o Brasil, não se pode esquecer que as prioridades de objetos de pesquisa, bem como a escolha e problematização das realidades a serem analisadas, deveriam ser criteriosamente acompanhadas pelos programas de pós-graduação e instituições de desenvolvimento, fomento e demanda de pesquisas, juntamente com os pesquisadores. À luz da realidade nacional, deveriam ser empreendidas, prioritariamente, buscas que pudessem trazer esclarecimentos sobre os problemas mais cruciais que afligem a sociedade.

A partir de uma maior conscientização dos limites das análises de citações, e considerando-se o contexto atual de produção acadêmica, nas áreas específicas da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, há que se atentar para alguns aspectos relacionados à produção de estudos desse gênero e o uso (necessidade/aplicabilidade) de seus resultados, especialmente quando aplicados à produtividade de autores contemporâneos.

Por serem dados muito concretos e de certa forma fáceis de se obter e processar, com o auxílio do computador, as análises de citações podem levar a leituras parciais da realidade que, muitas vezes, podem servir para tomada de decisões imprecisas e tendenciosas, como por exemplo, das que se servem as agências financiadoras de pesquisas, organismos voltados à avaliação institucional, ou dos procedimentos utilizados para o processo de seleção e aquisição de documentos para serem incluídos nas bases de dados documentais, bibliotecas especializadas ou sistemas de informações.

Um exemplo de uso das análises de citações, por parte dos poderes constituídos, seria o procedimento baseado nos denominados estudos de "*produtividade de autores*" que esse tipo de análise pode ensejar e, que levam a obtenção de "*rankings*" de produtividade, utilizados para avaliação de produção docente ou de pesquisadores em áreas específicas do conhecimento.

Ora, os resultados desses estudos, inquestionavelmente "*objetivos*", dentro dos parâmetros clássicos - como por exemplo "*número de trabalhos publicados*" - nem sempre correspondem ao real valor do trabalho e competência de um determinado autor, podendo ainda serem incapazes de funcionar como uma medida de qualidade.

Ainda exemplificando, os estudos de análises de citações podem chegar a resultados nem sempre muito "*conscientes*"⁹⁶ pois, como já foi discutido, o ato de citar é permeado por uma série de julgamentos de valor, entrando em jogo interesses de poder, nem sempre éticos e, inevitavelmente condicionados por alguns preceitos exacerbados da ciência capitalista contemporânea, como a obediência a princípios tipo "*publish or perish*"⁹⁷ ou a premência, também imperativa, de inserção do novo conhecimento nas correntes, ditas paradigmáticas, de um campo específico de conhecimento.

Embora o fenômeno citação possa proporcionar elementos para algumas constatações e inferências válidas, há necessidade de complementá-lo com reflexões a partir de categorias que permitam interpretá-los a luz de conceitos que possam abranger o *além-*

⁹⁶ De acordo com o princípio de "science avec conscience" : MORIN, Edgar. Science avec Conscience. Nouvelle édition. Paris: Fayard : Seuil, 1982 e 1990.

⁹⁷ Expressão americana : "*publique ou pereço*".

dado, fenômenos do tipo *não-dito*, *não-citado*, os *silêncios* decorrentes, talvez da participação dos avaliados em outros contextos, não menos importantes da produção de conhecimento (atividades não discursivas), ou talvez da existência de mecanismos *de exclusão*, imposto pelas políticas editoriais, pelos sistemas de "referees"⁹⁸ e outros *filtros de qualidade* institucionalizados.

Embora esse objetivo tenha sido perseguido nesta tese, considerando-se todas as suas limitações, através da introdução das categorias gnosiológicas de análise, levando-se em consideração serem os artigos de periódicos autênticos *monumentos*, as sugestões e possibilidades de estudos futuros poderiam proporcionar avanços nesse tipo de estudo, e no caso desta tese, aumentando-se a possibilidade de um maior conhecimento da realidade analisada, num esforço de superação dessa ordem de limitação.

Alguns autores brasileiros da área da Educação denunciam o teor político ideológico da atividade científica, apontando o escamoteamento dos verdadeiros fins a que serve o conhecimento, evidenciando as relações entre Ciência e poder.⁹⁹ Destaca-se que a atividade científica, numa sociedade de classes, tende a operar como mecanismo de dominação ideológica, na busca de garantia do consenso através do qual se viabilizaria uma dada direção política (FREITAS, 1990).

De ordem mais epistemológica, as discussões sobre o novo conceito de "*documento*" poderiam subsidiar outro questionamento relacionado à análise do que realmente representariam os artigos de periódicos (como documentos) tomados nesta pesquisa, caso não se tivesse feito um esforço no sentido de não restrição desse estudo simplesmente à leitura dos

⁹⁸ Juizes para julgamentos de artigos para publicações.

⁹⁹ FREITAS cita alguns autores que refletiram sobre a produção científica, a partir desse ponto de vista: GANDINI, Raquel P.C. Produtividade e autonomia na pesquisa em Ciências Humanas e em Educação. Educação e Sociedade, v.33, p.141-57, Agô., 1989; CARDOSO, Míriam Limoeiro. Desafios e exigências do trabalho científico; uma perspectiva epistemológica. In: Seminário A Pesquisa Educacional no Brasil e na América Latina: tendências e perspectivas. UnB/Fac. de Educação 17-21, Nov. 1986. [Relatório, 193p.. mimeogr.]; ROCHA NETO, Ivan. Há produção científica no Brasil? Atualização e crítica. Educação Brasileira, Brasília, v.19, n.21. p.17-32; SOBRAL, Fernanda Antônia da Fonseca. A produção e a apropriação social da pesquisa científica e tecnológica; uma discussão no capitalismo dependente. Rev. Bras. Est. Pedagógicos, Brasília, v. 67, n.156, Maio/Agô, 86. p.287-305. 1; MOREL, R. L. Ciência e Estado [s.n.t.]; VELLOSO, Jacques R. Reflexões sobre a produção científica na pós-graduação e a participação de discentes. In: Seminário sobre a produção científica nos programas de pós-graduação em educação. Brasília : CAPES, 1978.

dados sobre as citações e o processo de comunicação de conhecimento veiculado via periódico; nesse sentido, foi tentada nesta pesquisa uma abertura da análise para fenômenos que extrapolam de certa forma os dados, os documentos, embora de forma elementar e incipiente.

Sabe-se que os documentos não são neutros, nem inocentes, mas monumentos, construções humanas, e devem ser analisados com espírito crítico, tal como afirma Jacques Le Goff:

"O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele trás devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias[...] um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos" (LE GOFF, 1990, p. 547).

Para finalizar esse item cumpre lembrar que os avanços de uma área se fazem pela continuidade da pesquisa e as linhas de pesquisas deveriam ser conhecidas amplamente pela comunidade, afim de que esforços fossem empreendidos, visando-se ao aprofundamento de segmentos específicos do conhecimento.

Um determinado nível da dispersão que caracteriza a literatura formadora de um campo científico poderia ser visto como uma certa “*desordem*” no sistema de produção de conhecimento, através da não concentração de esforços, situação que contribui para que não se atinja uma visão mais integral e ampla da realidade. Não se quer aqui advogar a falta de autonomia do pesquisador, mas chamá-lo à “*consciência*”, no trabalho de construção da ciência e dos saberes em geral.

Por exemplo, a área de estudos dos periódicos de um campo de conhecimento pode fazer avançar consideravelmente o processo de institucionalização da área, podendo seus

reflexos desencadear o aperfeiçoamento de instrumentos de suporte de pesquisa tais como, a própria publicação, os arquivos, os centros de informações especializadas, as bibliotecas, as bibliografias correntes, tal como também sugere Chizzotti, em seu trabalho citado no item 6. Nesse sentido, é pertinente lembrar os comentários de Míriam Warde sobre o trabalho de GANDINI, identificando-o como uma contribuição para uma linha de investigação historiográfica relativa aos periódicos educacionais (WARDE, 1995, p.ii).

Nos resultados desta tese, quanto às análises das subcategorias “*produtividade de autores*” e “*autores mais citados*”, traços biográficos de autores ao mesmo tempo mais produtivos e mais citados foram apresentados, com o objetivo de se caracterizar e contextualizar a produção de conhecimento por parte desses autores.

Não houve intenção de maiores detalhamentos, nas biografias desses autores mas, apenas, de indicar algumas pistas marcantes de suas trajetórias, como produtores de conhecimentos pertinentes ao processo de institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil.

Constata-se, nas discussões sobre esses resultados, uma desproporção entre as informações apresentadas sobre Anísio Teixeira e os demais autores - Lourenço Filho, Jayme Abreu e Newton Sucupira. Esse fato pode ser explicado, pelo papel peculiar desempenhado por Teixeira, no contexto da produção de artigos pertinentes à institucionalização da Pesquisa Educacional.

Como sujeito coletivo, detentor de personalidade forte e determinada, parece inquestionável que Anísio tenha se constituído em um elemento de polarização, nos debates ideológicos ocorridos, merecendo destacar que, o extenso período de tempo que Anísio permaneceu no comando do Inep, e portanto da RBEP, certamente contribuiu para que as “*personalidades*” do Instituto e do seu periódico fossem, de certa forma, confundidas com a do próprio Diretor.

Considerando-se a enorme potencialidade de análises passíveis de serem empreendidas, tomando-se como material os dados coletados para a presente pesquisa, bem

como a reduzida utilização deles procedida¹⁰⁰ e a consciência de novos caminhos de pesquisa a serem desvendados, permitindo um maior conhecimento do objeto estudado, mais algumas **sugestões** de continuidade desta pesquisa, ou de novos enfoques complementares a ela, ficam registrados a seguir:

De um modo geral, o presente trabalho carece de uma maior desenvoltura na interpretação dos dados, considerando-se que estudos dessa natureza possuem potencialmente insumos para se chegar a resultados muito mais reveladores da realidade, especialmente se empreendidos por equipes interdisciplinares, que detêm maiores possibilidades de exploração do material levantado dos artigos e citações.

De acordo com o levantamento de dados para esta tese, verificou-se que as instituições com as quais os autores se relacionavam ou das quais se originavam eram inúmeras e poderiam se constituir em fonte para um estudo que tivesse por finalidade aprofundar-se no conhecimento das redes de *relacionamentos extra-discursivos*, constitutiva, segundo Foucault, do processo de institucionalização de um campo discursivo. Esse material poderia ser extraído de elementos paratextuais, constituídos da declaração das instituições de origem dos autores e de elementos textuais - as instituições citadas nos próprios textos dos artigos, incluindo-se as editoras dos trabalhos citados.

Uma classificação desse tipo de instituições é feita por GANDINI e pode ser encontrada em seu trabalho, que se respalda em minuciosa pesquisa e que teve como objetivo:

“procurar entender os pressupostos políticos de alguns intelectuais brasileiros que se dedicaram ao estudo de questões e problemas relativos à educação brasileira, tais como são apresentados pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, no período de 1944 a junho de 1952 (GANDINI, 1995, p.237).

¹⁰⁰ Apresentam-se como incipientes, nesta tese, as tentativas de interpretação dos dados levantados, em relação às estruturas sócio-culturais, políticas e econômicas, no processo histórico, tal como foi previsto nas intenções preliminares deste trabalho. SOARES (1996, p.5) sugere estudos futuros, visando-se à uma interpretação mais contextualizada dos dados levantados, utilizando-se recortes menores, talvez quinquênios, ao invés dos períodos de governo. Nesse mesmo sentido, quanto à articulação mais estreita entre a contextualização e os resultados da presente pesquisa, evidencia-se uma outra carência que, a partir dos comentários do prof. CURY poderia ser caracterizada como falta de *“focalização”*. Esta tese teria contextualizado o objeto de pesquisa, a realidade, sem ter *“focalizado”*, com maior nitidez, os fatos históricos, em relação aos resultados encontrados.

Quanto ao referencial teórico foucaultiano, escolhido como fundamento para interpretação de algumas facetas da realidade focalizada, cumpre ressaltar que esse não esgota o potencial de análises passíveis de serem empreendidas¹⁰¹.

Relacionado ao quadro referencial de Foucault, SOARES (1996) sugere que se empreenda uma linha de interpretação dos resultados diferente da desenvolvida nesta pesquisa e que possibilite interpretar, mais profundamente, os fenômenos da *autoria explícita* e *anônima*, tal como se constatou ocorrer na RBEP. O anonimato, segundo SOARES, sugere uma interessante análise, na perspectiva discursiva.

Partindo-se da constatação de que os jornais diários foram, especialmente nos primeiros anos da RBEP, fontes privilegiadas para discussões sobre a Pesquisa Educacional, poder-se-ia investigar sobre quais teriam sido os leitores dos jornais, naquela época. Qual teria sido o *leitor modelo* da RBEP, levando-se em conta que, “*segundo a concepção discursiva de leitura, o leitor pretendido é também responsável pelo texto que o autor produz*” (SOARES, 1996).

Ressalta-se ainda que, se esta pesquisa tivesse sido desenvolvido, no sentido de privilegiar um aspecto mais abrangente das temáticas/ objeto da Pesquisa Educacional e não somente aquelas pertinentes à institucionalização desta, obviamente ter-se-ia descortinado um campo ainda mais fértil para estudos do *sistema de exclusão*, em que se pesassem as relações entre católicos ou conservadores e liberais, pois estariam em jogo, não questões ligadas à Epistemologia da Ciência da Educação e da pesquisa que lhe dá suporte. Poderiam ser, então, analisados objetos específicos estudados pela Pesquisa Educacional, oriundos da realidade social, tais como cultura popular, educação de base, ação política, via educação, os diversos graus de ensino, a política educacional, e muitos outros, a partir dos quais poderiam ser localizadas tendências, oposições e exclusões entre grupos, não somente nos primórdios da

¹⁰¹ Nesse sentido, privilegiando um tipo de leitura diferente da realidade, SOARES (1996) sugere a possibilidade de se utilizar o referencial de “*campo*”, de Bourdieu, para análises de dados da natureza dos que foram trabalhados nesta tese. Segundo a autora, ao analisar “*autores mais citados e mais produtivos, na realidade, estariam sendo analisadas as posições legítimas (no sentido de Bourdieu) no campo, o mercado simbólico que governa esse campo, as mais-valias, os preços e os lucros no mercado simbólico[...]*”

publicação da RBEP mas também, no final do período estudado nesta pesquisa, a partir dos anos 1960.

Por ser esta pesquisa restrita à análise da RBEP, e ser este periódico um órgão de divulgação do Ministério da Educação, sugere-se também que: outras pesquisas tenham como objeto a produção monográfica publicada pelos centros editoriais brasileiros no período, nas instâncias pública e privada, nas áreas de ciências em geral, da Educação propriamente dita, das Ciências Humanas e Sociais, e também artigos de outros periódicos das áreas da Ciência em geral e da Educação, publicados no mesmo período; e especialmente, que se procedam estudos semelhantes, em periódicos específicos destinados à veiculação do pensamento católico na época, como por exemplo “*A Ordem*”¹⁰²; “*Revista de Cultura Vozes*” e outros, para que se possa conhecer a contribuição mais efetiva do grupo, no processo de institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil.

¹⁰² Segundo o Professor Carlos Roberto Jamyl Cury, já existem estudos sobre a revista “*A Ordem*”, órgão privilegiado na divulgação do pensamento do grupo católico, publicado no período de interesse da pesquisa relatada. O que aqui se sugere seria, especificamente, o desenvolvimento de estudos dos artigos desse periódico, utilizando-se a mesma metodologia do estudo com os artigos da RBEP, objeto desta tese. Naturalmente, os estudos já empreendidos sobre o referido periódico constituir-se-iam em insumos valiosos para o trabalho proposto, assim como foram os trabalhos sobre a RBEP, citados nesta tese.

6. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- A POLÍTICA brasileira de ciência e tecnologia 1990-95. Brasília : SCT, 1991. 105p.
- ABREU, Jayme. Pesquisa e planejamento em educação. R. Bras. Est. Pedagógicos, v.26, n.63, p.99-122, jul.- set. 1956.
- _____. Uma política para a Pesquisa Educacional no Brasil. R. Bras. Est. Pedagógicos, v.52, n.115, p.6-12, 1969. Editorial.
- ANDRADE, R.A. Sobral de. Avatares da história da psicanálise: da Medicina Social no Brasil à Medicina Nazista à Medicina Romântica Alemã. In: HERCHMAN, M.; PEREIRA, J. C. M. (Org.) A invenção do Brasil Moderno; Medicina, Educação e Engenharia nos anos 20 e 30. Rio : Rocco, 1994. 226p.
- AZEVEDO, Fernando.. Na pesquisa das raízes de uma instituição. R.Bras.Est.Pedagógicos, v.42, n.95, p.18-26, jul./ set. 1964. p.24
- BELKIN, Nicholas J.; ROBERTSON, Stephen E. Information Science and the phenomenon of information. Journal of the American Society for Information Science., jul./ ago., 1976.
- BEN-DAVID, Joseph. O papel do cientista na sociedade: um estudo comparativo. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo : Pioneira : Editora da USP, 1974.
- BORGES, Jorge Luis. *Tlon ugbar urbis tertius* In: Ficcões. 5ed. São Paulo : O Globo, 1989. p.1
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato Org. Pierre Bourdieu. Coordenação de Florestan Fernandes. São Paulo : ÁTICA, 1983.p.122.
- BRAGA, Gilda Maria. Relações bibliométricas entre a frente de pesquisa (*research front*) e revisões de literatura: estudo aplicado à Ciência da Informação. Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.9-26, 1973.
- _____. Semantic theories of information. Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.69-73, 1977.
- _____; FIGUEIREDO, Laura Maia de; BRAGA, Helena M. P. Produtividade de autores, periódicos e termos da Bibliografia Brasileira de Direito. Reunião Brasileira de Ciência da Informação, 1 Anais... Rio : IBICT, 1978. p.247-58.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Introdução à análise do discurso. 3ed. Campinas : Editora da Unicamp, 1994. p.28.
- BRITTO, Jader de Medeiros. Presença da revista na educação brasileira. R. Bras. Est. Pedagógicos, v.65, n.150, p.239-40, maio/ ago., 1984. p.239 Editorial
- BRUNNER, José Joaquin. Modernidad y educación superior : notas de discusión. Educação Brasileira. Brasília : Conselho de Reitores de Universidades Brasileiras CRUB, v.13, n.27, jul./ dez. 1991.

- BUSCHMAN, John; MICHAEL, Carbone. A critical inquiry into librarianship: applications of the New Sociology of Education. The Library Quarterly, v.61, n.1, jan., 1991. p.15-45.
- CAMPOS, Maria Malta; FAVERO, Osmar. A Pesquisa em Educação no Brasil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo : Fundação Carlos Chagas, n.88, fev., 1994. p. 5-17.
- CARVALHO, Janete Magalhães. A formação do professor pesquisador em nível superior no Brasil; análise histórica do discurso do governo e da comunidade acadêmico-científica (1945-64). Rio de Janeiro :UFRJ- Fac. Educação, 1992. 2 v. [Tese de Doutorado]
- CHIZZOTTI, Antônio. A & P da Pesquisa através da publicação em periódicos. In: Avaliação e Perspectivas da ANPEd - 1993. p.217-227.
- CHONEZ, A. La dispersion de la literature périodique en Science de l 'Information, ou l'imposture pseudo-scientifique de la loi de Bradford. Documentaliste: revue de l'information et des techniques documentaires, v.11, n.4, p.175-84, dec. 1974.
- COLE, J. R.. et alii. Peer review and the support of science. Scientific American, v.237, n.4, oct. 1977. p.34-41.
- CORACINI, Maria José. Um fazer persuasivo; o discurso subjetivo da ciência. S. Paulo : EDUC; Campinas : Pontes, 1991. 216p.
- CORRÊA, Arlindo Lopes. Pesquisa e planejamento educacional. R. Bras.. Est. pedagógicos, v.62, n.115, p.14-21, jul./ set. 1969.
- CRANE, Diana. Social structure in a group of scientists; a test of the invisible college hypothesis. American Sociological Review. v.34, 1969, p.335-52.
- CRONIN, Blaise. The citation process. London : Taylor Gaham, 1984. 103p.
- CUNHA, Luiz Antônio. Os (des)caminhos da Pesquisa na Pós-Graduação em Educação. In: Seminário sobre Produção Científica nos Programas de Pós-Graduação em Educação. Anais... Brasília : CAPES, 1979.
- CURRAS, Emilia. Información; Ciencia de la Información como sistema en interacción dialéctica. Infolac ; Boletín trimestral del Programa Regional para el fortalecimiento de la cooperación entre Redes y Sistemas Nacionales de Información para America Latina y el Caribe, Caracas, Venezuela : UNESCO/PGI, v.8, n.3, jul./ sept. 1995. p.27.
- CURRICULUM Vitae; Prof. Newton Lins Buarque Sucupira. [1996?]. [35p. Documento em cópia impressa por microcomputador].
- DIAS, Maria Vitória. História e Discurso; A Arqueologia de Michel Foucault. Belo Horizonte : Faculdade de Filosofia da UFMG, 1989. 180p. [Dissertação de Mestrado]
- DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983. Coordenação de Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio : Ed. Forense-Universitária : FGV/CPDOC : FINEP, 1984.

- DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Vers une théorie de la pratique discursive.. In: Michel Foucault; un parcours philosophique; au-delà de l'objectivité et de la subjectivité. Traduit d'anglais par Fabienne Durante-Bogaert. Paris : Gallimard, 1984. Chapitre III
- DUCROT, Oswald. O dizer e o dito; revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas : Pontes, 1987.
- ENCYCLOPEDIA of Educational Research. 7.th ed. N.York : McMillan, 1969. [verbetes: *Educational Research; Research Paradigms in Education; History of Educational Research*]
- ENCYCLOPEDIA of Library and Information Science. Kent Alen; Lancour & Daily Jay E. New York, Marcel Decker Inc., 1979. [verbeta: *Scientific Literature* p. 393-398]
- ERIBON, Didier. Michel Foucault.: 1926-1984. Tradução de Hildegard Feist. S.Paulo : Companhia das Letras, 1990.
- ESTEVES, Oyara Petersen. Pesquisa educacional em crise: ontem, hoje - que caminho tomar? Cadernos de Pesquisa, São Paulo : Fundação Carlos Chagas, n.50, p.3-14, ago., 1984.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. As faculdades de filosofia: subsídios para um debate. Revista Universidade e Sociedade. Sindicato ANDES Nacional, ano 2, n.11, jul., 1996. p.22-30.
- _____. Tese: A institucionalização da pesquisa educacional no Brasil : estudo bibliométrico dos artigos publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: 1944-74. Rio de Janeiro, 1996. 9p. [Comentários sobre a tese de Lídia Alvarenga - UFMG/FAE, 1996]
- FÁVERO, Osmar. Uma pedagogia da participação popular; análise da prática pedagógica do MEB - Movimento de Educação de Base : 1961-66. São Paulo : PUC/SP, 1984. [Tese de Doutorado. Orientador: Prof. Dr. Dermeval Saviani]
- FIGUEIREDO, Laura Maia. Distribuição da literatura geológica brasileira : estudo bibliométrico. Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.27-40, 1973.
- FONSECA, Edson Nery da. Bibliografia estatística e bibliometria; uma reivindicação de prioridades. Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.5-7, 1973.
- FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, revisão de Ligia Vassalo. Petrópolis : Vozes, Lisboa : Centro do Livro Brasileiro, 1972. 260p. [Edição Original publicada em 1969].
- _____. Resposta a uma questão. Tempo Brasileiro, n.28. [Número Especial enfocando: Epistemologia; a teoria da ciência questionada por Bachellard, Miller, Canguilhem, Foucault].
- FRAISSE, Emmanuel. Conferência. In: Seminário “Hábitos de leitura e uso de bibliotecas por Professores Universitários”. Belo Horizonte : UFMG/FAE, nov. 1995. [Professor francês “Agregé”. Pesquisador do “Bureau d ‘Accion Linguistique et Éducative”]

- FREITAS, Elizabeth Cassimiro de. Produção científica: concepções, parâmetros avaliativos e configuração no Brasil. Tópicos Educacionais, Recife, v.8, n.2, p.25-42, jul./dez. 1990.
- _____. Produção científica em educação: concepções, parâmetros avaliativos e configuração no Brasil. Tópicos Educacionais, v.9, n.1/2, p.23-35, 1991.
- GAMBOA, Silvio Ancizar Sanchez. Epistemologia da Pesquisa em Educação: estruturas lógicas e tendência metodológicas. Campinas : UNICAMP, 1987. 219p. [Dissertação de Mestrado] p.48
- GANDINI, Raquel C. Tecnocracia, capitalismo e educação em Anísio Teixeira. Rio : Civilização Brasileira, 1980. [Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da UNICAMP]
- _____. Intelectuais Estado e Educação : Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos : 1944-52. Campinas : UNICAMP, 1995.
- GATTI, Bernardete A pesquisa em educação; um tema em debate. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.80, fev. 1992. p.106-111.
- _____. A Pós-Graduação e Pesquisa em Educação no Brasil:1978-1981. Cadernos de Pesquisa, 44, p.3-17, fev. 1982.
- GOERGEN, Pedro. A Pesquisa Educacional no Brasil: dificuldades, avanços e perspectivas. Em Aberto, Brasília, n.31, jul./set., 1986.
- GOUVEIA, Aparecida Jolly. A Pesquisa Educacional no Brasil. Cadernos de Pesquisas, n.1, jul., 1971.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Formar Pesquisadores. Boletim da ANPED, v.9, n.1, jan./ mar. 1987. p.35.
- GUPTA, BM.; NATHAN, S. S. Scientific and technical periodicals in the developing countries. Herald Library Science, v.1, n.1-2, jan./ apr., 1980. p.7-17.
- HEGENBERG, Leônidas. Explicações científicas; introdução à filosofia da ciência. São Paulo : Herder, 1969. p. 129. cap.: Teorias.
- HECKMAN, Susan J. Hermenêutica e Sociologia do Conhecimento. Lisboa : Edições 70, 1986.
- HERCHMANN, M.; PEREIRA, J.C.M. (org.). A Invenção do Brasil Moderno; Medicina, Educação e Engenharia nos anos 20 e 30. Rio de Janeiro : Rocco, 1994. 226p.
- HOUSSAY, Bernard A. A universidade e a investigação científica. R. Bras. Est. Pedag., v.3, n.5, p. 299-318, mar. 1945. [Republicado da: Revista de la Universidad de Buenos Aires]
- HUIDOBRO, Juan Eduardo G. Investigación Educacional en America Latina; algunas reflexiones sobre su desarrollo e sus marcos conceptuales. In: Seminário Latino-Americano de Institutos de Pesquisa em Educação, Anais... Brasília : INEP, 1988 p. 10 - 61 - [Incluindo debates sobre a exposição do autor].

- IANNI, Otávio. O planejamento em regime autoritário. In: ---. Estado e planejamento econômico no Brasil 1930-70. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1975. p.225-316.
- IGLÉSIAS, Francisco. Trajetória política do Brasil 1500-1964. São Paulo : Companhia das Letras, 1993. p.246-80.
- JAPIASSU, Hilton. Introdução ao pensamento epistemológico. 6ed. Rio : Francisco Alves, [s.d.]
- KAPLAN, Norman. The norms of citation behavior : prolegomena to the footnote. Journal of American Society Information Science. v.16, n.3, jul. 1965.
- KESSLER, M.M. Bibliographic coupling between scientific papers American Documentation, jan. 1963.
- KREMER, Jeanette Marguerite. Information flow among engineers in a design company. Urbana, Illinois : University of Illinois at Urbana-Champaign, 1980. 158p.
- _____. Perspectives for Information Services and professionals in Brasil. In: LANCASTER, W. London: 1993.
- KUHN, T. S. A função do dogma na investigação científica. In: DEUS, Jorge Dias de. A crítica da ciência; sociologia e ideologia da ciência. Rio : Zahar, 1974. p. 53-78.
- LANE, Phillippe. La périphérie du texte. Paris : Nathan , 1992. (Série “*Linguistique*”)
- LAWANI, S.M. Bibliometrics; its theoretical foundation, methods and applications. Libri, v.31, n.4, 1981. p.294-315.
- LE GOFF, Jacques. Documento-monumento. In: História e memória. Tradução Bernardo Leitão, et al. Campinas : Editora da UNICAMP, 1990. p. 535-549. [Capítulo traduzido por Suzana Ferreira Borges].
- LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstron. A Educação e os estudos pedagógicos no Brasil. R. Bras. de Est. Pedagógicos, v.35, n.82, abr./jun. 1961 p. 52-66
- _____. Antecedentes e primeiros tempos do Inep. R. Bras. de Est. Pedagógicos, v.42, n.95, p.8-17, jul./ set., 1964.
- Mc ROBERTS, Michael H.; MacRoberts, Barbara. Problems of citation analysis: a critical review. Journal of American Society for Information Science, v.40, n.5, p.342-9, 1989.
- MACHADO, Roberto. Ciência: a trajetória de Michel Foucault. Rio : Graal, 1992. p.84.
- _____. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 11ed. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro : Graal, 1993. [Edição com base nos textos de Michel Foucault, incluindo os 9 textos que compõem a edição italiana “*microfísica del potere*”. Torino: Einaudi, 1977.

Organizado por Pasquali Pasquino e Alexandre Fontana e outros textos peculiares à Edição Brasileira]

- MAINGUENEAU, Dominique. Novas Tendências em Análise do Discurso. 2ed. Trad. Freda Indursky. Campinas : Pontes : Editora da UNICAMP, 1993.
- MELLO, Guiomar Namó de A Pesquisa Educacional no Brasil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.46, ago. 1983. p.68
- _____. Pesquisa Educacional, Políticas Governamentais e o Ensino de Primeiro Grau. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.53, maio, 1985. p.26.
- MERQUIOR, José Guilherme. Michel Foucault; ou o nihilismo de cátedra. Tradução. de Donaldson M. Gaschagen. Rio : Nova Fronteira, 1985.
- MERTON, Robert. Behavior patterns of scientists. American Scientists, 58 p.1-23, 1969.
- _____. Os Imperativos institucionais da Ciência. In: DEUS, Jorge Dias de. A crítica da ciência; sociologia e ideologia da ciência. Rio : Zahar, 1974.
- MOACIR, Primitivo. O Congresso de Instrução Pública Superior e Secundária em 1922. R. Bras. Est. Pedagógicos, Rio de Janeiro, INEP, v.1, n.3, p.403-17, set., 1944.
- MORIN, Edgar. Science avec conscience. Nouvelle édition. Paris : Fayard: Seuil, 1984, 1992.
- NARIN, F., MOLL, J. Bibliometrics. Annual Review of Information Science and Technology. New York, v.12, p.35, 1977.
- NERI, Lídia Alvarenga. Núcleos de periódicos e as opiniões de especialistas; estudo na área da Educação. Rio : Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia -IBICT/UFRJ, 1984. [Dissertação de Mestrado. Orientadora Prof. Doutora Gilda Maria Braga]. p.3.
- PAIM, Antônio. Por uma universidade no Rio de Janeiro. In: SWARTZMAN, Simon et alii Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro. Brasília : CNPq, 1982. 243p.
- PAULSTON, Rolland. Mapping Ways of seeing in Educational Studies. La Educación; Revista Interamericana de Desarrollo Educativo, v.37, n.114, 1993. p.1-18.
- PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. Escola de Pesquisar; estudo sobre a formação do pesquisador. Rio : UFRJ, 1994. [Tese de Doutorado]
- PIERCE, Sydney J. Dead germans and the theory of librarianship. American Libraries, v.23, n.8, sept. 1992. p.641-643.
- PILLATI, Orlando. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais: notas históricas ; versão preliminar de trabalho. Brasília : INEP, 1995. [Impresso a partir de um arquivo de computador].

- PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e existência; problema filosófico da pesquisa científica*. 2ed. Rio : Paz e Terra, 1979. 537p.
- PRICE, Derek de Solla. Networks of Scientific papers. Science, v.149, jul., 1966.
- ____; BEAVER, D. Collaboration in an invisible college. American Psychologist, v.21, n.11, p.1011-1017, 1966.
- RADFORD, Gary P. Positivism, Foucault, and the fantasia of the library: conceptions of knowledge and the modern library experience. Library Quarterly, v.62, n.4, 1992 p.408-424
- ROCHA, Juracy Feitosa. Periódicos e seriados brasileiros; guias e repertórios gerais e especializados. Com a colaboração de Jaime Robredo e Nilcea Amábília Rossi Gonçalves. Brasília : Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1988.
- SANTOS, Teobaldo Miranda. A educação e o método. R. Bras. Est. Pedag., v.12, n.26, p. 99-102, jan./ fev. 1947. [Republicado do periódico: *A Manhã*, Rio de Janeiro].
- SCHNEIDER, Michel. Ladrões de palavras; ensaio sobre o plágio, a psicanálise e o pensamento. Tradução de Luiz Fernando P.N. Franco. Campinas : UNICAMP, 1990.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema. Rio de Janeiro : Paz e terra; São Paulo : EDUSP, 1984. 1984.
- SENGUPTA, I.N. Bibliometrics, informetrics, scientometrics and librametrics: an overview. Libri, v.42, n. 2, p.75-98, 1992.
- SMITH, Linda C. Citation analysis. Library Trends, v.30, n.1, 1981. p.83-106.
- SOARES, Magda Becker. Tese de Lídia Alvarenga: A institucionalização da pesquisa educacional no Brasil. Belo Horizonte : Agosto, 1996. 9p. [Comentários sobre a tese; texto processado por computador]
- SOBRAL, Fernanda. A de Fonseca. Comentários sobre os Trabalhos de Luiz Antônio Cunha e Silke Weber. Cadernos CEDES, Centro de Estudos Educação e Sociedade, v.27, 1992.
- TEIXEIRA, Mirene Mota Santos. *O significado pedagógico da obra de Anísio Teixeira*. Belo Horizonte : UFMG/FAE, 1981. [Dissertação de Mestrado Orientador: Prof. Doutor Carlos Roberto Jamyl Cury]
- VEIGA, Laura da. Reforma universitária na década de 60; origens e implicações político-institucionais. Ciência e Cultura, v. 37, n. 7 - [suplemento], 1985.
- VELLOSO, Jacques. Pesquisa educacional na América Latina; tendências, necessidades e desafios. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.81, p. 5- 21, maio 1992.
- VENÂNCIO FILHO, Francisco. Fontes para a História da Educação no Brasil. R. Bras. Est. Pedag., v.36, n.84, set. 1945. p.369-74.

- VICKERY, B.C. Bradford's law of scattering. Journal of documentation, v.4, n.3, p.198-203, 1948.
- VIDAL, Diana Gonçalves; CAMARGO, Marilena Jorge Guedes de. A Imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. R. Bras. de Est. Pedagógicos, v.73, n.175, p. 416, set.- dez. 1992.
- VITA, Luis Washington. Introdução à filosofia. Prefácio de Miguel Reale. 2ed. São Paulo : Melhoramentos, 1965.
- WARDE, Míriam Jorge. Prefácio. In: GANDINI, Raquel. Intelectuais, estado e educação : Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos : 1944-52. Campinas : Editora da UNICAMP, 1995.
- _____. A produção discente dos programas de pós-graduação em educação no Brasil (1982-1991): avaliação e perspectivas. In: Reunião Anual da ANPed - Documento para Avaliação e Perspectiva. Anais... Caxambu, 1994, p. 31-81.
- ZEMELMAN, Hugo. Los Horizontes de la Razón; uso crítico de la teoría. Barcelona : Anthropos; Mexico : El Colegio de Mexico, 1992. 2v.
- ZIMAN, John. Conhecimento público. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : Universidade de São Paulo, 1979.
- _____. Information, communication, knowledge. Nature, v.224, 1969. p.318-324.

ANEXO 1:

ARTIGOS DE PERIÓDICOS PERTINENTES À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA
EDUCACIONAL NO PERÍODO ANTERIOR À IMPLANTAÇÃO
DA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO BRASIL

- A CIÊNCIA e o desenvolvimento. **RBEP**, v.34, n.80, p.96-9, out.- dez. 1960. **560**¹⁰³
(115)¹⁰⁴
- ABREU, Jayme. Atualidade de John Dewey. **RBEP**, v. 34, n. 80, p. 8-16, out.- dez. 1960. **17**
(044)
- _____. Economia e educação. **RBEP**, v.45, n.101, p.38-44, jan./ mar . 1966. **21** (171)
- _____. Pesquisa e planejamento em Educação. **RBEP**, v.26, n.63, p.99-122, jul./ set., 1956. **43**
(007)
- _____. Tentativa de aproximação sociológica ao entendimento de educação no Brasil. **RBEP**,
v.42, n.96, p.312-6, out./ dez. 1964. **62** (172)
- _____. Uma política para a Pesquisa Educacional no Brasil. **RBEP**, v.52, n. 115, p. 6-12, 1969.
Seção: Editorial. **44** (016)
- AÇÃO do INEP e Centros de Pesquisa Educacionais em 1959. **RBEP**, v.33 n.78, p. 98-125,
abr.- jun. 1960. **71** (020)
- AÇÃO do INEP e Centros de Pesquisa no quinquênio 1956-60. **RBEP**, v.35 n.81, p.95-135,
jan./ mar. 1961. **72** (021)
- ADMINISTRAÇÃO e pesquisa. **RBEP**, v.6, n.18, dez. 1945. p.361-2, [Editorial] **77** (113)
- AHMED, Rais. Problemas da Ciência nos países subdesenvolvidos. **Jornal do Comércio**, Rio
de Janeiro. **RBEP**, v. 36, n. 84, p. 172-4, out./ dez. 1961. **79** (175)
- ALGENY, Maria. Da Biologia à Biologia Educacional. **Correio da Manhã**, Rio, **RBEP**, v.13,
n.36, p.371-3, maio / ago. 1949. Através... **95** (210)
- AS ATIVIDADES do INEP e dos Centros de Pesquisas Educacionais (1958) **RBEP**, v.31,
n.73, p.29-77, jan./ mar., 1959. **210** (019)
- ATIVIDADES do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais em 1962. **RBEP**, v.39 n.89,
p.50-71, jan./ mar, 1963. **209** (027)
- AZEVEDO, Fernando de. Na Pesquisa das raízes de uma instituição. **RBEP**, v.42, n.95, p.18-
26, jul./ set 1964. **232** (011)

¹⁰³ Número de ordem constante do *índice acumulado* da RBEP -1944-84.

¹⁰⁴ Número sequencial do artigo, na presente pesquisa.

- BASTOS, Lília da Rocha. [resenha] ARY, D.; JAQCOBS, L.C.; RAZAVICH, A. Introduction to Research in Education. **RBEP**, v.60, n.136, p.624. out./ dez. 1974. **287 (060)**
- BAUZER, Riva. Pesquisa em Educação. **Boletim da CBAI**. Rio de Janeiro. **RBEP**, v.26, n.63, p.257-62, jul./ set. 1956. **298 (076)**
- BOSON, G. Educação e Sociologia Educacional. **Diário de Minas**, Belo Horizonte. **RBEP**, v.17, n.45, p.290-2, jan./ mar. 1952 [seção através...]. **341 (176)**
- BRAVO, Luiz. A pós-graduação no Brasil. **Correio da Manhã**. Rio, 26,29 e 31-12-71. **RBEP**, v.58, n.128, p.388-97, out./ dez. 1972. [Através..]. **253 (109)**
- BREJON, Moysés [resenha] UNESCO. Readings in the Economics of Education: Texts choisis sur l' Économie de l' Éducation. **RBEP**, v.60, n.133, p.115-7, jan./ mar.1974. **359 (177)**
- CAMPOS, Maria Aparecida Pourchet. A Pesquisa Científica e o desenvolvimento das especialidades. **O Globo**, Rio 11/11/71. **RBEP**, v.59, n.129, p.179-83, jan./ mar. 1973. **414 (114)**
- _____. Implantação dos cursos de pós-graduação. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 Nov. 1969. **RBEP**, v. 53, n. 118 p. 435-8, abr.- jun., 1970.[Seção: Através de revistas e jornais] **412 (075)**
- _____. Política de pós-graduação no Brasil. **RBEP**, v.58, n.128, p.232-40, out./ dez. 1972. **415 (110)**
- CAMPOS, Paulo de Almeida. Faculdade de Educação na atual estrutura universitária brasileira. **RBEP**, v.53, n.118, p.323-52, abr./ jun. 1970. **418 (061)**
- CAPALDO, Creusa. A dimensão dialética do pensamento educacional. **RBEP**, v.60, n.134, p.218-26, abr./ jun. 1974. **430 (053)**
- CARNEIRO JUNIOR, David. Pesquisa tecnológica e formação de pessoal. **O Globo**, 12 a 19-03-71. **RBEP**, v.55, n.122, p.326-33, abr./ jun. 1971.[Jornais e revistas] **455 (116)**
- CARVALHO, Antônio Paes de. Realidade e objetivos na pesquisa e na pós-graduação na UFRJ. **RBEP**, v.58, n.128, p.281-7, out./ dez. 1972. **468 (111)**
- CENTENÁRIO de John Dewey. **RBEP**, v. 32, n. 75, p. 1-2, jul./ set. 1959 [Editorial] **523 (025)**
- CENTRO Brasileiro de Pesquisas Educacionais. **RBEP**, v.23, n.59, p.118-36, jul./ set. 1955. **524 (023)**
- CHAGAS FILHO, Carlos. A conquista da Ciência no Brasil. **Correio da Manhã**. **RBEP**, v.36, n.83, p.27-37, jul./ set. 1961. **545 (083)**
- _____. A formação dos pesquisadores. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro **RBEP**, v.38, n.87, p.236-9, jul./ set., 1962. [Seção através...] **546. (178)**

- _____. A Universidade no Brasil em face do problema da formação de quadros técnicos. **RBEP**, v.37,n.86, p.32-43, abr./ jun., 1962. **549 (179)**
- CHAGAS FILHO, Carlos. Atualidade e perspectiva da pós-graduação,. **RBEP**, v.58, n.128, p.241-8, out./ dez. 1972. **544 (086)**
- _____. Perspectivas e dificuldades da pesquisa científica no Brasil. **RBEP**, v.26, n.63, p.54--77, jul./ set. 1956. **548 (082)**
- _____. Variações sobre o tempo integral. **Correio da Manhã**. Rio, **RBEP**, v.37, n. 86, p. 210-4, abr./ jun. 1962. **550 (102)**
- CHAGAS, Valnir. A Reforma Universitária e a Faculdade de Filosofia. **RBEP**, v.36, n.83, p.38- 80, jul./ set. 1961. **541 (084)**
- _____. Faculdade de Educação e a renovação do Ensino Superior. **RBEP**, v.47, n.105, jan./-mar. 1967. p.102-15. **537 (085)**
- CHAVES, Nelson. Universidade, pesquisa e humanismo. **RBEP**, v.24, n.0, p.104-20, out./ dez. 1955. **553 (005)**
- COLÓQUIO de CAEN sobre Ensino Superior de Ciência e Pesquisa, 2. **Revue de l'Enseignement Superieure**. **RBEP**, v.50, n.111, p.185-7, jul./ set. 1968. **577 (153)**
- CORNELL, Francis G. Pesquisa e Ciência na Educação. **RBEP**, v.26, n.63, p.91-8, jul./ set., 1956. **639 (006)**
- CORRÊA, Arlindo Lopes. Pesquisa e Planejamento Educacional. **RBEP**, v.62, n.115, p.14-21, jul./ set. 1969. **643 (017)**
- COUTINHO, Afrânio. Universidade e pesquisa. **Diário de notícias**. Rio de janeiro. **RBEP**, v.25, n.62, p.131-2, abr./ jun. 1956. [Seção: através de revistas e jornais]. **682 (148)**
- DA NECESSIDADE do Regime de tempo integral. **O Estado de São Paulo**, São Paulo. **RBEP**, v. 21, n. 53, p.199-201, jan./ mar. 1954 **716 (035)**
- DI DIO, Renato Alberto T. A Pesquisa Educacional no Brasil. **RBEP**, v.60, n.136, p.518-26, out./ dez. 1974 **751 (032)**
- DOCUMENTAÇÃO e Pesquisa num sistema integrado de informação. **RBEP**, v.60, n.133, p.5-6 [editorial] jan./ mar. 1974. **767 (046)**
- DREYFUS, André. A Faculdade de Filosofia Ciência e Letras da Universidade de São Paulo e sua reforma. **RBEP**, v.10, n.26, p.7-24, jan./ fev. 1947. **773 (147)**
- DUARTE, Sérgio Guerra. Antropologia e Educação. **RBEP**, v.47, n.105, p.129-35, jan./ mar. 1967. **778 (181)**
- EBEL, Robert L. Limitações da pesquisa básica em Educação. **RBEP**, v.52, n.115, p.57-64, jul./ set., 1969 **796 (015)**
- EDUCAÇÃO como processo científico e técnico. **RBEP**, v.55, n.122, p. 187-8, abr./jun. 1971 [Editorial]. **800 (152)**

- EDUCAÇÃO cultura e pesquisa na Mensagem Presidencial. **RBEP**, v.47, n.105 p. 153-7, jan./ mar. 1967 **802 (066)**
- EDUCAÇÃO e técnica científica. **RBEP**, v.12,n.34, p.3-4, set./ dez. 1948.[Editorial] **819 (182)**
- ESTATÍSTICA e Educação.**RBEP**,v.2,n.4, p.3-4, out.. 1944 [Editorial]. **879. (183)**
- ESTUDOS Objetivos de Educação. **RBEP**, v.6, n.16, p:3-4, out. 1945.[Editorial] **883 (022)**
- EVOLUÇÃO do pensamento pedagógico brasileiro. **RBEP**, v. 1, n. 3, p.339-40, set. 1944.[Editorial] **887 (055)**
- EXPOSIÇÃO de Motivos do Plano Quinquenal de Pesquisas. **RBEP**, v.36, n.84, p.100-5, out./dez., 1961. **893 (149)**
- EXTRATO de Resposta do INEP a questionário da OEA sobre Educação, Ciência e Cultura. **RBEP**, v.42, n.96, p.332-65, out./ dez.,. 1964. **895 (150)**
- FERNANDES, Florestan. A Ciência aplicada e a Educação como fatores de mudança cultural provocada. **RBEP**, v.32, n.75, jul./ set., 1959. p.28-78 **916 (087)**
- _____. Formação de profissionais e especialistas nas Faculdades de Filosofia. **Revista Brasileira**, S.Paulo. **RBEP**, v.37, n.85, p.227-33, jan./ mar. 1962. [Através...]... **920 (088)**
- _____. O cientista brasileiro e o desenvolvimento da Ciência. **Revista Brasileira** , São Paulo. **RBEP**, v.34, n.8, p.31-59, out./ dez. 1960. **917 (089)**
- _____.[resenha] CHAGAS, Valnir. A Reforma Universitária e a Faculdade de Filosofia. Fortaleza : Imprensa Univ. do Ceará, 1961. 95p. **RBEP**, v.37, n.86, p.195-7, abr./ jun. 1962. **922 (090)**
- FERREIRA, Livia [Resenha] MANHEIM, Karl & STWART, .W.A.C. Introdução à Sociologia da Educação. **RBEP**, v.57, n. 126, p.375-7, abr./ jun. 1972.. **934 (057)**
- FMM [resenha] EDMAN, Irwin. John Dewey. **RBEP**, v.38, n.87, p.226-30, jul./ set. 1962 **902 (068)**
- F.P.[Resenha] YOUNG, M. Innovation and research in Education. **RBEP**, v.46, n.104, p.407-09, out./ dez. 1966. **904 (071)**
- FREYRE, Gilberto. Região, Pesquisa Social e Educação. **RBEP**, v.29, n.69, p.31-41,. 1958. **990 (097)**
- _____. Uma Conferência sobre John Dewey. **O Cruzeiro**, Rio. **RBEP**, v.34, n.80, p.193-4, out./ dez.. 1960 **988 (048)**
- FURTER, Pierre [resenha] NASSIF, Ricardo. Pedagogia de nuestro tiempo; hechos, problemas, orientación. **RBEP**, v.48, n. 8, p.350-1, out./ dez. 1967. **1013 (072)**
- GALVÃO, Jesus Belo. As Faculdades de Filosofia como escolas de professores. **O jornal**, Rio. **RBEP**, v.13, n.37, p.219-23, set./ dez. 1949.[Jornais..]. **1021 (156)**

- GERSDOFF, Ralph von. A pesquisa econômica aplicada à Educação. **RBEP**, v.52, n.115, p.33, jul./ set., 1969. **1030 (018)**
- GÓES FILHO, Joaquim Faria. Treinamento do pessoal brasileiro no Exterior. **RBEP**, v.58, n.128, p.314-9, out./ dez. 1972. **1051 (193)**
- GOIS SOBRINHO, Faria. Conceito biológico da Educação. **RBEP**, v.3, n.7, p.44-54, jan. 1945. **1053. (073)**
- _____. Faria. Educação, Humanismo, Cultura. **RBEP**, v.9, n.25, p.282-96, nov./ dez. 1946. **1055 (078)**
- _____. Sentido e objeto das Faculdades de Educação. **RBEP**, v.51, n.114, p.277-98, out./ dez. 1972. **1046 (101)**
- GÓIS, Paulo de. A investigação científica; dever social da universidade. **RBEP**, v.35, n.82, p.34-51, abr./ jun. 1961. **1045 (211)**
- _____. Aspectos administrativos da educação pós-graduada no Brasil. **RBEP**, 58, n.128, p.224-31. out./ dez. 1972. **1046 (157)**
- GONÇALVES, Suzana. A CAPES e a política de formação de quadros. **RBEP**, v.43, n.97, p.73-6, jan./ mar. 1965. **1074 (186)**
- GOUVEIA FILHO. Pedro. Edgard Roquette Pinto - Antropólogo e educador. **RBEP**, v.23, n. 59, p. 31-57, jul./ set. 1955. **1094 (081)**
- GOUVEIA, Aparecida Joly. A Pesquisa Educacional no Brasil. **RBEP**, v.55, n.122, p. 209-41, abr./ jun. 1971 **1089 (012)**
- _____. Algumas Reflexões sobre a Pesquisa Educacional no Brasil. **RBEP**, v.60,n.136. p.496-500, out./ dez. 1974. **1083 (028)**
- GRANATO, Terezinha Corseuil. Contribuições do pensamento antropológico à Educação. **RBEP**, v.60, n.134, p.227-35. 1974 **1099 (054)**
- _____.[resenha] BOLLNOW, Otto, Friedrich. Pedagogia e Filosofia da Existência. **RBEP**, v.60, n.134, p.282-4, abr./ jun., 1974. **1100 (187)**
- GUIDI, Maria Laís Mousinho. A pós-graduação na perspectiva do desenvolvimento [Editorial] **RBEP**, v.58, n.128, p.211-14, out./ dez. 1972. **1116 (112)**
- HEGENBERG, Leônidas. A informação em Ciência. **O Estado de São Paulo**, 20 Out. 1965. **RBEP**, v.44, n.100, p.488-91, out./ dez. 1965. [Através...] **1140 (099)**
- _____.[resenha] HEMPEL, Carl G. Aspects of scientific explanation. **RBEP**, v.48, n.108 , p.351-2, out./ dez. 1967. **1143 (191)**
- HILL, A.V. O Controle social e ético dos resultados da descoberta científica. **RBEP**, v.20,n.52, p.43-53, out./ dez. 1953. **1151 (190)**

- HOSELITZ, Bert F. Reflexões sobre a Economia e a Educação nos Países Subdesenvolvidos. **Tiers Monde**, Paris. **RBEP**, v.36, n.84, p.137-46, out./ dez. 1961. [Seção: revistas ...] **1162 (189)**
- HOUSSAY, Bernardo A. A Universidade e a investigação científica. **Revista de la Universidad de Buenos Aires**. **RBEP**, v.3, n.9, p.299-318, mar. 1945. **1165 (188)**
- HUSEN, Torsteu. Pesquisa e elaboração de uma política da Educação. **Education et culture**, Strasbourg, n.7, p.7-14, 1968. **RBEP**, v.52, n.115, p.184-92, jul./ set. 1969. Através... **1170 (192)**
- HYLLA, Erich. A Natureza e as funções da Pesquisa Educacional. **RBEP**, v.26, n.63, p.78-90, jul./ set. 1956. **1171 (059)**
- INEP: Coordenação de Estudos e Pesquisas Educacionais; pesquisas em desenvolvimento. **RBEP**, v.60, n.136, p.580-603, out./ dez. 1974 **1178 (160)**
- _____. Estímulo a Estudos e Pesquisas Educacionais. **RBEP**, v.60, n.136, out./ dez., 1974 p.537-63 **1181 (034)**
- INFORME do Primeiro Simpósio de Política Nacional de Pós-Graduação. **RBEP**, v.58, n.128, p.335-9, out./ dez. 1972. **1188 (119)**
- INVESTIGAÇÃO Pedagógica e consciência técnica. **RBEP**, v.4, n.10, p.3-4, abr. 1945 [Editorial] **1203 (001)**
- JEAN, Ivonne. A Escola Parque e o Centro Regional de Pesquisas da Bahia. **Leitura**, Rio **RBEP**, v.31, n.74, p. 317-21, abr./ jun. 1959. **1219 (100)**
- KILPATRICK, William Heard. A Filosofia da Educação de Dewey. **The Educational Forum**. (EUA). **RBEP**, v. 19, n.49, p.77-91, jan./ mar. 1953. **1259 (194)**
- LAUWERYS, J. A. Instalação e desenvolvimento das Faculdades de Educação no Brasil. **RBEP**, v.51, n.114, p.305-339, abr./ jun. 1969. **1284 (170)**
- _____. Pesquisa Educacional no Reino Unido. **RBEP**, v.39, n.90, p.24-34, abr./ jun., 1963 **1285 . (008)**
- LEITE, Celso Barroso. A pós-graduação e o papel da CAPES. **RBEP**, v.58, n.128, p.352-8, out./ dez. 1972. **1305 (096)**
- LIMA, Lauro de Oliveira. De Rousseau a Piaget, tudo o que é a Criança. **Jornal do Brasil**, Rio. **RBEP**, v. 56, n.123, p.234-7, jul./ set. 1971. **1337 (142)**
- LOPES, José leite. A Significação da Ciência no mundo contemporâneo; o problema brasileiro. **RBEP**, v.40, n.92, p.34-45, out./ dez. 1963. **1364 (092)**
- _____. Centros Nacionais de Treinamento e Pesquisa para o Desenvolvimento. **Tempo Brasileiro**, Rio. **RBEP**, v.40, n.91, p.221-7, jul./ set. 1063. **1362. (091)**
- _____. Estrutura dos institutos de pesquisas científicas. **RBEP**, v.48, n.108, p.206-301, out./ dez. 1967. **1363 (093)**

- _____. Só os Cientistas colocarão o Brasil no mapa atômico. **O Estado de São Paulo**, 18 out. 1964. **RBEP**, v.42, n.96, p.412-8, out./ dez. 1964. [Através...] **1365. (095)**
- LOURENÇO FILHO, M. B. A Educação e os Estudos Pedagógicos no Brasil. **RBEP**, v.35, n.82 p. 52-66, abr./ jun. 1961. **1387 (026)**
- . A Propósito do centenário de John Dewey. **Educação**, Rio. **RBEP**, v.35, n.82, p.157-64, abr./ jun. 1961. **1414 (024)**
- LOURENÇO FILHO, M. B. Atualidade de Rousseau. **RBEP**, v.38, n. 88, p.6-22, out./ dez. 1962. **1377 (128)**
- _____. Estatística e Educação. **RBEP**, v.11, n.31, p.467-88, nov./ dez. **1947. (197)**
- _____. Prêmio Ciência da Educação 1963. **RBEP**, v.40, n.92, out./ dez. 1963. **1410 (120)**
- MACIEL, Rubens. Cursos de pós-graduação. **RBEP**, v.47, n.105, p.91-101, jan./ mar. 1967. **1479 (094)**
- MANTOVANI, Juan. Valor e sentido da Ciência Pedagógica. **Revista de la Universidad de Buenos Aires. RBEP**, v.11, n.31, p.442-44, nov./ dez. 1947. **1502 (003)**
- MARQUEZ, Angel Diego. Plano para organização de uma Faculdade de Ciências Pedagógicas: Idéias prévias para discussão. **RBEP**, v.46, n.103, p.109-44, jul./ set., 1966. **1531 (041)**
- MARTINS, Joel. Objetivos e estrutura de um curso de pós-graduação para pesquisadores educacionais. **Ciência e Cultura**. v.23, n. 6. **RBEP**, v.58, p.128, p. 379-88, out./ dez. 1972 **151**
- MARTINS, Otávio. Metodologia das pesquisas educacionais. **RBEP**, v.41, n.94, p.134-49, abr./ jun. 1964. **1548 (010)**
- MARTINS, Wilson. O novo Emílio; o que a educação pode esperar das Ciências Sociais **RBEP**, v.27, n.66, p.125-42, abr./ jun. 1964. **1551 (121)**
- MASCARO, Carlos Correa. Novos horizontes para a pesquisa científica em São Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo. **RBEP**, v.35, n.81, p.209-14, jan./ mar. 1961. **Jornais... 1562 (158)**
- McCARTHY, Michael John [Resenha] BRUNER, S. Jerome. Toward a theory of Instruction. **RBEP**, v.56, n.123, p.208-13, jul./ set, 1971. **1454 (199)**
- _____. [Resenha] GOOD, Caster V. Introduction to Education Research. **RBEP**, v.52, n.115, p.169-72, jul./ set. 1969. **1455 (063)**
- _____. O Estado e a Pesquisa Educacional. **RBEP**, v.52, n.115, p.22-32, jul./ set. 1969 **1452 (014)**
- _____. [Resenha] National Foundation for Educational Research. **RBEP**, v.49, n.109, p.139-40, jan./ mar. 1968. **1457 (185)**

- _____. [Resenha] *Research in Education*, n.1, maio 1969. **RBEP**, v. 53, n.118, p.419-21, abr./ jun. 1970 **1460. (138)**
- MITRA, Shib K. Uma Avaliação da Pesquisa Educacional Americana. **RBEP**, v.60,n. 136, p.527-34, out./ dez. 1974. **1641 (033)**
- M.M.J. [Resenha] HANSEN, D.A. & GERSTL. On Education- Sociological perspectives. **RBEP**, v.51, n.114, p.398-407, abr./ jun. 1969. **1437 (198)**
- MOREIRA, João Roberto. A Educação e o conhecimento do homem pelas Ciências Sociais. **RBEP**, v.25, n.62, p.-55, abr./ jun. 1956. **1670 (105)**
- _____. A pesquisa e o planejamento em Educação. **RBEP**, v. 39, n.90, p.8-23, abr./ jun. 1963 **1681. (009)**
- _____. Educação e sociedade e ideais educacionais. **RBEP**, v. 26, n. 65, p.83-100, jan./ mar. 1957 **1676. (165)**
- _____. O valor da Ciência e os estudos educacionais. **RBEP**, v.21, n.53, p.21-47, jan./ mar. 1954. **1685 (002)**
- MOREIRA, Renato Jardim. A Investigação social diante dos problemas educacionais brasileiros. **RBEP**, v.33, n.76, p.50-8, out./ dez., 1959. **1688 (042)**
- MORLES, Victor. Guia para elaboração e avaliação de projetos de pesquisa. **Revista de Pedagogia. Caracas RBEP**. v.60, n.136, p.571-9,out./ dez. 1974. **1689 (036)**
- MORRIS, Ben S. A Pesquisa Educacional na Inglaterra e no País de Gales. **International Review of Education**, Hamburgo **RBEP**, v.26, n. 63 p.32-53, jul./ set. 1956. **1690 (144)**
- NASCIMENTO, Walter Augusto do. A Estatística no planejamento educacional. **RBEP**, v.55,n.122, abr./ jun. 1971. **1715 (204)**
- NORMAS para o Levantamento das fontes da História da Educação no Brasil (CBPE). **RBEP**, 33(76):153-7., 1959. **520 (031)**
- NOVAES, Leila [resenha] BEST, John W. *Research in Education*. New York : Prentice Hall Inc. Englewood Clifs, 1970. 399p. **RBEP**, v.59, n.132, p.756-7, out./ dez. 1973. **1736 (067)**
- NOVAIS, Paulo. Um modelo econômico para planejamento da Educação. **RBEP**, v. 49, n. 110, p. 229-46, abr./ jun. 1968. **1741. (174)**
- NUNES, Rui[resenha] LALOUP, Jean. *La Science et l' humain*. **RBEP**, v.36, n.83, p.225-6, jul./ set. 1961. **1748 (106)**
- O' NEILL, William F. Existencialismo e Educação. **RBEP**, v.60, n.134, p.173-85, abr./ jun. 1974. **1770 (050)**

- OBRY, Olga. O educador que "psicologizou" a Educação. **Diário de S.Paulo. RBEP**, v.7, n.19, p.125-7, jan. 1946. [Através...] **1750 (122)**
- OLIVEIRA JUNIOR, Ernesto. A Reforma Universitária. **Correio da Manhã**, Rio. **RBEP**, v.39, n.90, p.222-33, abr./ jun. 1963.[Através...] **1769 (207)**
- OLIVEIRA, Mariza Rocha e. Investigação Educacional. **RBEP**, v.60, n.136, p.501-10, out./ dez. 1974. **1764 (039)**
- OPPENHEIMER, J. R. Ciência e Cultura. **Cadernos Brasileiros**. Rio de Janeiro. **RBEP**, v.41, n.93, p.88-98, jan./ mar. 1964. [Através...] **1773 (166)**
- ORGANIZAÇÃO da Pesquisa Pedagógica. **RBEP**, v.52, n.115, p.137-43, jul./ set. 1969. **1774 (062)**
- ORGANIZAÇÃO Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas. **RBEP**, v.8, n. 22, p.:83-98, maio / jun. 1946. **1777 (154)**
- OSÓRIO, Beatriz[resenha] DEWEY, John. Democracia e Educação. **RBEP**, v.33, n. 78, p.155-7, abr./ jun. 1960 **1785 (164)**
- PASSARINHO, Jarbas. Uma política de Ciência e Tecnologia para uma sociedade humanizada. **RBEP**, v.52, n.116, p.342-6, out./ dez. 1969 **1809 (133)**
- PEREIRA, Luiz[Resenha] MANHEIM, Karl & STEWART, W.A.C. An Introduction to the Sociology of Education. **RBEP**, v.40, n.92, p.168-70, out./ dez. 1963. **1834 (047)**
- _____. [Resenha] VAISEY, John. The Economics of Education. **RBEP**, v.39, n.90, p.192-4, abr./ jun. 1963. **1835 (195)**
- PESQUISA Pedagógica Brasileira. **RBEP**, v.13, n.35, p.3-4, jan./ abr. 1949 [Editorial]. **1842 (043)**
- PLM/Resenha/ OECD. Econometric models of Education, some applications. **RBEP**, v.43, n.98, p.262-70, abr./ jun. 1965. **1791 (051)**
- POLÍTICAS da Pesquisa em Educação na Europa-1973. **RBEP**, v. 60, n. 136, p.604-22, out./ dez. 1974. **1931 (037)**
- PROGRAMAS de Filosofia da Educação. **RBEP**, v.60, n.134, p.244-250. [Documentação] 1974 **1953 (056)**
- QUEIRÓS, Amaro Xisto de. Educação e Filosofia. **Diário de Minas**, Belo Horizonte. **RBEP**, v.14, n.40, p.155-9, set./ dez. 1950. [Através...] **1968. (038)**
- _____. Vocação e destino das Faculdades de Filosofia. **Kriterion**, Belo Horizonte. **RBEP**, v.27, n.65, p.198-206, jan./ mar. 1957. [Através...] **1970 (125)**
- RAMOS, Athos da Silveira. A Universidade, a Ciência-Pesquisa e a Tecnologia. **Correio da Manhã**, 19 Set. e 3 Out. 1968. **RBEP**, v.50, n.112, p.311-22, out./ dez. 1968. através... **1991 (169)**

- REFORMA Universitária na USP; Parecer do Conselho Estadual de Educação de São Paulo. **RBEP**, v. 53, n.118, p.370-99, abr./ jun. 1970. **2018 (208)**
- REFORMA Universitária: Relatório do Grupo de Trabalho. **RBEP**, v.50, n.111, p.119-175, 1968 2019 **(126)**
- REIS, J. Reflexões sobre Ensino, Ciência e Desenvolvimento. **Anhembi**, S.Paulo. **RBEP**, v.38, n.88, p.180-198, out./dez. 1962. [Através...]. **2032 (129)**
- RELATÓRIO Preliminar da Primeira Conferência Internacional de Pesquisas Educacionais. **RBEP**, v.26, n.63, p.123-57, jul./ set. 1956. **2056. (123)**
- RIBEIRO, J. Costa. A pesquisa científica e seu desenvolvimento no Brasil. **RBEP**, v.10 n.28, p.371-92. maio/ jun. 1947. **2083 (145)**
- RIBEIRO, J. Querino. Educação e Economia. **Educação**. Rio de Janeiro. **RBEP**, v.30, n.71, p.142-5, jul./ set. 1958. Através... **2085 (130)**
- RICOEUR, Paul. Reforma e revolução na universidade **L'Esprit**, Paris. **RBEP**, v.50, n.111, p.9-20, jul./ set. 1968 **2093 (118)**
- RONDILEAU, Adrian. Pragmatismo e Educação; origens do Pragmatismo. **RBEP**, v.7, n. 20, p.249-59, fev. 1946. 2117 (064)
- ROSENSTIEL, Annette. A Antropologia Educacional; novo método de análise cultural **Harvard Education Review**. **RBEP**, v.22, n.55, p./23-33, jul./ set. 1954. **2127 (117)**
- SAFADY, Naief [Resenha] LATERZA, Moacyr & RIOS, Terezinha Azevedo. Filosofia da Educação: Fundamentos. **RBEP**, v.56, n. 123, p.216-8, jul./ set. 1971. **2154. (065)**
- SANTOS, Teobaldo Miranda. A Educação e a Ciência. **A Manhã**. **RBEP**, v.9, n.25, p.386-9, nov./ dez. 1946. **2185 (103)**
- _____. A Educação e o método. **A Manhã**. Rio **RBEP**, v. 12, n. 26, p. 99-102, jan./ fev. 1947 **2188 (159)**
- SAVIANI, Dermeval. Estruturalismo e Educação brasileira. **RBEP**, v.60, n.134 p.208-17, abr./ jun. 1974. **2203 (052)**
- SILBERSCHMIDT, Benno Daniel. Educação, pesquisa e Filosofia. **RBEP**, v.7, n.21, p.442-51, mar./ abr. 1946. **2239 (004)**
- SILVA, Mauricio Rocha e. Ciência e Humanismo. **RBEP**, v.48, n.107, p.156-62, jul./ set. 1967. **2 254 (108)**
- _____. Dez anos pelo progresso da Ciência. **Ciência e Cultura**. Rio de Janeiro. **RBEP**, v.33, n.77, p.221-34, jan./ mar. 1960. [Através..]. **2255 (146)**
- SILVEIRA, Nise. A concepção educacional de Herbert Read. **Arte e Educação**, Rio **RBEP**, v. 59, n.130, p 241-50, abr./ jun. 1973. **2272 (074)**

- SOUSA, Fernando Tude de. Horace Mann: um apóstolo da Educação Popular. **O Jornal**, Rio. **RBEP**, v.8, n. 23, p.347-9, jul./ ago. 1946. **2297 (155)**
- STATUS científico para a Educação. **RBEP**, v.60, n.134, p. 125-6, abr./ jun. 1974 [Editorial] **2317 (045)**
- SUCUPIRA FILHO, Eduardo[resenha] SARTON, George. Ciência antigua y civilisación moderna. **RBEP**, v.36, n.83, p.269-71, jul./ set. 1961. **2340 (107)**
- ___ [Resenha] PIAGET, Jean. Psicologia e pedagogia. **RBEP**, v.55, n.122, p.358-60, abr./ jun. 1971. **2339 (104)**
- ___ [Resenha] FARRINGTON, Benjamim. A Ciência Grega - o que significa para nós. **RBEP**, v.36, n.84, p.127-8, out./ dez 1961 **2338 (131)**
- SUCUPIRA, Newton. Da Faculdade de Filosofia à Faculdade de Educação. **RBEP**, v.51, n.114, p.260-76, abr./ jun. 1969. **2325 (124)**
- _____. Definição dos cursos de pós-graduação. **RBEP**, v.44, n.100 p.415-33, out./ dez. 1965. **2326 (167)**
- SUCUPIRA, Newton. Ensino Superior, expansão, reforma e pós-graduação. **RBEP**, v.58, n.128, p.216-23, out./ dez. 1972. **2327 (168)**
- _____.Institutos universitários e a pesquisa científica. **RBEP**, v.40, n.91, p.3-5, jul./ set. 1963. [Editorial] **2329 (132)**
- _____. John Dewey: uma Filosofia da experiência. **RBEP**, v.34, n. 80, p. 78-95, out./ dez. 1960. **2330 (203)**
- _____. Programa de uma introdução à Filosofia para servir de base à Filosofia da Educação. **RBEP**, v.28, n. 68, p. 100-15,out./ dez. 1957. **2333 (180)**
- _____. Universidade e Institutos. **Jornal do Comércio**, Recife. **RBEP**, v. 37, n. 85, p.249-54, jan./ mar. 1962. **2337 (201)**
- SUPPES, Patrick. O lugar da teoria na Pesquisa Educacional. **Educational Review RBEP**, v.60, n.136, p. 467-80, out./ dez. 1974. **2341 (029)**
- SZMREOSANY, Tomás[resenha] GAL, Roger. Ou en est la Pédagogie. **RBEP**, v.39, n. 90, p.183-4, abr./ jun. 1963. **2342. (196)**
- TEIXEIRA, Anísio Educação como experiência democrática e como Ciência experimental: nova fronteira para a cooperação internacional. **RBEP**, v.45, n.102, p.257-72, abr./ jun. 1966. **2373 (013)**
- _____. Ciência e arte de educar. **RBEP**, v.28, n.68, p.3-16, out./ dez. 1957. **2364 (070)**
- _____. A mensagem de Rousseau. **RBEP**, v. 8, n. 88, p.3-5. out./ dez. 1962 **2403. (205)**
- _____. Bases da teoria lógica de Dewey. **RBEP**, v.23, n.57, p.3-27, jan./ mar. 1955 **2359 (134)**

- _____. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. **RBEP**, v.25, n.61, p.145-53, jan./ mar. 1956. **2362 (135)**
- _____. Ciência e Humanismo. **RBEP**, v.24, n.60, p.30-44, out./ dez. 1955. **2365. (136)**
- _____. Filosofia e Educação. **RBEP**, v.32, n.75, p.14-27, jul./ set 1959. **2398 (143)**
- _____. O espírito científico e o mundo atual. **RBEP**, v.23, n.58, p.3-25, abr./ jun., 1955. **2392 (163)**
- _____. O pensamento precursor de McLuhan. **Última hora**, Rio 4 a 11 ago. 1970. **RBEP**, v.54 n. 119 p.242-8, jul./ set 1970 **2409 (098)**
- _____. *Systems Analysis* e Educação. **RBEP**, v.59, n.129, p.57-9, jan./ mar. 1973. **2420 (137)**
- TRIGUEIRO MENDES., Durmeval. Pesquisa e ensino no Mestrado de Educação. **RBEP**. v.58, n.128, p.249-64, out./ dez. 1972. **1611 (040)**
- _____. Indicações para uma política da Pesquisa em Educação no Brasil. **RBEP**, v.60, n.136, out./ dez., 1974. p.481 **2458 (030)**
- _____. Fenomenologia do processo educativo. **RBEP**, v.60, n.134, abr./ jun., 1974. p.140-172. **2456 (049)**
- VAIZEY, John. O aspecto econômico da Educação e os países subdesenvolvidos. **Tiers Monde**. Paris. **RBEP**, v. 36, n. 84, p. 166-71, out./ dez. 1961. **2489. (184)**
- VALENTE, Valdemar. Biologia e Educação. **Folha da Manhã**, Recife, **RBEP**, v.13, n.35, p.185-8, jan./ abr. 1949.[Através..]. **2492 (077)**
- VENÂNCIO FILHO, Francisco. Fontes para a História da Educação no Brasil. **RBEP**, v. 5, n. 15, p.369-74, set. 1945. **2525 (141)**
- VIANA, J. Baeta. Realidade brasileira e a Sociedade para o Progresso da Ciência. **RBEP**, v.36, n.84, p.90-9, out./ dez. 1961. **2538 (140)**
- VIEIRA, Generice Albertina [resenha] SALOMON, Delcio Vieira, Como fazer uma monografia ; elementos e metodologia do trabalho científico. **RBEP**, v. 60, n.136, p.627-8, out./ dez. 1974. **2559 (127)**
- VILELA, João Batista [Resenha] LIMA, Lauro de Oliveira. Mutações em Educação segundo McLuhan. **RBEP**, v.60, n. 133, p.113-5, jan./ mar. 1974. **2569 (080)**
- VITA, Luis Washington[resenha] TEIXEIRA, Anísio. Pequena introdução à Filosofia da Educação. **RBEP**, v.53, n.117, p.182-3, jan./ mar. 1970 **2575 (079)**
- WALLON, Henri Educação e Psicologia. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro. **RBEP**, v.40, n.92, p.190-4, out./ dez. 1963.[Através...] **2584 (058)**
- WASHBURNE, Carleton. A pesquisa na Educação. **RBEP**, v.2. n.4. p.65-9,out. 1944. **2591 (069)**

WEIL, Pierre Giles. Psicotécnica e Educação. **Atualidades pedagógicas**, S.Paulo. **RBEP**, v.22, n.55, p.176-80, jul./ set 1954. [Através..]. **2595 (139)**

_____. A. Educação em face da pesquisa nacional sobre o nível mental. **RBEP**, v.31, n.73, p.20-8, jan./ mar. 1959. **2592 (161)**

WOORTMANN, Mary C. G. Projeto de estrutura para a Faculdade de Educação da UFBA. **RBEP**. v.51, n.114, p.368-82, abr./ jun. 1969. **2605 (162)**

ANEXO 2

REFERENCIAL TEMÁTICO UTILIZADO NA SELEÇÃO E ANÁLISE DOS ARTIGOS¹⁰⁵

GRUPO A

Assuntos considerados pertinentes à Pesquisa Educacional

- 1 CIÊNCIA (Geral)
 - 1.1 Filosofia da Ciência
 - 1.2 Informação para a Ciência
 - 1.3 Ciência e Cultura
 - 1.4 Ciência da Educação
 - 1.5 Ciência e Tecnologia
 - 1.6 Ciência antiga
 - 1.7 Ciência no Brasil, América Latina e Países em Desenvolvimento

- 2 PESQUISA (Geral)
 - 2.1 Metodologia da pesquisa em geral
 - 2.2 Cientistas e pesquisadores (incluindo formação)
 - 2.3 Pesquisa tecnológica
 - 2.4 Pesquisa no Brasil

- 3 PESQUISA EDUCACIONAL (Geral)
 - 3.1 Metodologia
 - 3.2 Informação e documentação
 - 3.3 No Brasil
 - 3.4 No Exterior
 - 3.5 Projetos

- 4 DISCIPLINAS, CORRENTES DO PENSAMENTO, FILÓSOFOS E PENSADORES QUE CONTRIBUEM OU CONTRIBUÍRAM PARA A FORMAÇÃO DO DISCURSO SOBRE A PESQUISA EDUCACIONAL
 - 4.1 Filosofia da Educação
 - 4.1.1 Filósofos e pensadores em Geral
 - 4.1.1.1 Dewey
 - 4.1.1.2 Piaget
 - 4.1.1.3 Rousseau

 - 4.2 Outras Disciplinas Concorrentes em Geral
 - 4.2.1 Biologia

¹⁰⁵ Utilizado na tese de doutoramento: ALVARENGA, Lúcia. A institucionalização da Pesquisa Educacional no Brasil; estudo bibliométrico dos artigos publicados na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*; 1944 a 1974. Belo Horizonte : Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 1996.

- 4.2.2 Psicologia/Psicanálise/ Psicotécnica
- 4.2.3 Antropologia
- 4.2.4 Economia
- 4.2.5 Ciências/ Estudos Sociais/ Sociologia
- 4.2.6 Comunicação/ Sistemas
- 4.2.7 Estatística
- 4.2.8 História
- 4.3 Correntes do pensamento em geral
 - 4.3.1. Dialética
 - 4.3.2. Estruturalismo
 - 4.3.3 .Existencialismo
 - 4.3.4 .Fenomenologia
 - 4.3.5. Humanismo
 - 4.3.6. Pragmatismo
 - 4.3.7. Democracia
 - 4.3.8. Desenvolvimentismo

]

5 INSTITUIÇÕES RELACIONADAS À PESQUISA EDUCACIONAL

- 5.1 Inep - Centros de Pesquisas
- 5.2 Universidade como Centro de Pesquisa
 - 5.2.1 Pesquisa na universidade em geral
 - 5.2.2 Pós-graduação em geral
 - 5.2.3 Reforma Universitária
 - 5.2.4 Faculdades de Filosofia
 - 5.2.5 Faculdades de Educação
 - 5.2.6 Pós-Graduação em Educação
 - 5.5.7 Mestrados em Educação

GRUPO B

Outros assuntos encontrados nos trabalhos citados

- 6 ASSUNTOS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO FORA DO ESCOPO DA PESQUISA
 - 6.0 Assuntos gerais não incluídos nas classes específicas abaixo
 - 6.00 Assuntos indeterminados
 - 6.1. Obras de referência em Educação
 - 6.2. Educação geral/ Formação humana
 - 6.3. Educação/Ensino/Escola
 - 6.4. Educação/Ensino/Escola/No Brasil
 - 6.5. Educação/Ensino/Escola/No Exterior
 - 6.6. Na Inglaterra
 - 6.7. Na América
 - 6.8. Na França
 - 6.9. Educação/Ensino/Instrução Pública geral
 - 6.10. Educação/Ensino/Escola Primária
 - 6.11. Educação/Ensino/Escola Média
 - 6.12. Educação/Ensino Superior/Universidade
 - 6.13. Educação/Ensino Técnico/Profissionalização/Mão de Obra
 - 6.14. Educação/Ensino/Comunitário
 - 6.15. Educação especial/Rural
 - 6.16. Educação doméstica

- 6.17. Planejamento Educacional
- 6.18. Sistema/Plano/ Política/Diretrizes/Financiamento da Educação no Brasil
- 6.19. Estatísticas sobre a Educação
- 6.20. Legislação sobre a Educação
- 6.21. Institutos de Educação e Escolas Normais
- 6.22. Cursos de especialização
- 6.23 . Estágio
- 6.24 . UNESCO
- 6.25 . Pedagogia
- 6.26 . Aprendizagem
- 6.27 . Ensino/disciplinas
- 6.28. Métodos de ensino
- 6.29. Alfabetização/ analfabetismo
- 6.30. Didática
- 6.31. Currículo
- 6.32. Informática na Escola
- 6.33. Cultura e Educação
- 6.34. Democracia e Educação
- 6.35. Problemas/crise na Educação
- 6.36. Educação do futuro
- 6.37. História da Educação no Brasil e em outros países
- 6.38. Avaliação
- 6.39. Psicologia Educacional
- 6.40. Filosofia da Educação
- 6.41. Educação e sociedade
- 6.42. Informação educacional
- 6.43. Economia da Educação
- 6.44. Antropologia Educacional

7 TEMÁTICAS FORA DA ÁREA DA EDUCAÇÃO ENCONTRADAS NOS TRABALHOS CITADOS

- 7.0. Assuntos indeterminados
- 7.1. Obras de referência gerais fora da área
- 7.2. Filosofia
- 7.3. Psicologia
- 7.4. Administração
- 7.5. Ciência Política
- 7.6. Direito
- 7.7. Economia
- 7.8. Estatística
- 7.9. Sociologia
- 7.10. Pesquisas sociológicas
- 7.11. Biologia
- 7.12. Medicina
- 7.13. Tecnologia
- 7.14. Cultura
- 7.15. Cultura brasileira
- 7.16. Antropologia
- 7.17. Desenvolvimento econômico e social
- 7.18. Guerra e paz
- 7.19. Arte

- 7.20. Literatura
- 7.21. História
- 7.22. História do Brasil
- 7.23. Viagens científicas
- 7.24. Cibernética, Comunicação/Sistemas
- 7.28. Legislação em geral